



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Governador Valadares

2022

SUMÁRIO

1	DENOMINAÇÃO DO CURSO	9
2	INTRODUÇÃO	9
2.1	ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA VISÃO GERAL DE GOVERNADOR VALADARES	10
2.2	IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRIA DO CURSO	17
2.3	REFERÊNCIAS LEGAIS	30
3	INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO	32
3.1	GRAU CONFERIDO	32
3.2	QUANTIDADE DE VAGAS	32
3.3	TURNO DE OFERTA	32
3.4	MODALIDADE	32
3.5	LOCAL DE OFERTA	32
3.6	INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	32
3.7	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	32
3.8	AUTORIZAÇÃO	32
3.9	RECONHECIMENTO	32
3.10	INGRESSO NO CURSO	23
3.11	JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO	34
4	O PROJETO PEDAGÓGICO	37
4.1	CONCEPÇÃO GERAL	37
4.2	OBJETIVOS DO CURSO	39
4.3	PERFIL DO EGRESSO	41
4.4	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	42
4.5	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	44
4.5.1	TEMAS TRANSVERSAIS A SEREM GARANTIDOS NO CURRÍCULO	47

4.5.2	DISTRIBUIÇÃO DE DISCIPLINAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO OU EIXO ARTICULADOR	49
4.6	ESTRUTURA CURRICULAR	55
4.6.1	ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	70
4.6.2	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO	71
4.6.3	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	72
4.6.4	ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	73
4.7	AVALIAÇÃO DO CURSO E DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	75
4.8	ADAPTAÇÃO AO NOVO CURRÍCULO	82
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICES	100
	APÊNDICE A. PLANOS DE ENSINO	100
	APÊNDICE B. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	228
	APÊNDICE C. DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	242
	APÊNDICE D. REGIMENTO DA COMISSÃO ORIENTADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	249
	APÊNDICE E. REGIMENTO INTERNO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACEs) E DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (CAEX)	281

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACs	Atividades Complementares
ACE	Atividades de Curricularização da Extensão
AFANs	Atividades Físicas de Aventura na Natureza
AAI	Atividades Acadêmicas Integradoras
ATIs	Academias para Todas as Idades
CA	Centro Acadêmico
CAEX	Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares da Extensão
CH	Carga Horária
CIEPE	Comissão de Integração das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAPES	Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde
COE	Comissão Orientadora de Estágio
CONEXC	Conselho Setorial de Extensão e Cultura
CONFED	Conselho Federal de Educação Física

CONGRAD	Conselho Setorial de Graduação
CONSU	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CREF6	Conselho Regional de Educação Física – 6ª região
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DAEFID	Diretório Acadêmico de Educação Física e Desportos
DCBV	Departamento de Ciências Básicas da Vida
DCE	Diretório Central de Estudantes
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEP EF	Departamento de Educação Física
DAVI	Diretoria de Avaliação Institucional
EF	Educação Física
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ExNEEF	Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
FAEFID	Faculdade de Educação Física e Desportos
GEPCAF	Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciências Aplicadas ao Futebol
GT	Grupo de Trabalho

GV	Governador Valadares
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ICV	Instituto Ciências da Vida
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IES	Instituições de Ensino Superior
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JEMG	Jogos Estudantis de Minas Gerais
JEV	Jogos Estudantis Valadarenses
JF	Juiz de Fora
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
NASF-AB	Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEBIMS	Núcleo de Estudos em Biodinâmica do Movimento e Saúde
NECOS	Núcleo de Estudos em Educação Física, Corpo e Sociedade

NEPI	Núcleo de Estudos da Pessoa Idosa
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PCC	Prática como Componente Curricular
PET	Programa de Educação pelo Trabalho
PIT	Plano Individual de Trabalho
PMGV	Prefeitura Municipal de Governador Valadares
PNE	Plano Nacional de Educação
POP	Procedimento Operacional Padrão
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação
RAG	Regulamento Acadêmico de Graduação
SESC	Serviço Social do Comércio
SEST	Serviço Social do Transporte
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SMCEL	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
SUS	Sistema Único de Saúde

TAEs	Técnicos Administrativos em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TP	Treinamento Profissional
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFJF/GV	Universidade Federal de Juiz de Fora <i>campus</i> Governador Valadares
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos
UNIVALE	Universidade do Vale do Rio Doce

1. DENOMINAÇÃO DO CURSO

CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

HABILITAÇÃO: BACHARELADO

- Modalidade Presencial –

2. INTRODUÇÃO

O *campus* Avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) está localizado em Governador Valadares (GV), Vale do Rio Doce, Minas Gerais (MG). A cidade é considerada pólo regional do Vale do Rio Doce e exerce significativa influência sobre essa mesorregião mineira.

Tendo suas atividades iniciadas em novembro de 2012, o referido *campus* viabilizou, ao longo destes nove anos de existência, avanços no município e em toda região. Vem sendo ampliada a oferta de vagas em 10 cursos de formação profissional no nível de graduação, especialmente nas áreas da Saúde (Medicina, Odontologia, Nutrição, Farmácia, Fisioterapia e Educação Física) e das Ciências Sociais Aplicadas (Direito, Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas), além de cursos de formação continuada em nível de Pós Graduação *Stricto Sensu*, sendo cinco cursos de Mestrado e dois de Doutorado nos seguintes campos de conhecimento: Ensino de Biologia (Mestrado Profissional), Ciências Aplicadas à Saúde (Mestrado Acadêmico), Ciências da Reabilitação e Desempenho Físico-Funcional (Mestrado Acadêmico), Educação Física (Mestrado e Doutorado Acadêmicos), Bioquímica e Biologia Molecular (Mestrado e Doutorado Acadêmicos).

Conforme os indicadores de março de 2021¹, apresentados pela Direção do *campus* de GV, com estes cursos em funcionamento a composição da comunidade acadêmica estava representada por: 501 servidores (301 docentes e 200 técnicos administrativos em educação), 30 funcionários terceirizados, 3091 alunos de graduação e 73 de Pós-Graduação. Com relação aos egressos, constavam 724 nos cursos de graduação, 49 nos cursos de Mestrado e 03 nos cursos de Doutorado. Além do ensino, os indicadores demonstraram que a realização de projetos e programas de extensão amplia e impacta uma diversidade de atendimento à comunidade valadarense, com 625 estudantes envolvidos. Vê-se avanços no campo da pesquisa e da iniciação científica, com 350 artigos indexados no Pubmed em revistas de impacto internacional envolvendo os pesquisadores do *campus* GV. Também, ações de impacto na vida cultural por meio do desenvolvimento de projetos e comunicação com a comunidade por intermédio dos portais institucionais, mídias jornalísticas e redes sociais. Relevantes contribuições têm sido prestadas à sociedade em geral com ações assistenciais, científicas, de solidariedade e comunicação em situações de calamidade pública, como a pandemia COVID-19 e o derramamento de lama no Rio Doce provocado pelo rompimento da Barragem do Fundão de propriedade das empresas VALE, Samarco e BHP *Billiton* no município de Mariana/MG.

Nesta trajetória, as atividades de gestão, ensino, pesquisa, extensão e suas interfaces do *campus* foram desenvolvidas em locais diversos, sobretudo pelo desafio imposto ao se instalar em espaços cedidos pela União, alugados ou em construção e reforma/adaptação arquitetônica.

Neste contexto, permeado por avanços, potencialidade e desafios, o Curso de Graduação em Educação Física (EF) tem construído sua história desde 2014, num processo contínuo de se autoavaliar, projetar, corrigir rumos e estar presente no Vale do Rio Doce com ações focadas no desenvolvimento da formação profissional de excelência, da ciência, da tecnologia e da educação relacionada à Saúde, ao Esporte e ao Lazer.

¹ Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2021/03/rx-campus-gv-1.pdf>. Acesso em: 15 set.2021.

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) apresenta elementos da história, da concepção, dos princípios e das diretrizes curriculares que identificam e regem o Curso de Graduação em EF. Trata-se de uma atualização do PPC que esteve vigente entre 2014 e 2021, e portanto uma versão em sintonia com as novas referências legais, com o *feedback* do processo avaliativo e de reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação (MEC) e as perspectivas atuais da comunidade que constitui o Departamento de Educação Física (DEP EF), onde se insere este Curso.

2.1 ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA VISÃO GERAL DE GOVERNADOR VALADARES

A configuração de GV como polo regional evidencia sua relevância em diversos setores, como econômico, cultural, educacional, de oferta de serviços de saúde por entidades públicas e privadas, oferta de espaços e serviços relacionados ao esporte e lazer, dentre outros. Como exemplo, no setor da saúde, destaca-se a existência de 812 estabelecimentos, sendo a maioria (639) consultórios e clínicas/centros de especialidades, conforme registro do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)². Ainda, destaca-se a existência de 6 hospitais gerais e 2 hospitais especializados, e os serviços públicos de atenção básica à saúde, como: Estratégia de Saúde da Família (52 unidades)³, Núcleo de Apoio à Saúde da Família (10 unidades), Centros de Atenção Psicossocial (3 unidades) e Centros de Atenção à Saúde Indígena (2 unidades). No setor educacional, no que se refere à Educação Básica, conta com extensa rede estadual (46 escolas)⁴, municipal (83 escolas)⁵ e de instituições privadas em todos os níveis de ensino, além de uma escola de Ensino Médio Técnico Federal (Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG). A Educação Superior no município conta com

² Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp?VEstado=31&VMun=312770. Acesso em: 20 set. 2021.

³ Disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-unidade/nome/secretaria-municipal-de-saude---sms/8>. Acesso em: 20 set. 2021.

⁴ Disponível em: <https://sregvaladares.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2021.

⁵ Disponível em: <http://www.smedgv.com/SMED.php#escolas>. Acesso em: 20 set. 2021.

instituições públicas federais, com uma universidade comunitária e faculdades particulares, contemplando significativa oferta de cursos de graduação presencial e em EAD, cursos de Especialização, Mestrado (cursos da UFJF/GV e 1 (um) curso da Universidade do Vale do Rio Doce - UNIVALE) e Doutorado (cursos da UFJF/GV).

Esse conjunto de serviços atrai pessoas de diversas regiões, especialmente do Vale do Rio Doce, em busca de instituições que ofereçam diferenciais e qualidade de serviços, atendimentos que não existem em cidades de menor porte e, oportunidade de qualificação profissional.

No ano de 2021, um total de 37 estabelecimentos de GV, como academias, estabelecimento de saúde (Casa da UNIMED), empresas de assessoria esportiva, clubes recreativos, instituições pertencentes ao Sistema S (SEST, SESC) e estúdios de *personal trainer*, estão com registro ativo no Conselho Regional de Educação Física - 6ª região (CREF6/ MG)⁶. Nos registros do CREF6 constam também que a cidade possui atualmente 431 profissionais de Educação Física (Bacharéis) com registro ativo, além de 37 profissionais provisionados.

Apesar disso, ao longo dos anos de existência do Curso de Graduação em EF da Universidade Federal de Juiz de Fora *campus* Governador Valadares (UFJF/GV), constatou-se áreas carentes de profissionais bacharéis capacitados, inclusive no âmbito da Saúde Pública na cidade. A atuação de profissionais bacharéis autônomos, em Instituições e órgãos públicos e privados de prestação de serviços em Atividade Física, Desportiva e/ou Recreativa, também se mostrou carente. Este dado ficou evidenciado em função da obrigatoriedade, no referido curso, de supervisores de campo de estágio curricular obrigatório e estágio não obrigatório serem profissionais de EF bacharéis. Encontrou-se situação ainda mais crítica nas cidades menores da região, evidenciando lacunas no campo de atuação.

No campo da promoção de atividade física para saúde, estão instaladas em GV 27 Academias para Todas as Idades (ATIs), que são constituídas por equipamentos de ginástica em espaços públicos, na maioria das vezes em praças públicas de bairros

⁶ Disponível em: <https://www.cref6.org.br/servico/consulta-cadastral/35>. Acesso em: 20 set. 2021.

periféricos. Infelizmente, embora estes equipamentos estejam disponíveis para a população, a utilização dos mesmos geralmente ocorre sem orientação profissional.

Atualmente, 11 equipes multidisciplinares dos Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e que atendem toda a rede de Estratégias de Saúde da Família de GV (61 postos), contam com a presença de 11 profissionais de EF (01 profissional por equipe). Essas equipes prestam serviço para 70% da população, de modo que significativa parcela populacional não recebe este atendimento⁷. Assim, percebe-se a necessidade de incrementar tal atividade e ampliar o número de profissionais envolvidos a fim de contemplar as demandas locais.

Nas últimas décadas o setor de mercado *fitness*, que envolve por exemplo as academias de ginástica, se expandiu na cidade e região. Atualmente, tem-se academias pertencentes a grandes redes em nível nacional e também pequenos estúdios focados nos atendimentos personalizados. Verifica-se, pelo registro destes estabelecimentos no CREF6, que a maior parte destes estabelecimentos localiza-se em regiões centrais da cidade ou bairros resididos por pessoas favorecidas economicamente. Poucos estabelecimentos estão localizados nos bairros periféricos, o que dificulta o acesso a maior parte da população.

Da mesma maneira, a maior parte de espaços públicos esportivos e de lazer, sobretudo os que possuem adequada infraestrutura, equipamentos de melhor qualidade e boa manutenção, e oferta sistematizada de atividades físicas e esportivas, também localizam-se nas áreas centrais de GV. Dentre estes espaços, destaca-se a Praça de Esportes Arnóbio Pitanga, conhecida como Praça de Esportes, fundada na década de 50 e localizada no Centro da cidade, sendo a principal referência de espaço esportivo, pois há décadas oferta gratuitamente aulas de natação, hidroginástica e esportes coletivos de quadra, além de ser palco para eventos esportivos locais, regionais e estaduais, como os Jogos Estudantis Valadarenses (JEV) e Jogos Estudantis de Minas Gerais (JEMG).

⁷ Estas informações foram disponibilizadas pela coordenadora do NASF, Daniela Geber, por e-mail para a coordenação do Curso de Educação Física no dia 12 de novembro de 2021.

Recentemente, neste ano de 2021, foi concluída uma reforma no local, adequando sua estrutura ao atendimento com acessibilidade a Pessoas com Deficiências.

Considerando os bairros situados na periferia de GV, destaca-se a Estação Olímpica, espaço público inaugurado em 2014 pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares (PMGV) e construído pela empresa VALE. Com uma Pista de Atletismo oficial, com piso apropriado para corridas, setores de lançamentos, arremesso e saltos, um campo de futebol e uma piscina, atualmente oferta algumas atividades regulares de atletismo do curso, especialmente em parceria com um projeto de extensão do DEP EF, conforme relatado na história do Curso de Bacharelado em EF. Percebe-se o potencial para o desenvolvimento do esporte de rendimento, participação e lazer neste espaço, podendo ter ainda público e atividades ampliadas, caso consolide e seja fomentado novas parcerias e projetos com captação de recursos. No entanto, enfrenta desafios para garantir orçamento público para manutenção e segurança de toda sua área e equipamentos.

Soma-se à Praça de Esportes e Estação Olímpica mais de 22 estruturas esportivas e de lazer públicas instaladas na cidade em suas praças, orlas (em torno do Rio Doce ou de lagoas), e em seus distritos com presença de equipamentos como campos de futebol, pistas de caminhada, quadras, pistas de *skate*, dentre outras. Nestes espaços percebe-se crescente presença de profissionais de EF liberais, como *personal trainer*, treinadores de equipes de corrida, dentre outros que executam seus trabalhos autonomamente.

Atualmente uma associação esportiva dirigida por profissionais de EF tem tido êxito na captação de recursos para investimento estrutural em quadras situadas em praças públicas e oferta de atividades esportivas gratuitas às comunidades em situação de vulnerabilidade social. Este tipo de organização pode potencializar o desenvolvimento de projetos e políticas de esporte e lazer em todo o município, sendo necessário inserir no campo do trabalho profissionais qualificados na gestão e atuação em Organizações Não-Governamentais (ONGs). No campo da gestão, formulação e desenvolvimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, percebe-se carência de

profissionais qualificados, expresso pela ausência de ações, projetos e programas municipais para este setor em toda a região.

Além dos espaços públicos citados, a cidade conta com outros destinados à práticas de Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFANs), como aqueles para *mountain bike*, escalada e rapel, *trekking*, vôo livre, motociclismo e canoagem. Destaca-se as rampas de decolagem de voo livre do Pico da Ibituruna, a 1,123m de altitude, conhecido como local privilegiado para a prática do esporte, seja por lazer ou performance competitiva. Neste campo esportivo e de lazer é perceptível a quase inexistência de envolvimento de profissionais de EF e/ou da atuação do poder público, tornando as práticas gerenciadas e promovidas por amantes das AFANs, associações esportivas e ações isoladas de empresários. No entanto, especialmente o turismo esportivo do voo livre, reconhecido no meio esportivo nacional e internacional, gera impacto econômico expressivo para a cidade e mobiliza público de cidadãos valadarenses e de outras cidades. Ainda que seja reconhecida como Capital Mundial do Voo Livre e tenha alguns equipamentos de lazer próprios das AFANs instalados (como o Campo Escola de Escalada do Brejaúba, vias de escalada em várias localidades da cidade, uma diversidade de trilhas de *mountain bike*, entre outras) vê-se a necessidade de investimentos na infraestrutura esportiva e turística, política de gestão e desenvolvimento destes espaços e práticas e atuação profissional qualificada neste setor. Entende-se que esta atuação deve viabilizar o aprimoramento da experiência esportiva e de lazer dos pilotos e do público, e propiciar vivências na natureza educativas e sustentáveis.

Com relação ao esporte de competição, a história esportiva de GV é marcada pela presença do Esporte Clube Democrata, fundado em 1932. Atualmente, este clube de futebol dispõe do Estádio José Mammoud Abbas, popularmente conhecido como “Mamudão”. A tradição do Democrata, sua colocação no Estado de MG e sua torcida organizada, fazem desta expressão do esporte de alto rendimento um importante patrimônio e orgulho do cidadão valadarense. Também, alguns atletas da cidade conquistaram reconhecimento estadual, nacional e internacional, como o canoísta Sebastian Cuattrin e a jogadora de voleibol Adenízia Ferreira da Silva, que

representaram o Brasil em Jogos Pan-americanos e Olimpíadas, entre outros atletas. No entanto, ainda hoje, aqueles que desejam construir uma carreira profissional como atletas necessitam migrar para outras localidades que possuem centros esportivos de referência, pois para que haja desenvolvimento do esporte de alto rendimento, ainda há que se investir em infraestrutura, qualificação e valorização profissional e gestão esportiva. É evidente a ausência de investimento do poder público local e o incipiente investimento do setor privado nesta forma de expressão do esporte, tendo em vista o potencial econômico e transformador do futebol.

Não é de se surpreender que, numa cidade com elevadas temperaturas climáticas durante todo o ano, as tradições relacionadas ao lazer da sociedade valadarense, principalmente das classes média e alta, estejam vinculadas aos clubes recreativos, sobretudo à recreação aquática em piscinas. Existem clubes localizados em regiões periféricas e na área central da cidade, alguns com características campestres e outros com predominância de estruturas prediais, alguns com espaços esportivos bem estruturados e outros centrados nos espaços recreativos. São locais potenciais para a atuação do profissional de EF, sendo necessário ainda avanços relacionados aos contratos de trabalho, valorização profissional e melhor remuneração. Os clubes recreativos são exemplos de espaços privados de esporte e lazer.

Em GV ainda existem os espaços esportivos e de lazer vinculados às instituições que compõem o Sistema S, como SESC, SESI, SEST/SENAT. Estas entidades corporativas contam com colaboradores profissionais de EF na gestão e desenvolvimento de ações em saúde, esporte e lazer destinadas a trabalhadores vinculados e suas famílias.

Tem sido crescente a presença de profissionais de EF em academias e espaços de ensino e vivências na área de Danças, Capoeira, Ginástica Circense, Artes Marciais, Lutas e Práticas Corporais Alternativas (Yoga, Pilates, entre outras). Porém, este é um campo ainda pouco explorado e que conta com uma maior parte de profissionais com outros tipos de formação, como artistas, profissionais provisionados, profissionais graduados em outros cursos da área de Saúde, profissionais certificados por instituições de educação não-formal, entre outros.

Em sintonia com esta demanda por profissionais qualificados para atuarem num campo de trabalho ampliado, o Curso de Graduação em EF da UFJF/GV tem formado profissionais bacharéis com perspectivas de desenvolvimento do esporte da iniciação ao treinamento esportivo, ampliação do potencial de lazer na região, qualificação da gestão pública e de projetos de esporte e lazer, atuação em equipes multiprofissionais, disseminação da importância da atividade física na promoção da saúde e condução de ações neste sentido.

2.2. IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRIA DO CURSO

O Curso de Bacharelado em EF da UFJF/GV teve seu início em 17 de março de 2014, após aprovação pelo Conselho Superior (CONSU) da UFJF, por meio da Resolução nº17/2013, da ampliação da oferta das vagas da sede em Juiz de Fora (JF) para GV, com 80 vagas anuais divididas em 40 vagas por semestre. Desta maneira, assim como todos os cursos implantados no referido *campus*, esteve em seu início vinculado a uma unidade acadêmica do *campus* sede em JF, neste caso a Faculdade de Educação Física e Desportos (FAEFID). Gestado nesta unidade, envolveu a mobilização de sua direção e docentes para que fosse implantado e gerido em seu primeiro ano de funcionamento.

Sendo o décimo curso implantado em GV, surgiu em consonância com os propósitos da UFJF de colaborar com a formação de profissionais de excelência neste município e região. Da sua inauguração em 2014 até o final de 2022, o total de 18 (dezoito) turmas foram constituídas e 9 (sete) turmas colaram grau, sendo a primeira colação de grau em 31 de janeiro de 2018.

A criação deste *campus* foi aprovada pelo CONSU no dia 16 de fevereiro de 2012, Resolução nº 1/2012, iniciando as suas atividades no dia 19 de novembro do mesmo ano. Esta expansão da UFJF para outra região do Estado de MG é oriunda de uma demanda apresentada pela Universidade e por lideranças políticas locais ao governo federal, que pretendia viabilizar o estabelecimento de um polo educacional que

interligasse diversas áreas de atuação com as necessidades da mesorregião do Vale do Rio Doce, nos âmbitos de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Em GV, já estava em funcionamento a primeira instituição de ensino pública federal, o IFMG desde 2010, com oferta de cursos de nível médio/técnico, superior e pós-graduação *lato sensu* nas áreas de Engenharia e meio ambiente. Nesse sentido, a instalação de um *campus* da UFJF em GV veio consolidar a oferta de serviços de qualidade à população, além de desenvolver ciência e tecnologia, fatores de significativa demanda local, importantes na promoção de ações para o desenvolvimento regional e ampliação nas áreas de conhecimento e intervenção por meio da educação pública federal. Assim, foram criados os seguintes cursos de graduação presenciais: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Ciências Econômicas, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Educação Física, sendo a partir deles ofertadas em torno de 800 vagas anuais para o ensino superior.

Juntamente com o curso de Bacharelado em Educação Física, foi implantado o DEP EF do *campus* GV, vinculado à FAEFID. A gestão do curso contou em seu início com uma coordenadora de curso, professora Raquel de Magalhães Borges, e um chefe de departamento, professor Héglison Custódio Toledo, ambos com experiência anterior em gestão acadêmica. O corpo docente inicial contava com cinco professores efetivos com regime de dedicação exclusiva, sendo quatro doutores e uma mestre, além daqueles vinculados ao Departamento de Ciências Básicas da Vida (DCBV). Em agosto de 2014, outros sete docentes efetivos e em regime de dedicação exclusiva, com titulação de mestre, integraram o DEP EF de GV. A FAEFID foi responsável pela realização dos concursos destas vagas.

A matriz curricular inicial do curso foi a mesma ofertada no *campus* de JF e as atividades foram iniciadas nas dependências da UNIVALE, onde se encontravam instalados todos os demais cursos na área de saúde, bem como os laboratórios para atender às disciplinas do currículo básico, como Anatomia, Bioquímica, Fisiologia e, o laboratório para as disciplinas específicas, como Fisiologia do Exercício e Medidas e Avaliação em Educação Física. As aulas de outras disciplinas que possuíam carga horária de vivências práticas aconteciam nas dependências da Praça de Esportes –

espaço público gerido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, localizado no centro de GV. Posteriormente, em 2015, as dependências da unidade do Serviço Social do Comércio (SESC) em GV também foram utilizadas para as aulas práticas de disciplinas específicas. Desta maneira, o curso contava com espaços específicos para a prática como: piscina, ginásio coberto e sala de dança e ginástica.

A organização inicial do curso incluiu um diagnóstico de realidade pelo corpo docente, com a realização de visitas técnicas e o contínuo contato com profissionais liberais que atuavam na área de EF em GV e gestores municipais da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL). Desta aproximação, foi elaborado e coordenado pela professora Andréia Cristiane Carrenho Queiroz o primeiro projeto de extensão do curso: “Atividade física para prevenção e tratamento de doenças cardiometabólicas – Atividade Física e Saúde Cardiometabólica”, o qual continua em andamento desde julho de 2014, em parceria com a SMCEL de GV, e é desenvolvido em espaços públicos destinados à prática do exercício físico. O referido projeto inseriu o curso em ações de colaboração multidisciplinares no *campus*, como o Núcleo de Estudos da Pessoa Idosa (NEPI), que discute e desenvolve atividades sobre aspectos relacionados à saúde desta população. Além disso, a relação com o NEPI se desdobrou no envolvimento do DEP EF na organização dos Seminários Nacionais de Saúde Coletiva realizados no *campus* de GV e a participação de docentes e discentes do DEP EF em diversos eventos de extensão, por exemplo: Feiras de Saúde, atividades de lazer e saúde desenvolvidas por instituições filantrópicas e projetos sociais diversos, campanhas de conscientização no Dia Mundial do Diabetes, Dia Internacional do Idoso, ações de divulgação do curso junto à comunidade, entre outras. Estas atividades ampliaram as parcerias institucionais e o contato com profissionais de EF e outras áreas da saúde atuantes no município e seus distritos, assim como de outras regiões.

Ainda em 2014, foi formado pelos docentes Pedro Henrique Berbert de Carvalho, João Paulo Fernandes Soares e Doiara Silva dos Santos⁸, o primeiro grupo de estudo e pesquisa do departamento cadastrado no Conselho Nacional de

⁸ Atualmente, a docente Doiara Santos não compõe o corpo docente deste curso e é professora adjunta da Universidade Federal de Viçosa.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Núcleo de Estudos em Educação Física, Corpo e Sociedade (NECOS). Para a formação inicial, o grupo contou com a liderança de uma docente da FAEFID, a professora Maria Elisa Caputo Ferreira, e após 2016, com a conclusão do doutoramento do professor Pedro Henrique Berbert de Carvalho e posteriormente de outros pesquisadores do DEP EF, esta liderança passou a ser exercida somente por docentes vinculados a GV. Atualmente, conta com a participação de 11 pesquisadores, sendo 10 doutores e 1 mestre, e 16 estudantes com graduação concluída ou não, divididos em 4 linhas de pesquisa: 1) Socioantropologia das práticas corporais esportivas e do lazer; 2) Corpo, Cultura e Imagem Corporal; 3) Estudos socioculturais, Esporte, Lazer e Memória; 4) Educação socioambiental e práticas corporais alternativas⁹. Entre os pesquisadores associados, 3 doutoras são vinculadas a outras instituições parceiras (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC).

Novamente sobre o primeiro ano de funcionamento do curso, em 2014, o corpo docente elaborou um Projeto Pedagógico adequado às necessidades e potencialidades regionais, com nova organização e matriz curricular. Esse Projeto foi apresentado pela coordenadora do curso à direção e docentes da FAEFID numa reunião ocorrida no *campus* de JF, em setembro de 2014. Neste mesmo mês foi aprovado no Conselho da FAEFID, sendo encaminhado pela secretaria desta unidade ao Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) da UFJF, do qual obteve aprovação, conforme Resolução nº 94/2014, em dezembro de 2014.

Diante da aprovação, em abril de 2015, o CONSU, por meio da Resolução nº 12/2015, criou o Curso de Educação Física do *campus* de GV, desvinculando-o da FAEFID, extinguindo as vagas disponibilizadas e criando outras 80 vagas anuais, próprias do referido *campus*. A relação com a FAEFID perdurou por meio de colaboração de docentes do DEP EF em projetos desenvolvidos por ela, realização de visitas técnicas aos espaços do *campus* de JF, realização de atividades acadêmicas em parcerias com docentes da FAEFID.

⁹ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3760728784730680>. Acesso em: 20 jun. 2021; e no site do NECOS: <https://www.ufjf.br/necos/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Por outro lado, esta nova configuração do curso possibilitou a organização e criação de comissões e órgãos de gestão pedagógica e administrativa, ampliando as responsabilidades e formas de participação de docentes, discentes e Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), antes centradas somente no Conselho Departamental. Passaram a funcionar de forma regulamentada desde 2016: o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado de Curso, a Comissão Orientadora de Estágio (COE), a Comissão de Atividades Complementares, a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso. Essas comissões e órgãos elaboraram regimentos, diretrizes e normativas para seu funcionamento e desenvolvimento dos componentes curriculares e da avaliação e atualização do curso.

Em 2015, o curso inaugurou o seu site¹⁰ com a finalidade de divulgar e melhor informar a comunidade interna e externa à UFJF, de ambos os *campi*, sobre o seu funcionamento e ações. Do mesmo modo, o DEP EF intensificou a divulgação da existência do curso de EF nas redes de ensino médio pública e privada de GV. Outras importantes ações que aconteceram em 2015 são listadas a seguir: 1) A fundação do Diretório Acadêmico de Educação Física e Desportos (DAEFID) pela iniciativa dos discentes Keveenrick Ferreira Costa, Gabriella Martins Perpétuo Barbalho e Maurício Germano; 2) A secretaria do DEP EF passou a contar com uma TAE, Karine Rocha Nery, e, nos anos seguintes, conforme o crescimento do curso, outros TAEs foram contratados para apoio administrativo das atividades do Departamento, que até o presente conta com o trabalho de três TAEs: Bruna Oliveira Silva, Josias Rodrigues da Silva e Stephen Procopio Rodrigues; 3) A bibliografia prevista no PPC passou a ser adquirida e a ficar disponível na biblioteca do *campus* GV e, atualmente, possui obras físicas e digitais disponibilizadas a toda comunidade da UFJF; 4) A implantação, pelo docente Marcus Vinícius da Silva, do primeiro projeto de extensão esportivo e destinado ao público infantil e adolescente (7 a 17 anos), o “Centro de Iniciação, formação e rendimento no Atletismo”. Este projeto é desenvolvido desde agosto de 2015 na pista de atletismo da Estação Olímpica, numa parceria com a PMGV, e

¹⁰ Disponível em: <https://www.ufjf.br/educacaofisicagv/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

promoveu eventos de formação profissional e campeonatos divulgados na mídia local, ampliando o conhecimento da população sobre as ações do DEP EF. Mesmo no período de afastamento do professor Marcus para cursar o Doutorado, o projeto se manteve sob coordenação dos professores substitutos João Paulo Nogueira (2017-2019) e Renato Siqueira Souza (2019-2021).

Em novembro de 2015, com a aprovação do Regimento Interno da UFJF/GV, Resolução nº 35/2015, instituiu-se a estrutura administrativa do *campus* GV compreendendo: Direção Geral do *campus*; duas Unidades Acadêmicas (Instituto Ciências da Vida - ICV e o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA); Coordenações e Gerências; Conselho Gestor; e Setores Administrativos e de Apoio. O DEF EF ficou lotado no ICV, juntamente com os departamentos de Medicina, Fisioterapia, Farmácia, Nutrição, Odontologia e Ciências Básicas da Vida.

A consolidação da pesquisa e de possibilidades de formação continuada para os futuros egressos do curso de EF, foram viabilizadas a partir de 2015 com o credenciamento de dois docentes do DEP EF, professora Andréia Cristiane Carrenho Queiroz e professor Ciro José Brito, ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em EF, de associação ampla entre a Universidade Federal de Viçosa – UFV/Departamento de Educação Física e a UFJF/FAEFID. Com este credenciamento e abertura das primeiras vagas em nível de Mestrado e Doutorado do *campus* de GV foi proporcionada a formação de pesquisadores e futuros candidatos para a atuação na carreira do magistério superior da região do Vale do Rio Doce e de demais interessados, por meio da concorrência de Edital público com seleção realizada no primeiro semestre de cada ano. Neste Programa de Pós-graduação, os docentes do DEP EF credenciados, orientam discentes de Mestrado e de Doutorado. Alguns egressos deste Programa estão atuando no Ensino Superior como docentes em cursos de EF existentes em outras instituições. Também consta a internacionalização da EF do *campus* GV por meio da parceria estabelecida desde 2018 entre o referido programa com a *Universidad Santo Tomás*, do Chile, que tem viabilizado intercâmbio de pesquisas, equipamentos, docentes e discentes. Posteriormente, a abertura de outro Programa de Pós-Graduação por docentes do ICV viabilizou, desde 2019, o credenciamento de novos docentes do DEP EF no

Mestrado Acadêmico em Ciências Aplicadas à Saúde e, conseqüentemente, a ampliação de vagas para mestrandos.

A inserção do curso no Programa de Educação pelo Trabalho (PET) para a Saúde do *campus* de GV, em 2016, viabilizou a participação de docentes e discentes em ações interdisciplinares, que envolvem todos os cursos do ICV e profissionais dos serviços de saúde do município de GV e do estado de MG, para o fortalecimento da integração ensino-serviço-comunidade, aproximando-os da realidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Até 2022, tinham participado deste Programa os docentes Andréia Cristiane Carrenho Queiroz, Pedro Henrique Berbert de Carvalho, Cristiano da Silva Diniz, Silvana Lopes Nogueira Lahr e Meirele Rodrigues Gonçalves (atualmente professora responsável), além dos discentes voluntários e bolsistas. Ainda com relação à intervenção interdisciplinar no campo da saúde, o DEP EF mantém, desde 2016, representação na gestão do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES). Recentemente, em maio de 2021, os membros do COAPES passaram a compor a Comissão de Integração das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (CIEPE), vinculada ao ICV.

Entre 2016 e 2017, o DEF EF organizou e realizou concurso público para 7 (sete) vagas de docentes efetivos com titulação de Doutores, ampliando o corpo docente com a posse dos candidatos aprovados. Em função do número de docentes efetivos com titulação de Mestre no início do curso, o DEF EF vivenciou, entre 2016 e 2021, um período em que foi necessário o incentivo à qualificação para que todos fossem titulados como Doutores. Assim, quatro docentes obtiveram afastamento integral para o doutoramento em universidades federais no Brasil, um docente teve afastamento para cursar Pós-Doutorado no *campus* sede da UFJF e dois docentes tiveram afastamento para cursar o Pós-Doutorado em instituições internacionais. Para que estes afastamentos fossem viabilizados, o departamento realizou processos seletivos para a contratação de professores substitutos. Três vagas para docentes efetivos com titulação de Doutor, oriundas de um processo de redistribuição, um de exoneração e outra de remoção do cargo de um docente, foram preenchidas por meio de concurso público realizado em maio de 2022. No último, a remoção ocorreu em 2017, e em 2021 o Instituto de

Ciências da Vida recebeu 03 (três) novos códigos de vaga, sendo um deles (conforme aprovação no Conselho do ICV) alocadas para o departamento de Educação Física. Assim, até dezembro de 2022, o curso conta com vinte e três Doutores em exercício, sendo dezenove efetivos do DEP EF e quatro de outros departamentos, sendo três efetivos e um deles, substituto.

Em 2017, mudanças foram efetivadas, sendo algumas delas relacionadas à infraestrutura e outra ao reconhecimento do curso pelo MEC. Citam-se primeiro as relacionadas à infraestrutura: em função do término do contrato com a UNIVALE, os departamentos e cursos vinculados ao ICV passaram a funcionar na unidade da UNIPAC e do Pitágoras. Portanto, a estrutura administrativa do DEP EF foi instalada no prédio da UNIPAC, onde passaram a ocorrer as aulas teóricas, reuniões do Conselho Departamental, do Colegiado de Curso e de suas comissões, colações de grau, eventos acadêmicos, dentre outras atividades. Segundo, devido a expansão das atividades de ensino e extensão, as aulas práticas específicas começaram a ser realizadas no Clube Recreativo Filadélfia, o qual disponibilizou, por meio de contrato de aluguel¹¹, os seguintes espaços: quadra de futebol *society*, ginásio coberto poliesportivo, sala de lutas, laboratório de Medidas e Avaliação em Educação Física e Treinamento Esportivo, piscina olímpica, almoxarifado e sala de apoio para atividades teóricas e reuniões. A Estação Olímpica, que cedia a pista de atletismo para atividades de extensão, também passou a sediar as atividades de ensino da disciplina “Atletismo”. Até o presente, os contratos com a UNIPAC e Clube Filadélfia e a parceria com a Estação Olímpica permanecem, assim como outros contratos de uso de espaço como a Faculdade Pitágoras e convênios com instituições públicas e privadas que colaboraram com a formação de discentes em Estágio Supervisionado obrigatório e não-obrigatório, acolhem atividades de extensão e práticas de ensino. A respeito desses últimos, somam em aproximadamente dezenove convênios que envolvem a Prefeitura local, clubes esportivos, instituições hospitalares, entidades filantrópicas, academias de ginástica,

¹¹ Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças / Coordenação de Contratos - Contrato nº 10/2017.

studios, entre outras. Em agosto de 2022 a estrutura administrativa do DEP EF foi instalada no prédio Pitágoras.

Nos primeiros anos do curso, foi adquirida a maior parte do material bibliográfico disponibilizado pela biblioteca do *campus* aos alunos. Com relação às obras físicas, foram adquiridos até 2021 o total de 223 títulos e 1247 exemplares relacionados às referências bibliográficas mencionadas no PPC¹².

No tocante ao reconhecimento do curso pelo MEC, ele se deu em 24 de agosto de 2017, conforme a Portaria nº 939 SERES/MEC. Naquela ocasião, o DEP EF contava com três TAEs e o corpo docente do curso era composto por vinte e quatro professores: dezesseis docentes efetivos do DEP EF, sendo onze Doutores e cinco Mestres em doutoramento; cinco docentes efetivos do DCBV, sendo quatro Doutores e um Mestre; e, três docentes substitutos do DEP EF, sendo dois Mestres e um Especialista.

Com relação à gestão do curso, assumiram a coordenação desde seu início e em diferentes períodos até junho de 2021, quatro docentes coordenadores e três vice-coordenadores. Os dois primeiros coordenadores foram indicados pela direção da FAEFID e não contavam com vice-coordenadores. A partir de 2016, ocorreram três mandatos eleitos (coordenador e vice-coordenador) em processo eleitoral aberto a todos integrantes do departamento, docentes, TAEs e discentes. De maneira similar, ocorreu com a chefia do DEP EF, que foi assumida inicialmente por um docente indicado pela FAEFID e, posteriormente, por chefes e subchefes eleitos por aclamação em reuniões do DEP EF. Desta maneira, já assumiram a chefia do departamento 5 (cinco) docentes e a subchefia 4 (quatro) docentes.

Com relação aos projetos de ensino – treinamentos profissionais e monitorias –, extensão e pesquisa, os primeiros anos do curso até seu reconhecimento foram de proficuas articulações com parceiros internos e externos, bem como o conhecimento das necessidades e potencialidades locais. A participação dos docentes nos Editais de seleção de projetos da UFJF viabilizou a expansão destas ações. Como resultado, foram desenvolvidos sob a coordenação ou com colaboração de docentes e discentes do DEP

¹²Disponível em: <https://www.ufjf.br/educacaofisicagv/files/2016/04/PPC-Bacharelado-em-Educa%3%a7%3%a3o-F%3%adsica-Campus-GV.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

EF até 2020 a soma de: 75 (setenta e cinco) projetos de pesquisa, 66 (sessenta e seis) projetos de extensão, 49 (quarenta e nove) projetos de treinamento profissional e 48 (quarenta e oito) projetos de monitoria.

Os projetos de pesquisa vinculam-se aos grupos de pesquisa do próprio DEP EF, aos Trabalhos de Conclusão de Curso, a ações em conjunto com os Programas de Pós Graduação *Stricto Sensu* citados anteriormente, a parcerias estabelecidas pelos pesquisadores do departamento com pesquisadores externos e a ações derivadas de projetos de extensão. Além do grupo de pesquisa NECOS, desde 2017 o DEP EF conta com o Núcleo de Estudos em Biodinâmica do Movimento e Saúde (NEBIMS), liderado pelas docentes Meirele Rodrigues Gonçalves e Silvana Lopes Nogueira Lahr e registrado no CNPq. O NEBIMS abrange seis linhas de pesquisa¹³: 1) Avaliação Física; 2) Capacidade funcional e comportamento motor; 3) Efeitos do treinamento físico nos fatores de risco para doenças cardiometabólicas; 4) Envelhecimento humano; 5) Epidemiologia da Atividade Física e do comportamento sedentário; 6) Treinamento físico em populações especiais. Atualmente participam do grupo, além das líderes, um docente Doutor do departamento de Fisioterapia e oito discentes de graduação.

Os projetos de extensão compreenderam a atuação com diferentes grupos e realidades: pessoa com deficiência, população atingida pelo derramamento de lama de rejeito de minério na bacia do Rio Doce¹⁴, população residente nos distritos rurais, crianças em situação de vulnerabilidade social, população atendida pelos serviços de saúde, idosos residentes em Instituições de Longa Permanência, policiais militares, jovens universitários, pessoas que vivem com Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), adultos e idosos interessados em atividades físicas com ou sem comorbidades. As ações envolveram atividades gratuitas de educação e lazer por meio do ensino da ginástica, futebol, handebol e atletismo, da prescrição de exercícios físicos, da

¹³ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/325967>. Acesso em: 15 set. 2021.

¹⁴ Em novembro de 2015, milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério das empresas Samarco/Vale/BHP atingiram a bacia do Rio Doce após rompimento da barragem do Fundão, localizada no município de Mariana – MG, correspondendo a maior tragédia socioambiental da história do país, com devastação de dimensões sem precedentes. Governador Valadares foi a maior cidade atingida pela lama, que percorreu mais de 800 km nos Estados de MG e ES (BANDEIRA; BORGES, 2018).

realização de atividades recreativas e de participação social, da orientação sobre atividade física e saúde. A partir de um dos projetos, o “Futebol base para o futuro” (projeto de extensão) foi criado em 2017 pelo professor Cristiano Diniz da Silva atendendo alunos da rede pública de ensino em situação de vulnerabilidade social no contraturno escolar. Outras ações envolvendo interfaces pesquisa-ensino-extensão também estão presentes no Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciências Aplicadas ao Futebol (GEPCAF) que congrega atualmente 4 pesquisadores doutores (3 docentes efetivos do DEP EF e 1 da FAEFID) e 4 mestres (docentes substitutos do DEP EF) e 15 discentes de graduação em duas linhas de pesquisa: 1) Processos formativos do futebolista; Simulação, monitoramento e gerenciamento de carga de trabalho no futebol; Fadiga, estratégias e cinéticas recuperativas; Análise de jogo; Métricas de desempenho; 2) Estudo histórico-social da constituição do futebol enquanto esporte moderno e de suas particularidades no contexto nacional e mineiro; compreensões de suas possíveis relações com a política, a economia, o nacionalismo, o poder e os processos educativos de maneira geral.

Desde 2018, o curso tem intensificado suas ações para a inclusão da pessoa com deficiência e formação complementar de discentes visando uma atuação profissional inclusiva. Isto foi possível com a representação por três anos de uma docente no Grupo de Trabalho (GT) sobre Acessibilidade - GT Acessibilidade¹⁵ – *campus* de GV, professora Silvana Lopes Nogueira Lahr, estando como coordenadora por 2 anos e 9 meses deste GT. Dentre as ações desenvolvidas pelo GT estão: acompanhamento semanal de alunos, promoção de eventos com capacitação, produção de material (Procedimento Operacional Padrão - POP, vídeos, materiais em redes sociais e site), entre outros, realizados por meio de projetos de monitoria, treinamento profissional e extensão, abertos à comunidade universitária dos dois *campi* da UFJF, com objetivo de orientar e informar sobre os processos de inclusão e acessibilidade, bem como oferecer suporte de acompanhamento acadêmico para os discentes com deficiência e/ou transtornos do neurodesenvolvimento do *campus* GV. Entre os discentes do curso de EF,

¹⁵ Site do GT Acessibilidade: <https://www2.ufjf.br/gtaccessibilidadeufjfgv/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

foram acompanhados pelo GT Acessibilidade até então 7 (sete) pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento e deficiências, além do contato constante com a coordenação de curso e os respectivos docentes, na busca de melhora da inclusão e acessibilidade de tais alunos. Sendo assim, os docentes são comunicados e orientados por este GT quando um destes alunos está matriculado nas disciplinas que leciona.

Diante da Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº 6, de 18 dezembro de 2018, que instituiu novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em EF, o Colegiado do Curso e o NDE dedicaram-se a mobilizar os docentes e sistematizar o trabalho de reforma curricular. Os trabalhos foram iniciados no começo de 2018 e concluídos no final de 2021, com reuniões sistemáticas que envolveram docentes, discentes e TAEs por áreas de conhecimento para discutir sobre a avaliação de reconhecimento do Curso pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as possibilidades de adequação às novas diretrizes curriculares, as avaliações internas e análise sobre o quadro atual de atuação do profissional de EF. Este novo currículo foi implementado no início de 2022, e outra reforma foi iniciada em meados deste mesmo ano, a fim de cumprir o que determina na Resolução Nº 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura (CONEXC) e da Resolução Nº 75/2022 do CONGRAD no que se refere às atividades de extensão como parte do currículo de graduação do curso.

Em 2020 e 2021, devido à pandemia do coronavírus – COVID19, todas as atividades dos docentes e TAEs do DEP EF aconteceram remotamente, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e regulamentações da UFJF, como: Resoluções CONSU nº 32 e 33/2020, Resolução CONGRAD nº 30/2020 e nº 10/2021, Resolução CSPP nº 03/2020. Tal situação afetou a dinâmica da comunidade acadêmica, intensificando o uso das plataformas digitais e aplicativos de internet para a realização de reuniões, aulas, atividades de extensão, eventos, orientações, pesquisas e monitorias. A adaptação a esta nova forma de trabalhar envolveu revisão de ações dos planejamentos dos projetos, novas aprendizagens e experiências pedagógicas e digitais e reorganização da rotina de trabalho e de estudos.

Por fim, no quesito assistência estudantil e social, entre 2014 e 2021, o *campus* GV conferiu assistência a 158 (cento e cinquenta e oito) estudantes do curso de EF, e desde a instalação da pandemia, alguns docentes do DEP EF se envolveram em ações direcionadas à prevenção na pandemia ou outras questões, como trabalho. Destacam-se as participações de 2 (dois) docentes do DEP EF em Comitê/Comissões Institucionais sobre Biossegurança, Infraestrutura e Saúde em relação à pandemia da COVID-19 (Comitê de Monitoramento e Orientação de Conduta sobre o coronavírus da UFJF; Grupo de Trabalho Extraordinário para assessorar a Direção Geral do *campus* de GV para as questões relacionadas à pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente coronavírus; Comissão de Infraestrutura e Saúde do *campus* GV; Comissão Local de Biossegurança do ICV) e as participações de docentes do DEP EF coordenando ou colaborando para o desenvolvimento dos seguintes Programas/Projetos de extensão: “COVID Zero: prevenção da transmissão pelo novo coronavírus e medidas para o enfrentamento da pandemia”; “COVID Zero: educação em saúde para o enfrentamento à pandemia da COVID19”; “COVID Zero: Estratégias de mobilização social e comunicação no enfrentamento da pandemia de COVID19 na macrorregião Leste de Saúde de Minas Gerais”; Programa de extensão: “COVID Zero: cenário epidemiológico, educação, saúde, assistência e mobilização social para o enfrentamento à pandemia”; Projeto de pesquisa: “O focalizador de Dança Circular na pandemia COVID-19”.

2.3 REFERÊNCIAS LEGAIS

As determinações legais, como Leis, Resoluções e Pareceres referenciais foram utilizados para assegurar a legalidade e conformidade das normativas, sendo fundamentais na projeção da dinâmica curricular do curso de Bacharelado em Educação Física. Desta maneira, a fundamentação legal do curso compreende:

- **Lei CONFEF nº 9.696/1998** - Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.
- **Resolução CNS nº 287/1998** - Dispõe sobre a caracterização dos profissionais de saúde para fins de atuação.
- **Lei nº 9.795/99** - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- **Decreto nº 4281/2002** – Regulamenta a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- **Resolução nº 1/2004** – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- **Decreto nº 5626/2005** – Regulamenta a Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000.
- **Parecer CNE/CES nº 213/2008** – Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;
- **Resolução CNE/CES nº 4/2009** - Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia,

Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

- **Resolução CNE/CP nº 1/2012** – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- **Lei nº 13146, de 6/2015** - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- **Resolução CNE/CES nº 06/2018** – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Educação Física e dá outras providências.
- **Resolução CNE/CES nº 07/2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Os documentos oficiais da UFJF também nortearam a concepção do curso, especialmente: **Estatuto da UFJF** (Portaria MEC nº 1.105, de 28 de setembro de 1998); **Regimento Geral da UFJF**; **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2022-2027**; **Regulamento Acadêmico de Graduação - RAG** (Resolução CONGRAD nº 23/2016 e suas alterações - Resolução CONGRAD nº 44/2018, Resolução CONGRAD nº 60/2019, Resolução CONGRAD nº 61/2019, Resolução CONGRAD nº 75/2019, Resolução CONGRAD nº 21/2020, Resolução CONGRAD nº 22/2020, Resolução CONGRAD nº 95/2022); e a **Resolução PROGRAD nº 75/2022** que normatiza a inserção da extensão nos currículos de graduação da UFJF.

3. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO

3.1 GRAU CONFERIDO: Bacharel em Educação Física

3.2 QUANTIDADE DE VAGAS

Número de vagas por semestre: 40

Número de vagas anuais: 80

3.3 TURNO DE OFERTA: Integral

3.4 MODALIDADE: Presencial

3.5 LOCAL DE OFERTA: UFJF - *campus* Avançado de Governador Valadares - MG

3.6. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

- ❖ Integralização curricular: 4,0 anos (8 períodos)
- ❖ Tempo mínimo: 4,0 anos (8 períodos)
- ❖ Tempo máximo: 8,0 anos (16 períodos letivos)

Carga horária (CH) total: 3300 horas

3.7 DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO: 17/03/2014

3.8 AUTORIZAÇÃO: Resolução CONSU nº 17/2013

3.9 RECONHECIMENTO: Portaria nº 939, de 24 de agosto de 2017, Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

3.10 INGRESSO NO CURSO

Conforme disposto pelo Estatuto da UFJF, Portaria nº 1.105, de 28 de setembro de 1998 – Conselho Nacional de Educação, cabe ao CONGRAD “aprovar critérios de

seleção para preenchimento de vagas existentes nos cursos oferecidos pela Universidade”. De acordo com Regimento Geral da UFJF, Resolução nº 13/99 – CONSU,

Art. 44- O ingresso nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da Universidade ocorrerá através de processo seletivo, ficando assegurado aos candidatos que tenham atendido às exigências especificadas no Edital pertinente.

Parágrafo único - O processo seletivo, bem como as demais formas de ingresso definidas pela legislação em vigor, serão disciplinados através do Regulamento específico.

Os critérios de seleção para preenchimento de vagas existentes nos cursos oferecidos pela Universidade, incluindo o Curso de Graduação em EF da UFJF-GV, estão estabelecidos no Regulamento Acadêmico de Graduação (RAG), aprovado pela Resolução nº 23/2016 do CONGRAD. Consideram-se ainda demais resoluções emitidas pelo CONGRAD que versam sobre o ingresso nos cursos da UFJF, como as Resoluções nº 44/2018 e nº 61/2019.

A Resolução nº 44/2018 do CONGRAD define as seguintes possibilidades de ingresso nos cursos da UFJF: processo seletivo público de ingresso originário; para o segundo ciclo em cursos de dois ciclos; para obtenção de nova graduação na mesma Área Básica de Ingresso; pelos programas de convênio; por transferência de aceitação obrigatória; para refugiados políticos; e, por vagas ociosas, para os cursos presenciais, de acordo com edital específico. Existem ainda as possibilidades de ingresso por meio de: vagas excedentes dos processos seletivos públicos originários; por reinscrição ao curso de origem; por mudança de curso e de *campi*, por transferência; e, para obtenção de outra graduação. Já a Resolução nº 61/2019 do CONGRAD substitui a Resolução nº 44/2018 que altera o Título II do RAG. O RAG, aprovado pela Resolução nº 23/2016 do CONGRAD, encontra-se na íntegra em <https://www2.ufjf.br/prograd/wp-content/uploads/sites/21/2020/02/RAG-Regulamento-Acad%C3%AAmico-da-Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

3.11 JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO

A inatividade física representa um grande problema de saúde pública, com impacto significativo nos sistemas de saúde, na economia, no bem-estar e na qualidade de vida da população. Por isso, aumentar a prática de atividade física de brasileiros de todas as idades deveria ser uma prioridade. Baixos níveis de atividade física e tempo em comportamento sedentário elevado estão associados ao maior risco de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis e de mortalidade por todas as causas. Adicionalmente, à medida que os países se desenvolvem do ponto de vista econômico, os níveis de inatividade aumentam (WHO, 2018). No Brasil, por exemplo, segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio do ano de 2015, apenas 37,9% da população brasileira com 15 anos ou mais de idade praticaram esportes e outras atividades físicas no período de referência de 365 dias (IBGE, 2017). De modo semelhante, já foi demonstrado que 31,1% das crianças e adolescentes brasileiros (6 a 19 anos) não atingem o mínimo de atividade física recomendada pelas diretrizes mundiais (60 minutos ou mais de atividade física moderada a intensa) (SILVA *et al.*, 2018).

Vale destacar ainda, o potencial de formação cidadã por meio do esporte e do lazer. Nesse sentido, a Constituição Brasileira confere ao Estado a responsabilidade de agir em prol da garantia de acesso a atividades físicas, esportivas e de lazer da população (BRASIL, 1988). Portanto, cabe ao Estado propor estratégias para aumentar o conhecimento e a valorização dos múltiplos benefícios de tais práticas e manifestações culturais do movimento, criando e mantendo ambientes comunitários seguros que as favoreçam, bem como oferecendo acesso equitativo a programas de atividades físicas à população, a partir de orientação profissional adequada. O bacharel em EF é o profissional apto a avaliar, realizar diagnósticos, definir procedimentos, orientar, desenvolver, identificar, planejar, coordenar, supervisionar e assessorar atividades físicas, desportivas e similares em diferentes faixas etárias e condições (CONFEEF, 2002).

Sendo assim, a fim de criar sociedades ativas, é necessário fomentar a formação e capacitação desses profissionais. É papel fundamental do graduado em EF, transmitir

para à sociedade o entendimento da importância das diferentes formas de manifestações e expressões culturais do movimento humano (exercícios físicos, ginásticas, jogos, esportes, lutas, artes marciais e dança), bem como a criação de estratégias ou políticas de promoção de ações para esse fim. Entretanto, para intervir com responsabilidade, autonomia e criticidade e, conseqüentemente, com capacidade para oferecer serviços de qualidade à comunidade, o profissional necessita de formação acadêmica geral e específica, pautada em competências, conhecimentos, habilidades e atitudes, por meio de conhecimentos e experiências reais, problematizadas e contextualizadas, com a garantia da incorporação de inovação científica e tecnológica, sem desprezar as evidências científicas, na busca da valorização da aprendizagem e da educação emancipatória, cidadã e ética.

A formação de profissionais capazes de contribuir em processos de transformação social e econômica com sustentabilidade se concretiza por meio de ações que envolvam, de forma indissociável, a articulação dos três pilares da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Esse diferencial formativo possibilita a formação integral do bacharel em EF, tanto nos aspectos técnicos e científicos quanto nas questões éticas, políticas e sociais. Portanto, no sentido prático, o acesso da população ao ensino superior e à qualificação profissional de excelência beneficia direta e indiretamente a comunidade local e regional com promoção de diversas ações. E no caso particular da EF, principalmente, soluções governamentais integradas aos serviços de saúde e sociais.

Além dos motivos anteriormente apresentados, o curso de graduação em EF da UFJF/GV justifica-se pela necessidade de ampliação do desenvolvimento econômico e social do município e da região do Vale do Rio Doce. Dentre as cidades que compõem as meso e microrregiões do Vale do Rio Doce, GV destaca-se como a mais populosa, com estimativa de 282.164 habitantes em 2021, sendo a 9ª cidade mais populosa do estado de MG (IBGE, 2021). Em termos econômicos, em 2020, a proporção de pessoas ocupadas em relação a população total era de 23% e o salário médio mensal de 1,9 salários mínimos (IBGE, 2021). Ainda, em 2010, 35,3% dos habitantes viviam em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que

coloca o município em 508º lugar entre os 853 municípios mineiros, em relação ao rendimento (IBGE, 2021).

Destaca-se como uma das grandes vantagens comparativas de GV frente às outras cidades da região, o seu posicionamento geográfico estratégico: a cidade encontra-se em um importante entroncamento rodo-ferroviário, sendo servida pela ferrovia Vitória-Minas, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e pela rodovia Rio-Bahia (BR-116), estando também ligada à capital mineira pela BR-381. Cidadãos das mais diversas cidades procuram GV para os serviços de educação, saúde e o comércio em geral. Além disso, esse posicionamento facilita a movimentação de estudantes, docentes e técnicos administrativos das cidades do entorno para GV.

Diante desse cenário, verifica-se que a consolidação de uma Universidade pública de nível superior na região, que ofereça cursos da área da Saúde, prioritariamente, para minimizar os agravos de saúde e o incentivo às manifestações culturais do movimento, e assim modificar a realidade local. Pois, além das instituições federais de ensino superior destinarem, por lei, metade de suas vagas ao sistema de cotas (renda, raça ou grupo étnico e deficiência) ou ações afirmativas, a execução de projetos de pesquisa e de extensão certamente contribuem para o desenvolvimento de toda a microrregião de GVs e a mesorregião do Vale do Rio Doce. Especificamente, o curso de bacharelado em EF da UFJF/GV justifica-se social e institucionalmente pela necessidade de ampliação do desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade frente às demandas e prioridades do município e da região do Vale do Rio Doce. Esta formação visa atender às necessidades do mercado de trabalho da EF no Brasil, que vem se expandindo devido à ênfase da conscientização sobre a importância da prática de atividades físicas na promoção da qualidade de vida, esporte e saúde.

A atuação de profissionais bacharéis autônomos, em instituições e órgãos públicos e privados de prestação de serviços em atividade física, desportiva e/ou recreativa, é também carente.

Nesse contexto, a presente proposta curricular do curso de Bacharelado em EF da UFJF/GV, deixa explícita a sua responsabilidade social na construção e desenvolvimento do sistema de saúde e estímulo à prática de atividade física efetivo,

por meio da formação de bacharéis que além de suas competências e habilidades profissionais, reconheçam e vivenciem suas responsabilidades no campo da Saúde Pública, compreendendo também sua importância sobre o fomento, gestão, empreendedorismo e intervenção frente às práticas desportivas formais e não formais. Para além disso, a consolidação do curso permite, cada dia mais, a inserção efetiva e integradora nos processos de Atenção à Saúde, Gestão e Educação em Saúde em nível nacional, mais marcadamente na macrorregião de GV. Isso inclusive já é notado pela integração do seu corpo técnico aos Programas de Pós-Graduação. Por fim, considera-se que seu pleno desenvolvimento irá contribuir com os esforços de outros cursos também existentes na Instituição, no combate à pobreza, à marginalização e às desigualdades sociais na região. O curso também é uma chave importante da UFJF no fazer cumprir de sua missão ao:

“Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida” (Art. 5º do Estatuto da UFJF).

4. O PROJETO PEDAGÓGICO

4.1 CONCEPÇÃO GERAL

A elaboração deste Projeto Pedagógico foi realizada de maneira participativa, envolvendo, no processo de reforma do currículo originário, o corpo docente, discentes e TAEs do DEP EF, ICV, UFJF/GV. Para efetivar sua implantação, a coordenação de curso e o NDE, desenvolveram uma sistemática de grupos de trabalho que aprofundaram, por temas, sobre o arcabouço legal, as características locais e regionais, as demandas sociais e econômicas da comunidade, assim como as possibilidades de crescimento da área da EF. Nesse sentido, o corpo docente se empenhou na reflexão e definição das proposições pedagógicas, metodologias de ensino e métodos de avaliação do processo ensino-aprendizagem integralmente alinhados às normativas institucionais.

Visando a consolidação do campo de abrangência e a incorporação de inúmeras ações no PPC de EF, foram consideradas possíveis metodologias ativas de ensino-

aprendizagem à serem utilizadas; as estruturas curriculares que integram conhecimentos da formação geral e da formação específica, bem como a articulação da teoria com a prática. Ademais, foram considerados importantes fatores como: as vivências continuadas em cenários de práticas diversificadas, planejamento curricular que considere as prioridades e as necessidades dos indivíduos, famílias e comunidades, e o contexto em que o curso se insere.

Com a educação acompanhando, em especial, as mudanças tecnológicas e socioculturais recentes, surgiram demandas relacionadas à remodelação da formação acadêmica, visto que as competências, habilidades e atitudes, que contemplem conhecimentos e experiências reais, problematizadas e contextualizadas, são cada vez mais necessárias na atuação profissional. Assim, a atualização deste PPC, seguindo as recomendações das DCNs (Resolução nº 6/2018), busca contemplar essas características.

Diante da imprescindibilidade da articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requeridas do egresso para o futuro exercício profissional, a formação do Bacharel em EF desdobrar-se-á em duas etapas, a comum e a específica. A etapa comum, tem como escopo garantir a autonomia do discente para escolha futura da formação específica, enquanto a etapa específica visa qualificar o discente para a intervenção profissional em diversas áreas da EF, além de outros campos relacionados às práticas de atividades físicas, recreativas e esportivas por meio da aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e habilidades profissionais. A implementação da formação geral e específica almeja sanar as necessidades gerais da formação dos ingressos e propiciar a incorporação de inovações científicas e tecnológicas na busca da valorização da aprendizagem e da educação emancipatória, cidadã e ética.

A EF é uma área de conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança e da atividade física, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da

cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer. A finalidade é possibilitar que as pessoas, independentemente de idade, de condições socioeconômicas, físicas e mentais, de gênero, de etnia e de crença, tenham o conhecimento e a possibilidade de acesso à prática das diferentes expressões e manifestações culturais do movimento humano, compreendidas como direito inalienável de todo(a) cidadão(ã) e como importante patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana.

4.2 OBJETIVOS DO CURSO

OBJETIVO GERAL

O objetivo do curso é garantir sólida formação acadêmica e excelência nos aspectos éticos, científicos, técnicos e humanísticos no campo de atuação do Bacharel em EF. Para tal, serão realizadas atividades acadêmicas que preparem o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e do exercício profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Formar bacharéis em EF para atuação nas diferentes dimensões de seu campo profissional, com pleno domínio do corpo de conhecimento da área, dos temas transversais e de suas tecnologias, bem como das práticas para sua produção, difusão, avaliação e socialização;
2. Desenvolver competências técnicas e instrumentais a partir de atitude ética, crítica e reflexiva, com vistas à construção de posturas autônomas diante da própria formação e de seu campo de atuação profissional;
3. Formar bacharéis em EF capazes de definir procedimentos, avaliar, planejar, ministrar, orientar, prescrever, desenvolver, coordenar, supervisionar, lecionar, assessorar, organizar e dirigir atividades físicas, desportivas e similares, nas suas

diversas manifestações e objetivos, de modo a atender às diferentes expressões do movimento humano presentes na sociedade, considerando o contexto social e histórico-cultural, as características regionais e os distintos interesses e necessidades. Ainda, tais profissionais devem estar aptos para a intervenção profissional em práticas corporais no campo da saúde, esporte, cultura e lazer, incluindo as atividades de aventura;

4. Formar profissionais aptos a atuarem em equipes multidisciplinares, que sejam capazes de planejar, assessorar, operacionalizar e avaliar programas e projetos ligados às Políticas Públicas e institucionais de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
5. Ampliar o acesso da comunidade às práticas de atividades físicas, esportivas, de reabilitação, de lazer e qualidade de vida por meio de políticas públicas e do fomento de projetos de extensão, pesquisa e ensino, tendo como referência o caráter indissociável de tais campos formativos;
6. Articular a formação inicial e continuada, tendo como premissa a autonomia do(a) graduando(a) para o contínuo aperfeiçoamento, mediante diversas formas de aprendizado;
7. Permitir ao acadêmico inserir-se no contexto social e profissional, contribuindo assim para o desenvolvimento e inovação da área da Saúde, Esporte, Cultura e Lazer;
8. Formar profissionais aptos para atuar com a promoção, proteção e recuperação para a saúde e melhora da qualidade de vida, assegurando a integralidade da atenção em saúde e a qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, às famílias e às comunidades.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

A estrutura curricular proposta para o Curso de Graduação em EF (Bacharelado em EF) visa proporcionar um perfil profissional que responde aos desafios das sociedades contemporâneas, com atenção especial às demandas emergentes na sociedade brasileira, do Leste Mineiro e Valadarense, contemplando e valorizando a formação voltada para a atenção em saúde, pelas ações de promoção, proteção e recuperação da saúde voltadas para as diversas áreas de atuação profissional. Tais como a avaliação e prescrição de exercícios físicos, nos esportes, ginásticas, danças, lutas e no lazer. Nesse sentido, busca-se a aquisição e o desenvolvimento de competências, conhecimentos, habilidades e atitudes específicas, estando o egresso apto para:

- a) Desenvolver ações laborais pautadas em preceitos éticos e morais que respeitem as legislações vigentes, os direitos humanos e a democracia.
- b) Atuar na perspectiva da atenção em saúde, promovendo processos educativos para um estilo de vida ativo, para participação social e para o cuidar de si e do outro na coletividade por meio da avaliação física, postural e funcional, gestão e rendimento esportivo, bem como da orientação do treinamento esportivo e da preparação física e mental, recreação, cultura em atividades físicas, e da educação pelo e para o lazer, além de outros campos temáticos transversais e emergentes.
- c) Elaborar programas, projetos e ações com diversos tipos de públicos, tais como crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, morbidades, entre outros, considerando as prioridades e as demandas individuais e coletivas, das famílias e das comunidades em seus contextos de intervenção.
- d) Inovar e produzir conhecimentos, vivências e habilidades para participação, assessoria, coordenação, liderança e gerenciamento de equipes multiprofissionais. Promover e auxiliar no planejamento e operacionalização de políticas públicas, no SUS e nos campos da atenção básica, secundária e terciária em saúde, lazer, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.

e) Desenvolver domínio técnico e teórico inerente à atuação do bacharel em EF, possibilitando o pleno acompanhamento das transformações acadêmicas e científicas na EF e nas áreas afins, utilizando recursos da tecnologia da informação e da comunicação mediante a análise crítica da literatura especializada, com o propósito de contínua atualização acadêmica e profissional, estimulando a produção, sistematização e circulação dos conhecimentos científicos qualificados, visando a ampliação, o enriquecimento cultural das pessoas em nossa região, aumentando assim, as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

4.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A formação do profissional Graduado em EF da UFJF/GV, será norteada pelos seguintes princípios:

1. **Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão** – esta articulação é fundamental no processo formativo e deverá estar presente ao longo de toda a formação. O tripé ensino, pesquisa e extensão favorecem a formação profissional em todas suas dimensões: culturais, científicas e humanas.
2. **Inclusão Social e Diversidade Cultural** – Em meio ao processo de globalização fazem-se imprescindível o estabelecimento de relações e atitudes que promovam uma cultura inclusiva e favoreça uma efetiva participação social e acadêmica de todas as pessoas;
3. **Autonomia Didática - Pedagógica** – Cabe ao docente decidir sobre os instrumentos didáticos a serem adotados em sua prática pedagógica, devendo ter clareza sobre a necessidade e viabilidade destes recursos, como promotores da qualidade no processo de ensino-aprendizagem.
4. **Graduação como formação inicial** – A graduação é o primeiro passo na formação do profissional Bacharel em EF. É imprescindível o estímulo ao

contínuo aperfeiçoamento como forma de atualização e aprofundamento dos saberes que permeiam a atuação nos eixos articulados do esporte, cultura e lazer e da saúde.

5. **Indissociabilidade teoria e prática** - Deve-se considerar em todos os componentes curriculares, a articulação teoria-prática como uma unidade indissociável, assegurada pela relação simultânea e recíproca, de autonomia, marcando a impossibilidade de separação e de hierarquização, sem a primazia de uma sobre a outra.
6. **Formação integral e cultura científica** - A formação dos discentes deve estar atenta ao ambiente que o circunda propondo problematizações e estimulando os graduandos à investigação, como uma possibilidade de crescimento, transformação e atuação na vida social fundamentada em princípios da igualdade de direitos, na valorização das diferenças e das diversidades e na sustentabilidade socioambiental. O comportamento ético deve ser premissa de todo o processo formativo e é desenvolvido à medida que os indivíduos se reconheçam como cidadãos e se conscientizem de que, a pesquisa e atuação profissional afetam a sociedade, e que, ninguém se torna ético apenas por ocasião da realização de pesquisas.
7. **Trabalho cooperativo** - Toda comunidade acadêmica deve saber conviver e compartilhar conhecimentos no coletivo. A ética profissional e a competência são fundamentais para um convívio social que resulte em ambiente de trabalho harmônico e produção de novos conhecimentos e ideias inovadoras.
8. **Articulação entre conhecimentos de formação geral e específica** - A formação geral é um subsídio para uma formação específica mais consistente, devendo estabelecer um diálogo constante entre os saberes destas formações.

9. **Respeito aos diversos significados conferidos às manifestações culturais do movimento humano** - No universo destas manifestações diversos desejos, necessidades e crenças dão origem aos múltiplos significados das práticas corporais. Todos os significados devem ser respeitados, pois surgem num contexto sócio-histórico-cultural disseminando valores numa atitude de reprodução ou reconstrução social. Cabe ao docente ter a capacidade de contextualizar e problematizar tais significados, cuidando para não gerar preconceitos.

10. **Interprofissionalidade** - A formação precisa assegurar a interação, a aprendizagem compartilhada e o desenvolvimento de competências colaborativas entre diferentes categorias profissionais e setores responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e saúde das pessoas. Considerando a educação interprofissional como marco teórico-conceitual e metodológico capaz de apoiar a reorientação do modelo de atenção à saúde pautado na colaboração, por meio do efetivo trabalho em equipe e com vistas à integralidade da atenção.

4.5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular deste curso segue o que determina a Resolução 06/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), articulando as unidades de conhecimento de formação geral e específica (Bacharelado), e considerando os princípios norteadores apresentados, bem como as competências e habilidades necessárias. Foi definida a **modalidade seriada semestral** para organização das atividades curriculares.

A organização curricular aqui proposta possibilita uma formação profissional sólida e deve ser enriquecida com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares.

Para isto, a organização curricular é composta pelos seguintes componentes: disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas, prática como componente curricular, estágio obrigatório, atividades complementares para flexibilização curricular, atividades acadêmicas integradoras, atividades curriculares de extensão e trabalho de conclusão de curso.

Considerando a graduação como formação inicial, as **disciplinas obrigatórias** contemplam todos os conhecimentos da formação geral e eixos articuladores da etapa específica, favorecendo a formação generalista. Estas disciplinas integralizam ao longo do curso **2490 horas**.

As disciplinas obrigatórias vinculadas ao conhecimento específico sobre as manifestações culturais do movimento humano são distribuídas ao longo da matriz curricular e terão parte da carga horária destinada a atividades de **Prática como Componente Curricular (PCC)**. Estas práticas objetivam aproximar o graduando da realidade profissional, em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, estabelecendo contato com profissionais, locais de atuação e públicos específicos. O PCC integraliza ao longo do curso **330 horas (10% da carga horária adotada)**, conforme prevê o artigo 23 da Resolução CNE/CES nº 06/2018.

Foram estabelecidos **pré-requisitos** para 25 disciplinas obrigatórias como um critério que estabelece uma lógica curricular, favorecendo o melhor aproveitamento acadêmico.

As **disciplinas eletivas** possibilitam ao graduando a flexibilização curricular, permitindo o exercício da autonomia para construção de parte da trajetória de formação. Algumas destas disciplinas também podem exigir pré-requisitos. Neste PPC estão elencadas algumas opções de eletivas, porém, outras poderão ser criadas conforme as demandas dos discentes e disponibilidade de docentes, avaliadas pelo NDE e Colegiado de Curso as condições de oferta e aderência aos princípios formativos e perfil do egresso expresso neste documento. Para a integralização deste currículo, os discentes deverão cumprir uma carga horária mínima de **90 horas** destas disciplinas.

O **estágio obrigatório** deverá ser realizado a partir do 5º período, na etapa específica do curso. Representa um momento crucial na trajetória acadêmica,

objetivando a consolidação de conhecimentos e sua aplicação, sob a supervisão de um profissional habilitado e qualificado e orientação de um docente do curso. A carga horária total de estágio obrigatório prevista neste PPC é de **660 horas**, referindo a 20% carga horária do curso adotada, conforme preconizado no artigo 22 da Resolução CNE/CES nº 06/2018.

As **atividades complementares para flexibilização curricular** deverão ser cumpridas **ao longo do curso**, integralizando **60 horas**. Consistem em atividades desenvolvidas pelos discentes com objetivo de adquirir conhecimentos de forma autônoma que enriqueçam a formação do bacharel em Educação Física.

As **atividades acadêmicas integradoras**, previstas no artigo 8 da Resolução CNE/CES nº 06/2018 deverão ser cumpridas na etapa comum do curso, integralizando 160 horas (10% da carga horária adotada na etapa comum). Sendo 124 horas dentro das disciplinas obrigatórias e 36 horas como atividades complementares para flexibilização, relacionadas com acolhimento aos ingressantes e por aproximação ao ambiente profissional.

As **atividades integradoras de aprendizado**, previstas no artigo 25 da Resolução CNE/CES nº 06/2018 serão tratadas ao longo do curso e previstas na organização curricular. Serão garantidas dentro das atividades complementares para flexibilização curricular e pelo **Trabalho de Conclusão de Curso**, na etapa específica.

As **atividades curriculares de extensão**, previstas na Resolução CNE/CES nº 07/2018, e regulamentadas pelo Regimento Interno das Atividades de Curricularização da Extensão (ACE) e da Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares da Extensão (CAEX) do Curso de Graduação em Educação Física, tem carga horária de 330h (10% da carga horária total do curso) distribuída no decorrer da estrutura curricular, do 1º ao 7º período, em duas categorias: a) Disciplinas extensionistas obrigatórias com parte da sua carga horária destinada à atividades acadêmicas de extensão, denominadas de disciplinas obrigatórias extensionistas com carga horária associadas; totalizando 195h. Em algumas destas disciplinas, esta carga horária equivale às horas de prática como componente curricular, respeitando o limite de 50% da carga horária nessas atividades, ou seja, 165h da CH de PCC; b) Disciplinas extensionistas

obrigatórias com carga horária independentes, ou seja, com toda a sua carga horária destinada à atividades de extensão. Neste caso tem-se duas disciplinas, na Etapa Comum (2º e 4º período) com carga horária de 60h em cada uma delas, e uma disciplina da Etapa Específica (7º período) com carga horária de 15h, totalizando 135h de disciplinas extensionistas obrigatórias com carga horária independentes.

4.5.1. TEMAS TRANSVERSAIS A SEREM GARANTIDOS NO CURRÍCULO

Os chamados “Temas Transversais” são incorporados na Educação desde o Ensino Regular (Fundamental), com o intuito de explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, de modo a contribuir para o acesso a conhecimentos relevantes à formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia. O termo transversal se refere a “aquilo que atravessa”; portanto, no contexto educacional há assuntos que não pertencem a uma área do conhecimento em particular, atravessando tais áreas, fazendo parte das mesmas atendendo às demandas da sociedade contemporânea (BRASIL, 2019).

Por meio do conhecimento dos temas transversais, os sujeitos têm a oportunidade de vivenciar procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre sujeitos, ciências, saberes e temas.

No caso do ensino Superior, não existe um documento único que regulamenta a inserção dos chamados “temas transversais”, mas o curso busca atender a algumas normativas (resoluções) brasileiras existentes, relacionadas ao tema em questão.

As discussões sobre a **educação das relações étnico-raciais**, instituída pela Resolução do CNE/CP nº1/2004, está presente nos conteúdos programáticos de diversas disciplinas obrigatórias da matriz curricular, tais como: “História da Educação Física”, “Corpo, Cultura e Educação Física”, “Saberes Tradicionais e Educação Ambiental” e “Sociologia do Esporte”. Tais reflexões visam aprofundar, junto aos acadêmicos, sobre a condição multicultural e pluriétnica da sociedade brasileira, bem como a relevância

deste conhecimento histórico e sociológico e sua influência na constituição e preservação de práticas corporais originárias e tradicionais e, na apropriação de práticas oriundas de diversos lugares e povos do mundo. Visam, ainda, desenvolver relações étnico-sociais positivas na formação profissional do discente.

A **educação ambiental**, instituída pela Lei nº 9.795/99 e regulamentada pelo Decreto nº 4281/2002, é abordada nas disciplinas obrigatórias da matriz curricular “Estudos do Lazer”, “Práticas Corporais de Aventura”, “Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade” e “Saúde Coletiva e Educação Física”, nas quais os acadêmicos são incentivados, por meio de reflexões e vivências corporais em ambientes naturais, a compreenderem a relevância do meio ambiente e sua dimensão holística dentro de um contexto amplo de atuação profissional, vinculando-o à qualidade de vida e sustentabilidade. Neste sentido, a formação profissional deve considerar que, nos processos educativos em que se inserem as práticas corporais e o lazer, a relação com o meio ambiente deve ser percebida como transversal e constante, e que a experiência na natureza constitui-se potente para desenvolver aprendizagem afetiva, ética e estética que ressignifique as relações do homem com o meio em que vive por meio de uma consciência crítica sobre a integração entre os aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

Em diálogo com as temáticas transversais e as disciplinas citadas acima, bem como na disciplina obrigatória “Políticas Públicas e Projetos de Esporte e Lazer”, a **educação em direitos humanos**, estabelecida pela Resolução CNE/CP nº 1/2012 (BRASIL, 2012) é igualmente abordada, intencionando a necessidade de serem reconhecidas e superadas a exclusão social e a violação de direitos. Neste sentido, é possível destacar, numa relação com a EF, a existência em nossa sociedade de barreiras intra e interclasses sociais para o acesso ao esporte, aos serviços de prevenção e promoção da saúde e ao lazer, o que evidencia a carência de políticas públicas que assegurem os direitos sociais e a necessidade de uma formação que desenvolva atitudes e competências para uma prática social e profissional transformadora.

A **inclusão da pessoa com deficiência**, instituída pela Lei nº 13146/2015 (BRASIL, 2015), é um conteúdo curricular discutido e aprofundado pela disciplina

obrigatória “Educação Física Adaptada”, na etapa comum do curso, e na etapa específica pela disciplina obrigatória “Prescrição de Atividades Físicas e Esportivas para Pessoas com Deficiência”, além da garantia de pelo menos 65 horas de estágio para este público, podendo o aluno optar por uma das quatro áreas de estágio. Adicionalmente, o discente tem a oportunidade de cursar as disciplinas eletivas “Avaliação Motora para Pessoas com Deficiência”, “Prescrição de Atividades Físicas e Esportivas para Pessoas com Deficiência” e “Libras e Educação para Surdos”. Esta última disciplina atende ao Decreto nº 5626/2005, que estabelece a inclusão da disciplina Libras como disciplina curricular. Desse modo, a formação para a intervenção profissional para a pessoa com deficiência é contemplada nas duas etapas da formação, conforme preconiza a Resolução CNE/CES nº 06/2018, que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em EF.

4.5.2 DISTRIBUIÇÃO DE DISCIPLINAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO OU EIXO ARTICULADOR

Segue o quadro de distribuição das disciplinas por área de conhecimento ou Eixo articulador conforme estabelecem os artigos 6º e 20º da Resolução CNE/CES nº 06/2018.

Etapa Comum – Áreas de Conhecimentos

I - Conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária
Anatomia Humana Sistêmica	60
Biologia Celular	45
Bioquímica	60
Crescimento e Desenvolvimento Humano	60
Fisiologia Básica	60
História da Educação Física	45
Introdução à Educação Física	30
Educação Física, Saúde e Envelhecimento	60
Introdução à Saúde Coletiva	45
Sociologia do Esporte	45
Subtotal I	510
Disciplinas Eletivas	
Anatomia do Aparelho Locomotor	60
Estudos Olímpicos	45
Subtotal II	105
Total	615

II - Conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária
Aprendizagem Motora	45
Biomecânica	45
Corpo, Cultura e Educação Física	45

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

Cinesiologia	45
Educação Física Adaptada	60
Esporte, Exercício Físico e Saúde na Infância e Adolescência	45
Expressão Rítmica e Corporal	45
Fisiologia do Exercício	90
Ginásticas de Condicionamento Físico	45
Pedagogia do Esporte	30
Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos	30
Psicologia do Esporte	60
Subtotal I	585
Disciplinas Eletivas	
Psicologia do Exercício Físico e da Atividade Física	45
Subtotal II	45
Total	630

III - Conhecimento instrumental e tecnológico

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária
Introdução à Pesquisa Científica	30
Pesquisa Quantitativa em Educação Física	45
Pesquisa Qualitativa em Educação Física	45
Total	120

IV - Conhecimentos procedimentais e éticos da intervenção profissional em Educação Física

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária
Dimensões Éticas e Filosóficas da Educação Física	45
Medidas e Avaliação em Educação Física	45
Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade	30

Socorros de Urgência na Educação Física	30
Treinamento Esportivo	60
Subtotal I	210
Disciplinas Eletivas	
Libras e Educação para Surdos	60
Subtotal II	60
Total	270

Etapa Específica (Bacharelado) – Eixos articuladores

I - SAÚDE

Disciplina Obrigatórias	Carga Horária
Educação Física para Grupos Especiais	60
Musculação	45
Saúde Coletiva e Educação Física	45
Prescrição de Atividades Físicas e Esportivas para Pessoas com Deficiência	45
Seminário em Saúde e Educação Física – integração Ensino-Serviço-Comunidade	15
Subtotal I	210
Disciplinas Eletivas	
Avaliação Motora em Pessoas com Deficiência	45
Epidemiologia	45
Formação Integradora em Saúde	45
Ginástica Laboral	30
Hidroginástica	30
Nutrição aplicada à Educação Física	45
Prática Profissional Baseada em Evidências	45
Terapias Manuais Aplicadas à Educação Física	30
Treinamento de Esportes Cíclicos de Resistência	45
Subtotal II	360

Estágios	
Estágio em Saúde	165
Estágio em Condicionamento Físico	165
Subtotal III	330
Total	900

II - ESPORTE

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária
Artes Marciais, Lutas e Esportes de Combate:	60
Atletismo I	45
Atletismo II	45
Basquetebol	60
Futebol	60
Gestão Esportiva	45
Ginásticas de Competição	60
Handebol	60
Natação	60
Voleibol	60
Subtotal I	555
Disciplinas Eletivas	
Análise de Jogo em Modalidades Esportivas Coletivas	45
Controle Motor	30
Empreendedorismo e Marketing Esportivo	60
Esportes Não Convencionais	60
Estudos avançados em Natação	45
Futsal	60
Lesões Desportivas	30
Tópicos Especiais do Controle da Carga de Treinamento Esportivo	30
Treinamento de Esportes Cíclicos de Resistência	45

Subtotal II	405
Estágio	
Estágio em Esporte	165
Subtotal III	165
Total	1125

III - CULTURA E LAZER

Disciplina Obrigatórias	Carga Horária
Dança	45
Estudos do Lazer	45
Práticas Corporais de Aventura	60
Políticas Públicas de Esporte e Lazer	30
Subtotal I	180
Disciplinas Eletivas	
Ginástica Para Todos	45
Subtotal II	45
Estágio	
Estágio em Cultura e Lazer	165
Subtotal III	165
Total	390

4.6 ESTRUTURA CURRICULAR

Os quadros a seguir apresentam as disciplinas obrigatórias por período, com distribuição da carga horária (CH) total em teórica e prática, e a distribuição de CH nos componentes curriculares: Prática como Componente Curricular (PCC)*; Atividade Curricular de Extensão (ACE)*; e Atividades Acadêmicas Integradoras (AAI).

*As atividades de PCC e ACE poderão ocorrer de forma equivalente em até 50% da CH de PCC (§ 2º Art 9º Resolução 75/22 PROGRAD). Sendo assim adotamos a seguinte legenda: ^aPCC; ^bACE; e ^cPCC/ACE equivalentes.

1º PERÍODO – Etapa Comum								
	DISCIPLINAS	CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PCC/ ACE	AAI	PRÉ-REQUISITO	Área de conhecimento
1	Anatomia Humana Sistêmica	60	30	30	0	2	-	I
2	Biologia Celular	45	45	0	0	2	-	I
3	Expressão Rítmica e Corporal	45	15	30	15 ^c	7	-	II
4	História da Educação Física	45	45	0	0	2	-	I
5	Introdução à Educação Física	30	30	0	0	30	-	I
6	Introdução à Pesquisa Científica	30	30	0	0	12	-	III
7	Pedagogia do Esporte	30	30	0	0	12	-	II
8	Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade	30	15	15	10 ^c	2	-	IV
TOTAL		315			25^c	69		

^aPCC; ^bACE; e ^cPCC/ACE equivalentes.

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

2º PERÍODO – Etapa Comum									
	DISCIPLINAS	CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PCC/ ACE		AAI	PRÉ-REQUISITO	Área de conhecimento
1	Bioquímica	60	60	0	0		0	Biologia Celular	II
2	Corpo, Cultura e Educação Física	45	45	0	0		0	-	II
3	Crescimento e Desenvolvimento Humano	60	60	0	0		0	-	I
4	Dimensões Éticas e Filosóficas da Educação Física	45	45	0	0		20	-	IV
5	Fisiologia Básica	60	45	15	0		0	Anatomia Humana Sistêmica e Biologia Celular	I
6	Pesquisa Quantitativa em Educação Física	45	45	0	0		0	Introdução à Pesquisa Científica	III
7	Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos	30	0	30	15 ^c		15	Pedagogia do Esporte	II
8	Atividades Curriculares de Extensão I	60	-	-	60 ^b		-	-	-
TOTAL		405			60^b	15^c	35		

^aPCC; ^bACE; ^cPCC/ACE equivalentes; AAI atividades acadêmicas integradoras .

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

3º PERÍODO – Etapa Comum								
	DISCIPLINAS	CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PCC/ACE	AAI	PRÉ-REQUISITO	Área de conhecimento
1	Aprendizagem Motora	45	45	0	0	0	-	II
2	Cinesiologia	45	30	15	10 ^a	0	Anatomia Humana Sistêmica	II
3	Educação Física Adaptada	60	30	30	15 ^c	5	-	II
4	Fisiologia do Exercício	90	60	30	15 ^a	0	Bioquímica e Fisiologia Básica	II
5	Ginásticas de Condicionamento Físico	45	15	30	15 ^c	15	-	II
6	Medidas e Avaliação em Educação Física	45	30	15	10 ^a	0	Anatomia Humana Sistêmica	IV
7	Pesquisa Qualitativa em Educação Física	45	45	0	0	0	Introdução à Pesquisa Científica	III
TOTAL		375			35^a	30^c	20	

^aPCC; ^bACE; ^cPCC/ACE equivalentes; AAI atividades acadêmicas integradoras.

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

4º PERÍODO – Etapa Comum									
	DISCIPLINAS	CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PCC/ACE		AAI	PRÉ-REQUISITO	Área de conhecimento
1	Biomecânica	45	30	15	10 ^a		0	Cinesiologia	II
2	Educação Física, Saúde e Envelhecimento	60	45	15	15 ^c		0	Fisiologia Básica	I
3	Esporte, exercício físico e saúde na infância e adolescência	45	45	0	0		0	Crescimento e Desenvolvimento Humano; Fisiologia do Exercício	II
4	Introdução à Saúde Coletiva	45	45	0	0		0	-	I
5	Psicologia do Esporte	60	60	0	0		0	-	II
6	Sociologia do Esporte	45	45	0	0		0	-	I
7	Socorros de Urgência na Educação Física	30	15	15	3 ^a	6 ^c	0	-	IV
8	Treinamento Esportivo	60	45	15	10 ^a		0	Fisiologia do Exercício	IV
9	Atividades Curriculares de Extensão II	60	-	-	60 ^b		-		
TOTAL		450			23^a	60^b	21^c	0	

^aPCC; ^bACE; ^cPCC/ACE equivalentes; AAI atividades acadêmicas integradoras.

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

5º PERÍODO – Etapa Específica - Bacharelado									
	DISCIPLINAS	CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PCC/ACE			PRÉ-REQUISITO	Eixo Articulador
1	Atletismo I	45	15	30	15 ^c			Pedagogia do Esporte	Esporte
2	Dança	45	15	30	15 ^c			-	Cultura e Lazer
3	Estudos do Lazer	45	45	0	0			-	Cultura e Lazer
4	Futebol	60	30	30	15 ^a			Práticas pedagógicas dos esportes coletivos	Esporte
5	Natação	60	30	30	5 ^a	10 ^c		Pedagogia do Esporte	Esporte
6	Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência	45	30	15	15 ^b			Educação Física Adaptada	Saúde
7	Estágio em Saúde	165	0	0	0			Fisiologia do Exercício; Educação Física Adaptada; Introdução à Saúde Coletiva; Educação Física saúde e envelhecimento; Esporte, exercício físico e saúde na infância e adolescência	Saúde
TOTAL		465			20^a	15^b	40^c		

^aPCC; ^bACE; ^cPCC/ACE equivalentes.

6º PERÍODO – Etapa Específica – Bacharelado								
	DISCIPLINAS	CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PCC/ACE		PRÉ-REQUISITO	Eixo Articulador
1	Atletismo II	45	15	30	15 ^a		Atletismo I	Esporte
2	Educação Física para grupos Especiais	60	45	15	6 ^c		Fisiologia do Exercício	Saúde
3	Ginásticas de Competição	60	30	30	15 ^c		Pedagogia do Esporte	Esporte
4	Musculação	45	30	15	5 ^a		Biomecânica	Saúde
5	Práticas Corporais de Aventura	60	30	30	8 ^a	12 ^c	-	Cultura e Lazer
6	Eletiva	45	-	-	-		-	-
7	Estágio em Esporte	165	-	-	-		Pedagogia do Esporte, Práticas pedagógicas dos esportes coletivos, Medidas e Avaliação, Aprendizagem Motora. Fisiologia do Exercício, Educação Física Adaptada e Treinamento Esportivo	Esporte
TOTAL		480			28^a	33^c		

^aPCC; ^bACE; e ^cPCC/ACE equivalentes.

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

7º PERÍODO – Etapa Específica - Bacharelado								
	DISCIPLINAS	CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PCC/ ACE		PRÉ-REQUISITO	Eixo Articulador
1	Gestão Esportiva	45	45	0	10 ^b		-	Esporte
2	Handebol	60	30	30	15 ^a		Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos	Esporte
3	Políticas públicas de esporte e lazer	30	30	0	0		-	Cultura e Lazer
4	Saúde Coletiva e Educação Física	45	45	0	6 ^b		Introdução à Saúde Coletiva	Saúde
5	Seminário em Saúde e Educação Física - Integração Ensino-serviço-comunidade	15	15	0	15 ^b		-	Saúde
6	Voleibol	60	30	30	15 ^a		Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos	Esporte
7	Eletiva	45	-	-	-		-	
8	TCC 1ª etapa	0	-	-	-		-	
9	Estágio em Condicionamento Físico	165	-	-	-		Fisiologia do Exercício, Medidas e Avaliação, Educação Física Adaptada; Musculação, Ginásticas de Condicionamento Físico e Treinamento Esportivo	Saúde
TOTAL		465			30^a	31^b		

^aPCC; ^bACE; e ^cPCC/ACE equivalentes.

8º PERÍODO – Etapa Específica – Bacharelado							
	DISCIPLINAS	CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PCC/ACE	PRÉ-REQUISITO	Eixo Articulador
1	Artes Marciais, Lutas e Esportes de Combate	60	30	30	15 ^a	Pedagogia do Esporte	Esporte
2	Basquetebol	60	30	30	15 ^a	Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos	Esporte
3	TCC 2ª etapa	-	-	-	-	-	-
4	Estágio em Cultura e Lazer	165	-	-	-	Práticas corporais de Aventura, Educação Física Adaptada, Estudos do Lazer e Dança	Cultura e Lazer
TOTAL		285			30^a		

^aPCC; ^bACE; e ^cPCC/ACE equivalentes.

Distribuição da CH total do curso por etapa, período e componente curricular											
Etapas / períodos		DISCIPLINAS		PCC ^a	ACE ^a	Atividades Acadêmicas		Atividades Complementares		ESTÁGIO	TCC ^b
		Obrigatórias	Eletivas			Integradoras (AAI)		(AC)			
Etapa comum (1600h)	1º	315	-	25	25	69 ^a	36 ^c	19	-	-	
	2º	405	-	15	75	35 ^a			-	-	
	3º	375	-	65	30	20 ^a			-	-	
	4º	450	-	44	81	0			-	-	
Etapa específica (1700h)	5º	300	-	60	55	-	-	5	165	-	
	6º	270	45	61	33	-	-		165	-	
	7º	255	45	30	31	-	-		165	0	
	8º	120	-	30	0	-	-		165	0	
TOTAL CH		2490	90	330	330	160	60	660	0		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 2490 (disc. Obrigatórias) + 90 (disc. Eletivas) + 60 (AC) + 660 (estágio) = 3300h											

^aA CH destes componentes são computadas dentro das disciplinas obrigatórias.

^bDe acordo com a Resolução CNE N° 6, de 18 dezembro de 2018, o Trabalho de Conclusão de Curso é considerado um componente sem carga horária atribuída.

^cA CH é equivalente em AAI e AC.

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

As opções de disciplinas eletivas estão elencadas em ordem alfabética no quadro abaixo:

Disciplinas Eletivas						
DISCIPLINAS		CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PRÉ-REQUISITO	Área de conhecimento / Eixo Articulator
1	Análise de Jogo em Modalidades Esportivas Coletivas	45	0	0	-	Esporte
2	Anatomia do Aparelho Locomotor	60	30	30	Anatomia Humana Sistêmica	I
3	Avaliação Motora em Pessoas com Deficiência	45	15	30	Educação Física Adaptada	Saúde
4	Controle Motor	30	30	0	Aprendizagem Motora	Esporte
5	Empreendedorismo e Marketing Esportivo	60	60	0	-	Esporte
6	Epidemiologia	45	45	0	-	Saúde
7	Esportes Não Convencionais	60	30	30	-	Esporte
8	Estudos avançados em Natação	45	15	30	Natação	Esporte
9	Estudos Olímpicos	45	45	0	-	I
10	Formação Integradora em Saúde	45	45	0	-	Saúde
11	Futsal	60	30	30	Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos	Esporte

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

Disciplinas Eletivas						
DISCIPLINAS		CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PRÉ-REQUISITO	Área de conhecimento / Eixo Articulador
12	Ginástica Laboral	30	15	15	Ginástica de Condicionamento Físico	Saúde
13	Ginástica Para Todos	45	15	30	Ginásticas de Condicionamento Físico e Ginásticas de Competição	Cultura e Lazer
14	Hidroginástica	30	15	15	Natação	Saúde
15	Lesões Desportivas	30	15	15	Socorros de Urgência na Educação Física; Biomecânica	Esporte
16	Libras e Educação para Surdos	60	60	0	-	IV
17	Nutrição aplicada à Educação Física	45	45	0	Fisiologia do Exercício	Saúde
18	Prática Profissional Baseada em Evidências	45	45	0	Introdução à Pesquisa Científica; Pesquisa Quantitativa em Educação Física; e Pesquisa Qualitativa em Educação Física	Saúde
19	Psicologia do Exercício e da Atividade Física	45	45	0	-	II

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

Disciplinas Eletivas						
DISCIPLINAS		CH TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	PRÉ-REQUISITO	Área de conhecimento / Eixo Articulador
20	Terapias Manuais Aplicadas à Educação Física	30	15	15	-	Saúde
21	Tópicos Especiais do Controle da Carga de Treinamento Esportivo	30	30	0	Treinamento Esportivo	Esporte
22	Treinamento de Esportes Cíclicos de Resistência	45	30	15	Fisiologia do Exercício Treinamento Esportivo Natação Atletismo I	Esporte
TOTAL		975				

Os planos de ensino de cada disciplina obrigatória e eletiva, estágio e TCC, **contendo ementa, programa, bibliografia básica e complementar**, estão apresentados no Apêndice A.

Com relação às exigências de pré-requisitos deste currículo, o quadro abaixo apresenta as disciplinas que requisitam aprovação em outras para que possam ser cursadas:

DISCIPLINAS COM PRÉ-REQUISITO		
	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO
Disciplinas Obrigatórias		
1	Bioquímica Básica	Biologia Celular
2	Fisiologia Básica	Anatomia Sistêmica e Biologia Celular
3	Cinesiologia	Anatomia Sistêmica
4	Medidas e Avaliação	Anatomia Sistêmica
5	Fisiologia do Exercício	Bioquímica e Fisiologia Básica
6	Pesquisa Quantitativa em Educação Física	Introdução à Pesquisa Científica
7	Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos	Pedagogia do Esporte
8	Biomecânica	Cinesiologia
9	Pesquisa Qualitativa em Educação Física	Introdução à Pesquisa Científica
10	Esporte, Exercício Físico e Saúde na Infância e Adolescência	Crescimento e Desenvolvimento Humano e Fisiologia do Exercício
11	Treinamento Esportivo	Fisiologia do Exercício
12	Atletismo I	Pedagogia do Esporte
13	Artes Marciais, Lutas e Esportes de Combate	Pedagogia do Esporte
14	Ginásticas de Competição	Pedagogia do Esporte
15	Natação	Pedagogia do Esporte

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

16	Atletismo II	Atletismo I
17	Futebol	Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos
18	Voleibol	Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos
19	Handebol	Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos
20	Basquetebol	Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos
21	Educação Física, Saúde e Envelhecimento	Fisiologia Básica
22	Educação Física para Grupos Especiais	Fisiologia do Exercício
23	Musculação	Biomecânica
24	Saúde Coletiva e Educação Física	Introdução à Saúde Coletiva
25	Prescrição de Atividades Físicas e Esportivas para Pessoas com Deficiência	Educação Física Adaptada
Disciplinas Eletivas		
26	Anatomia do Aparelho Locomotor	Anatomia Sistêmica
27	Avaliação Motora em Pessoas com Deficiência	Educação Física Adaptada
28	Controle Motor	Aprendizagem Motora
29	Estudos Avançados em Natação	Natação
30	Futsal	Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos
31	Ginástica Laboral	Ginástica de Condicionamento Físico
32	Ginástica Para Todos	Ginástica de Condicionamento Físico Ginástica de Competição
33	Hidroginástica	Natação
34	Lesões Desportivas	Socorros de Urgência na Educação Física; Biomecânica
35	Nutrição Aplicada à Educação Física	Fisiologia do Exercício

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

36	Prática Profissional Baseada em Evidências	Introdução à Pesquisa Científica; Pesquisa Quantitativa em Educação Física; e Pesquisa Qualitativa em Educação Física
37	Prescrição de Atividades Físicas e Esportivas para Pessoas com Deficiência	Educação Física Adaptada
38	Tópicos Especiais do Controle de Carga de Treinamento	Treinamento Esportivo
39	Treinamento de Esportes Cíclicos de Resistência	Fisiologia do Exercício, Treinamento Esportivo, Natação e Atletismo
Estágio Obrigatório Supervisionado*		
40	Estágio em Saúde	Fisiologia do Exercício, Educação Física Adaptada, Introdução à Saúde Coletiva, Educação Física saúde e envelhecimento, Esporte, exercício físico e saúde na infância e adolescência e Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência**
41	Estágio em Esporte	Pedagogia do Esporte, Práticas pedagógicas dos esportes coletivos, Medidas e Avaliação, Aprendizagem Motora, Fisiologia do Exercício, Educação Física Adaptada, Treinamento Esportivo, Disciplinas de esporte obrigatórias oferecidas no curso*** e Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência**
42	Estágio em Condicionamento Físico	Fisiologia do Exercício, Medidas e Avaliação, Educação Física Adaptada Musculação, Ginásticas de condicionamento físico Treinamento Esportivo, Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência**
43	Estágio em Cultura e Lazer	Práticas corporais de Aventura, Educação Física Adaptada, Estudos do Lazer, Dança, Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência**

***É obrigatória a realização de pelo menos 65 horas de estágio com o público pessoas com deficiência, em uma das quatro áreas. A COE irá fornecer uma declaração comprovando que o aluno realizou essa carga horária.**

******Para cursar o estágio com o *público pessoas com deficiência*, além dos pré-requisitos da área escolhida, o aluno, deverá estar matriculado (co-requisito) ou ter cursado (pré-requisito) a disciplina de *Prescrição de atividades físicas esportivas para pessoas com deficiência*.

*******Para cursar o **Estágio na área de Esporte**, em modalidades ofertadas como disciplinas obrigatórias do curso, o aluno deverá ter cursado as disciplinas pré-requisitos da área, e ainda, estar matriculado (co-requisito) ou ter cursado (pré-requisito) na respectiva disciplina de esporte. A disciplina de Atletismo I será co-requisito para o estágio na modalidade Atletismo. Os esportes que não possuem disciplinas ofertadas no curso, terão como pré-requisitos as disciplinas da área do esporte sem demarcações com asteriscos. A COE deverá analisar o comprovante de matrícula do aluno, para deferir ou indeferir a solicitação do estágio em esportes específicos ofertados na matriz curricular do curso, e nos estágios para o público pessoas com deficiência.

4.6.1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

As atividades complementares (ACs) para fins de flexibilização curricular são componentes curriculares previstos pelo RAG da UFJF (Resolução nº 23/2016 do CONGRAD) e são proposições da Resolução CNE/CES nº 06/2018 no artigo 25, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em EF.

As ACs são desenvolvidas pelos discentes ao longo do curso com o objetivo de adquirir conhecimentos de forma independente, atendendo ao princípio da flexibilidade e diversificação, visando à realização de estudos e vivências opcionais e autodirigidos, podendo ocorrer dentro ou fora da UFJF. Estas atividades devem ser norteadas pela busca permanente de formação profissional generalista, abrangendo atividades integradoras de aprendizado, mediante participação em atividades de ensino, pesquisa, extensão, monitorias, estudos complementares, estágios não obrigatórios, e eventos culturais, sociais, esportivos e de acolhimento estudantil. Desta maneira, permite, ainda, a atualização em assuntos das áreas de conhecimento da EF, seus suportes tecnológicos e de comunicação. Além disso, as ACs propiciam aprofundamentos em temáticas de interesse específico, fomentando a formação ética-cidadã, criando conexões com a realidade socioeconômica local.

Como componente curricular obrigatório, no curso de Bacharelado em EF da UFJF/GV, os discentes deverão cumprir 60 (sessenta) horas de ACs como requisito para integralização curricular. As categorias e modalidades de desenvolvimento das ACs, e os critérios de aproveitamento estão dispostas no RAG, em aspecto amplo, e em Regulamento específico para o curso (APÊNDICE B). Todo o trâmite de comunicação, análise e divulgação de assuntos de interesse das ACs decorrem pela secretaria-coordenação de curso com suporte de análise de Comissão própria usando os mais diversos canais de comunicação institucionais.

4.6.2. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

O estágio é um momento importante para formação do aluno, pois possibilita a aproximação da realidade do exercício profissional, por meio da observação e da atuação no ambiente de trabalho. Nessa ação, o discente irá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional, em diferentes campos de intervenção. O **estágio obrigatório** deverá ser ofertado na etapa específica do curso e conter 20% da carga horária total adotada (Resolução CNE/CES nº 6/2018, artigo 22). No curso de EF da UFJF/GV, ele será realizado a partir do 5º período.

O estágio curricular obrigatório deve ser realizado sob a orientação de um docente do curso de bacharelado em EF da UFJF/GV e supervisionado por um professor graduado em EF (bacharel) e registrado no Conselho Federal de Educação Física. Para a formação plural do discente, o estágio deverá ser oportunizado de acordo com as seguintes etapas: (I) Observação; (II) Participação; (III) Intervenção, conforme os eixos articuladores da formação do Bacharel adotada (Resolução CNE/CES nº 06/2018 artigo 20) nas seguintes áreas: Saúde; Condicionamento físico; Esporte; e Cultura e lazer. Cada área terá 165 h, totalizando 660h de estágio. Destas, obrigatoriamente 65 h deverão ser realizadas com o público de Pessoas com Deficiência (em qualquer uma das áreas) atestado pela COE. Essa ação tem como objetivo contemplar a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020), preparando profissionais para atuar em diferentes contextos e populações. **O estágio não obrigatório** também é uma opção

para o processo formativo discente, com regimento próprio. Ele pode ser realizado após o aluno ter concluído pelo menos 660 h do curso, nas mesmas quatro áreas dos estágios obrigatórios.

A COE, constituída em 23 de fevereiro de 2015, composta por coordenação de curso, 05 (cinco) docentes e 02 (dois) discentes (titular e suplente), é a responsável pela regulamentação, orientação e avaliação dos estágios obrigatórios. Além disso, ela tem o objetivo de garantir a dinâmica pedagógica que viabilize a atuação integrada entre o docente orientador de estágio e o supervisor de campo. O regimento de estágio obrigatório (APÊNDICE C), aprovado pela COE e colegiado de curso, contém as diretrizes para realização do estágio supervisionado obrigatório.

4.6.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

As atividades vinculadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Educação Física da UFJF/GV, devem ser entendidas como atividades integradoras de aprendizado, não possuindo carga horária específica destinada para tais conforme preconiza a resolução CNE/CES N° 06/2018, artigo 25. A elaboração, apresentação e entrega de um TCC é condição obrigatória para a integralização curricular do Curso de Graduação em EF da UFJF-GV.

Entende-se como TCC a produção, sistematização, registro e apresentação de conhecimentos, de caráter original, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, em conformidade com categorizações da Portaria n° 01/2015 da Pró-Reitoria de Extensão da UFJF, a ser elaborado individualmente pelo discente do Curso de Graduação em EF, sob a orientação de um docente da instituição, conforme disposições da Resolução n° 23/2016 do CONGRAD/UFJF. Em síntese, as atividades são divididas em duas etapas de caráter obrigatório, sendo a primeira etapa a elaboração de um projeto e a segunda etapa o desenvolvimento do projeto, elaboração do manuscrito em forma de monografia ou artigo científico e defesa pública para uma banca composta por três professores, sendo um deles o orientador.

As atividades integradoras de aprendizado referentes ao TCC demonstram articulação entre ensino, pesquisa e extensão, presente em todas as disciplinas obrigatórias e eletivas, ações de extensão, iniciação científica, entre outras ações de ensino, como monitorias e treinamento profissional, o que viabiliza a produção de conhecimentos, difundidos nas esferas cultural, científica ou tecnológica. De modo mais específico, é possível destacar disciplinas obrigatórias do Curso de Graduação em EF que dão subsídios instrumental e tecnológico aos discentes, por exemplo, Introdução à Pesquisa Científica (1º período), Pesquisa Quantitativa em Educação Física (2º período) e Pesquisa Qualitativa em Educação Física (3º período). Tais disciplinas ferramenta os discentes quanto aos tipos de conhecimento, técnicas de planejamento, desenvolvimento, levantamento bibliográfico, leitura e documentação para fins de produção de trabalho acadêmico, bem como princípios, técnicas e métodos de coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos, todos aplicados à EF.

As atividades relativas ao TCC são normatizadas por Regimento próprio do Curso de Graduação em EF (APÊNDICE D). Para tanto, o curso conta com uma Comissão Orientadora de TCC, responsável pela elaboração e revisão das normas relativas a todas as etapas de construção dos TCC dos discentes, bem como por zelar pelo cumprimento às exigências do regimento. O regimento de TCC é frequentemente revisado com a finalidade de realização de ajustes e aprimoramentos, situações nas quais é avaliado por órgãos colegiados do curso, como o NDE, Colegiado de Curso e Colegiado Departamental. Destaca-se que servidores TAEs e, em especial, os discentes, possuem assento com direito a voz e voto em algumas destas instâncias, o que garante a participação de toda comunidade acadêmica nas propostas de revisão do Regimento de TCC do Curso de Graduação em EF.

4.6.4 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

No sentido de atender à Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a inclusão da extensão nos cursos de graduação da Educação Superior no Brasil, foram criadas as Atividades Curriculares de Extensão

(ACEs). De acordo com o documento, tais atividades devem contemplar no mínimo 10% da carga horária do curso (330h) e têm como objetivo a articulação com a sociedade, e propiciar ao discente o protagonismo nas ações, contribuindo assim tanto com o processo formativo, quanto com o desenvolvimento social.

As horas em ACEs deverão ser cumpridas de duas formas:

a) via disciplinas obrigatórias com parte da carga horária destinadas às ACEs, denominadas de disciplinas obrigatórias associadas. Estas disciplinas poderão utilizar parte da carga horária de PCC para atender as demandas dos projetos de extensão, não ultrapassando 50% da carga horária para **equivalência** (165h);

b) via disciplinas extensionistas obrigatórias com carga horária totalmente destinadas às ACEs, denominadas de independentes. Estas serão ofertadas no segundo e no quarto período do curso (Atividades Curriculares de Extensão I e II com 60 horas cada). Além dessas, também é considerada como disciplina de ACEs independente a disciplina ofertada no 7º período, Seminário em Saúde e Educação Física - Integração ensino-serviço-comunidade (15h). Os docentes das disciplinas de ACEs independentes farão o encaminhamento dos alunos matriculados para os projetos vigentes que estarão contemplados no **Programa de Extensão Geral do Curso de Educação Física, intitulado “Ações gerais de extensão do Curso de Educação Física da UFJF-GV”**.

Para as disciplinas associadas, cada docente poderá registrar seu projeto de extensão e vinculá-lo à carga horária destinada às ACEs. Entende-se como possibilidade de ACEs as seguintes ações: programas e projetos de extensão, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços e programas especiais com **interface** extensionista.

Cabe à Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) do Curso de Graduação em Educação Física, a validação das horas de ACEs das disciplinas **independentes** e **associadas**. Esta comissão é composta por cinco membros, sendo quatro membros titulares docentes efetivos do Departamento de Educação Física/ICV/UFJF/GV, envolvidos na formação acadêmica do curso; e um membro discente como titular e um membro discente suplente. O **regimento** da CAEX está contemplado no Apêndice E deste documento.

4.7 AVALIAÇÃO DO CURSO E DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação do curso

Avaliações internas e externas ao curso de Graduação em EF da UFJF/GV são compreendidas como um processo contínuo de acompanhamento, verificação e análise das diversas práticas acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão e gestão), e podem ser entendidas como integrantes do processo de gerência do curso, realizadas a fim de fomentar o planejamento das atividades futuras, com ampla participação da comunidade acadêmica. Tais avaliações promovem o aprimoramento e o planejamento contínuo do curso, por meio de sistemas específicos de avaliação e apropriação dos resultados.

As avaliações externas do curso são realizadas por meio de ações do INEP. A avaliação *in loco* para fins de reconhecimento do curso ocorreu no primeiro semestre de 2017 e o curso recebeu conceito geral 3. Em relação ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o curso foi avaliado no ano de 2021, recebendo o conceito contínuo 2,993 (conceito Faixa: 4). Por fim, em relação aos índices de qualidade, o curso obteve conceito contínuo 2,359 para o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) em 2021. Até 12 de dezembro de 2022 o INEP não havia disponibilizado os resultados dos demais indicadores de qualidade avaliados em 2021, sendo que em 2019, os demais indicadores de qualidade tiveram os seguintes conceitos: Conceito Preliminar de Curso (CPC) - conceito contínuo 3,228; Índice Geral de Cursos (IGC) - conceito contínuo 3,708137018 (conceito Faixa: 4).

Em relação às avaliações internas, a Universidade conta com a Diretoria de Avaliação Institucional (DIAVI), um setor vinculado à Reitoria da Universidade cujo objetivo principal é oferecer suporte e propor diretrizes relacionadas à operacionalização da Avaliação da Universidade, conforme previsto na Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segundo a Portaria nº 842, de 05 de julho de 2017 (que delega as competências da DIAVI), as avaliações internas serão pautadas em duas instâncias:

Avaliação Institucional realizada pela CPA - Comissão Própria de Avaliação; e Autoavaliação dos cursos.

No que diz respeito à CPA, além de receber o apoio da sede em JF (CPA-JF), há uma Comissão Setorial Própria de Avaliação em GV. A CPA tem por finalidade elaborar processos de avaliação periódica que contemplem análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades da gestão. A CPA possui regimento próprio que disciplina a sua organização e as suas atribuições.

A CPA, em consonância com a legislação e os princípios norteadores institucionais, busca por meio da avaliação interna, construir e empregar diferentes métodos e técnicas no processo de avaliação. Assim, as diversas instâncias institucionais, bem como a pluralidade dos sujeitos envolvidos no processo podem atuar de forma participativa. Este processo é contínuo, descentralizado e autônomo, contribuindo para a concretização do processo de avaliação. Isto ocorre, em especial, pelo fato de que todos os participantes envolvidos analisarem desde o nível da aprendizagem do aluno em relação às diferentes disciplinas e componentes curriculares, até a avaliação do currículo com um todo.

A CPA produz relatórios anuais e trienais de autoavaliação institucional e os disponibiliza a toda comunidade acadêmica em seu site institucional (<https://www2.ufjf.br/cpa/relatorios-de-autoavaliacao/>), sendo que o último Relatório de Autoavaliação Institucional Trienal (2018, 2019, 2020) foi disponibilizado em março de 2021: (https://www2.ufjf.br/cpa/wp-content/uploads/sites/37/2021/04/RAAI2020_michele-8.pdf). Tais relatórios são utilizados pela instituição, bem como pelas gestões dos cursos de graduação, para subsidiar ações de melhorias na instituição e nos respectivos cursos. Para tanto, a avaliação do curso de Graduação em EF é realizada em colaboração com a CPA e segue as orientações definidas pelos documentos normativos de avaliação acadêmica da UFJF.

Os relatórios produzidos pela CPA são fontes importantes para o aprimoramento e planejamento de ações dentro do curso de Graduação em EF da UFJF/GV. Avaliações internas são objeto de análise contínua pelo curso e ocorrem em diversas instâncias

presentes no mesmo. Destaca-se que são analisadas diversas avaliações internas, dentre as quais fazem parte os relatórios produzidos pela CPA.

A DIAVI tem atuado no aprimoramento do Módulo de Avaliação Acadêmica no SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica) - Ensino. Este instrumento de avaliação vem sendo implantado a partir do primeiro semestre letivo de 2017 e integra a avaliação institucional e a avaliação interna do curso, incluindo as disciplinas e os docentes. Nos anos de 2018 e 2019 foram realizadas avaliações de disciplinas do curso utilizando o Módulo SIGA. Os resultados são disponibilizados aos docentes de cada disciplina pelo mesmo módulo e permitem reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem. A DIAVI realizou ainda, durante o período de pandemia da COVID-19, autoavaliação institucional, considerando a implantação do ensino remoto emergencial no âmbito da UFJF, e a necessidade de avaliação específica para esse período (2020-2021). São emitidos relatórios específicos, disponíveis em <https://www2.ufjf.br/diavi/2021/09/17/resultados-das-avaliacoes-do-ensino-remoto-emergencial/>. Tais relatórios também são utilizados como insumos para o aprimoramento e planejamento do curso.

Nesse sentido, são realizadas avaliações internas contínuas no âmbito do curso de Graduação em EF da UFJF/GV. Tais avaliações constituem formas objetivas e subjetivas de verificação de atendimento a princípios e organizações propostas pelo PPC, percepções da comunidade acadêmica (incluindo, em especial, os estudantes) quanto às disciplinas, atuação dos docentes, processo ensino-aprendizagem, infraestrutura, egressos, entre outros aspectos. As avaliações ocorrem por intermédio da Coordenação do Curso e de diversas instâncias dentro do curso, como o Colegiado do Curso, NDE e Colegiado Departamental. Nestas instâncias é assegurada a participação de TAEs e representantes discentes, que possuem direito a voz e voto nas deliberações.

Uma das instâncias com a função de realizar e analisar avaliações internas e externas ao curso é o NDE, instituído desde 23 de fevereiro de 2015. O NDE foi legitimado por meio da Portaria nº 11 de 5 de abril de 2016 pela Direção da UFJF/GV, possui Regimento próprio aprovado em Reunião do Conselho Departamental (6ª reunião de abril de 2016), e está em consonância com a Resolução CONAES, nº 1, de

17 de junho de 2010, o parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010 e a Resolução nº 17/2011 do CONGRAD/UFJF. De acordo com o regimento próprio do NDE (Art. 2º), trata-se de um órgão consultivo, constituído por docentes, tendo como atribuições: acompanhar, atuar na concepção, consolidação e contínua atualização do PPC. Ainda, de acordo com este documento (Art. 10º), o NDE reunir-se-á “ordinariamente pelo menos 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente” (p. 5).

Mediante essa atribuição, o NDE realizou uma avaliação interna baseada no Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação Divulgado pelo MEC no início de 2017, buscando se preparar para a avaliação externa *in loco* para fins de reconhecimento do curso. Esta avaliação interna forneceu um diagnóstico e possibilitou a análise e o estabelecimento de estratégias que possam aprimorar e consolidar o projeto de curso visando sanar possíveis deficiências e reforçar suas fortalezas. Em complementação, a Coordenação de Curso juntamente com os discentes do DAEFID iniciou um processo de avaliação interna do curso por parte dos discentes. Com esta avaliação, foi possível obter a visão dos alunos em relação aos aspectos gerais da Universidade, do curso e dos docentes (<https://drive.google.com/file/d/0B2bFz3RRePwNk40RII1N2II1THc/view?usp=sharing>).

Cabe ressaltar que, com base no resultado da avaliação externa *in loco* para fins de reconhecimento do curso, ocorrida durante o primeiro semestre de 2017, o NDE discutiu os conceitos atribuídos e recomendações recebidas pelos avaliadores do INEP, visando destacar aspectos que poderiam ser aprimorados em relação às três dimensões de avaliação (organização didático-pedagógica; corpo docente; infraestrutura). Essas análises internas culminaram em algumas mudanças do PPC, inclusive em alinhamento às novas DCNs para os cursos de Graduação em EF.

Além disso, com base nos relatórios e resultados obtidos das avaliações da CPA e demais avaliações internas da Instituição, o NDE realiza análises contínuas sobre o PPC do curso, bem como orienta a avaliação do egresso do curso. Esta última é coordenada pelo NDE, realizada anualmente desde 2019 (primeiro ano após a conclusão da primeira turma de graduandos no curso), e constitui uma forma objetiva de

acompanhamento do egresso. Tais dados subsidiam o acompanhamento, a atuação na concepção, a consolidação e a contínua atualização do PPC.

Outra instância do curso responsável pela análise de avaliações internas e externas é o Colegiado do Curso. Dentre as atribuições dessa instância, pode-se destacar: a) Funcionar como órgão consultivo e de assessoria do Coordenador do Curso; b) Funcionar como órgão deliberativo nas questões didático-pedagógicas propostas pelo NDE, respeitando-se as deliberações de outros departamentos que oferecem disciplinas para o Bacharelado em EF; c) Funcionar como instância de recurso para as decisões do Coordenador; d) Propor alterações curriculares; e) Analisar os Planos de Ensino e Curso e as atividades curriculares que compõem os conteúdos das áreas de conhecimento definidas, propondo sua aprovação ou sugerindo alterações consideradas apropriadas; f) Acompanhar continuamente a execução do PPC e, quando necessário, propor a sua atualização; g) Reportar ao órgão competente os casos de infração disciplinar e; h) Propor ao Conselho de Unidade alteração deste regimento.

Seguindo suas atribuições, o Colegiado do Curso realiza semestralmente a avaliação individual e sistêmica dos Planos de Curso e de Ensino de cada disciplina a ser ministrada, observando a sua coerência com o PPC vigente em relação à ementa, bibliografia, carga horária teórica e prática, processo de avaliação e conteúdo programático. Todos os apontamentos sinalizados pelo Colegiado são encaminhados para os docentes responsáveis pelas disciplinas, para que os mesmos façam adequações, quando necessário. Este processo avaliativo interno contribui para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e atendimento a todos os aspectos previstos no PPC. Além das avaliações realizadas pela CPA, outros setores da instituição realizam avaliações que objetivam diagnosticar situações específicas da UFJF/GV. Entre estas, destaca-se a Pesquisa de Clima Organizacional, coordenada pelo Setor de Planejamento do *campus* Governador Valadares, realizada em 2016.

Deste modo, a avaliação do curso de Graduação em EF da UFJF/GV é realizada pelas diversas instâncias internas ao curso em colaboração com a CPA e demais autoavaliações institucionais, seguindo as orientações definidas pelos documentos normativos de avaliação acadêmica da UFJF.

Avaliação do processo ensino-aprendizagem

O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem no Curso de Graduação em EF da UFJF/GV considera a assiduidade e o aproveitamento nos estudos em consonância com as especificações referidas no Título IV, “Dos Atos Acadêmicos”, Capítulo IV, “Da Avaliação da Aprendizagem”, do RAG/UFJF.

Para efeito de aprovação, os estudantes também são avaliados quanto à assiduidade. Em cada disciplina, o(a) discente deverá ser frequente em no mínimo, 75% (setenta e cinco) da carga horária prevista para o semestre, cabendo ao professor o registro da mesma. A assiduidade é apurada e registrada para cada aula ou atividade acadêmica, conforme previsto no Plano de Curso.

Conforme descrito no RAG/UFJF as formas de avaliação devem ser obrigatoriamente descritas no Plano de Curso de cada disciplina por meio de critérios claros e objetivos integrados à regulamentação da UFJF. O Plano de Curso deve ser apresentado e discutido junto aos discentes na primeira semana de aula, para que tenham conhecimento e possam negociar os processos de ensino-aprendizagem.

Diferentes instrumentos avaliativos são empregados, tais como provas teóricas e práticas, trabalhos individuais ou em equipe, resenhas, coleta de dados, seminários, práticas laboratoriais, estudos de caso, trabalhos de campo, visitas técnicas, etc. Na elaboração da estratégia de avaliação os docentes são orientados a contemplar tanto o aspecto diagnóstico quanto formativo da avaliação.

A nota final atribuída a cada disciplina ou conjunto de atividades acadêmicas curriculares varia de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, podendo ser por soma dos pontos cumulativos, média ponderada, ou média aritmética, resultante de, no mínimo, 3 (três) avaliações parciais, aplicadas no período letivo, e nenhuma delas pode ultrapassar 40% (quarenta por cento) da nota máxima. Com isso, estimula-se a aplicação de diversas metodologias de avaliação do ensino e da aprendizagem. É aprovado, quanto ao aproveitamento, em todas as disciplinas ou conjunto de atividades acadêmicas

curriculares, o estudante que alcançar nota final igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da nota máxima.

A avaliação da aprendizagem, cujo lançamento é de exclusiva competência dos docentes, é registrada no SIGA. As avaliações corrigidas são disponibilizadas para apreciação pelo estudante. As notas parciais são disponibilizadas aos discentes, no sistema, até 3 (três) dias antes da data da avaliação subsequente, e o fechamento das turmas respeita os prazos do calendário acadêmico da UFJF.

O estudante tem direito à segunda chamada de qualquer avaliação, desde que apresente requerimento ao professor da disciplina, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar de sua aplicação, contendo justificativa que demonstre a impossibilidade do comparecimento. Sendo a justificativa julgada improcedente, o estudante ainda pode fazer uma avaliação de segunda chamada ao final do período letivo, versando sobre conteúdo acumulado da disciplina. Ainda é direito do estudante ter vista e requerer revisão de qualquer avaliação.

A avaliação de Estágios, TCC e ACs seguem normativas específicas, e constam em documentos próprios disponíveis para consulta física e virtual (site do Departamento - <http://www.ufjf.br/educacaofisicagv/>). Destaca-se assim, que os discentes e docentes possuem acesso a tais informações em diversos canais: plataforma SIGA (por meio de acesso pessoal), site da UFJF, site da UFJF-GV, planos de curso e ensino apresentado pelos docentes a cada semestre e site do DEP EF.

Na UFJF, o acompanhamento do desempenho acadêmico do discente é realizado a partir dos resultados do Coeficiente de Evolução Inicial do Discente ou do Coeficiente de Evolução Trimestral do Discente. Ambos os coeficientes são medidos pelo sistema automatizado institucional, sendo o primeiro medido ao final do 2º período letivo do curso e o segundo trimestralmente. A identificação de discente com desempenho considerado insuficiente demanda acompanhamento do mesmo.

4.8. ADAPTAÇÃO AO NOVO CURRÍCULO

O curso de Graduação em Educação Física da UFJF-GV possui atualmente duas grades curriculares vigentes (2014 e 2022). Com vistas a atender à “curricularização da extensão” (Resolução N° 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura - CONEXC), foi necessário fazer uma nova reforma curricular, de modo que a partir de 2023 teremos 03 (três) grades curriculares vigentes. Sendo assim, os discentes ingressantes do currículo de 2014 que tiverem interesse em migrar para o currículo de 2022 deverão consultar o item “4.13 ADAPTAÇÃO AO NOVO CURRÍCULO” no Projeto Pedagógico do curso de Graduação em Educação Física de 2021 aprovado pelo CONGRAD em 2022 e seguir as orientações de como adaptar a este currículo.

Deste modo, o aluno ingressante no currículo de 2014 que opte por migrar para a atual grade curricular (com aprovação pelo CONGRAD prevista para 2023) deverá fazer uma adaptação dupla, ou seja, a) precisará atender à adaptação que consta no item “4.13 ADAPTAÇÃO AO NOVO CURRÍCULO” no Projeto Pedagógico do curso de Graduação em Educação Física de 2021 aprovado pelo CONGRAD em 2022; e b) precisará realizar as adaptações propostas a seguir no PPC com aprovação pelo CONGRAD prevista para 2023 (atual). No caso do aluno que entrou em 2022 e deseja migrar para a atual grade curricular, deverá apenas fazer o que consta na segunda opção, no item b.

Caso o aluno opte pela matriz curricular atual, são apresentadas as equivalências curriculares das disciplinas, considerando: aquelas de equivalência direta, que permanecem no currículo sem alteração (Quadro 1); as disciplinas equivalentes, mas que tiveram alteração de carga horária dos componentes curriculares, incluindo carga horária de ACE (Quadro 2). Vale ressaltar que não houve alterações em CH total das disciplinas e nem alteração de período na grade, em comparação ao currículo anterior (2022).

Quadro 1. Disciplinas de equivalência direta, que permanecem no currículo sem alteração.

Período	Disciplina	CH
1º	Anatomia Sistemica	60
1º	Biologia Celular	45
1º	História da Educação Física	45
1º	Introdução à Educação Física	30
1º	Introdução à Pesquisa Científica	30
1º	Pedagogia do Esporte	30
2º	Bioquímica	60
2º	Corpo, Cultura e Educação Física	45
2º	Crescimento e Desenvolvimento Humano	60
2º	Dimensões Éticas e Filosóficas da Educação Física	45
2º	Fisiologia Básica	60
2º	Pesquisa Quantitativa em Educação Física	45
3º	Aprendizagem Motora	45
3º	Cinesiologia	45
3º	Fisiologia do Exercício	90
3º	Medidas e Avaliação em Educação Física	45
3º	Pesquisa Qualitativa em Educação Física	45
4º	Biomecânica	45
4º	Esporte, exercício físico e saúde na infância e adolescência	45
4º	Introdução à Saúde Coletiva	45

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

4°	Psicologia do Esporte	60
4°	Sociologia do Esporte	45
4°	Treinamento Esportivo	60
5°	Estudos do Lazer	45
5°	Futebol	60
5°	Estágio em Saúde	165
6°	Atletismo II	45
6°	Musculação	45
6°	Eletiva	45
6°	Estágio em Esporte	165
7°	Handebol	60
7°	Políticas públicas de esporte e lazer	30
7°	Voleibol	60
7°	Eletiva	45
7°	Estágio em Condicionamento Físico	165
8°	Artes Marciais, Lutas e Esportes de Combate	60
8°	Basquetebol	60
8°	Estágio em Cultura e Lazer	165

No sentido de adequar às novas normativas e considerando a Resolução N° 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura (CONEXC) e a Resolução N° 75/2022 do CONGRAD, algumas disciplinas tiveram parte da sua carga horária

destinadas às atividades de extensão, e são assim chamadas: disciplinas obrigatórias com carga horária de extensão associadas, como pode ser observado no Quadro abaixo.

Quadro 2. Disciplinas equivalentes, mas que tiveram alteração de carga horária nos componentes curriculares, incluindo carga horária de ACE, denominadas de disciplinas obrigatórias extensionistas com carga horária associadas.

Período	Disciplina	Carga horária de extensão
1º	Expressão Rítmica e Corporal	15h
1º	Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade	10h
2º	Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos	15h
3º	Educação Física Adaptada	15h
3º	Ginásticas de Condicionamento Físico	15h
4º	Educação Física, Saúde e Envelhecimento	15h
4º	Socorros de Urgência na Educação Física	6h
5º	Atletismo I	15h
5º	Dança	15h
5º	Natação	10h
5º	Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência	15h
6º	Educação Física para grupos Especiais	6h
6º	Ginásticas de Competição	15h

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física / UFJF-GV

6º	Práticas Corporais de Aventura	12h
7º	Gestão Esportiva	10h
7º	Saúde Coletiva e Educação Física	6h
-	TOTAL	210h

Foi alterada no novo PPC apenas uma disciplina obrigatória em que foi incluída a carga horária de extensão independente, como pode ser visto no quadro abaixo.

Quadro 3. Disciplina equivalente, mas que teve alteração de carga horária nos componentes curriculares, incluindo carga horária de ACE, denominada de disciplina extensionista obrigatória com carga horária independente.

Período	Disciplina	Carga horária de extensão
7º	Seminário em Saúde e Educação Física - Integração Ensino-serviço-comunidade	15h

Além dessas, foram incluídas ao novo PPC as disciplinas obrigatórias abaixo, com carga horária de extensão independentes (Quadro 4).

Quadro 4. Disciplinas obrigatórias criadas com carga horária de extensão independentes.

Período	Disciplina	Carga horária
2º	Atividades curriculares de extensão I	60h

4°	Atividades curriculares de extensão II	60h
----	--	-----

Ademais, foram criadas mais cinco disciplinas eletivas (Quadro 5).

Quadro 5. Novas disciplinas eletivas que não existiam e foram criadas para serem ofertadas no currículo atual.

Disciplina	Carga horária
Controle motor	30h
Ginástica Laboral	30h
Lesões Desportivas	30h
Terapias Manuais Aplicada à Educação Física	30h
Prática Profissional Baseada em Evidências	45h

As disciplinas abaixo relacionadas (Quadro 6) tiveram alteração na ementa, programas e referências, sem alteração na carga horária e na distribuição na grade curricular.

Quadro 6. Disciplinas obrigatórias que atualizaram ementa e programa.

Período	Disciplina	Carga horária
3°	Cinesiologia	45

4º	Biomecânica	45
6º	Práticas Corporais de Aventura	60

O componente curricular TCC 1ª e 2ª etapas passaram a não ter pré-requisitos no currículo atual. Além disso, as Atividades Complementares (ACs) passaram de 180h para 60h, que poderão ser cumpridas como Atividades Acadêmicas Integradoras (AAI) (36h) somadas a outras Atividades Complementares (24h). Estas, preferencialmente, poderão ser distribuídas em 19h na etapa comum e 5h na etapa específica do curso.

Adaptação para o novo currículo, considerando cada período do curso

Os ingressantes no primeiro período do curso seguirão a nova grade curricular. Os alunos do segundo ao oitavo períodos, do currículo de 2022, que optarem por migrar para o novo currículo, deverão complementar carga horária de ACE das disciplinas que sofreram alterações com inclusão de ACEs e/ou foram criadas para a nova matriz curricular (Quadro 7). Além disso, para o aproveitamento das disciplinas de equivalência direta, aquelas sem necessidade de complementação de carga horária, os alunos deverão solicitar abertura de processo de equivalência de disciplinas na secretaria do curso de Educação Física. Abaixo são descritas as adaptações ao novo currículo para os ingressantes de cada um dos períodos do curso, caso estejam no currículo anterior e decidam migrar para o novo currículo.

Quadro 7. Pendências dos alunos do currículo de 2022 que optarem por migrar para o currículo atual.

SEGUNDO PERÍODO
<p>O acadêmico poderá apresentar os certificados das ACEs para as disciplinas extensionistas associadas do 1º período com a respectiva CH validada pela CAEX.</p> <p>Expressão Rítmica e Corporal - 15h ACEs Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade - 10h ACEs</p>
TERCEIRO PERÍODO
<p>O acadêmico poderá apresentar os certificados das ACEs para as disciplinas extensionistas associadas do 1º e 2º período com a respectiva CH validada pela CAEX, além de matricular-se na disciplina de Atividades Curriculares de Extensão I.</p> <p>Expressão Rítmica e Corporal - 15h ACEs Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade - 10h ACEs Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos - 15h ACEs</p>
QUARTO PERÍODO
<p>O acadêmico poderá apresentar os certificados das ACEs para as disciplinas extensionistas associadas do 1º ao 3º período com a respectiva CH validada pela CAEX, além de matricular-se na disciplina de Atividades Curriculares de Extensão I.</p> <p>Expressão Rítmica e Corporal - 15h ACEs Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade - 10h ACEs Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos - 15h ACEs Educação Física Adaptada - 15h ACEs Ginásticas de Condicionamento Físico - 15h ACEs</p>
QUINTO PERÍODO

O acadêmico poderá apresentar os certificados das ACEs para as disciplinas extensionistas associadas do 1º ao 4º período com a respectiva CH validada pela CAEX, além de matricular-se na disciplina de Atividades Curriculares de Extensão I e II.

Expressão Rítmica e Corporal - 15h ACEs

Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade - 10h ACEs

Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos - 15h ACEs

Educação Física Adaptada - 15h ACEs

Ginásticas de Condicionamento Físico - 15h ACEs

Educação Física, Saúde e Envelhecimento - 15h ACEs

Socorros de Urgência na Educação Física - 6h ACEs

SEXTO PERÍODO

O acadêmico poderá apresentar os certificados das ACEs para as disciplinas extensionistas associadas do 1º ao 5º período com a respectiva CH validada pela CAEX, além de matricular-se na disciplina de Atividades Curriculares de Extensão I e II.

Expressão Rítmica e Corporal - 15h ACEs

Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade - 10h ACEs

Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos - 15h ACEs

Educação Física Adaptada - 15h ACEs

Ginásticas de Condicionamento Físico - 15h ACEs

Educação Física, Saúde e Envelhecimento - 15h ACEs

Socorros de Urgência na Educação Física - 6h ACEs

Atletismo I - 15h ACEs

Dança - 15h ACEs

Natação - 10h ACEs

Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência - 15h ACEs

SÉTIMO PERÍODO

O acadêmico poderá apresentar os certificados das ACEs para as disciplinas extensionistas associadas do 1º ao 6º período com a respectiva CH validada pela CAEX, além de matricular-se na disciplina de Atividades Curriculares de Extensão I e II.

Expressão Rítmica e Corporal - 15h ACEs

Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade - 10h ACEs

Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos - 15h ACEs

Educação Física Adaptada - 15h ACEs

Ginásticas de Condicionamento Físico - 15h ACEs

Educação Física, Saúde e Envelhecimento - 15h ACEs

Socorros de Urgência na Educação Física - 6h ACEs

Atletismo I - 15h ACEs

Dança - 15h ACEs

Natação - 10h ACEs

Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência - 15h ACEs

Educação Física para grupos Especiais - 6h ACEs

Ginásticas de Competição - 15h ACEs

Práticas Corporais de Aventura - 12h ACEs

OITAVO PERÍODO

O acadêmico poderá apresentar os certificados das ACEs para as disciplinas extensionistas associadas do 1º ao 7º período com a respectiva CH validada pela CAEX, além de matricular-se na disciplina de Atividades Curriculares de Extensão I e II e Seminário em Saúde e Educação Física - Integração Ensino-serviço-comunidade (15h).

Expressão Rítmica e Corporal - 15h ACEs

Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade - 10h ACEs

Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos - 15h ACEs

Educação Física Adaptada - 15h ACEs

Ginásticas de Condicionamento Físico - 15h ACEs

Educação Física, Saúde e Envelhecimento - 15h ACEs

Socorros de Urgência na Educação Física - 6h ACEs

Atletismo I - 15h ACEs

Dança - 15h ACEs

Natação - 10h ACEs

Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência - 15h ACEs

Educação Física para grupos Especiais - 6h ACEs

Ginásticas de Competição - 15h ACEs

Práticas Corporais de Aventura - 12h ACEs

Gestão Esportiva - 10h ACEs

Saúde Coletiva e Educação Física - 6h ACEs

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M; BORGES, R. O Lazer e a lama: o caso da maior cidade afetada pelo derramamento de minério da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: SILVA, J. V; SILVA, D. (Orgs). **Políticas públicas de lazer e esporte**. Campinas: Mercado de Letras, 2018, p. 189-216.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Temas Contemporâneos Transversais da BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**. Brasília: MEC, 2019.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.105, de 28 de setembro de 1998**, que aprovou as alterações do Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora, com sede na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. Disponível em <https://www2.ufjf.br/ich//files/2008/09/Estatuto.pdf> acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009**, Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial, disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rces00409.pdf?query=Resolu%5Cu00e7%5Cu00e3o, acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, **Portaria nº 939, de 24 de agosto de 2017**, que reconhece o Curso de Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2018-pdf/80811-atos-agosto-17-seres-pdf/file> acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1-32. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/dou_constituicao88.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

_____. **Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 28 nov. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução CNS nº 287, de 28 de outubro de 1998**. Dispõe sobre a caracterização dos profissionais de saúde para fins de atuação.

Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1998/res0287_08_10_1998.html. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998**. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19696.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institui%C3%ADdo%20o%20Sistema,n%C2%BA%209.394%2C%20de%2020%20de. Acesso em: 15 nov. 2021.

_____. **Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005** – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 213, de 09 de outubro de 2008**. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pces213_08.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. **Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>. Acesso em: 01 dez. 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Portaria 1.105, de 28 de setembro de 1998.** Estatuto da UFJF. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proex//files/2017/02/Estatuto-da-UFJF.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior. **Portaria 939, de 24 de agosto de 2017.** Reconhecimento do Curso. Disponível em: https://crca.unifesspa.edu.br/images/regulacao_cursos/letras_portugues_IEX/2017-Letras-L.-Port.-SFX_reconhecimento-Portaria-n-939-DE-24.08.2017.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CONFEF. Resolução CONFEF nº 046/2002. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/82>. Acesso em 13 de dez. 2022.

_____. (IBGE). **Práticas de esporte e atividade física:** 2015. IBGE: Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100364.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. (IBGE). **Cidades@.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SILVA, D. A. S. *et al.* Results from Brazil's 2018 report card on physical activity for children and youth. **Journal of Physical Activity and Health**, v. 15, n. s2, p. 323-325, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global action plan on physical activity 2018-2030: more active people for a healthier world.** Geneva: WHO, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução nº 13 de 06 de dezembro de 1999**. Regimento Geral da UFJF. Disponível em: https://www2.ufjf.br/ufjf/wp-content/uploads/sites/3/2015/01/regimento_geral12.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Conselho Superior. **Resolução nº 01, de 16 de fevereiro de 2012**. Aprova a criação de um Campus Avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Governador Valadares-MG. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-01.2012.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução nº 35, de 29 de outubro de 2015**. Aprovar o Regimento Interno do Campus Avançado de Governador Valadares – MG. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-35.2015-CONSU.-Regimento-GV-VF1-2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução nº 32, de 05 de agosto de 2020**. Estabelece normas para desenvolvimento de ações de apoio social e inclusão digital na UFJF no contexto de suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia COVID-19. Disponível em: https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2020/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-32.2020_Assinada.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução nº 33, de 14 de agosto de 2020**. Regulamenta a realização de Ensino Remoto Emergencial (ERE) nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Disponível em: https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2020/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-33.2020_Assinada-SEI.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução nº 17, de 11 de novembro de 2013**. Aprova a ampliação da oferta de vagas para o curso de Bacharelado em Educação Física, vinculada ao Campus Avançado da UFJF em Governador Valadares-MG. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-17.2013.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Conselho Setorial de Graduação. **Resolução nº 94, de 17 de dezembro de 2014**. Aprovar Projeto Pedagógico para o Curso de Educação Física (Campus Governador Valadares). Disponível em: https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2016/02/RES_94.2014_Projeto-Pedag%C3%B3gico-Educa%C3%A7%C3%A3o-F%C3%ADsica-GV.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Conselho Setorial de Graduação. **Resolução nº 23, de 25 de janeiro de 2016**. Aprova texto final e anexos do Regulamento Acadêmico da Graduação. Disponível em: https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2016/05/RES_23.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Conselho Setorial de Graduação. **Resolução nº 44, de 18 de maio de 2018**. Altera o Título II do Regulamento Acadêmico de Graduação - RAG. Disponível em: https://www2.ufjf.br/congrad/files/2018/02/RES_044.2018-Altera-T%c3%adtulo-II-do-RAG.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Conselho Setorial de Graduação. **Resolução nº 61, de 04 de setembro de 2019**. Altera Resolução nº44/2018 que altera o Título II do Regulamento Acadêmico de Graduação – RAG. Disponível em: https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2019/09/RES_061.2019-altera-t%C3%ADtulo-II-do-RAG.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Conselho Setorial de Graduação. **Resolução nº 33, de 18 de agosto de 2020**. Aprova o Calendário Acadêmico 2020 para o Ensino Remoto Emergencial. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ensinoremotoemergencial/wp-content/uploads/sites/160/2020/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-30.2020-2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Conselho Setorial de Graduação. **Resolução nº 10, de 12 de março de 2021**. Aprova o Calendário Acadêmico 2020 para o Ensino Remoto Emergencial. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ensinoremotoemergencial/wp-content/uploads/sites/160/2021/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-10.2021.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Conselho Setorial de Graduação. **Resolução nº 75, de 12 de julho de 2022**. Estabelece normas para a Inserção da Extensão nos Currículos de Graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2022/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-75.2022.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2022.

_____. Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa. **Resolução nº 03, de 02 e 03 de abril de 2020**. Estabelece normas sobre o desenvolvimento de programas e projetos de iniciação científica durante a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas na UFJF. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/cspp/wp-content/uploads/sites/22/2020/04/Resolucao-03-2020-IC.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. **Portaria nº 842, de 31 de julho de 2017**. Delega competências à Diretoria de Avaliação Institucional. Diário Oficial da União, seção 02, pág. 27. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1fmRNyyP08MMm_kCNMyf3ZJ2ofLI-BO-d/view. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Campus Governador Valadares. Direção Geral. **Portaria nº 11 de 5 de abril de 2016**. Designa docentes para comporem o Núcleo Docente Estruturante do curso de Bacharelado em Educação Física do campus de Governador Valadares. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/progepe/wp-content/uploads/sites/28/2009/05/Portaria-11.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Conselho Setorial de Extensão e Cultura – CONEXC. **Resolução Nº 04/2018** Fixa normas sobre a Política de Extensão na Universidade Federal de Juiz de

Fora disponível em: <https://www2.ufjf.br/proex//files/2017/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-04-2018-Fixa-normas-sobre-a-Pol%C3%ADtica-de-Extens%C3%A3o-na-UFJF1.pdf> Acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. Conselho Setorial de Graduação Resolução N° 17/2011, que regulamenta a criação dos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em <https://www2.ufjf.br/quimicanoturno/files/2019/09/RESOLU%C3%87%C3%83O-17-2011-NDE.pdf> acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. Conselho Setorial de Graduação Resolução N° 60/2019, que aprova alteração do artigo 23 do RAG. Disponível em https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2019/08/RES_060.2019-Altera-artigo-23-do-RAG-1.pdf acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. Conselho Setorial de Graduação Resolução N° 21/2020, que aprova alteração do Capítulo X do RAG. Disponível em https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2020/02/RES_021.2020-Altera-capitulo-X-do-RAG.pdf acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. Conselho Setorial de Graduação Resolução N° 22/2020, que aprova alteração do artigo 65 do RAG. Disponível em https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2020/02/RES_022.2020-Altera-artigo-65-do-RAG.pdf acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. Conselho Setorial de Graduação Resolução N° 75/2022, que estabelece normas para a Inserção da Extensão nos Currículos de Graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em <https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2022/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-75.2022.pdf> acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. Conselho Setorial de Graduação Resolução N° 95/2022, que altera o § 1° do art. 60 do Regulamento Acadêmico de Graduação - RAG. Disponível em <https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2022/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-95.2022.pdf> acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. Conselho Superior (CONSUFJF), Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2027. Disponível em <https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2022/05/PDI-UFJF-2022a2027.pdf> acesso em 12 de dezembro de 2022.

Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Resolução CONAES, nº 1 de 17 de junho de 2010, Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192 acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. Parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010 sobre o Núcleo Docente Estruturante, Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192 acesso em 12 de dezembro de 2022.

APÊNDICE A. PLANOS DE ENSINO

PLANOS DE ENSINO POR PERÍODO

1º PERÍODO

ANATOMIA HUMANA SISTÊMICA - 60 h

CH: 60h - 30h teóricas; 30h práticas.

Ementa

Introdução ao estudo da Anatomia Humana. Anatomia dos sistemas esquelético, articular, muscular, nervoso central, nervoso periférico, nervoso autônomo, digestório, circulatório, respiratório, urinário e genitais feminino e masculino.

Programa

1. Introdução ao estudo da Anatomia
2. Sistema Esquelético
3. Sistema Articular
4. Sistema Muscular
5. Sistema Nervoso
6. Sistema Circulatório
7. Sistema Respiratório
8. Sistema Digestório
9. Sistema Urinário
10. Sistema Genital Masculino e Feminino

Bibliografia Básica

1. DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia Humana Básica**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011.
2. DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia Humana: Sistemica e segmentar**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011.
3. SPENCE, A. P. **Anatomia Humana Básica**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1991.
4. ROHEN, J. W.; YOKOCHI, C.; LÜTJEN-DRECOLL, E. **Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional**. 8. ed. São Paulo: Manole, 2016.

5. SOBOTTA, J. Sobotta: **Atlas de Anatomia Humana**. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

Bibliografia Complementar

1. DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia básica dos sistemas orgânicos: com a descrição dos ossos, juntas, músculos, vasos e nervos**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.
2. MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. **Anatomia orientada para a clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
3. NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
4. WOLF-HEIDEGGER, G. **Atlas de anatomia humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
5. ABRAHAMS, P. H.; MARKS JR., S. C.; HUTCHINGS, R. **Atlas colorido de anatomia humana de McMinn**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
6. SCHUNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U. **Prometheus, Atlas de anatomia: órgãos internos**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
7. SCHUNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U. **Prometheus, Atlas de anatomia: órgãos internos**. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527735186/>. Acesso em: 27 fev. 2023.
8. TORTORA, G. J.; NIELSEN, M. T. **Princípios de Anatomia Humana**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. E-book. ISBN 9788527734868. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527734868/>. Acesso em: 27 fev. 2023.
9. MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. **Anatomia orientada para a clínica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. E-book. ISBN 9788527734608. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527734608/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BIOLOGIA CELULAR - 45 h

CH: 45 horas – 45h teóricas;

Ementa

Estudos dos constituintes e dos processos celulares sob os aspectos estrutural, ultra-estrutural, molecular e fisiológico.

Programa

1. Introdução às células: estrutura, funções e evolução das células.
2. Bases macromoleculares da constituição celular: Carboidratos, lipídios, proteínas e ácidos nucleicos.
3. Membrana plasmática: estrutura e transporte. Estruturas juncionais. Matriz extracelular.
4. Papel das mitocôndrias na transformação e armazenamento de energia.
5. Comunicações celulares por meio de sinais químicos.
6. Bases moleculares do citoesqueleto e dos movimentos celulares.
7. O núcleo da célula: estrutura do núcleo, replicação e transcrição.
8. Síntese de proteínas. Organelas envolvidas na síntese de macromoléculas.
9. Regulação do ciclo celular e divisão celular: mitose e meiose.
10. Morte celular. Digestão intracelular.
11. Tecnologia da biologia celular e molecular: Microscopia óptica e microscopia eletrônica. Imunocitoquímica.

Bibliografia Básica

1. ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K.; JOHNSON, A; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K; WALTER, P. **Fundamentos da Biologia Celular**. Artmed, 3ª edição, 2017, 839p.
2. DE ROBERTIS, E. M. F.; HIB, José. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. Guanabara Koogan, 4ª edição. 2006, Reimpressão 2012, 389p.

3. JUNQUEIRA, L. C; CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. Guanabara Koogan, 9ª edição, 2012, 364p.

Bibliografia Complementar

1. ALBERTS, B.; BRAY, D.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K. **Biologia Molecular da Célula**. Artmed, 6a edição, 2017, 1428p.

2. CARVALHO, H.E.; RECCO-PIMENTEL, S.M. **A Célula**. Manole, 4a edição, 2019. 624p.

3. COOPER, G.M. HAUSMAN, R.E. **A Célula Uma Abordagem Molecular**. Artmed, 3a edição, 2007, 716p.

4. KIERSZENBAUM, A. L.; TRES, L.L. **Histologia e Biologia Celular** – Uma introdução a Patologia. Elsevier, 5a edição., 2012, 699p.

5. LODISH, H.; BERK, A.; KAISER, C.A.; KRIEGER, M.; BRETSCHER, A; PLOEGH, H.; AMON, A. **Biologia Celular e Molecular**. Artmed, 7a edição, 2014, 1210p.

EXPRESSÃO RÍTMICA E CORPORAL - 45 h

CH: 45 horas – 15h teóricas; 30h práticas.

Ementa

Abordagem histórica, conceitual e prática do elemento rítmico e sua interação com o movimento. O desenvolvimento da expressividade na infância, a ludicidade e a criatividade. Estudo do movimento por intermédio da expressão. Princípios da Dança Educativa Moderna (Rudolf Laban).

Programa

1. Corpo, cultura e expressão corporal
2. Conceitos e relações entre som, ritmo e movimento
3. Expressividade Infantil, ludicidade e criatividade
4. Dança Educativa Moderna –Rudolf Laban

Bibliografia Básica

1. DAMICO, Janieyre. **Atividades rítmicas e expressivas**. Curitiba: Contentus, 2021.
2. LABAN, Rudolf von. **Domínio do Movimento**. 5 ed. São Paulo: Summus, c1971.
3. OSSONA, Paulina. **A educação pela Dança**. 6. Ed. São Paulo: Summus Editorial, c1984.

Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, Fernanda. **Que dança é essa?** Uma proposta para a educação infantil. São Paulo: Summus, 2016.
2. MILLER, Jussara. **Qual é o corpo que dança?** Dança e educação somática para adultos e crianças. São Paulo: Summus, 2021.
3. ____. **A escuta do corpo:** sistematização da técnica Klauss Vianna. 4. ed. São Paulo: Summus, 2020.
4. PUJADE-RENAUD, Claude. **Linguagem do silêncio:** expressão corporal. 2. ed. São Paulo: Summus, 1982.
5. SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais na sala de aula:** um manual para o professor. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, c1986.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA - 45 h

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

Análise histórica da constituição da Educação Física como campo de intervenção e atuação. Bases fundantes da Educação Física na Modernidade: medicina higienista e militarismo. Métodos ginásticos europeus e sua circulação no Brasil. O conceito de esporte e as influências do fenômeno esportivo inglês. O Olimpismo e o ideal do amadorismo. Esporte e política no Brasil: Estado Novo, Ditadura Militar e Neoliberalismo. História das práticas corporais no estado de Minas Gerais.

Programa

1. A emergência da Educação Física como campo de intervenção e atuação.
2. A Educação Física na Modernidade: Europa e Brasil

- 2.1 As influências da medicina higienista e do militarismo.
- 2.2 Circulação dos métodos ginásticos europeus no Brasil: ginástica de circo, ginástica alemã, ginástica sueca e ginástica francesa.
- 3. O conceito de esporte e sua importância para a história da Educação Física.
 - 3.1 As influências do esporte inglês no Brasil.
 - 3.2 Olimpismo e o ideal do amadorismo.
- 4.0 Esporte e política no Brasil: Estado Novo, Ditadura Militar e Neoliberalismo.
- 5.0 História das práticas corporais no estado de Minas Gerais.

Bibliografia Básica

1. ALMEIDA, Bárbara Schaustek. **Introdução à Educação Física**. Contentus, 2020 (ebook).
2. CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 19 ed., 2013.
3. DE MARCO, A (org). **Educação física: cultura e sociedade: contribuições teóricas da educação física no cotidiano da sociedade brasileira**. Campinas: Papirus Editora, 2015.

Bibliografia Complementar

1. DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus, 2013.
2. QUINAUD, Ricardo; OLIVEIRA, Gelcemar; NASCIMENTO, Juarez Vieira. Formação profissional do gestor esportivo para o mercado de trabalho: a (in) formação dos cursos de bacharelado em Educação Física no Brasil. **Revista Movimento**, vol. 24, n.4, 2019.
3. MOREIRA, Wagner Wey (org.). **Educação Física e esportes: Perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papirus, 2020.
4. NUNES, Marcello Pereira; VOTRE, Sebastião Josué; SANTOS, Wagner dos. O profissional em Educação Física no Brasil: desafios e perspectivas no mundo do trabalho. **Revista Motriz**, v.18, n.2, jun. 2012.
5. STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano de; JÚNIOR, Wanderley Marchi. Polí[cas Públi- cas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórico-

Metodológica de Análise. **Movimento**. Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 233-251, jul/set de 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/18420/14381>. Acesso em: 24/07/2022.

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO FÍSICA - 30 h

CH: 30 horas teóricas.

Ementa

Estudo sobre a constituição da profissão de bacharel em Educação Física e de suas especificidades. Currículo e formação profissional. Áreas de atuação e campos de intervenção. Reflexão sobre conceitos, características e áreas de conhecimento do bacharel em Educação Física. Problemáticas e desafios atuais da profissão.

Programa

1. Aspectos históricos da constituição do bacharelado em Educação Física;
2. Diferenciação entre Bacharelado e Licenciatura;
3. As especificidades do currículo do bacharelado em Educação Física;
4. Áreas de atuação do profissional e campos possíveis de intervenção;
5. Os desafios e as problemáticas atuais da profissão.

Bibliografia Básica

1. CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 19 ed., 2013.
2. SOARES, C. L. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 4ed., 2007.
3. SOARES, C. L. Notas sobre a educação no corpo. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora da UFPR, n.16, p.46-60.

Bibliografia Complementar

1. BARROS, José D'Assunção: **A fonte história e seu lugar de produção**. Petrópolis: Vozes, 2020.
2. DE MELO, Victor Andrade; FORTES, Rafael. História do esporte: panorama e perspectivas. Fronteiras: **Revista de História**, v. 12, n. 22, p. 11-35, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5882/588265664002.pdf> acessado em: 12/05/2023
3. GOELLNER, Silvana Vilodre. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX”. **Revista de História do Esporte**, v.1, n.1., jun. 2008.
4. RUBIO, Ká[a. A dinâmica do esporte olímpico do século XIX ao XXI. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, p. 86-90, 2011.
5. TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus. Aurélio. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. **Revista Movimento**. v. 18, n. 4, out./dez. 2012

INTRODUÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA - 30 h

CH: 30 horas teóricas.

Ementa

Introdução ao pensamento científico. O conhecimento humano em seus diferentes níveis, tais como senso comum, o mítico, o religioso, o filosófico e o científico. Critérios científicos ao selecionar, organizar, relacionar e interpretar dados e informações coletadas na literatura científica. Normatização e redação de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos científicos.

Programa

1. Tipos de conhecimento (senso comum, o mítico, o religioso, o filosófico e o científico).
2. Introdução ao pensamento crítico (Método dedutivo e indutivo, assunto, tema e problema de pesquisa, variáveis dependentes e independentes, hipótese de pesquisa, objetivos (geral e específico), validade interna e externa.
3. Conhecendo um artigo científico (Introdução, métodos, resultados, discussão e conclusão).

4. Critérios científicos ao selecionar, organizar, relacionar e interpretar dados e informações coletadas na literatura

científica:

4.1 Qualidade da informação – Qualis CAPES, Fator de impacto, Livro vs. Artigo científico.

4.2 Resenha/resumo e Plágio

4.3 Pesquisa em base de dados – Descritores, Palavras-chave, Google Acadêmico, Scielo e Pubmed.

4.4 Normas da ABNT e uso de recursos eletrônicos para manejo de referências Mendley e Endnote.

5. Busca de referências e recursos eletrônicos para manejo de referências.

6. Normatização e redação de trabalhos científicos:

6.1 Elaboração de projeto de pesquisa – Introdução e Métodos.

6.2 Elaboração de projeto de pesquisa – Resultados, Discussão e Conclusão.

6.3 Apresentação de trabalhos científicos – Dicas Powerpoint.

Bibliografia Básica

1. GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª Ed. – São Paulo : Atlas, 2017.
2. MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24ª Ed. – São Paulo : Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar

1. CERVO, A.L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, c2007.
2. FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de Texto para Estudantes Universitários**. 24ª Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2016.
3. FERREIRA, H. S. **Redação de trabalhos acadêmicos nas áreas das ciências biológicas e da saúde**. 1ª ED. – Rio de Janeiro: Rubio, 2012.
4. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. São Paulo: Atlas, 2019. xii.

5. PRODANOV, C. O. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> acesso em 02/11/17.

PEDAGOGIA DO ESPORTE - 30 h

CH: 30 horas teóricas.

Ementa

O esporte no contexto da pedagogia. Conceito e classificação do esporte moderno. Planejamento do ensino dos esportes nas diferentes faixas etárias e contextos. Iniciação esportiva. Modelos e métodos de ensino dos esportes individuais e coletivos (convencionais e não-convencionais). Os jogos cooperativos e a competição como instrumentos pedagógicos.

Programa

1. A pedagogia e o esporte
2. Iniciação esportiva
3. Planejamento e modelos de ensino dos esportes
4. Jogos cooperativos e competição

Bibliografia Básica

1. GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo Novellino. **Iniciação esportiva universal**. Ed. da UFMG, c1998. 2 v. (Aprender). ISBN 9788570411594.
2. KROGER, Christian; ROTH, Klaus. **Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2006. 208 p. ISBN 857655026
3. PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. **Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2005. xi, 161 p. ISBN 9788527710619.

Bibliografia Complementar

1. GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues; DARIDO, Suraya Cristina. Pedagogia do Esporte: livro didático aplicado aos Jogos Esportivos Coletivos. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 16, p. 751-761, 2010.
2. GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto R.; SEOANE, Antonio Montero. Pedagogia do Esporte e Obesidade: perspectivas para um estilo de vida saudável a partir da adequada iniciação esportiva na infância. **Pensar a Prática**, v. 15, n. 2, 2012.
3. LEONARDI, Thiago José et al. Pedagogia do esporte: indicativos para o desenvolvimento integral do indivíduo. **Revista Mackenzie de educação física e esporte**, v. 13, n. 1, 2014.
4. MIRANDA, Renato. **Reflexões do esporte para o desempenho humano**. Curitiba: CRV, 2013. 262 p. ISBN 9788580425970.
5. SCAGLIA, Alcides José. Pedagogia do Jogo: O processo organizacional dos Jogos Esportivos Coletivos enquanto modelo metodológico para o ensino. **Revista portuguesa de ciências do desporto**, 2017.

SABERES TRADICIONAIS, PRÁTICAS CORPORAIS E SUSTENTABILIDADE - 30 h

CH: 30h - 15 teóricas; 15 práticas.

Ementa

Os diferentes modos de conhecer, viver e se relacionar com o mundo. Aspectos históricos e antropológicos da construção dos conceitos de natureza e cultura. As tradições e saberes tradicionais: desafios e relevância social. A Educação ambiental e as possibilidades de atuação profissional no campo da Educação Física. A ludicidade, o bem viver, a sustentabilidade ambiental e a vida de qualidade.

Programa

1. Modos de conhecer, viver e se relacionar com o mundo
2. Natureza e Cultura
3. Tradições e saberes tradicionais: desafios e relevância social

- 4.A Educação ambiental e as possibilidades de atuação profissional no campo da Educação Física
- 5.A ludicidade, o bem viver, a sustentabilidade ambiental e a vida de qualidade
- 5.1.Aspectos conceituais e seus entrelaçamentos no cotidiano
- 5.2.Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras tradicionais

Bibliografia Básica

1. AFONSO, Yuri. **História e culturas indígenas**. Curitiba: Contentus, 2020.
2. ALMEIDA, Arthur; SUASSUNA, Dulce. Práticas corporais, sentidos e significado: uma análise dos jogos dos povos indígenas. In: **Movimento**. Porto Alegre, v.16, n.4, outubro-dezembro 2010, pp. 53-71. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115316963004.pdf>, Acesso em 20/07/2022.
3. SCAGLIA, Alcides; FABIANI, Débora; GODOY, Luís. **Dos jogos tradicionais às técnicas corporais**: um estudo a partir das relações entre jogo e cultura lúdica. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/10780>, Acesso em: 20/07/2022

Bibliografia Complementar

1. DEBORTOLI, J. A. Com olhos de crianças: a ludicidade como dimensão fundamental da construção da linguagem e da formação humana. **Licere**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 105-117, 1999. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1384>, Acesso em 20/07/2022.
2. GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos em Bali. In. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. (p. 185 – 214).
3. KISHIMOTO, Tizuko. Jogos, brinquedos e brincadeiras do Brasil. In: **Espacios em Blanco – Séries Indagaciones**, n.24, junho 2014, pp.81-106. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/eb/v24n1/v24n1a07.pdf>, Acesso em: 20/07/2022.
4. MAURÍCIO, Joise, et al. Lazer e a opção decolonial: diálogos teóricos e possibilidade de construções contra-hegemônicas. **Licere**. Belo Horizonte, v.24, n.1, mar/2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/29756>, Acesso em 20/07/2022.
5. SILVA, Junior Vagner da; SILVA, Dirceu (orgs). **Lazer, vida de qualidade e direitos sociais**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020.

2º PERÍODO

BIOQUÍMICA- 60 h

CH: 60 horas teóricas

Ementa

O estudo estrutural e funcional, bem como destacar a importância dos componentes moleculares da célula, com enfoque na estrutura e diversidade funcional de carboidratos, aminoácidos, proteínas, enzimas (química, cinética e inibição), lipídeos e ácidos nucleicos; O estudo da bioenergética e uma visão geral do metabolismo, bem como uma compreensão mais aprofundada do metabolismo de carboidratos, lipídeos, aminoácidos e ácidos nucleicos; O estudo da composição química do sangue, bioquímica da respiração e da contração muscular, bem como uma introdução à bioquímica e fisiologia do exercício físico.

Programa

1. Estrutura e Função de Aminoácidos.
2. Estrutura e Função de Proteína.
3. Estrutura e Função de Ácidos Nucleicos e Nucleotídeos.
4. Enzimas: Estruturas e Funções.
5. Enzimas: Cinemática.
6. Estrutura e Função de Lipídeos.
7. Introdução ao Metabolismo.
8. Sinalização Celular.
9. Glicose e Fermentação.
10. Gliconeogênese.
11. Via das Pentoses Fosfato.
12. Metabolismo do Glicogênio.
13. Ciclo de Krebs.
14. Cadeia Transportadora de Elétrons e Fosforilação Oxidativa.
15. Oxidação de Aminoácidos.
16. Oxidação de Lipídeos.
17. Biossíntese de Ácidos Graxos.
18. Integração do Metabolismo.

19. Bioquímica do Sangue e da Respiração.
20. Bioquímica da Contração Muscular.
21. Bases Bioquímicas do Treinamento Esportivo.

Bibliografia Básica

1. NELSON, D. L.; COX, M. M.; LEHINGHER, A. **Princípios de Bioquímica**. São Paulo: Savier, 2019.
2. TYMOCZKO, J. L.; BERG, J. M.; STRYER, L. **Bioquímica: fundamental**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
3. VOET, D.; VOET, J. G.; PRATT, C. W. **Bioquímica**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

1. CAMPBELL, M.; FARREL, S. **Bioquímica**. v. 1, 2, 3. São Paulo: Thompson, 2007.
2. KATCH, F. I.; KATCH, V. L.; McARDLE, W. D. **Fisiologia do Exercício: Nutrição, Energia e Desempenho Humano**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
3. KRAEMER J. W.; FLECK, S. J.; DESCHENES, M. R. **Fisiologia do Exercício: Teoria e Prática**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
4. MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. **Bioquímica básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
5. MAUGHAN, R.; GLEESON, M.; GREENHAFF, P. L. **Bioquímica do Exercício e do Treinamento**. 1 ed. Barueri: Manole.

CORPO, CULTURA E EDUCAÇÃO FÍSICA - 45 h

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

A construção social do corpo. O corpo como produto e produtor de cultura. Reflexões e múltiplos olhares sobre o corpo na saúde, na Educação Física, nos esportes e nas práticas corporais. Bases psico-socio-antropológicas sobre o estudo do corpo: desdobramentos para análise do corpo na Educação Física.

Programa

1. A construção social do corpo / O corpo como produto e produtor de cultura.
1. Conceitos no campo da sociologia e antropologia para os termos “Corpo” e “Cultura” e seu uso para a Educação Física.
2. O corpo como aspecto intrinsecamente relacionado e indissociável da cultura.
3. O corpo como produto e produtor de cultura.
2. Reflexões e múltiplos olhares sobre o corpo na saúde e Educação Física, nos esportes e nas práticas corporais.
1. O modelo biomédico e sua relação histórica com a Educação Física.
2. Interligação do corpo, cultura e sociedade e suas implicações para a saúde e Educação Física, os esportes e as práticas corporais.
3. Bases psico-socio-antropológicas sobre o estudo do corpo: desdobramentos para análise do corpo na Educação Física
1. A indústria cultural e a mídia na construção social do corpo.
2. A perspectiva sociocultural de estudos do corpo e sua relação com a aparência física, estética e imagem corporal.
3. “Estereótipos”, “preconceitos” e “discriminações” sociais no campo da saúde, da Educação Física e dos Esportes. Estudos sobre as questões étnico-raciais, direitos humanos e respeito à diversidade humana.
4. Estudo do gênero e da sexualidade como construções histórico-sociais, sua relação com a saúde, esporte e práticas corporais, influência sobre a construção de saberes e sobre a prática profissional nos diferentes campos de atuação da Educação Física.
5. O corpo, a cultura, a Educação Física e a saúde: enlace com algumas as psicopatologias relacionadas ao corpo (por exemplo: transtornos alimentares, transtorno dismórfico corporal, dependência ao exercício físico e transtornos correlatos).

Bibliografia Básica

1. MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo... e "mente"**: novas contradições e desafios do século XXI. 25a ed. Campinas, SP: Papyrus, 2017.
2. GONÇALVES, M. A. **Sentir, pensar e agir**: corporeidade e educação. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
3. HISTÓRIA do corpo. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 3.v. (v.1).

Bibliografia Complementar

1. GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c1989.
2. LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
3. LOURO, G. L. (Org). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
4. MARCO, A. **Educação Física, cultura e sociedade: contribuições teóricas e intervenções da Educação Física no cotidiano da sociedade brasileira**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013..
5. MOREIRA, W. W. **Século XXI: a era do corpo ativo**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO - 60 h

CH: 60 horas teóricas.

Ementa

Introdução, conceitos e princípios básicos. Crescimento e maturação. Teorias e perspectivas de desenvolvimento humano. Concepções e modelos teóricos em desenvolvimento motor. Desenvolvimento motor ao longo da vida. Transtornos do neurodesenvolvimento.

Programa

1. Introdução, conceitos e princípios básicos.
 1. Visão geral e conceitos fundamentais: crescimento, maturação, desenvolvimento motor, desenvolvimento humano.
 2. Crescimento e Maturação.
 1. Crescimento físico e maturação;
 2. Mudanças na aptidão física ao longo da vida.
 3. Teorias e Perspectivas de Desenvolvimento Humano.
 - 3.1 Principais teorias e perspectivas do Desenvolvimento Humano.

- 3.2 Desenvolvimento psicossocial, cognitivo, afetivo, motor.
- 4. Conceções e modelos teóricos em Desenvolvimento Motor.
 - 4.1 Conceções de Desenvolvimento Motor.
 - 4.2 Períodos de estudo na área do Desenvolvimento Motor.
- 5. Desenvolvimento motor típico e atípico.
 - 5.1 Comportamento motor, desenvolvimento motor, aprendizagem motora, habilidade motora e *performance* motora;
 - 5.2 Fases e estágios do desenvolvimento motor;
 - 5.3 Desenvolvimento motor na senescência;
 - 5.4 Instrumentos de avaliação do desenvolvimento motor;
 - 5.5 Desenvolvimento motor e especialização esportiva precoce;
 - 5.6 Transtornos do neurodesenvolvimento.

Bibliografia Básica

1. GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. Porto Alegre: Artmed, 7ª ed., 2013.
2. HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. Porto Alegre: Artmed, 6ª ed., 2016.
3. PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12ª ed. Porto Alegre: Porto Alegre: AMGH, 2013.

Bibliografia Complementar

1. BEE, H.; BOYD, D. **A Criança em Desenvolvimento**. 12. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 567 p.
2. DE ROSE JR., D. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

3. ROWLAND, T. W. **Fisiologia do Exercício na Criança**. SP: Manole, 2^a ed., 2008.
4. TANI, G. **Comportamento Motor: Aprendizagem e Desenvolvimento**. RJ: Guanabara Koogan, 2. ed., 2013.
5. TANI, G.; CORRÊA, U. C. **Aprendizagem Motora e o Ensino do Esporte**. 1^a edição. São Paulo: Blucher, 2016.

DIMENSÕES ÉTICAS E FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA - 45 h

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

Estudo dos aspectos filosóficos da Educação Física e dos Esportes. Dimensões éticas e filosóficas da profissão em Educação Física. Código de ética profissional da Educação Física. A construção das diversas formas de conhecimento humano e suas implicações epistemológicas e éticas no campo acadêmico e profissional da Educação Física. (Atividade Acadêmica Integradora).

Programa

1. Introdução à Filosofia: constituição histórica e relação com os valores éticos e morais nas sociedades ocidentais.
2. A constituição do pensamento ético e dos valores morais no Brasil: diferenciações básicas entre Ética e Moral.
3. As formas de conhecimento cultural: senso comum, conhecimento científico e conhecimento filosófico.
4. Constituição Epistemológica da Educação Física enquanto campo de atuação profissional científica: avanços, retrocessos e tensões.
5. Aspectos éticos da atuação profissional no campo da Educação Física e dos esportes.
6. Código de ética do profissional de educação física. Código de ética do estudante de educação física. Documentos CONFEF.
7. Ética e Bioética nas pesquisas em Educação Física.
8. A humanização das intervenções profissionais em Educação Física: estudos de caso.

Bibliografia Básica

1. CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática Editora, 2003. (Material digital).
2. SANCHEZ-VÁSQUEZ, Adolfo. **Ética**. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014..
3. TOJAL, J. B.; BARBOSA, A. P. **A ética e a bioética na preparação e na intervenção do profissional de educação física**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2006. (Material digital).

Bibliografia Complementar

1. ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Atlas, 2009.
2. BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. 6. ed. São Paulo: Edipro, 2014.
3. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Ética profissional**. 2000. (Material digital). Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/381>. Acesso em: 17 jul. 2022.
4. NOVOA, P. C. R. O que muda na ética em pesquisa no Brasil: resolução 466/12 do conselho nacional de saúde. **Einstein**. v. 12, n.1, São Paulo, 2014. (Material digital). Disponível em: <https://journal.einstein.br/pt-br/article/o-que-muda-na-etica-em-pesquisa-no-brasil-resolucao-466-12-do-conselho-nacional-de-saude/>. Acesso e: 14 jul. 2022.
5. REGO, Sergio; PALACIOS, Marisa; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. **Bioética para profissionais de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, c2009.

FISIOLOGIA BÁSICA - 60 h

CH: 60h - 45 horas teórica; 15 horas prática.

Ementa

Fisiologia celular, neurofisiologia, fisiologia dos sistemas muscular, cardiovascular, renal, respiratório, endócrino e digestivo.

Programa

1. Fisiologia celular – transportes através da membrana, bioeletrogênese (potencial de repouso e ação);
2. Neurofisiologia básica - sinapses e transmissão sináptica;
3. Sistema muscular esquelético – acoplamento excitação-contração;
4. Sistema nervoso autônomo – foco em sistema gastrointestinal;
5. Sistema cardiovascular – acoplamento excitação-contração, ciclo-cardíaco, controle da pressão arterial;
6. Sistema respiratório – mecânica respiratória e trocas gasosas;
7. Sistema endócrino – eixo hipotálamo-hipófise, tireóide, paratireóide, supra renal e pâncreas.

Bibliografia Básica

1. AIRES, M. M. **Fisiologia**. 4a edição. Guanabara Koogan, 2012.
2. CURI, Rui; MOREIRA, Joaquim Adelino Correia Ferreira Leite (Colab.). **Fisiologia básica**. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2017. 817 p.
3. WIDMAIER, E. P.; RAFF, H.; STRANG, K. T. V. **Fisiologia humana: os mecanismos das funções corporais**. 12a edição. Guanabara Koogan, 2013.

Bibliografia Complementar

1. COSTANZO, Linda S. **Fisiologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. 315 p
2. GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. **Tratado de fisiologia médica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 1145 p.
3. KANDEL, Eric R. **Princípios de neurociências**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. xxxii.
4. KOEPPEN, Bruce M.; STANTON, Bruce A.; BERNE, Robert M.; LEVY, Matthew N. Berne & Levy, **Fisiologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2018. xii 867
5. RAFF, Hershel; LEVITZKY, Michael. **Fisiologia médica: uma abordagem integrada**. Porto Alegre: AMGH, 2012.

PESQUISA QUANTITATIVA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - 45 h

CH: 45h teórica.

Ementa

Métodos e técnicas da pesquisa quantitativa. Delineamentos de estudos quantitativos no contexto da Educação Física. Métodos de amostragem. Estatística descritiva. Testes de hipóteses. Correlação e regressão linear simples. Comparação univariada de grupos e medidas repetidas. Associação entre duas variáveis categóricas.

Programa

1. Métodos e técnicas da pesquisa quantitativa.
2. Delineamentos de estudos usuais na Educação Física.
3. Métodos de amostragem.
4. Estatística descritiva.
5. Testes de hipóteses e pressuposições paramétricas e não-paramétricas para análise de dados.
6. Testes estatísticos e suas rotinas para correlação e regressão linear simples; comparação univariada de grupos e medidas repetidas; e associação entre duas variáveis categóricas.

Bibliografia Básica

1. CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística: princípio e aplicações**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
2. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
3. THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5.ed. Porto Alegre: artmed, 2010.

Bibliografia Complementar

1. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

2. MARTINEZ, E. Z. **Bioestatística para os cursos de graduação da área da saúde**. São Paulo: Blucher, 2015.
3. SOUSA, V. D.; DRIESSNACK, M.; MENDES, I. A. C. Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem: Parte 1: desenhos de pesquisa quantitativa. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. v. 15, n. 3, p. 502-507, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/7zMf8XypC67vGPrXVrVFGdx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2022.
4. TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**. v. 39, n. 3, p. 507-14, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qtCBFFfZTRQVsCJtWhc7qnd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2022.
5. VIEIRA, S. **Estatística básica**. São Paulo: CENGAGE, 2011.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS ESPORTES COLETIVOS - 30 h

CH: 30 horas práticas.

Ementa

Estrutura e planejamento dos esportes coletivos. Metodologias de ensino dos esportes coletivos. Aspectos socioculturais relacionados à prática pedagógica dos esportes coletivos. O ensino dos esportes coletivos por meio do conhecimento tático. Os jogos cooperativos.

Programa

1. Planejamento de ensino dos esportes coletivos.
2. Metodologias de ensino dos esportes coletivos.
3. Conhecimento tático.
4. Jogos coletivos cooperativos.

Bibliografia Básica

1. NAVARRO, Antonio Coppi; DE ALMEIDA, Roberto; DE SANTANA, Wilton Carlos. **Pedagogia do esporte: jogos esportivos coletivos**. Phorte Editora LTDA, 2010.
2. PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: DE ROSE, D. et al. **Esporte e atividade física na infância e adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, p. 73-83, 2009.
3. ROTH, Klaus; KROEBER, C. **Escola da Bola: Um ABC para iniciantes nos jogos esportivos**. São Paulo: Phorte Editora, p. 10-28, 2002.

Bibliografia Complementar

1. GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues; DARIDO, Suraya Cristina. **Pedagogia do Esporte: livro didático aplicado aos Jogos Esportivos Coletivos**. Motriz: Revista de Educação Física, v. 16, p. 751-761, 2010.
2. GALATTI, Larissa Rafaela et al. **Pedagogia do esporte: tensão na ciência e o ensino dos jogos esportivos coletivos**. Revista da Educação Física/UEM, v. 25, p. 153-162, 2014.
3. MEIRA JUNIOR, C. M.; ROSE JUNIOR, D.; MASSA, M. **Iniciação aos esportes**

coletivos. São Paulo: Edições EACH, 2020 1 recurso online (160 p.). Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/497>. Acesso: 10/05/2023.

4. PAES, Roberto. **Pedagogia do Esporte: contextos e perspectivas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

5. SCAGLIA, Alcides José. **Pedagogia do Jogo: O processo organizacional dos Jogos Esportivos Coletivos enquanto modelo metodológico para o ensino.** Revista portuguesa de Ciências do Desporto, 2017.

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO I - 60 h

Ementa

Validação e/ou desenvolvimento de atividades curriculares de extensão, com conteúdo programático, metodologia e avaliação próprias à atividade extensionista. Compreendendo como caráter extensionista as ações que considerem o princípio da formação interdisciplinar e dialógica, propiciando a troca de saberes, articulando e promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão e incorporando os princípios do protagonismo discente de forma a ampliar as possibilidades de relação entre a instituição de ensino e os segmentos sociais.

Programa

1. Contextualização e introdução à extensão;
2. Análise e validação de carga horária desenvolvida previamente junto à Programas, Projetos, Eventos, Cursos, Oficinas, Prestação de Serviços e/ ou Programas Especiais com Interface Extensionista;
3. Planejamento e participação em ações de extensão vinculadas à Projetos e Programas de Extensão vigentes;
4. Elaboração e apresentação de relatório/mostra das atividades de extensão desenvolvidas.

Bibliografia Básica

1. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.** Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.
2. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Institucionalização da extensão**

- nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004.** 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007.
3. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Santa Catarina: Imprensa Universitária, 2012.

Bibliografia Complementar

1. DEUS, S. **Extensão universitária: trajetórias e desafios.** Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020.
2. GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em 05 dez 2022.
3. NOZAKI, J.; HUNGER, D.; FERREIRA, L. Práxis e curricularização da extensão universitária na Educação Física. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. v. 13, n.1, p.1-11, jan.– abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/12472/8422>. Acesso em 05 de dezembro de 2022.
4. RODRIGUES, A. L. L.; DO AMARAL COSTA; C. L. N.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; NETO, I. D. F. P. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação–Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v.1, n.16, p.141-148,2013.
5. SANTOS, J. H. de S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.

3º PERÍODO

APRENDIZAGEM MOTORA - 45 h

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

Aspectos gerais do Comportamento Motor. Introdução a teorias e conceitos sobre aprendizagem e controle motor. Identificação e diferenciação dos estágios da

aprendizagem de habilidades motoras. Processos cognitivos envolvidos na aprendizagem motora. Fatores que afetam a aquisição de habilidades motoras. Características do controle motor. Diferenças individuais. Pesquisa científica e a aprendizagem motora.

Programa

1. Introdução e conceitos em Comportamento Motor e Aprendizagem Motora
2. Classificação das habilidades
3. Tempo de reação, tempo de movimento e processamento de informação
4. Estágios na aprendizagem motora
5. Processos envolvidos na aprendizagem motora
6. Fatores que interferem na aquisição de habilidades motoras
7. Prática física e prática mental.
8. Possibilidades de interação com diferentes áreas do conhecimento

Bibliografia Básica

1. MAGILL, Richard A. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações. São Paulo: Edgard Blucher, 2000. 369 p..
2. SCHMIDT, R. A.; LEE, T. D. Aprendizagem e performance motora: dos princípios à aplicação. Porto Alegre: Artmed, 2016.
3. TANI, G.; CORRÊA, U. C. Aprendizagem Motora e o Ensino do Esporte. 1ª edição. São Paulo: Blucher, 2016.

Bibliografia Complementar

1. FERNANDO, de A. A. P. et al. Aplicação do conhecimento sobre Aprendizagem Motora e Neurociências no treinamento do basquetebol: um estudo de caso de uma equipe sub-13 campeã dos Campeonatos Brasileiro e Sulamericano. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, e 23411528069, 2022.
2. SANTOS, R. C. de. et al. Efeitos de diferentes proporções de prática constante e aleatória na aquisição de habilidades motoras. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 23, n. 1, p.5-14, 2009.
3. SOUZA, M. S. de.; SPESSATO, B. C.; VALENTINI, N. C. Estratégias de aprendizagem e o ensino de judô para iniciantes: demonstração, dicas verbais e

- feedback. **Revista Acta Brasileira do Movimento Humano**, v. 4, n. 5, p. 32-46, 2014.
4. TANI, G. et al. Aprendizagem motora: tendências, perspectivas e aplicações. *Revista Paulista de Educação Física*, v. 18, p. 55-72, 2004.
 5. UGRINOWITSCH, H.; BENDA, R. N. Contribuições da aprendizagem motora: a prática na intervenção em educação física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 25, p. 25-35, 2011.

CINESIOLOGIA – 45 h

CH: 45 horas - 30 horas teóricas; 15 horas práticas.

Ementa

Histórico, contextualização e implicações da cinesiologia no movimento humano. Leis e princípios cinesiológicos. Testes e análise cinesiológica. Análise cinesiológica do desporto.

Programa

1. Histórico, contextualização e implicações da cinesiologia no movimento humano
 - 1.1 Histórico e aspectos gerais do movimento
 - 1.2 Sistema locomotor ósseo e articular
 - 1.3 Sistemas de referências (Planos e eixos de movimento)
 - 1.4 Aspectos musculares e mecânicos no movimento humano
 - 1.5 Grau de mobilidade
 - 1.6 Características das juntas sinoviais no movimento humano
 - 1.7 Centro de gravidade

2. Leis e princípios cinesiológicos
 - 2.1 Osteocinemática e artrocinemática
 - 2.2 Aspectos cinesiológicos do tronco e coluna vertebral
 - 2.3 Aspectos cinesiológicos dos membros superiores e inferiores
 - 2.4 Sistema de alavancas
 - 2.5 Vetores
 - 2.6 Avaliação postural

2.7 Análise da marcha humana

3. Testes e análise cinesiológica

3.1 Goniometria e aplicação prática

3.2 Avaliação cinesiológica em grupos especiais

4. Análise cinesiológica do desporto

4.1 Análise de modalidades esportiva individuais

4.2 Análise do desporto coletivo

4.3 Aspectos cinesiológicos e lesões no exercício físico

Bibliografia Básica

1. BRANDÃO, Demétrius Cavalcanti. **Estudando cinesiologia básica aplicada à educação física**. Editora EdiPUC-RS 2015 87 p ISBN 9788539706273.
2. HOUGLUM, Peggy A; BERTOTI, Dolores B. **Cinesiologia clínica de Brunnstrom** 6. Ed. Barueri Manole 2014.
3. MANSOUR, Noura Reda. **Cinesiologia e biomecânica**. Porto Alegre SAGAH 2019 1. Recurso online ISBN 9788595028616.

Bibliografia Complementar

1. DEMÓSTENES M.; RUSSO, A. F. **Cinesiologia clínica e funcional**. Editora Atheneu 2010 190 p ISBN 9788573797695.
2. LIPPERT, L. S. **Cinesiologia clínica e anatomia**. 6 ed. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2018 1 Recurso Online ISBN 9788527734004.
3. MATOS, Oslei de. **Avaliação postural e prescrição de exercícios corretivos**. Phorte Editora 2011 168 p ISBN 9788576554875.
4. NEUMANN, D. A. **Cinesiologia do aparelho musculoesquelético: fundamentos para a reabilitação física**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2011. 743 p.
5. RASCH, P. J; GRABINER, M. D.; GREGOR, R. J; GARHAMMER, J. **Cinesiologia e anatomia aplicada**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1991. 204 p. ISBN 852770191X.

EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA – 60 h

CH: 60 horas - 30 horas teóricas; 30 horas práticas.

Ementa

Terminologia e conceitos básicos em Educação Física Adaptada. Caracterização das deficiências (visual, auditiva, físico-motora, intelectual, múltipla), cuidados/orientações e possibilidades de intervenção motora. Acessibilidade e inclusão. Atuação profissional: atividade física, esporte, recreação, reabilitação e promoção da saúde para Pessoas com Deficiência. História do Esporte Paralímpico e introdução à classificação funcional. Jogos Paralímpicos, *Deaflympics* e *Special Olympics* e demais competições.

Programa

1. Terminologia e conceitos básicos em Educação Física Adaptada.
 - 1.1 Terminologias e conceitos básicos;
2. Tipos de deficiências.
 2. Caracterização das deficiências.
 - 2.1 Deficiência sensorial (visual e auditiva);
 - 2.2 Deficiência físico-motora;
 - 2.3 Deficiência intelectual;
 - 2.4 Transtornos do neurodesenvolvimento.
3. Atuação Profissional com Pessoas com Deficiência.
 - 3.1 Possibilidades de intervenção e campo de atuação em cada uma das deficiências;
 - 3.2 Atividades físicas diversas (exercício, esporte e recreação);
 - 3.3 Adaptações e cuidados nas orientações de atividades físicas.
 - 3.4 Reabilitação;
 - 3.5 Promoção da saúde;
4. Acessibilidade e Inclusão.

4.1 Acessibilidade

4.2. Inclusão

4.3 Barreiras

5. História do Esporte Paralímpico e introdução à classificação funcional.

5.1 Histórico;

5.2 Classificação funcional;

5.3 Jogos paralímpicos, *Deaflympics* e *Special Olympics*.

Bibliografia Básica

1. GREGUOL, M; COSTA, R. F. **Atividade Física Adaptada:** qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 3. ed. rev. ampl. Barueri, SP: Manole, 2013.
2. MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L. **O Esporte Paralímpico no Brasil:** Profissionalismo, Administração e Classificação de Atletas. São Paulo: Phorte, 2014. 302 p.
3. MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico.** São Paulo: Atheneu, c2012.

Bibliografia Complementar

1. BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 25.julho.2022.
2. GORLA, J. I. ARAÚJO, P. F.; RODRIGUES, J. L. **Avaliação Motora em Educação Física Adaptada:** teste KTK. 3. Ed. São Paulo: Phorte, 2014.
3. LEVITT, S. **Tratamento para Paralisia Cerebral e Atraso Motor.** 5. Ed. Barueri, SP: Manole, 2010.
4. MACHADO, A.; HAERTEL, L. M. **Neuroanatomia Funcional.** 3. Ed. São Paulo: Atheneu, 2014. 344 p.
5. NOGUEIRA LAHR, S. L.; et al. **Inclusão do Aluno com Transtorno do Espectro Autista nas Escolas de Ensino Regular na Visão Parental:** uma Revisão Narrativa. 1. ed. São Paulo: Científica Digital, 2021. Disponível em: <https://www.editoracientifica.org/articles/code/210705541>. Acesso em: 11.mai.2023.

FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO – 90 h

CH: 90 horas - 60 horas teóricas; 30 horas práticas.

Ementa

Estudo das respostas fisiológicas neuromusculares, metabólicas, hormonais, cardiovasculares e respiratórias agudas e crônicas aos diferentes tipos de exercício físico. Possíveis fatores de influência nas respostas ao exercício físico. Prescrição básica do exercício físico aplicada a indivíduos saudáveis.

Programa

1. Respostas e adaptações musculares, neurais, cardiovasculares, respiratórias e metabólicas ao treinamento aeróbio e resistido;
2. Triagem, avaliação pré-participação e prescrição do treinamento físico para indivíduos adultos saudáveis.

Bibliografia Básica

1. KENNEY, W. L.; WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. **Fisiologia do esporte e do exercício**. 5ª ed. Barueri, SP: Manole, 2012
2. McARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. **Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2011.
3. POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho**. 8ª ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

Bibliografia Complementar

1. AIRES, M. M. **Fisiologia**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
2. AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. **Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
3. MAUGHAN, R.; GLEESON, M.; GREENHAFF, P. L. **Bioquímica do Exercício e do Treinamento**. 1ª. ed. Barueri, SP: Manole, 2000.
4. NEGRÃO, C. E.; BARRETTO, A. C. P. **Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata**. 3ª. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

5. UCHIDA, M. et. al. **Manual de musculação: uma abordagem teórico - prática do treinamento de força.** 7ª. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2013.

GINÁSTICAS DE CONDICIONAMENTO FÍSICO – 45H

CH: 45 horas – 15 horas teóricas; 30 horas práticas

Ementa

Os movimentos gímnicos, suas origens e concepções. O ensino da ginástica no Brasil e suas raízes europeias. Os diferentes campos de atuação da ginástica no mundo contemporâneo. Os significados da ginástica para a sociedade moderna. Habilidades motoras e capacidades físicas na ginástica. A prática pedagógica do ensino da ginástica. Modalidades de ginástica de condicionamento físico. Planejamento, análise e vivência de processos pedagógicos da ginástica utilizando variados espaços, públicos e materiais. A produção de conhecimento sobre a ginástica no Brasil na atualidade.

Programa

1. Origens e concepções dos movimentos ginásticos e suas relações com a Educação Física.
2. Os significados da ginástica para a sociedade atual e os diferentes campos de atuação da ginástica no mundo contemporâneo.
3. Capacidades físicas e habilidades motoras das modalidades de ginástica de condicionamento físico.
4. Prática pedagógica do ensino da ginástica em diferentes contextos e para diferentes públicos
5. Modalidades de ginástica de condicionamento físico.
6. Produção do conhecimento em ginástica contemporânea no Brasil.

Bibliografia Básica

1. ALTER, Michael J. **Ciência da flexibilidade.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 368 p. ISBN 9788536318370.
2. BAECHLE, Thomas R.; EARLE, Roger W. **Fundamentos do treinamento de força e do condicionamento.** 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2008. xvi, 592 p. ISBN 9788520429433.
3. POWERS, Scott K; HOWLEY, Edward T. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho.** 8. ed. Barueri, SP: Manole, 2012. 650 p. ISBN 9788520436769.

Bibliografia Complementar

1. CARBINATTO, M. V. et al. Campos de atuação em ginástica: estado da arte nos periódicos brasileiros. **Movimento**, v. 22, n. 3, p. 917-928, 2016.
2. DE TOLEDO, Eliana; PIRES, Fernanda Regina. Sorria! Marketing e consumo dos programas de ginástica de academia. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, n. 3, 2008.
3. IDE, Bernardo N. et al. Is there any Non-functional Training? A Conceptual Review. **Frontiers in Sports and Active Living**, p. 387, 2022.
4. MEDEIROS, Francisca Synára Soares; DE SOUSA, Joysce Karolynne Moreira Lima; DOS SANTOS SILVA, Kácio. Os 40 anos da ginástica aeróbica: Das aulas clássicas ao surgimento do fitDance. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e40910817446-e40910817446, 2021.
5. THOMAS, Ewan et al. The relation between stretching typology and stretching duration: the effects on range of motion. **International journal of sports medicine**, v. 39, n. 04, p. 243-254, 2018.

MEDIDAS E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – 45 h

CH: 45 horas - 30 horas teóricas; 15 horas práticas.

Ementa

Fundamentos da avaliação morfológica, funcional e neuromotora. Seleção, aplicação e interpretação de testes nas diversas situações de intervenção do profissional bacharel em Educação Física.

Programa

1. Conceitos gerais (tipos de avaliação, conceitos, objetivos, princípios, técnicas e instrumentos, critérios, precisão)
 - 1.1 Qualidades psicométricas
 - 1.2 Anamnese/Questionários
 - 1.3 Estratificação de risco.
2. Avaliação Antropométrica (peso, altura, perímetros, diâmetros ósseos)

3. Avaliação Antropométrica (dobras cutâneas)

4. Avaliação Cardiorrespiratória

5. Medidas Motoras e Físicas

5.1 Flexibilidade

5.2 Velocidade

5.3 Agilidade

5.4 Tempo de reação

5.5 Equilíbrio

5.6 Coordenação

Bibliografia Básica

1. HEYWARD, V. H. **Avaliação física e prescrição de exercício: técnicas avançadas**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. KAMINSKY, L. A. **Manual do ACSM para avaliação da aptidão física relacionada à saúde**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2010.
3. PITANGA, F. J. G. **Testes, medidas e avaliação em Educação Física e esporte**. 5ª ed. São Paulo: Phorte, c2008.

Bibliografia Complementar

1. EHRMAN, J. K.; GORDON, P. M.; VISICH, P. S.; KETAYIAN, S. J. **Fisiologia do Exercício Clínico**. 1ª ed. São Paulo: Phorte, 2017.
2. FRANCHINI, E. **Fisiologia do Exercício Intermitente de Alta Intensidade**. 1ª ed. São Paulo: Phorte, 2015.
3. NIEMAN, D. C. **Exercício e saúde: teste e prescrição de exercícios**. 6ª ed. São Paulo: Manole, 2011.
4. SOUZA, E. F. S.; PEREIRA, J. L.. **Medidas e Avaliação**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.
5. WASSMANSDORF, R. **Medidas e Avaliação**. 1ª ed. Curitiba: Contentus, 2020.

PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – 45 h

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

Características básicas da pesquisa qualitativa. As relações entre o pesquisador, os sujeitos da pesquisa e os objetos de investigação. Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa e suas interseções com o campo da educação física, esporte e lazer. Aspectos éticos na pesquisa qualitativa.

Programa

1. O senso comum e as impressões pseudocientíficas dos processos sociais: características e formas de identificação;
2. O processo de construção do conhecimento científico nas ciências sociais: pluralidade epistemológica, divergências e convergências;
3. Pesquisa social quantitativa e qualitativa: aspectos históricos, distanciamentos e aproximações;
4. Objetividade, representatividade e controle na pesquisa qualitativa;
5. Método etnográfico: características e potencialidades. Pesquisa de campo no método etnográfico e suas apropriações no campo da Educação Física. Triangulação de dados na pesquisa etnográfica;
6. Pesquisa biográfica na pesquisa qualitativa;
7. História oral: apresentação dos tipos de história oral e suas potencialidades no processo de documentação histórica. Processo de captação, transcrição e análise de entrevistas individuais na perspectiva da história oral;
8. Método historiográfico e a pesquisa documental;
9. Estudo de caso e as formas de delimitação do campo empírico;
10. Etapas da pesquisa qualitativa: projeto, pesquisa de campo, análise dos dados, confecção do relatório final;
11. Estrutura do projeto de pesquisa: introdução, objetivos, justificativa, hipóteses de trabalho, discussão teórica, metodologia, cronograma e referências bibliográficas;

12. Técnicas de captação de dados empíricos qualitativos, suas potencialidades e limitações. Entrevistas individuais e grupais, captação de imagens, construção de caderno de campo e questionários;
13. Técnicas de análise de dados qualitativos: análise de conteúdo, análise do discurso, categorização antropológica;
14. Aspectos éticos da pesquisa qualitativa: estudos de caso.

Bibliografia Básica

1. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.
2. FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
3. POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

1. CHAUI, M. S. **Convite à filosofia**. 14ª. ed. São Paulo: Ática, 2012.
2. CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3ª ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
3. GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2010.
4. GUERRIERO, I. C. Z.; MINAYO, M. C.. A aprovação da Resolução CNS nº 510/2016 é um avanço para a ciência brasileira. *Revista Saúde Soc.* São Paulo, v.28, n.4, p.299-310, 2019. (Material digital). Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2019.v28n4/299-310/pt>. Acesso em 14 jul. 2022.
5. TURATO, E. R.. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

4º PERÍODO

BIOMECÂNICA – 45 h

CH: 45 horas - 30 horas teóricas; 15 horas práticas.

Ementa

Histórico e implicações da biomecânica no desempenho esportivo. Leis e princípios físicos voltados para o movimento humano. Aspectos biomecânicos nos esportes. Sistematização de movimentos.

Programa

1. Histórico e implicações da biomecânica no desempenho esportivo
 - 1.1 Histórico da biomecânica
 - 1.2 Contextualização em diferentes áreas de atuação
 - 1.3 Características mecânicas dos componentes do aparelho locomotor
 - 1.4 Características de movimento articular
 - 1.5 Solicitação mecânica mediante o movimento

2. Leis e princípios físicos voltados para o movimento humano
 - 2.1 Variáveis biomecânicas no exercício
 - 2.2 Torque e suas implicações no esporte
 - 2.3 Cinética angular
 - 2.4 Cinemática linear do movimento
 - 2.5 Ciclo alongamento e encurtamento
 - 2.6 Força e implicações no esporte

3. Aspectos biomecânicos nos esportes
 - 3.1 Rendimento esportivo – variáveis de influência
 - 3.2 Componentes antropométricos no esporte
 - 3.3 Estratégias preventivas de lesões no movimento humano.

4. Sistematização de movimentos
 - 4.1 Sistema de referência inercial
 - 4.2 Sistema externo e interno de coordenadas
 - 4.3 Rotação e translação e suas implicações no esporte

Bibliografia Básica

1. ANDRÉ Martines de Albuquerque. **Biomecânica prática no exercício físico**. Editora Inter saberes 2020, 266 p ISBN 9786555175752.
2. HALL, Susan J. **Biomecânica básica**. 8. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2020, recurso online.

3. RENATA WOLF. **Biomecânica do esporte e exercício**. Contentus 2020, 103 p ISBN 9786557456392.

Bibliografia Complementar

1. HAMILL, Joseph; KNUTZEN, Kathleen. **Bases biomecânicas do movimento humano**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2012. xi, 516 p.
2. NORDIN, Margareta; FRANKEL, Victor H. **Biomecânica básica do sistema musculoesquelético**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2012. 389 p. ISBN 9788527722926.
3. OATIS, Carol A. **Cinesiologia: a mecânica e a patomecânica do movimento humano**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, c2009. 946 p.
4. SOUZA, Ricardo Martins de. **Biomecânica: aspectos históricos e conceituais**. Editora Intersaberes 2018 246 p. ISBN 9788559727708.
5. VOLPON, José Batista. **Fundamentos de Ortopedia e Traumatologia**. Editora Atheneu 2013 457 p ISBN 9788538804505.

EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE E ENVELHECIMENTO - 60H

CH: 60 horas - 45 horas teóricas; 15 horas práticas.

Ementa

Envelhecimento humano. Senescência e Senilidade. Aspectos demográficos, epidemiológicos, sociais, psicológicos e fisiológicos do envelhecimento. Amparo legal ao idoso no Brasil e estratégias de promoção da saúde. Aptidão física, saúde e qualidade de vida do Idoso. Capacidade funcional e autonomia. Distúrbios da postura e da marcha. Avaliação do idoso. Instituição de Longa Permanência para Idosos. Aspectos metodológicos e prescrição da atividade física para idosos.

Programa

1. Aspectos psicológicos e sociais do envelhecimento.
 - 1.1. Aspectos demográficos e sociais do envelhecimento.
 - 1.2. Envelhecimento: histórico e conceitos. Visão multidimensional do fenômeno.
 - 1.3. Envelhecimento dos sistemas fisiológicos (muscular, nervoso, ósseo, cardiorrespiratório).

- 1.4 Amparo legal ao idoso no Brasil e estratégias de promoção da saúde.
- 1.5 Legislação, políticas e programas governamentais voltados para os idosos.
- 1.6 Atenção primária à saúde do idoso.
- 1.7 A sociedade em relação ao idoso – aceitação social e acessibilidade.
- 1.8 Cognição e envelhecimento - função cognitiva, demência, Alzheimer e Parkinson.
- 1.9 Depressão e velhice – autoestima, autoimagem, autoconceito, ansiedade.
- 1.10 Sexualidade e envelhecimento – barreiras, tabus, discurso do idoso sobre seu corpo.
2. Capacidade funcional e envelhecimento
 1. Definição e componentes da capacidade funcional.
 2. Classificação das atividades de vida diária.
 3. Autonomia do idoso.
 4. Tecnologia assistiva.
 5. Níveis de *status* funcional.
3. Comportamento da aptidão física relacionada à saúde e qualidade de vida no envelhecimento.
 - 3.1 Saúde e Qualidade de vida na velhice.
 - 3.2. Doenças crônicas e envelhecimento.
 - 3.3 Composição corporal: massa muscular, óssea e adiposa.
 - 3.4. Flexibilidade.
 - 3.5. Força.
 - 3.6. Resistência aeróbica.
4. Avaliação funcional do idoso e distúrbios da postura e da marcha.
 1. Avaliação física e do estado nutricional do idoso.
 - 4.2 Avaliação funcional do idoso.
 - 4.3. Alteração do controle postural.
 - 4.4. Alterações de marcha.

5. Aspectos metodológicos da atividade física para idosos e Instituição de Longa Permanência para Idosos

5.1 O idoso da Instituição de Longa Permanência para Idosos: características físicas, psíquicas e sociais.

5.2 Aspectos metodológicos da atividade física para idosos institucionalizados e na comunidade.

Bibliografia Básica

1. FREITAS, E. V. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
2. RIKLI, R. E.; JONES, C. J. **Teste de aptidão física para idosos**. Barueri, SP: Manole, 2008.
3. TINOCO, A. L. A.; ROSA, C. de O. B. (Org.). **Saúde do idoso: epidemiologia, aspectos nutricionais e processos do envelhecimento**. Rio de Janeiro: Rubio, 2015.

Bibliografia Complementar

1. ALVES, R. **As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer**. Papirus Editora, 2013.
2. FARINATTI, P. T. V. **Envelhecimento: promoção da saúde e exercício: bases teóricas e metodológicas**. Manole, 2008.
3. MAICON DE ARAUJO NOGUEIRA. **Abordagens científicas sobre a saúde da Pessoa Idosa**. Editora Neurus 2022 99 p ISBN 978-65-89474-57-9.
4. MENDES, Gilmar Ferreira. **Manual dos direitos da pessoa idosa**. São Paulo Saraiva 2016 1 recurso online (IDP). ISBN 9788547212247.
5. PERRACINI, M. R. **Funcionalidade e envelhecimento**. 2 Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2019 1 recurso online ISBN 9788527735896.

ESPORTE, EXERCÍCIO FÍSICO E SAÚDE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

45 h

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

Atividade física para promoção de saúde e prevenção de doenças para crianças e adolescentes. Aspectos psicossociais do esporte para os jovens. Aspectos fisiológicos relacionados ao treinamento de força e resistência de crianças e adolescentes. A relação

da maturação biológica com o desenvolvimento das capacidades físicas. Treinamento a longo prazo para a promoção de saúde e/ou desempenho esportivo.

Programa

1. Atividade física e saúde.
2. Aspectos psicossociais.
3. Aspectos fisiológicos.
4. Treinamento a longo prazo para a saúde e rendimento.

Bibliografia Básica

1. GAYA, A. C. A.; MARQUES, A. T.; TANI, Go. **Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades**. 2004 editora: UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199823/000428350.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acessado em 30/05/2023.
2. KENNEY, W. L.; COSTIEL, D. L.; JACK H. W. **Fisiologia do esporte e do exercício**. 5. ed. São Paulo: Monole, c2012. 620 p. ISBN 9788520434710.
3. ROWLAND, T. W. **Fisiologia do exercício na criança**. 2^a ed. Barueri, SP: Manole, 2008. xvi, 295 p. ISBN 9788520426005.

Bibliografia Complementar

1. CAIRNEY, John et al., Physical Literacy, Physical Activity and Health: Toward an Evidence-Informed Conceptual Model. **Sports Med.** v.49, p. 371–383, 2019. <https://doi.org/10.1007/s40279-019-01063-3>.
2. GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto R.; SEOANE, Antonio Montero. Pedagogia do Esporte e Obesidade: perspectivas para um estilo de vida saudável a partir da adequada iniciação esportiva na infância. **Pensar a Prática**, v. 15, n. 2, 2012.
3. GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jackie D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. AMGH Editora, 2013.
4. HAASE, Vitor Geraldi; FERREIRA, Fernanda de Oliveira; PENNA, Francisco Jose. Aspectos biopsicossociais da saúde na infância e adolescência. Belo Horizonte: **Coopmed**, 2009. 659 p. ISBN 9788578250034.
5. LLOYD, Rhodri S.; OLIVER, Jon L. The youth physical development model: A new approach to long-term athletic development. **Strength & Conditioning Journal**, v. 34, n. 3, p. 61-72, 2012. Disponível em: <https://typeset.io/papers/the-youth-physical-development-model-a-new-approach-to-long-zhlt97t6pk>. Acesso: 10/05/2023.

INTRODUÇÃO À SAÚDE COLETIVA – 45H

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

Conceito de Saúde Coletiva. Introdução ao estudo da Epidemiologia. Indicadores e coeficientes em saúde. Vigilância Epidemiológica. Tipos de estudos epidemiológicos. Transição demográfica, epidemiológica e nutricional. Conceito de Saúde. Determinação social do processo saúde e doença. Práticas e paradigmas sanitários.

Programa

1. Aspectos biológicos e epidemiológicos aplicados à saúde coletiva.

1.1 Introdução ao estudo da epidemiologia;

1.2 Indicadores e coeficientes em saúde coletiva;

1.3 Sistemas de informação em saúde;

1.4 Vigilância epidemiológica;

1.5 Estudos epidemiológicos;

1.6 Transição demográfica, epidemiológica e nutricional;

2. Estudo das tendências e características básicas de saúde coletiva.

2.1 Conceito ampliado de saúde;

2.2 Determinação social da doença;

2.3 Equidade, iniquidade, desigualdades e justiça social.

2.4 Concepção sobre saúde e doença ao longo dos tempos;

2.5 Práticas e paradigmas sanitários;

2.6 Processo saúde doença e modelos sanitários

Bibliografia Básica

1. BRUNHEROTTI, Marisa Afonso Andrade; MANOCHIO-PINA, Marina Garcia; MANIGLIA, Fabíola Pansani; SANTOS, Daniel dos. **POLÍTICAS E PRÁTICAS EM PROMOÇÃO DA SAÚDE: pesquisas em estilo de vida saudável, avaliações, educação e formação profissional.** Franca/SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2021. Disponível: https://www.ribeiraograficaeditora.com.br/detalhe_livro.php?id=35. Acesso em: 20 jul. 2022
2. Bonita, R. **Epidemiologia básica** / R. Bonita, R. Beaglehole, T. Kjellström; [tradução e revisão científica Juraci A. Cesar]. - 2.ed. - São Paulo, Santos. 2010. Disponível: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43541/9788572888394_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y.
3. Tânia R. Bertoldo Benedetti...[et al.], orgs. **A formação do profissional de educação física para o setor saúde /– Florianópolis : POSTMIX Serviços Editoriais Ltda., 2014.** Disponível: <https://nupaf.ufsc.br/files/2009/09/LIVRO-FINAL-FINAL.pdf>

Bibliografia Complementar

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf
2. GOERSCH, C.M. et al. Prática da atividade física como facilitadora da promoção de saúde: relato de experiência exitosa do pró-saúde e petsaúde da Unifor. **Rev Bras Promoc Saúde**, Fortaleza, 25(4): 521-526, out./dez., 2012.
3. MATTA, G. C. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, Ana Lucia de Moura (Org.). **Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. p. 61-80. (Coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 3). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/educacao_profissional_docencia_saude_v3.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.
4. SÍCOLE, J.L. & NASCIMENTO, P.R. Promoção de saúde: concepções, princípios e Operacionalização. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.7, n.12, p.91-112, 2003.
5. VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**,

Brasília , v. 21, n. 4, p. 539-548, dez. 2012. Disponível: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v21n4/v21n4a03.pdf>

PSICOLOGIA DO ESPORTE – 60 h

CH: 60 horas teóricas.

Ementa

Histórico científico e aplicado da Psicologia do Esporte. Conceitos gerais da Psicologia do Esporte e Psicologia no Esporte. Bases teóricas e aplicadas da Psicologia do Esporte para o conhecimento do esportista. Implicações psicológicas do processo de treinamento a longo prazo. Conhecimento e treinamento das habilidades psicológicas para a participação e rendimento no esporte. Autoconhecimento e regulação das emoções no esporte. O processo de trabalho com equipes nos diferentes contextos do esporte. O desenvolvimento da liderança no ambiente esportivo. Caráter e Espírito Esportivo

Programa

1. Histórico científico e aplicado da Psicologia do Esporte: Dos primeiros anos à Psicologia do Esporte Contemporânea.
2. Conceitos gerais da Psicologia do Esporte e Psicologia no Esporte.
3. Bases teóricas e aplicadas da Psicologia do Esporte para o conhecimento do esportista: Personalidade, Motivação e Flow-feeling.
4. Implicações psicológicas do processo de treinamento a longo prazo.
5. O Preparo para a competição: Conhecimento e treinamento das habilidades psicológicas para a participação e rendimento no esporte.
6. Ansiedade e estresse: Autoconhecimento e trabalho com as emoções para o controle da carga de treinamento no esporte.
7. O processo de trabalho com equipes nos diferentes contextos do esporte.
8. Estilos de Liderança: O papel do líder e o desenvolvimento da liderança no ambiente esportivo.

9. Desenvolvimento psicológico de jovens por meio do esporte: Ética no esporte, Caráter e Espírito Esportivo.

Bibliografia Básica

1. BARRETO, Joao Alberto. **Psicologia do esporte para o atleta de alto rendimento**. Rio de Janeiro: Shape, 2003.
2. BRANDAO, Maria Regina Ferreira; MACHADO, Afonso Antônio. **Coleção psicologia do esporte e do exercício: aspectos psicológicos do rendimento esportivo**. São Paulo: Atheneu, 2009.
3. MIRANDA, Renato. **Reflexões do esporte para o desempenho humano**. Curitiba: CRV, 2013.

Bibliografia Complementar

1. ANDRADE, Alexandro et al. Psicologia do esporte no Brasil: revisão em periódicos da psicologia. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 2, p. 309-317, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/25643> Acesso em: 12 dez. 2022.
2. ARAÚJO, Saulo de Freitas. **Psicologia e neurociência: uma avaliação da perspectiva materialista no estudo dos fenômenos mentais**. 2. ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. 94 p. ISBN 9788576721116.
3. DOMINSKI, Fábio Hech et al. Análise da produção científica relacionada à psicologia do esporte em periódicos das ciências do esporte de língua portuguesa. **Journal of Physical Education**, v. 29, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/35055> 12 dez. 2022.
4. MACHADO, Afonso Antônio; GOMES, Rui. **Psicologia do esporte: da escola à competição**. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2019.
5. SOUZA Filho, Paulo Penha de. **Dimensões psicológicas do esporte**. Curitiba: Contentus, 2021.

SOCIOLOGIA DO ESPORTE – 45 h

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

Construção histórica da Sociologia como ciência e suas categorias básicas. Sociologia do Esporte e a análise sociocultural do esporte nas sociedades contemporâneas. Dimensão sociocultural da atuação profissional em Educação Física. Esporte, poder e violência. Esporte, meios de comunicação e mercado. Esporte e relações étnico raciais.

Programa

- 1.Introdução à Sociologia.
 - 1.1 Considerações iniciais sobre o campo.
 - 1.2 Fundação científica: algumas contribuições dos clássicos da Sociologia para pensar o fenômeno esportivo - Augusto Comte, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.
- 2.Teoría Crítica: a escola de Frankfurt e o esporte.
- 3.Sociologia clássica contemporânea e o fenômeno esportivo.
 - 3.1 Pierre Bourdieu.
 - 3.2 Norbert Elias.
- 4.Pensamento social brasileiro e o esporte.
 - 4.1 O esporte e a construção da ideia de nação.
 - 4.2 Esporte e mazelas sociais.
 - 4.4 Sociedade e megaeventos esportivos.
 - 4.5 O praticante, o espectador e as múltiplas formas de participação no fenômeno esportivo.
- 5.Pensamento social latino-americano e o esporte.
 - 5.1 O esporte e a construção de identidades nacionais no contexto latino-americano.
 - 5.2 Circulação de pesquisas, teorias e objetos de estudo entre os países latino-americanos.
- 6.Sociologia e problemáticas atuais no Esporte.
 - 6.1 Esporte e mídia.
 - 6.2 Esporte e mercado.
 - 6.3 Esporte e política.
 - 6.4 Esporte e gênero.
 - 6.5 Esporte e violência.
 - 6.6 Esporte e lazer.
 - 6.7 Esporte e relações étnico-raciais.

Bibliografia Básica

1. DA SILVA, Marcos Ruiz.; ALMEIDA, Bárbara Schaustek de.; FIGUERÔA, Katiúscia Mello. **Sociologia do esporte**. Contentus, 2020 (e-book).
2. JÚNIOR, Wanderley Marchi; ALMEIDA, Bárbara Schaustek de; SOUZA, Juliano de. **Introdução à sociologia do esporte**. Intersaberes, 2019 (e-book).
3. QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: editora UFMG (Versão digital).

Bibliografia Complementar

1. BOURDIEU, Pierre. *Como é possível ser desportivo?* Exposição introdutória ao Congresso Internacional do HISPA, realizado no INSEP (Paris), março de 1978. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5548726/mod_resource/content/1/WM-Como%20%C3%A9%20poss%C3%ADvel%20ser%20esportivo%20-%20Bourdieu.pdf. Acesso em: 24/07/2022.
2. MARQUES, Rodrigo. Francisco. Rodrigues. **O conceito de esporte como fenômeno globalizado: pluralidade e controvérsias.** *Revista observatório del deporte*, v.1, n.1, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311087062_O_CONCEITO_DE_ESPORTE_COMO_FENOMENO_GLOBALIZADO_PLURALIDADE_E_CONTROVERSIAS. Acesso em: 18 jul. 2022.
3. MELO, Marcelo Paula de., *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré.* Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
4. SOUZA, Juliano de; STAREPRAVO, Fernando Augusto; JÚNIOR, Wanderley Marchi. *A sociologia configuracional de Norbert Elias - potencialidades e contribuições para o estudo do esporte.* Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/jBC7LYzwrxtbQ7MtTxNfzWp/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 24/07/2022.
5. VAZ. Alexandre. Fernandes. *Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas, atualidades.* Disponível em: <http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es102.pdf>. Acesso em: 01/02/2018.

SOCORROS DE URGÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA – 30 h

CH: 30 horas - 15 horas teóricas; 15 horas práticas.

Ementa

Reconhecimento das situações de emergência mais frequentes e relacionadas à prática de exercícios físicos. Entender as prioridades e condutas de primeiros socorros a serem tomadas em situações de emergência. Prevenção de acidentes.

Programa

1. Legislação e conhecimentos gerais sobre primeiros socorros.
Sinais vitais e biossegurança e sinais de apoio.
2. Acidentes e lesões esportivas: tipos e estratégias para prevenir.
Modelo epidemiológico de Meeuwisse.
3. Tipos de trauma e atendimento à vítima de trauma.
4. Tipos de ferimentos e seus respectivos curativos e bandagens.
5. Hemorragias e queimaduras: tipos e cuidados específicos.
6. Transporte de vítimas com segurança.
7. Reconhecendo e atuando na parada cardiorrespiratória com e sem desfibrilador externo automático.
8. Afogamento: Classificações e técnicas de resgate.

Bibliografia Básica

1. LUONGO J. **Tratado de Primeiros Socorros**. Editora Rideel 2014 – E-book disponível na biblioteca da UFJF.
2. SANTOS, Ednei Fernando dos. **MANUAL DE PRIMEIROS SOCORROS DA EDUCAÇÃO FÍSICA AOS ESPORTES** O Papel do Educador Físico no Atendimento de Socorro. Editora Interciência 2014 130 p E-book disponível na biblioteca da UFJF.
3. VARA, M. **Primeiros socorros: um estudo pelo viés da educação física**. Editora Intersaberes 2020 286 p – E-book disponível na biblioteca da UFJF.

Bibliografia Complementar

1. **Destaques das diretrizes de RCP e ACE de 2020 da American Heart Association**. Material de livre acesso disponibilizado em arquivo .PDF pelo docente.
2. **GUIA prático de primeiros socorros - 3ª Edição**. Editora Rideel 2019 36 p E-book disponível na biblioteca da UFJF.
3. FLEGEL, M. J. **Primeiros socorros no esporte**. Barueri: Manole, 4ª ed., 2013.
4. HAFEN, B.Q.Y.; FRANDSEN, K. J.; KARREN, K. J. **Primeiros socorros para estudantes**. Barueri: Manole, 10ª ed., 2013.

5. **Manual de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas.** Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007. 129p. Material de livre acesso disponibilizado em arquivo .PDF pelo docente.

TREINAMENTO ESPORTIVO – 60 h

CH: 60 horas - 45 horas teóricas; 15 horas práticas

Ementa

Teoria geral da preparação de esportistas. A carga de treinamento e seus componentes. Micro e mesoestrutura do processo de treinamento. Treinamento das capacidades físicas. Treinamento das habilidades perceptivomotoras. Adaptação estrutural e molecular do treinamento. Condições extremas no sistema de preparação de esportistas.

Programa

1. Teoria geral da preparação de esportistas.
 - 1.1 História do treinamento esportivo.
 - 1.2 Definições de treinamento esportivo, rendimento esportivo, planejamento do treinamento, periodização do treinamento, programa de treinamento e exercícios.
 - 1.3 Princípios do treinamento esportivo.
 - 1.4 Sistemas de treinamento.
2. Bioenergética do treinamento esportivo.
 - 2.1 Suplementação com creatina e desempenho anaeróbio.
3. Classificação das capacidades física.
 - 3.1 Treinamento da capacidade aeróbia e anaeróbia.
 - 3.2 Testes para a mensuração da capacidade aeróbia e anaeróbia.
 - 3.3 Métodos de monitoramento e avaliação da carga do treinamento aeróbio e anaeróbico.
 - 3.4 Elaboração de programas de treinamento para o aumento das capacidades aeróbias e anaeróbias.
4. Componentes da carga de treinamento.
 - 4.1 Testes de força e resistência muscular.
 - 4.2 Treinamento da força muscular.

- 4.3 Classificação da força muscular.
- 4.4 Formas de manifestação da força.
- 4.5 Variáveis estruturais.
- 4.6 Adaptações neurais, morfológicas e moleculares induzidas pelo treinamento de força.
- 4.7 Treinamento de velocidade.
- 4.8 Estruturação da capacidade velocidade.
- 4.9 Treinamento de velocidade.
- 4.10 Elaboração de programas de treinamento de velocidade.
- 4.11 Técnicas de Alongamento.
- 4.12 Testes para a avaliação da flexibilidade.
- 4.13 Variáveis Relacionadas ao Treinamento da Flexibilidade.
- 4.14 Elaboração de programas de treinamento de flexibilidade.
- 5. Estratificação de risco para escolha dos métodos de treinamento.
- 6. Definição dos métodos de treinamento.
 - 6.1 Estruturação do treinamento por meio dos métodos contínuos, fracionados e de 6.2 competição. Treinamento das capacidades físicas.
 - 6.2 Zona alvo de treinamento (FC e VO₂ max).
 - 6.3 Limiar anaeróbio.
 - 6.4 Gasto energético do exercício.
 - 6.5 Velocidade da zona alvo de treinamento.
- 7. Adaptações fisiológicas induzidas pelo treinamento.
 - 7.1 Adaptações fisiológicas induzidas pelo treinamento aeróbio.
 - 7.2 Adaptações fisiológicas induzidas pelo treinamento de força.
- 8. Identificação de limiares metabólicos.
 - 8.1 Identificação de limiares metabólicos através do lactato sanguíneo.

- 8.2 Identificação de limiares metabólicos através da glicose sanguínea.
- 8.3 Utilização da Percepção Subjetiva de Esforço no treinamento esportivo.
- 8.4 Elaboração do treinamento a partir da identificação de limiares metabólicos através do lactato sanguíneo.
- 8.5 Elaboração do treinamento a partir da identificação de limiares metabólicos através da glicose sanguínea.
- 8.6 Elaboração do Treinamento utilização da Percepção Subjetiva de Esforço em testes máximos.
- 9. Estruturação da preparação do treinamento.
 - 9.1 Micro, meso e macrociclo de treinamento.
 - 9.2 Periodização do treinamento esportivo.
 - 9.9 Conceitos.
 - 9.10 Bases para o planejamento do treinamento esportivo.
 - 9.11 Modelos de periodização do treinamento.
 - 9.12 Elaboração de um programa de periodização do treinamento.

Bibliografia Básica

1. BARBANTI, VALDIR JOSÉ. **Teoria e Prática do Treinamento Esportivo**. Editora Bluscher, 2ªed., 1997.
2. EVANGELISTA, ALEANDRE LOPES. **Treinamento de Corrida de Rua: Uma Abordagem Fisiológica e Metodológica**. Editora Phorte, 4ªed., 2017.
3. JÚNIOR, JOSÉ CASSIDORI; SILVA, JOSÉ JACKSON DA. **Treinamento Esportivo**. Editora Intersaberes, 1ªed., 2020.

Bibliografia Complementar

1. ANDRADE, VINICIUS FERREIRA DOS SANTOS. **Alto Rendimento nos Esportes Coletivos**. Editora Intersaberes, 1ª ed., 2020.
2. EHRMAN, JONATHAN K.; GORDON, PAUL M.; VISICH, PAUL S.; KETEVIAN, STEVEN J. **Fisiologia do Exercício Clínico**. Editora Phorte, 1ª ed., 2017.

3. FRANCHINI, EMERSON. **Fisiologia do Exercício Intermitente de Alta Intensidade**. Editora Phorte, 1ª ed., 2015.
4. MACHADO, AFONSO ANTÔNIO. **Especialização Esportiva Precoce: Perspectivas Atuais da Psicologia do Esporte**. Editora Fontoura, 1ªed., 2019.
5. OLIVEIRA, MARCOS AURÉLIO BRANDÃO DE. **Tópicos Especiais em Medicina do Esporte**. Editora Atheneu, 1ª ed., 2003.

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO II - 60 h

CH: 60 horas teóricas.

Ementa

Validação e/ou desenvolvimento de atividades curriculares de extensão, com conteúdo programático, metodologia e avaliação próprias à atividade extensionista. Compreendendo como caráter extensionista as ações que considerem o princípio da formação interdisciplinar e dialógica, propiciando a troca de saberes, articulando e promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão e incorporando os princípios do protagonismo discente de forma a ampliar as possibilidades de relação entre a instituição de ensino e os segmentos sociais.

Programa

1. Análise e validação de carga horária desenvolvida previamente junto a Programas, Projetos, Eventos, Cursos, Oficinas, Prestação de Serviços e/ ou Programas Especiais com Interface Extensionista;
2. Planejamento e participação em ações de extensão vinculadas à Projetos e Programas de Extensão vigentes;
3. Elaboração e apresentação de relatório/mostra das atividades de extensão desenvolvidas.

Bibliografia Básica

1. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.
2. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Institucionalização da extensão**

- nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004.** 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007.
3. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Santa Catarina: Imprensa Universitária, 2012.

Bibliografia Complementar

1. DEUS, S. **Extensão universitária: trajetórias e desafios.** Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020.
2. GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em 05 dez 2022.
3. NOZAKI, J.; HUNGER, D.; FERREIRA, L. Práxis e curricularização da extensão universitária na Educação Física. **Revista Brasileira de Extensão Universitária.** v. 13, n.1, p.1-11, jan.– abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uuffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/12472/8422>. Acesso em 05 de dezembro de 2022.
4. RODRIGUES, A. L. L.; DO AMARAL COSTA; C. L. N.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; NETO, I. D. F. P. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação–Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v.1, n.16, p.141-148,2013.
5. SANTOS, J. H. de S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.

5º PERÍODO

ATLETISMO 1 - 45 h

CH: 45 horas - 15 horas teóricas; 30 horas práticas.

Ementa

A história e o contexto atual do Atletismo. As instalações e as normas do Atletismo. Os princípios pedagógicos, os fundamentos fisiológicos e biomecânicos e as regras das

corridas de velocidade, das corridas com barreiras e obstáculos, das corridas de meio-fundo, fundo e ultrafundo e da marcha atlética.

Programa

1. A história do Atletismo e suas normas.
2. Corridas de velocidade e revezamentos.
3. Corridas com barreiras.
4. Corridas de meio-fundo, fundo e ultrafundo.
5. Marcha atlética.

Bibliografia Básica

1. DE ATLETISMO, Federação Portuguesa. **Atletismo: Dossier do Professor**. 2012. Disponível em: <http://www.aag.pt/fotos/59/1977.pdf> Acesso em 26 jul. 2022.
2. MATTHIESEN, S. Q. Atletismo na escola. Maringá. EDUEM, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/94636> . Acesso em: 18 jul. 2022.
3. OLIVEIRA, Amauri A. B. de. **Ensinando e aprendendo esportes no programa segundo tempo**. Eduem, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94635/000823278.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 26 jul. 2022.

Bibliografia Complementar

1. COICEIRO, G. A. **1000 exercícios e jogos para o atletismo**. Rio de Janeiro: SPRINT, 2011.
2. FRAINER, Deivis Elton S. et al. Análise da produção científica sobre atletismo no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 25, n. 1, p. 199-211, 2017.
3. GOZZOLLI, C.; et al. **MINIATLETISMO IAAF**. Editado em Mônaco, 2006. Disponível em: https://www.cbat.org.br/mini_atletismo/Mini_Atletismo_Guia_Pratico.pdf. Acesso em 26 jul. 2022.
4. LOHMANN, L. A. **Atletismo: manual técnico para atletas iniciantes**. Rio de Janeiro: Sprint, 2011. 126 p. ISBN 9788573322965.
5. MORRISON, M.; WERRICKER, D. Athletics Canada, long term athlete development. **Retrieved February**, 2010. Disponível em: https://athletics.ca/wp-content/uploads/2015/01/LTAD_EN.pdf cessado em 26 jul. 2022.

DANÇA – 45H

CH: 45 horas - 15 horas teóricas; 30 horas práticas.

Ementa

A Dança e suas relações com a Educação Física. Aspectos históricos e culturais da dança. A Dança na contemporaneidade: o corpo contemporâneo, as múltiplas linguagens artísticas e a mídia. Dança e inclusão social: gênero e pessoas com deficiência. Metodologias de ensino da dança. Composição coreográfica.

Programa

1. A relação entre Dança e Educação Física: o rito, o lazer, a saúde e a educação.
2. As manifestações da Dança na História da Humanidade.
A História da Dança no Ocidente.

Danças Étnicas e Danças Folclóricas no Brasil.

O Balé Clássico.

A Dança Moderna, a Dança Expressionista e a Dança Circular Sagrada.

Danças Urbanas: o Jazz Dance e o Hip Hop.
- 3) A Dança na contemporaneidade: o corpo contemporâneo, as múltiplas linguagens artísticas e a mídia.
- 4) Dança, gênero e inclusão.
- 5) Metodologias de ensino da dança.
- 6) Composição Coreográfica.

Bibliografia Básica

1. CHAVES, E.; CÔRTEZ, G. **Dança e Lazer**: Curso de Formação em Programas Sociais: PELC e Vida Saudável. BH: UFMG/Ministério do Esporte, 2016. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/ME-UFMG-2016_Proposta_Pedagogica_Formacao_PELC_VC_PCT.pdf. Acesso em: 18 jul 2022.

2. LIMA, M.; VIEIRA, A. Dança Coral: ampliando o acesso da sociedade à dança. LARA, M. **Dança: Dilemas e desafios na contemporaneidade**. Maringá/PR: Editora UEM, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/28287102/Dan%C3%A7a_Coral_ampliando_o_acesso_da_sociedade_%C3%A0_dan%C3%A7a Acesso em: 18 jul 2022.
3. OSSONA, P. **A educação pela dança**. 6.ed. São Paulo: Summus, c1984. 175p.

Bibliografia Complementar

1. BOURCIER, P. **História da Dança no Ocidente**. SP: Martins Fontes, 2006.
2. LIMA, A., GEHRES, A., LORENZINI, A.R., BRASILEIRO, L. A influência de práticas pedagógicas e terapêuticas não verbais no transtorno do espectro autista: as possibilidades para o profissional de educação física. In: **Motricidade**. Vol.13, 2017, p.87-96. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2730/273052514010.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.
3. RIBEIRO, M.; TEIXEIRA, A.L. “Ensaio dentro da mente”: dança e neurociências. In: **Repertório**. Ano 12. N.12, 2009, p. 95-103. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revteatro/article/view/4341/3257>. Acesso em: 25 jul. 2022.
4. SILVA, M.G.; SCHWARTZ, G.M. Por um ensino significativo da dança. In: **Movimento**. Ano VI, n.112, 2000, p. 45-52. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115318167006.pdf>. Acesso em: 26/07/2022.
5. VIEIRA, A. Dançando nos espaços das rupturas: olhares sobre a influência das Danças Moderna e Expressionista no Brasil. In: **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 6, ano VI, n°3, 2009. Disponível: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Arte/artigos/danca_mod.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

ESTUDOS DO LAZER– 45 h

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

As transformações históricas e culturais do lazer na sociedade contemporânea. Os interesses culturais do lazer na formação profissional em Educação Física. Animação cultural e Recreação como possibilidades pedagógicas no campo do lazer. Aspectos históricos e culturais dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Vivências lúdicas em diferentes contextos de atuação profissional. Planejamento e avaliação de eventos no campo do Lazer.

Programa

1. Transformações históricas e conceituais do Lazer;
2. Desafios e tendências do Lazer na contemporaneidade;
3. A produção do conhecimento sobre o lazer;
4. A constituição do campo acadêmico e profissional do lazer e suas interfaces com o campo profissional da Educação Física. Problemas, limitações e potencialidades.
5. A animação cultural e a recreação como metodologias de trabalho no campo do lazer: Os processos educativos (para e pelo) lazer.
6. Os interesses culturais do lazer. Os interesses culturais do lazer;
7. Jogos, brinquedos e brincadeiras;
8. Os significados e as relações entre lazer, qualidade de vida em diversos campos de atuação profissional;
9. Metodologia da construção de projetos de eventos no campo do lazer;
10. Avaliação de eventos no campo do lazer.

Bibliografia Básica

1. GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. p.3–20, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430> . Acesso em: 2 maio. 2023.
2. ISAYAMA, H. F. **Lazer em estudo: Currículo e formação profissional**. Papirus Editora 2014.
3. MELO, V.; ALVES JUNIOR, Edmundo (org). **Introdução ao Lazer**. SP: Editora Manole, 2012.

Bibliografia Complementar

1. BERTHOLDI, J. **Direitos sociais e políticas públicas**. Contentus 2020.
2. FILHO, L. C. **Educação Física, Esporte e Lazer: reflexões nada aleatórias**. Editora Autores Associados BVU, 2021.
3. MELO, V. A. **Lazer: olhares multidisciplinares**. Campinas: Alínea, 2010.
4. MELO, V. A. **A animação cultural: Conceitos e propostas**. Papirus Editora, 2021.
5. SILVA, M. R.; SCHWARTZ, G. M.; G. G. de A. PIMENTEL, G. G. A. **Dimensões teórico-práticas da recreação e do lazer**. Editora Intersaberes, 2021.

FUTEBOL – 60 h

CH: 60 horas – 30h teóricas; 30h práticas.

Ementa

Histórico. Aspectos estruturais e funcionais do jogo. Regras oficiais. Metodologias de ensino-aprendizagem-treinamento no futebol. Condicionamento atlético e periodização. Táticas especiais e modelação de jogo.

Programa

1. Histórico do Futebol.
2. Aspectos estruturais do jogo (estatuto posicional; sistema de jogo).
3. Aspectos funcionais do jogo (fundamentos técnico-táticos; princípios táticos; fases do jogo).
4. Regras oficiais.
5. Metodologias de ensino-aprendizagem-treinamento aplicadas ao futebol.
6. Transposição pedagógica contextual, inclusivas e adaptativas do jogo.
7. Processos de treinamento de habilidades, capacidades esportivas e condicionantes no futebolista.
8. Periodização e tópicos especiais sobre tática e modelação de jogo.
9. Vivência de métodos, meios e práticas pedagógicas, sob orientação e supervisão docente.

Bibliografia Básica

1. ARRUDA, M.; SANTI MARIA, T.; CAMPEIA, J. M.; CASSIO-BOLAÑOS, M. A. **Futebol: ciências aplicadas ao jogo e ao treinamento**. São Paulo: Phorte, 2013.
2. GOMES, A. C., SOUZA, J. **Futebol: Treinamento desportivo de alto rendimento**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
3. PIVETTI, B. M. F. **Periodização Tática: O futebol arte alicerçado em critérios**. São Paulo: Phorte, 2012.

Bibliografia Complementar

1. AQUINO, R.; GONÇALVES, L. G. **Observação, análise e interpretação do desempenho em treino e jogo no futebol: um matrimônio entre a ciência e a prática.** Curitiba: CRV, 2019.
2. ARRUDA, M.; HESPANHOL, J. E. **Treinamento de força em futebolistas.** São Paulo: Phorte, 2009.
3. BETTEGA, O. B.; SCAGLIA, A. J.; MORATO, M. P. *et al.* Formação de jogadores de futebol: princípios e pressupostos para composição de uma proposta pedagógica. **Movimento.**, v. 21, n. 3, p. 791-801, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115341503017.pdf> Acesso em: 14 jul. 2022
4. CASARIN, R. V.; REVERDITO, R. S.; GREBOGGY, D. D. L. *et al.* Modelo de jogo e processo de ensino no futebol: princípios globais e específicos. **Movimento.**, v. 17, n. 03, p. 133-52, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115321322008.pdf> Acesso em: 14 jul. 2022.
5. COSTA, I. T.; GARGANTA, J.; GRECO, P. J. *et al.* Princípios táticos do jogo de futebol: conceitos e aplicação. **Motriz**, v. 15, n. 3, p. 657-68, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-535213> Acesso em: 14 jul. 2022.

NATAÇÃO - 60 H

CH: 60 horas – 30h teóricas; 30h práticas.

Ementa

Estudo teórico-prático da natação. Conhecimento dos princípios básicos da natação, sua evolução histórica. Leis e princípios físicos aplicáveis ao ensino da natação. Adaptação ao meio aquático. As técnicas dos nados competitivos, saída, virada e chegada e sua metodologia de ensino. Aspectos técnicos e pedagógicos do processo de ensino-aprendizagem da natação. Propostas pedagógicas de auto salvamento. Planejamento: fundamentos e aplicações didático-pedagógicas durante aulas de natação. Contextos de atuação profissional na natação, incluindo natação para pessoas com deficiência. Análise crítica sobre pesquisa e prática de ensino da natação.

Programa

1. História e evolução da natação, dos nados formais e seu ensino.
2. Visão geral da modalidade: benefícios, contextos de atuação profissional, etc.

3. Segurança em ambientes aquáticos.
4. Propriedades físicas do meio aquático.
 - 4.1 Hidrostática - Densidade corporal, flutuabilidade, equilíbrio.
 - 4.2 Hidrodinâmica – Resistência, propulsão.
 - 4.3 Impactos das propriedades da água sobre o corpo humano.
5. Iniciação à natação: adaptação ao meio aquático. Habilidades básicas para o ensino de natação e nados elementares – Flutuação, equilíbrio, controle respiratório, palmateios e movimentos de pernas.
6. Os 4 nados formais: *Crawl*, Costas, Peito e Borboleta.
 - 6.1 Iniciação ao nado.
 - 6.2 Descrição biomecânica dos movimentos.
 - 6.6 Ensino dos nados.
 - 6.7 Aperfeiçoamento técnico dos nados.
7. Saídas e Viradas.
8. Regras.
9. Medley.
10. Aprendizagem motora aplicada ao ensino da natação.
11. Natação para bebês e natação para crianças: aspectos pedagógicos.
12. Resgate e salvamento aquático.

Bibliografia Básica

1. COSTA, Paula Hentschel Lobo da. **Natação e atividades aquáticas: subsídios para o ensino**. Barueri, SP: Manole, c2010.
2. LIMA, W. U. **Ensinando a natação**. São Paulo: Phorte, 4.ed, 2009.
3. MAGLISCHO, E. W. **Nadando o mais rápido possível**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, c2003.

Bibliografia Complementar

1. FARTO, E. R. **Treinamento da natação competitiva: uma abordagem metodológica**. São Paulo: Phorte, 1.ed, 2010.
2. FERNANDES, J. R. P.; COSTA, P. H. L. D. Pedagogia da natação: um mergulho para além dos quatro estilos. **Revista Brasileira De Educação Física e Esporte**, v. 20, n. 1, p. 5-14, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16609>. Acesso em: 08 mar. 2023.

3. MANSOLDO, A. C.; TERTULIANO, I. W. **Aspectos pedagógicos do ensino: Da natação da criança ao idoso**. Fontoura Editora, 2019.
4. SILVA, M. C. da. **Aspectos pedagógicos das atividades aquáticas**. Editora Intersaberes, 1.ed, 2020.
5. STAGER, J. M.; TANNER, D. A. **Natação**: manual de medicina e ciências do esporte. São Paulo: Manole, 2.ed, 2008.

PRESCRIÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS - 45 h

CH: 45 horas – 30h teóricas; 15 práticas;

Ementa

Prática de atividades físicas e esportivas por pessoas com deficiência em diferentes etapas do desenvolvimento. Adaptações, recursos materiais e estruturais na prescrição e orientação de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência. Estratégias pedagógicas. Avaliação pré-participação. Prescrição do treinamento para pessoas com deficiência. Atuação do profissional de Educação Física em equipes interdisciplinares na prescrição do treinamento.

Programa

1. Atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência.
2. Atuação em equipes interdisciplinares.
3. Avaliação pré-participação.
4. Prescrição do treinamento.

Bibliografia Básica

1. COSTA, L. T. C; DUARTE, E.; GORLA, J. I. **Síndrome de Down: crescimento, maturação e atividade física**. 1ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2017, 152 p.
2. GORLA, J. I. (Org.) **Processos de avaliação motora em educação física e esportes adaptados** [recurso eletrônico]. Ponta Grossa: Aya, 2021, 64 p. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/wp-content/uploads/2021/09/L54V1.pdf> Acesso em: 06 set. 2022.
3. GREGUOL, M.; COSTA, R. F. **Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 3. ed. rev. ampl. Barueri, SP: Manole, 2013.

Bibliografia Complementar

1. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (AHA). **DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: http://dislex.co.pt/images/pdfs/DSM_V.pdf Acesso em: 06 set. 2022.

2. CAJADO NETO, R. R.; SANTOS, C. A.; MELO, S. M.; MENDES, A. L. R. Equipe multiprofissional e prática esportiva por pessoas com deficiência. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e1911424786, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24786/23621> Acesso em: em: 06 set. 2022.
3. MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.
4. ORCIOLI-SILVA, D.; SASAKI, J. E, TASSITANO, R. M., et al. Atividade física para pessoas com deficiência: Guia de Atividade Física para a População Brasileira. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, p. 26:1-11. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf Acesso em: em: 06 set. 2022.
5. VARA, M. F. F.; CIDADE, R. E. **Educação física adaptada**. 1ª ed. Curitiba – PR: Editora Intersaberes, 2021 286 p.

ESTÁGIO EM SAÚDE - 165 h

Ementa

Orientação de atividades relacionadas a aproximação do discente da realidade de atuação. Realizado mediante a orientação e supervisão em hospitais, clínicas, Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Prefeituras, projetos/programas de extensão e outros, relacionados à saúde para diversas populações.

Programa

1. Elaboração do plano de atividades.
2. Observação das atividades práticas.
3. Participação das atividades práticas.
4. Intervenção supervisionada.
5. Reunião pedagógica.
6. Elaboração e envio do relatório final.

Bibliografia Básica

1. FARINATTI, P. de T. V. **Envelhecimento, promoção da saúde e exercício: bases teóricas e metodológicas**. Barueri, SP: Manole, c2008.

2. FRAGA, A. B.; WACHS, F. **Educação Física e Saúde Coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção.** Editora da UFRGS, 2007.
3. NEGRAO, C. E.; BARRETTO, A. C. P. **Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata.** 3. ed. rev. ampl. Barueri, SP: Manole, 2010.

Bibliografia Complementar

1. CASTINHEIRAS NETO, A. G. **Manual de prescrição de exercício na doença cardiovascular.** Rio de Janeiro: Rubio, c2013. 116 p. ISBN 9788564956421.
2. PICONEZ, S. C. B. (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** 16. ed. Campinas: Papyrus, 2009.
3. RASO, V.; GREVE, J. M. D.'A.; POLITO, M. D. **Pollock: fisiologia clínica do exercício.** Editora Manole, 2013.
4. SILVA, P. S. C. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família: aspectos legais, conceitos e possibilidades para a atuação dos Profissionais de Educação Física.** 1ª ed. Editora. Unisul. 2016.
5. VAISBERG, M. W.; MELLO, M. T. **Exercícios na saúde e na doença.** Barueri: Manole, 1 ed., 2010.

6º PERÍODO

ATLETISMO II - 45 h

CH: 45 horas - 15 horas teóricas; 30 horas práticas.

Ementa

Os princípios pedagógicos, os fundamentos fisiológicos e biomecânicos e as regras dos saltos horizontais e verticais, do arremesso e lançamentos e das provas combinadas. Atletismo para pessoas com deficiência. Os festivais esportivos na iniciação. A organização de competições. Métodos de pesquisa em Atletismo.

Programa

1. Saltos horizontais
2. Saltos verticais
3. Arremesso e lançamentos
4. Provas combinadas
5. Festivais esportivos e organização de competições

6. Atletismo para pessoas com deficiência

Bibliografia Básica

1. DE ATLETISMO, Federação Portuguesa. **Atletismo: Dossier do Professor**. 2012. Disponível em: <http://www.aag.pt/fotos/59/1977.pdf> Acesso em 26 jul. 2022.
2. MATTHIESEN, S. Q. **Atletismo na escola**. Maringá. EDUEM, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/94636> . Acesso em: 18 jul. 2022.
3. OLIVEIRA, A. A. B. **Ensinando e aprendendo esportes no programa segundo tempo**. Eduem, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94635/000823278.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 26 jul. 2022.

Bibliografia Complementar

1. COICEIRO, G. A. **1000 exercícios e jogos para o atletismo**. Rio de Janeiro: SPRINT, 2011.
2. FRAINER, D. E. S.; et al. Análise da produção científica sobre atletismo no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 25, n. 1, p. 199-211, 2017.
3. GOZZOLLI, C.; et al. MINIATLETISMO IAAF. Editado em Mônaco, 2006. Disponível em: https://www.cbat.org.br/mini_atletismo/Mini_Atletismo_Guia_Pratico.pdf. Acesso em 26 jul. 2022.
4. LOHMANN, L. A. **Atletismo: manual técnico para atletas iniciantes**. Rio de Janeiro: Sprint, 2011. 126 p. ISBN 9788573322965.
5. MORRISON, M.; WERRICKER, D. Athletics Canada, long term athlete development. **Retrieved February**, 2010. Disponível em: https://athletics.ca/wp-content/uploads/2015/01/LTAD_EN.pdf. Acesso em 26 jul. 2022.

EDUCAÇÃO FÍSICA PARA GRUPOS ESPECIAIS - 60 h

CH: 60 horas - 45 horas teóricas; 15 horas práticas.

Ementa

Estudo básico da fisiopatologia, sintomatologia, diagnóstico e tratamento de doenças crônico-degenerativas ou de condições especiais, como envelhecimento, climatério,

gravidez, etc. Benefícios, riscos, limitações e prescrição adequada de exercícios físicos para prevenção e tratamento de doenças crônico-degenerativas e em condições especiais.

Programa

1. Sedentarismo e obesidade.
 - 1.1 Caracterização de sedentarismo, atividade física, exercício físico e saúde.
 - 1.2 Consequências dos hábitos sedentários.
 - 1.3 Intervenções com exercícios e atividades físicas.
 - 1.4 Fisiopatologia e prescrição de treinamento físico na Obesidade.
2. Doenças cardiovasculares.
 - 2.1 Hipertensão - Fisiopatologia, respostas agudas, prescrição e benefícios do treinamento físico em hipertensos.
 - 2.2 Cardiopatia isquêmica - Fisiopatologia e prescrição de treinamento físico em cardiopatas isquêmicos.
3. Doenças metabólicas.
 - 3.1 Dislipidemias - Tipos de dislipidemias, prescrição e benefícios do treinamento físico em indivíduos dislipidêmicos.
 - 3.2 Diabetes tipo I - Fisiopatologia, particularidades e efeitos do treinamento físico no Diabetes tipo I.
 - 3.3 Diabetes tipo II - Fisiopatologia, especificações e efeitos do treinamento físico no Diabetes tipo II.
 - 3.4 Síndrome metabólica – Caracterização e efeitos do treinamento físico.
4. Situações especiais.
 - 4.1 Alterações fisiológicas e prescrição de exercícios na gravidez.
 - 4.2 Fisiologia e prescrição de treinamento físico no envelhecimento.

Bibliografia Básica

1. NEGRÃO, C. E.; BARRETTO, A. C. P. **Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata**. Barueri: Manole, 3 ed., 2010.

2. OLIVEIRA, A. M.; TAVARES, A. M. V.; DAL BOSCO, S. M. **Nutrição e Atividade Física: do Adulto Saudável às Doenças Crônicas**. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2015. Recurso online.
3. RIEBE, Deborah. **Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 404 p.

Bibliografia Complementar

1. BARROSO, W. K. S.; et al. **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial-2020**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 116, p. 516-658, 2021. Disponível em: <https://abccardiol.org/article/diretrizes-brasileiras-de-hipertensao-arterial-2020/>. Acesso em 30.ago.2022.
2. FARINATTI, P. T. V. **Envelhecimento: Promoção da Saúde e Exercício**. São Paulo: Manole, 2008. Recurso online ISBN 9788520443743.
3. MANCINI, M. **Diretrizes brasileiras de obesidade 2016**. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica, 4ª ed. 2016. Disponível em: <https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Diretrizes-Download-Diretrizes-Brasileiras-de-Obesidade-2016.pdf>
4. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020**. Clannad Editora Científica, 2019. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Diretrizes-Sociedade-Brasileira-de-Diabetes-2019-2020.pdf>. Acesso em 30.ago.2022.
5. VAISBERG, M. W.; MELLO, M. T. **Exercícios na saúde e na doença**. Barueri: Manole, 1 ed., 2010.

GINÁSTICAS DE COMPETIÇÃO - 60 h

CH: 60 horas - 30 horas teóricas; 30 horas práticas.

Ementa

Aspectos históricos e evolução da ginástica. Definição e caracterização das modalidades competitivas de ginástica. Medidas de segurança e auxílio na aprendizagem. Fundamentos e elementos corporais básicos das ginásticas competitivas. Aspectos metodológicos, execução técnica e elaboração de sequências pedagógicas dos

exercícios. Iniciação e treinamento em ginástica. Código de pontuação. Temas interdisciplinares na ginástica.

Programa

1. Revisão histórica: origem e processo de esportivização das práticas ginásticas.
2. Definição e caracterização das modalidades competitivas de ginástica regulamentadas pela FIG.
3. Segurança: causas e prevenções de acidentes e lesões.
4. Fundamentos e elementos corporais básicos das modalidades competitivas de ginástica.
5. Iniciação e treinamento em ginástica: aquisição de habilidades motoras e desenvolvimento de capacidades físicas.
6. Código de pontuação das modalidades FIG.
7. Modalidades competitivas de ginástica não regulamentadas pela FIG.
8. Temas interdisciplinares na ginástica: gênero; crescimento e desenvolvimento; mídia; massificação; formação de atletas.

Bibliografia Básica

1. DALLO, A. R. **A ginástica como ferramenta pedagógica: o movimento como agente de formação.** rev. cor.. ed. São Paulo: Edusp, c2007. 382 p. ISBN 9788531409943.
2. NUNOMURA, M. (Org.). **Fundamentos das ginásticas.** 2. ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2016. 255 p. ISBN 978-8583340270
3. SCHIAVON, L. M. **Ginástica de alto rendimento.** Várzea Paulista: Fontoura, 2014. 272 p. ISBN 9788583340065.

Bibliografia Complementar

1. BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2016. 152 p. (Educação física no ensino superior). ISBN 9788527728713.
2. FINK, H.; MUSCAT, A.; RUSSELL, K. Long term athlete development-gymnastics the ultimate human movement experience. Ottawa: **Gymnastics Canada Gymnastique**, p. 68, 2008. 2. Disponível em: http://www.gymcan.org/uploads/gcg_ltad_en.pdf. Acesso em: 27 jul 2022.

3. FURTADO, L. N. R. **Formação esportiva em longo prazo: análise de competições de ginástica rítmica nas categorias de base.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo: [s.n.], 2020. 178p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/39/39136/tde-14052021-111305/pt-br.php>. Acesso em: 19 jul 2022.
4. LIMA, L. B. de Q. **Fatores que influenciam o sucesso esportivo internacional da Ginástica Artística Feminina brasileira.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: [s.n.], 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=9751506. Acesso em: 19 jul 2022.
5. LEMOS, K. L. M.; CASTOR, R. G. M. **Caderno técnico II: ginástica aeróbica esportiva: descrição / erros comuns / processos pedagógicos dos elementos de dificuldade.** Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2015. 48 p ISBN 9788598612324.

MUSCULAÇÃO – 45 h

CH: 45 horas - 30 horas teóricas; 15 horas práticas.

Ementa

Aplicações da musculação na Educação Física. Prescrição para o desempenho esportivo, reabilitação, saúde e qualidade de vida. Análise de exercícios e aparelhos de musculação. Metodologia do iniciante ao avançado. Carga, repetições, volume, intensidade, intervalo. Treinamento resistido e emagrecimento. Treinamento resistido para populações especiais.

Programa

1. Montagem de programas básicos, intermediários e avançados de treinamento resistido.
2. Exercícios básicos para membros inferiores.
3. Periodização do treinamento de força.
4. Treinamento para grupos especiais.
5. Treinamento de força voltado ao desempenho esportivo.

Bibliografia Básica

1. AABERG, E. **Mecânica dos Músculos.** 2 ed. Barueri: Manole, 2008.

2. FLECK, S. J., WILLIAM J. K. **Fundamentos do treinamento de força muscular**. SP: Artmed, 3ª ed., 2006.
3. BAECHLE, T. R.; ROGER W. E. **Fundamentos do Treinamento de Força e do Condicionamento**. 3 ed. Barueri: Manole, 2008. XVI, 592 p. ISBN 9788520429433.

Bibliografia Complementar

1. BOMPA, T. O. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento**. SP: Phorte, 5ªed., 2012.
2. CHANDLER T. J.; LEE, B. **Treinamento de força para o desempenho humano**. SP: Artmed, 1ªed., 2009.
3. PRESTES, J. **Prescrição e periodização do treinamento de força em academias**. 2. ed. revisada e atualizada. Barueri, SP: Manole, 2016. 246 p. ISBN 9788520445747.
4. UCHIDA, M. C. **Manual de musculação: uma abordagem teórico-prática do treinamento de força**. 7. ed. São Paulo: Phorte, 2013. 294 p. ISBN 9788576554264.
5. CHAGAS, M. H.; LIMA, F. V. **Musculação: variáveis estruturais: programas de treinamento: força muscular**. 3. ed. ampl. Belo Horizonte: [s.n.], 2015. 132 p. ISBN 9788591851607.

PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA - 60 h

CH: 60 horas - 30 horas teóricas; 30 horas práticas.

Ementa

Perspectiva histórica, conceitual, características e classificação. Atividades de aventura e seu potencial regional. Produção teórica no Brasil. Formação e atuação e atuação do profissional de Educação Física no contexto das práticas corporais de aventura. Planejamento, organização e execução em diferentes ambientes: terra, água, ar e em ambientes urbanos. Planejamento e aplicação para diferentes faixas etárias. Segurança e gerenciamento de risco. Aspectos socioculturais relacionados ao seguimento aventura: questões de gênero, etnia, classe social e inclusão.

Programa

1. Perspectiva histórica, conceitual, características e classificação.
2. Atividades de aventura e seu potencial regional.
3. Produção teórica no Brasil.

4. Formação e atuação e atuação do profissional de Educação Física no contexto das práticas corporais de aventura.
5. Planejamento, organização e execução em diferentes ambientes: terra, água, ar e em ambientes urbanos.
6. Planejamento e aplicação para diferentes faixas etárias.
7. Segurança e gerenciamento de risco.
8. Aspectos socioculturais relacionados ao seguimento aventura: questões de gênero, etnia, classe social e inclusão.

Bibliografia Básica

1. FREITAS, Jodrian. Gestão de risco para turismo de aventura. Barueri: Manole, 2018.
2. LISBOA, Salime et al. Práticas corporais de aventura. Porto Alegre: Grupo A, 2020.
3. SCOPEL, Allana Joyce Soares Gomes et al. Atividades Físicas Alternativas: Práticas Corporais de Aventura. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020.

Bibliografia Complementar

1. BRASIL, Vinicius Zeilmann et al. Aprendizagem do treinador esportivo como um processo de participação social: uma perspectiva à pesquisa científica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 27, p. e27027, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/105388>. Acesso em: 8 nov. 2022.
2. BRUHNS, Heloisa Turini **A busca pela natureza: turismo e aventura**. Barueri: Manole, 2009.
3. MARINHO, Alcyane; UVINHA, Ricardo Ricci. **Lazer: esporte, turismo e aventura**. Campinas: Alinea, 2009.
4. CAVALLARI, Guilherme. **Manual de mountain bike & cicloturismo: conceitos, equipamentos e técnicas**. São Paulo: Kalapalo, 2012.
5. PEREIRA, Dimitri Wuo. **Atividades de aventura: em busca do conhecimento**. Varzea Paulista: Fontoura, 2013.

Ementa

Orientação de atividades relacionadas a aproximação do discente da realidade de atuação. Realizado mediante a orientação e supervisão em clubes, escolinhas de esporte, prefeituras, projetos/programas de extensão e outros, relacionados ao esporte para diversas populações.

Programa

1. Elaboração do plano de atividades.
2. Observação das atividades práticas.
3. Participação das atividades práticas.
4. Intervenção supervisionada.
5. Reunião pedagógica.
6. Elaboração e envio do relatório final.

Bibliografia Básica

1. DE ROSE Jr. (Org.) **Modalidades esportivas coletivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. Vol. 1.
2. NISTA-PICCOLO, V.; DE TOLEDO, E. **Abordagens pedagógicas do esporte: modalidades convencionais e não convencionais**. Papyrus Editora, 2018
3. PICONEZ, S. C. B. (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

Bibliografia Complementar

1. ANDRADE, V. F. S. **Alto rendimento nos esportes coletivos**. Curitiba: Editora InterSaberes 2020.
2. GAYA, A. C. A.; MARQUES, A. T.; TANI, Go. **Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades**. 2004 editora: UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199823/000428350.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acessado em 30/05/2023.
3. GRECO, P. J. & BENDA, R. N. (Org.) **Iniciação Esportiva Universal. Vol. 1: Da Aprendizagem motora ao treinamento técnico**. Editora Universitária. UFMG, BH: 1998.
4. KROGER, C.; ROTH, K. **Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2006. 208 p. ISBN 857655026.
5. MCARDLE, W.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. **Fisiologia do Exercício: Energia, Nutrição e Desempenho Humano**. 8a ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016

7º PERÍODO

GESTÃO ESPORTIVA - 45 h

CH: 45 horas - 45 horas teóricas.

Ementa

Introdução à história e às teorias da administração. O papel gerencial. Funções administrativas. A economia da Educação Física, dos esportes e do lazer. O profissional de Educação Física e a atuação com a gestão. Inovação, empreendedorismo e marketing no esporte.

Programa

1. Administração e gestão esportiva.
2. Identidade gestora.
3. Empreendedorismo, marketing e Educação Física.
4. Planejamento de eventos.
5. Esporte e Terceiro Setor.
6. Arbitragem.
7. Projetos esportivos.

Bibliografia Básica

1. MAZZEI, L. C., BASTOS, F. C. **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Icone, 2012.
2. ROCCO, J. R.; ARY, J. **Marketing e Gestão do Esporte**. São Paulo: ATLAS, 2012.
3. SABA, F. **Liderança e Gestão para Academias e Clubes Esportivos**. São Paulo: Phorte Editora, 2012.

Bibliografia Complementar

1. KOTLER, P; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 15ª ed. Editora Pearson 2019.
2. MARQUES, R. F. R., GUTIERRES, G. L. **Esporte Paralímpico: profissionalismo, administração e classificação de atletas**. São Paulo: Phorte, 2014.

3. POIT, D. R. **Organização de eventos esportivos**. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2013.
4. TAKEUCHI, H., NONAKA, I. **Gestão do Conhecimento**, Porto Alegre: Artmed, 2008.
5. TROTT, P. J. **Gestão da Inovação e Desenvolvimento de Novos Produtos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

HANDEBOL– 60 h

CH: 60 horas – 30h teóricas; 30h práticas.

Ementa

História do Handebol. Regras Oficiais. Bases motoras, estruturais e funcionais do Handebol. Treinamento e análise dos fundamentos técnicos e táticos do Handebol. Capacidades Condicionantes. Ensino do Handebol e suas variáveis para diferentes populações.

Programa

1. História do Handebol.
2. Aspectos histórico-culturais do handebol e sua evolução em nível nacional e internacional.
3. Regras Oficiais.
4. Bases motoras, estruturais e funcionais do Handebol.
5. Handebol nos Jogos Olímpicos.
6. Organização e eventos.
7. Ensino do Handebol e suas variáveis para diferentes populações (possibilidades educativas).
8. Treinamento e análise dos fundamentos técnicos e táticos do Handebol.
9. Noções de arbitragem.
10. Análise de jogo.

Bibliografia Básica

1. ALMEIDA, Alexandre Gomes de; DECHECHI, Clodoaldo Jose. **Handebol: conceitos e aplicacoes**. Barueri, SP: Manole, c2012.
2. GRECO, Pablo Juan; ROMERO, Juan J. Fernández. **Manual de handebol: Da iniciação ao alto nível**. Phorte Editora 2011.
3. SANTOS, Ana Lucia Padrao dos. **Manual de mini-handebol**. 2. ed. rev. ampl. Sao Paulo: Phorte, 2014.

Bibliografia Complementar

1. ANDRADE, Vinicius Ferreira Dos Santos. **Alto rendimento nos esportes coletivos**. Editora Intersaberes 2020 281
2. GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo Novellino. **Iniciação esportiva universal**. Ed. da UFMG, c1998. 2 v. (Aprender).
3. NAVARRO, A. C.; ALMEIDA, R.; SANTANA, W. C. **Pedagogia do esporte: Jogos esportivos coletivos**. Phorte Editora 2010.
4. NAVARRO, Antônio Coppi. **Pedagogia do Esporte: jogos esportivos coletivos**. São Paulo: Phorte, 2015.
5. SANTOS, Lucio Rogerio Gomes dos. **Handebol 1000 exercícios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2012.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER - 30 h

CH: 30 horas teóricas.

Ementa

Abordagem conceitual sobre Estado, políticas públicas e cidadania. Setor público, privado e suas interseções. As políticas públicas de esporte e lazer e suas interfaces com a educação física. Planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas e projetos de esporte e lazer.

Programa

1. Aspectos históricos e sociológicos da origem do Estado moderno (teorias do contrato e da solidariedade social).

2. Estrutura e funcionamento do Estado. Divisão e interdependência dos poderes estatais. Poder político e suas características. Objetivos do Estado e a busca do bem público.
3. A Constituição Federal brasileira (1988). Divisão organizacional do Estado brasileiro: esferas Federal, Estadual e Municipal.
4. Direitos individuais e cidadania. Direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.
5. Conceituação de Políticas Públicas. Intersetorialidade, transversalidade e participação na implementação de Políticas Públicas. Políticas Públicas universais e focais.
6. Cultura, esporte e lazer como setores de Políticas Públicas na Constituição de 1988. Programas e Projetos sociais de Esporte e Lazer: relações entre os setores público e privado.
7. Políticas públicas de Esporte e Lazer: Políticas Públicas em nível Federal, Estadual e Municipal.
8. Aspectos conceituais da gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer.
9. Princípios da administração pública: planejamento, organização, direção e avaliação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer.
10. Diagnóstico de realidade: Espaços e equipamentos formais e não formais na realização de Políticas Públicas de Esporte e Lazer.
11. Desigualdade de acesso às políticas públicas: diversidade de sujeitos e minorias sociais. Universalização e focalização de Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Bibliografia Básica

1. BONAVIDES, P. **Teoria geral do estado**. 9. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
2. BONAVIDES, P. **Ciência política**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
3. KRIELE, M. **Introdução à teoria do estado: os fundamentos históricos da legitimidade do estado constitucional democrático**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, c2009.

Bibliografia Complementar

1. CASTRO, S.; MEZZADRI, F. **Panorama das principais fontes de financiamento público para o esporte brasileiro**. In: Revista da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturais del Desporto - ALESDE. Curitiba, v. 10, n.1, p. 33-52, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/59965>. Acesso em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/59965>.
2. DORNELLAS, L.; et al. **Espaços de lazer esportivo em Governador**

- Valadares/MG: possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência.** GRILLO, R.; SWERTS, M. (orgs). Educação Física e Ciências do Esporte: uma abordagem interdisciplinar (volume 2). SP: Editora Científica Digital, p.192-206, 2020. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/downloads.editoracientifica.com.br/articles/201102330.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.
3. MASTRODI, J.; AVELAR, A. E. C. O conceito de cidadania a partir da obra de T.H. Marshall. **Cadernos de Direito**, v. 17, 33, p. 3-27, 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/3451>. Acesso em: 20 jul. 2022.
 4. MELO, V. A. de; PERES, F. de F. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. **Movimento**, v. 11, n. 3, p. 127-151, 2005. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez25.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.
 5. SILVA, V. A. A evolução dos direitos fundamentais. In. **Revista Latino Americana de Estudos Constitucionais**. Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 541-558, 2005. (Material digital). Disponível em: <https://constituicao.direito.usp.br/wp-content/uploads/2005-RLAEC06-Evolucao.pdf>. Acesso em 22 jul. 2022.

SAÚDE COLETIVA E EDUCAÇÃO FÍSICA - 45 H

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

Princípios de organização do Sistema Único de Saúde e Níveis de Atenção. Gestão em Saúde. Interprofissionalidade. Princípios da Promoção de Saúde. Atuação do profissional de Educação Física na Atenção Primária, Secundária e Terciária. Políticas de Promoção de Saúde e Promoção de atividade física em nível comunitário.

Programa

1. Princípios de organização do Sistema Único de Saúde.

1.1 Sistema único de Saúde: princípios e diretrizes.

1.2 Organização dos serviços de saúde: atenção primária, secundária e terciária.

1.3 Gestão em Saúde.

1.4 Princípios da promoção da saúde.

1.5 Políticas de promoção da saúde.

2. Atuação do profissional de Educação Física na Promoção de Saúde.

2.1 Abordagem multidisciplinar na saúde coletiva.

2.2 Interprofissionalidade.

2.3 Inserção da educação física na saúde coletiva.

2.4 Conceitos e estratégias de promoção da saúde visando à melhora da qualidade de vida.

2.5 Estratégias para promoção de atividade física.

2.6 Possibilidade e locais de intervenção do profissional de Educação Física nos níveis de atenção à saúde.

2.7 Promoção de atividade física em nível comunitário.

2.8 Programas e campanhas de promoção da atividade física para promover saúde.

Bibliografia Básica

1. BRUNHEROTTI, M. A. A.; MANOCHIO-PINA, M. G.; MANIGLIA, F. P.; SANTOS, D. **Políticas e Práticas em Promoção da Saúde: pesquisas em estilo de vida saudável, avaliações, educação e formação profissional.** Franca/SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2021. Disponível: https://www.ribeiraograficaeditora.com.br/detalhe_livro.php?id=35. Acesso em: 20 jul. 2022.

2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, **Projeto Promoção da Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf

3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2021.

Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf

Bibliografia Complementar

1. BONITA, R. Epidemiologia básica / BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R; T. KJEJELLSTRÖM; [tradução e revisão científica J. A. Cesar]. - 2.ed. - São Paulo, Santos.

2010. Disponível: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43541/9788572888394_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y

2. GOMES, K.O; et al. Artigo: **Atenção Primária à Saúde – a menina dos olhos do SUS**. Ciência & Saúde Coletiva, 16(Supl. 1). p. 881-892, 2011.

3. MATTA, G. C. **Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde**. In: MATTA, G. C.; PONTES, A. L. M. (Org.). Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. p. 61-80. (Coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 3). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39223>.

Acesso em: 20 jul. 2022.

4. SÍCOLE, J. L.; NASCIMENTO, P. R. **Promoção de saúde: concepções, princípios e**

Operacionalização. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v.7, n.12, p.91-112, 2003.

5. BENEDETTI, T. R. B.; et al. **A formação do profissional de Educação Física para o setor saúde** /– Florianópolis: POSTMIX Serviços Editoriais Ltda., 2014. Disponível: <https://nupaf.ufsc.br/files/2009/09/LIVRO-FINAL-FINAL.pdf>

SEMINÁRIO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA: INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE - 15 h

CH: 15 horas teóricas

Ementa

Abordagem de temas integrativos, transversais e emergentes da Saúde relacionados à Educação Física. Atuação profissional da Educação Física no campo da Saúde junto às suas interfaces. Fomento de espaço de integração ensino-serviço-comunidade pelo

compartilhamento de experiências e conhecimentos entre professores, estudantes, profissionais, trabalhadores da saúde e usuários (formação continuada). Organização de seminários semanais abertos à comunidade externa e a palestrantes convidados.

Programa

Não haverá um programa fixo, mas sim eixos, podendo ser ofertados mais de um por período.

Eixo 1: Saúde Coletiva e Educação Física

Eixo 2: Epidemiologia e Educação Física

Eixo 3: Planejamento e gestão em Saúde

Eixo 4: Integração ensino-serviço-comunidade.

Eixo 5: Práticas Integrativas e Complementares e Educação Física

Eixo 6: Interprofissionalidade e competências colaborativas

Eixo 7: Políticas de Promoção de Saúde e Educação Física

Eixo 8: Saúde, Esporte, treinamento, práticas corporais e comunidade

Eixo 9: Saúde, Cultura e Lazer

Eixo 10: Saúde e Qualidade de vida

Eixo 11: Educação e Saúde

Eixo 12: Corporeidade e interfaces com a Psicologia

Eixo 13: Meio ambiente

Eixo 14: Formação Profissional e para o Trabalho em Saúde

Eixo 15: Atuação e Intervenção do Profissional de Saúde

Eixo 16: Doenças crônicas não transmissíveis e Educação Física

Eixo 17: Doenças infecto-parasitárias e Educação Física

Bibliografia Básica

1. BRUNHEROTTI, M. A. A.; MANOCHIO-PINA, M. G.; MANIGLIA, F. P.; SANTOS, D. **Políticas e Práticas em Promoção da Saúde: pesquisas em estilo**

- de vida saudável, avaliações, educação e formação profissional. Franca/SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2021. Disponível: https://www.ribeiraograficaeditora.com.br/detalhe_livro.php?id=35. Acesso em: 20 jul. 2022.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, **Projeto Promoção da Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf
 3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2021. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf

Bibliografia Complementar

1. CARVALHO, F; CARVALHO, Y.M. Outros... lugares e modos de "ocupação" da Educação Física na Saúde Coletiva/Saúde Pública. **Pensar a Prática**. Goiânia, v..21, n.4, 2018. Disponível: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/51336/pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2021.
2. GOERSCH, C. M. et al. Prática da atividade física como facilitadora da promoção de saúde: relato de experiência exitosa do pró-saúde e pet saúde da Unifor. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, 25(4): 521-526, out./dez., 2012
3. MATTA, G. C. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, Ana Lucia de Moura (Org.). Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. p. 61-80. (Coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 3). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39223>. Acesso em: 20 jul. 2022.
4. SÍCOLE, J. L. & NASCIMENTO, P. R. Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. **Interface**, Botucatu, v.7, n.12, p.91-112, 2003.
5. TÂNIA R. Bertoldo Benedetti...[et al.], orgs. A formação do profissional de educação física para o setor saúde /– Florianópolis : **POSTMIX Serviços**

Editoriais Ltda., 2014. Disponível: <https://nupaf.ufsc.br/files/2009/09/LIVRO-FINAL-FINAL.pdf>.

VOLEIBOL – 60 h

CH: 60 horas – 30h teóricas; 30h práticas.

Ementa

Histórico do Voleibol. Regras oficiais. Bases motoras, estruturais e funcionais do voleibol. Metodologias do processo de ensino-aprendizagem-treinamento aplicadas ao voleibol. Procedimentos didático-pedagógicos do ensino do voleibol para diferentes populações. Fundamentos técnicos. Sistemas táticos. Capacidades condicionantes.

Programa

- 1.Aspectos históricos do voleibol.
 - 1.1 A origem do voleibol.
 - 1.2 A chegada do voleibol no Brasil.
 - 1.3 A evolução do voleibol .
 - 1.4 O voleibol contemporâneo.
 1. 5 Evolução e tendências do voleibol mundial.
- 2.Os modelos de formação.
 - 2.1 O modelo de formação brasileiro
 - 2.2 O modelo de formação em outros países
- 3.Voleibol: Regras oficiais.
 - 3.3 As principais regras do voleibol.
 - 3.4 A súmula do jogo e o preenchimento da súmula de voleibol.
- 4.Metodologias do processo de ensino-aprendizagem-treinamento aplicadas ao voleibol.
 - 4.1 Metodologias do processo de ensino-aprendizagem-treinamento aplicadas as técnicas fundamentais e avançadas.
- 5.Bases motoras, estruturais e funcionais do voleibol.

- 6.Procedimentos didático-pedagógicos do ensino do voleibol para diferentes populações.
- 7.Sistemas táticos.
 - 7.1 Sistemas táticos simples.
 - 7.2 Sistemas táticos complexos.
 - 7.3 A formação da Equipe.
- 8.Análise de Desempenho
 - 8.1 Categorias dos fundamentos a serem observados.
 - 8.2 O tratamento estatístico.
- 9.Preparação Física
 - 9.1 O treinamento das Capacidades condicionantes.
 - 9.2 A preparação física para a temporada do voleibol.

Bibliografia Básica

1. BIZZOCHI, C. **Voleibol de Alto Nível: da iniciação à competição**. Barueri: MANOLE, 2013.
2. CRUZ, E. E. **Treinamento de voleibol visando ao jogo**. São Paulo: Phorte, 2011.
3. MARCHI JÚNIOR, W. **Introdução ao ensino do voleibol**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

Bibliografia Complementar

1. ANDRADE, V. F. S. **Alto rendimento nos esportes coletivos**. Curitiba: Editora InterSaberes 2020.
2. ARRUDA, M.; HESPANHOL; J. E. **Fisiologia do voleibol**. São Paulo: Phorte, c2008.
3. BERNARDINHO. **Transformando suor em ouro**. Rio de Janeiro: Sextante, c2006.
4. BRANDÃO, M. R. F.; MACHADO, A. A. **O voleibol e a psicologia do esporte**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010.

5. MACHADO, A. A. **Voleibol se aprende na escola**. Várzea Paulista: Fontoura, 2019.

ESTÁGIO EM CONDICIONAMENTO FÍSICO - 165 h

Ementa

Orientação de atividades relacionadas a aproximação do discente da realidade de atuação. Realizado mediante a orientação e supervisão em academias de ginástica, estúdios, box, prefeituras, associações, clubes, e outros, para diversas populações.

Programa

1. Elaboração do plano de atividades.
2. Observação das atividades práticas.
3. Participação das atividades práticas.
4. Intervenção supervisionada.
5. Reunião pedagógica.
6. Elaboração do relatório Final.

Bibliografia Básica

1. PICONEZ, S. C. B. (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2009.
2. POWERS, Scott K; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho**. 8. ed. Barueri, SP: Manole, 2012. 650 p. ISBN 9788520436769.
3. VIDAL, A.; ANIC, C. C.; KERBEJ, M. H. A. **Ginástica de academia: Aprendendo a ensinar**. Phorte Editora, 2018.

Bibliografia Complementar

1. CARBINATTO, M. V.; *et al.* Campos de atuação em ginástica: estado da arte nos periódicos brasileiros. **Movimento**, v. 22, n. 3, p. 917-928, 2016.
2. DE TOLEDO, E.; PIRES, F. R. Sorria! Marketing e consumo dos programas de ginástica de academia. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, n. 3, 2008.
3. IDE, B. N.; *et al.* Is there any Non-functional Training? A Conceptual Review. **Frontiers in Sports and Active Living**, p. 387, 2022.

4. GOMES, A. C. **Treinamento desportivo: estruturação e periodização.** Artmed Editora, 2009.
5. MEDEIROS, F. S. S.; DE SOUSA, J. K. M. L.; DOS SANTOS SILVA, K.. Os 40 anos da ginástica aeróbica: Das aulas clássicas ao surgimento do fitDance. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e40910817446-e40910817446, 2021.

PRIMEIRA ETAPA - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (SEM DESTINAÇÃO DE CARGA HORÁRIA ESPECÍFICA)

Ementa

Elaboração de projeto de pesquisa. Construção dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais de um projeto de pesquisa. Organização e participação em evento científico.

Programa

1. Elaboração de projeto de pesquisa.
 - 1.1 Descrição e discussão dos objetos de estudo.
 - 1.2 Problematização da pesquisa (Introdução, Lacuna do conhecimento e justificativa).
 - 1.3 Apontamento e experimentação do processo da revisão da literatura (Estratégias de busca, Qualidade da informação e Software para organização/manejo de referências).
 - 1.4 Avaliação do delineamento de estudos (Delineamento de pesquisas quanti e qualitativas).
 - 1.5 Descrição e uso do Comitê de Ética em Pesquisa e a Plataforma Brasil.
2. Construção dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais de um projeto de pesquisa.
 - 2.1 Descrição e uso do Padrão ABNT para elaboração de monografias e artigos científicos.
 - 2.2 Descrição e uso de Citações, plágios e normatizações.
3. Organização e participação em evento científico.

Bibliografia Básica

1. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p. ISBN 9788597012613.
2. MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. ISBN 9788522440153.
3. THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 478 p. ISBN 9788536327136.

Bibliografia Complementar

1. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016. 317 p. ISBN 9788524924484.
2. ANDRADE, M. M. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. ISBN 9788522458561.
3. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 226 p. ISBN 9788522448784.
4. KOLLER, S. H; COUTO, PAULA, M. C. P.; HOHENDORFF, J. V. (Org). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. xii, 191 p. (Métodos de pesquisa). ISBN 9788565848916
5. MARTINS, G. A; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 118 p. ISBN 9788522448494.

8º PERÍODO

ARTES MARCIAIS, LUTAS E ESPORTES DE COMBATE - 60 h

CH: 60 horas - 30 horas teóricas; 30 horas práticas.

Ementa

Conceitos básicos em lutas, artes marciais e esportes de combate. Histórico e evolução. Conhecimento da metodologia de ensino e dos aspectos fundamentais e dos exercícios básicos. Técnicas de agarre. Técnicas de percussão. Lutas e esportes de combate para pessoas com deficiência.

Programa

1. Apresentação da disciplina e histórico das lutas

2. Conceitos básicos associados às lutas, artes marciais e esportes de combate
3. Princípios básicos das lutas
4. Movimentações básicas sobre o tatame
5. Técnicas de perna e braço
6. Técnicas de Quadril
7. Técnicas de solo
8. Fundamentos da movimentação nas lutas de percussão
9. Fundamentos dos *steps* nas lutas de percussão
10. Fundamentos dos chutes nas lutas de percussão
11. Técnicas de combinação de golpes nas lutas de percussão
12. Técnicas de defesa pessoal nas lutas de percussão

Bibliografia Básica

1. FIGUERÔA, K. M.; PIMENTA, T. F. da F.; ALVES, T. E. K.; DIAS, Y. R.; LOPES, A. A. dos S. **Esportes de combate ou lutas: Ensino, aprendizagem, treinamento.** Contentus, 2020, 101 p. ISBN 9786557458167.
2. FRANCHINI, E. **Judô: Desempenho Competitivo.** 2 ed. Barueri: Manole, 2010.
3. GARCIA, E. D S. A. **Aspectos fisiológicos aplicados às modalidades de lutas.** Contentus, 2020, 79 p. ISBN 9786557453506.

Bibliografia Complementar

1. VIEIRA, C. S.; SOUZA JÚNIOR, W. R. **Judô paraolímpico: manual de orientação para professores de educação física.** Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006. 31 p. (Paraolimpíadas do futuro). ISBN 9788560336067.
2. BARBOSA, E. S. **Nage waza: Técnicas de projeção.** Phorte Editora 2017 328 p ISBN 9788576556824.
3. BARBOSA, E. S. **Katame waza: Técnicas de chão.** Phorte Editora 2018 240 p ISBN 9788576556831.
4. DIAS, S. B. C. D. D.; OLIVEIRA, E. B.; BRAUER JÚNIOR, A. G. **Teoria e**

prática do treinamento para MMA. Phorte Editora 2017 264 p ISBN 9788576556671.

5. NUNES, R. J. S.; OLIVEIRA, S. R. de L. **O ensino das manifestações de luta:** utilizando o jogo como estratégia pedagógica. Editora Intersaberes 2021 392 p ISBN 9786555176162.

BASQUETEBOL - 60 h

CH: 60 horas – 30h teóricas; 30h práticas.

Ementa

Histórico e evolução do basquetebol. Regras oficiais. Bases motoras, estruturais e funcionais do basquetebol. Metodologias do processo de ensino-aprendizagem-treinamento aplicadas ao basquetebol. Procedimentos didático-pedagógicos do ensino do basquetebol para diferentes populações. Fundamentos técnicos básicos do basquetebol. Sistemas táticos. Capacidades condicionantes. Basquetebol 3x3.

Programa

1. Aspectos históricos e evolutivos do basquetebol.
 - 1.1 A origem do basquetebol.
 - 1.2 A chegada do basquetebol no Brasil.
 - 1.3 Evolução do basquetebol.
 - 1.4 O basquetebol contemporâneo.
 - 1.5 Evolução e tendências do basquetebol mundial.
 - 1.6 O basquetebol 3x3: da origem ao espetáculo.
2. Bases motoras, estruturais e funcionais do basquetebol.
 - 2.1 Metodologias do processo de ensino-aprendizagem-treinamento aplicadas ao basquetebol.
 - 2.2 Metodologias tradicionais e atuais aplicadas ao basquetebol.
3. Procedimentos didático-pedagógicos do ensino do basquetebol para diferentes populações.
4. Regras do basquetebol

- 4.1 Regras básicas e avançadas do basquetebol;
- 5. Fundamentos técnicos básicos do basquetebol
 - 5.1 Manejo do Corpo, da Bola e Posição defensiva.
 - 5.2 Drible e Passe.
 - 5.3 Arremesso e Rebote.
- 6. Sistemas táticos do basquetebol.
 - 6.1 Sistemas e táticas defensivas e ofensivas.
- 7. O treinamento das capacidades condicionantes aplicadas ao Basquetebol.
- 8. Análise do Desempenho no Basquetebol.

Bibliografia Básica

1. BEZERRA, Marcos. **Basquetebol 1000 exercícios**: Rio de Janeiro: Sprint, 2009.
2. DAIUTO, Moacir. **Basquete**: Metodologia do ensino. São Paulo: Hemos, 1991. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=23421> Acesso em: 11 abr. 2023.
3. DE ROSE JUNIOR, Dante. **Basquetebol do treino ao jogo**. 2. Barueri Manole 2017 1 recurso online ISBN 9786555762228.

Bibliografia Complementar

1. BOSSI, Luis Claudio. **Musculacao para o basquetebol**. Rio de Janeiro: Sprint, c2005.
2. DUARTE, Sergio Maroneze. **Basquetebol**: manual de ensino. 2. ed. Sao Paulo: Icone, 2015.
3. GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo Novellino. **Iniciação esportiva universal**. Ed. da UFMG, c1998. 2 v. (Aprender).
4. MICALISKI, Liomar Emerson; SOUZA, Fernanda Leticia de; BRUN, Gilson; CARREIRA, Guilherme Neves; ALBUQUERQUE, Luis Rogerio de. **Esportes de invasão**: ensino - aprendizagem - treinamento. Contentus 2020.
5. NAVARRO, Antonio Coppi; ALMEIDA, Roberto de; SANTANA, Wilton Carlos de. **Pedagogia do esporte: Jogos esportivos coletivos**. Phorte Editora 2010.

Ementa

Orientação de atividades relacionadas a aproximação do discente da realidade de atuação. Realizado mediante a orientação e supervisão em clubes, prefeituras, ligas, associações, escolas de dança, projetos/programas de extensão e outros, para diversas populações.

Programa

1. Elaboração do plano de atividades.
2. Observação das atividades práticas.
3. Participação das atividades práticas.
4. Intervenção supervisionada.
5. Reunião pedagógica.
6. Elaboração do relatório Final.

Bibliografia Básica

1. CAVALLARI, G. **Manual de mountainbike e cicloturismo: conceito, equipamentos e técnicas**. Gonçalves/MG: Editora Kalapalo, 2012.
2. PEREIRA, D. W. (org) **Atividades de aventura: em busca do conhecimento**. SP: Editora Fontoura, 2013.
3. SILVA, J. V. da.; SILVA, D. (orgs). **Lazer, vida de qualidade e direitos sociais**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020.

Bibliografia Complementar

1. AZEVEDO, S. L. Risco e vertigem no voo livre: da angústia ao prazer. In: **II Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura, Governador Valadares**. Anais... UNIVALE, 2007. p. 42-45. Disponível em: http://www1.rc.unesp.br/ib/efisica/lel/anais_cbaa/IICBAA.pdf. Acesso em: 19 Jul. 2022.
2. DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. 333 p. ISBN 9788527302197.
3. MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 2002.
4. MARCELLINO, N. C. (org.). **Lazer e recreação: repertório de atividades por ambientes: bibliotecas, condomínios, cruzeiros marítimos (navios), empresas, esportes radicais, grupos religiosos, hospitais, hotéis, ônibus e spas**. Campinas, SP: Papirus, 2010. 168 p. (Fazer/Lazer). ISBN 9788530809126.

5. MAURÍCIO, J.; et al. Lazer e a opção decolonial: diálogos teóricos e possibilidade de desconstruções contra-hegemônicas. **Licere**. Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/29756>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SEGUNDA ETAPA – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – (SEM DESTINAÇÃO DE CARGA HORÁRIA ESPECÍFICA)

Ementa

Produção da versão final do trabalho de conclusão de curso (TCC). Apresentação pública do TCC para banca examinadora.

Programa

1. Coordenação, avaliação, e julgamento do processo de produção da versão final do trabalho de conclusão de curso (TCC)

Descrição do cronograma.

Descrição do processo documental.

Descrição e uso do Padrão ABNT para elaboração de monografias e artigos científicos.

Descrição e uso de Citações, plágios e normatizações.

2. Apresentação pública do TCC para banca examinadora.

Bibliografia Básica

1. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.
2. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.
3. THOMAS, J. R. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. E-book.

Bibliografia Complementar

1. ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. ISBN 9788522458561.

2. KOLLER, S. H; COUTO, PAULA, M. C. P.; HOHENDORFF, J. V. (Org). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. xii, 191 p. (Métodos de pesquisa). ISBN 9788565848916
3. MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 226 p. ISBN 9788522448784
4. MARTINS, G. A; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 118 p. ISBN 9788522448494
5. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016. 317 p. ISBN 9788524924484

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS ELETIVAS

ANÁLISE DE JOGO EM MODALIDADES ESPORTIVAS COLETIVAS - 45 h

CH: 45 horas – 45h teóricas

Ementa

Metodologia observacional. Fontes de informações usadas no scouting. Ferramentas tecnológicas. Estudo descritivo das fases e situações de jogo. Estratégias e preparação da equipe. Estruturação do departamento de scouting. Prospecção de talentos.

Programa

1. Introdução à Análise de Jogo.
2. Metodologia observacional: natureza e processo quali-quantitativo na análise de jogo.
3. Indicadores de desempenho individuais e coletivos (especificidade das modalidades coletivas).
4. Fontes de informação usadas no scouting.
5. Ferramentas tecnológicas na Análise de Jogo.
6. Procedimento para recolha de informações relevantes.
7. Processos para estudo observacional e registro das fases e situações de jogo.
8. Comunicação do analista e transposição intervencionista nas estratégias e preparação da equipe.
9. Estruturação do departamento de scouting.
10. Prospecção de talentos, mapeamento e análise de mercado.

Bibliografia Básica

1. AQUINO, R.; GONÇALVES, L. G. **Observação, análise e interpretação do desempenho em treino e jogo no futebol: um matrimônio entre a ciência e a prática.** Curitiba: CRV, 2019.
2. MIRANDA, R. **Reflexões do esporte para o desempenho humano.** Curitiba: CRV, 2013.
3. PRINCIPE, V. **Dados FC: a Gestão da Informação Aplicada ao Futebol.** Natal: Editora Primeiro Lugar, 2018.

Bibliografia Complementar

1. CORREIA, V. A. P.; SILVA, L. F. N.; SCAGLIA, A. J. O analista de

- desempenho no Brasil: panoramas e perspectivas no futebol profissional. **RBFF - Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 13, n. 52, p. 158-171, 17 jul. 2021. Disponível em: <http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/1086> Acessado em 14 de jul. 2022.
2. COSTA, I. T.; GARGANTA, J.; GRECO, J. P.; MESQUITA, I. Proposta de avaliação do comportamento tático de jogadores de Futebol baseada em princípios fundamentais do jogo. **Motriz**, v. 17, p. 511-524, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/M8CWpR4z8JxgQxQvtKS8LJn/?lang=pt&format=html> Acessado em 14 de jul. 2022.
 3. MILISTETD, M.; GALATTI, L. R.; COLLET, C.; TOZETTO, A. B.; DO NASCIMENTO, J. V. Formação de treinadores esportivos: orientações para a organização das práticas pedagógicas como componente curricular. **Journal of Physical Education**, v. 28, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/33533> Acessado em 14 de jul. 2022.
 4. NAVARRO, A. C.; DE ALMEIDA, R.; DE SANTANA, W. C. **Pedagogia do esporte: jogos esportivos coletivos**. São Paulo: Phorte, 2010.
 5. PIVETTI, B. M. F. **Periodização Tática: O futebol arte alicerçado em critérios**. São Paulo: Phorte, 2012.

ANATOMIA DO APARELHO LOCOMOTOR - 60 h

CH: 60 horas - 30h teóricas; 30h práticas.

Ementa

Estudo dos princípios fundamentais da Anatomia. Anatomia segmentar (topográfica) do aparelho locomotor: ósseo, articular e muscular: cabeça e pescoço, tórax, abdome, dorso, pelve, membros superiores e membros inferiores; e Plexos Braquial e Lombossacral e suas inervações.

Programa

1. Revisão: princípios da anatomia.
2. Nomenclatura anatômica.
3. Divisão do corpo humano.
4. Planos de delimitação e secção do corpo humano.
5. Eixos.
6. Termos de posição e direção anatômica.
7. Anatomia Segmentar: Teoria e Prática.
8. Cabeça e pescoço.
9. Ossos.

10. Articulações.
11. Músculos.
12. Nervos.
13. Aplicações Clínica.

Bibliografia Básica

1. DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia Humana: Sistêmica e segmentar.** 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2011.
2. GARDNER, E.; GRAY, D. J.; O'RAHILLY, R. **Anatomia: estudo regional do corpo humano.** 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
3. GRAY, H. **Anatomia.** 29.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

Bibliografia Complementar

1. MOORE, K. L.; DALEY, A. R.; AGUR, A. M. R. **Anatomia Orientada para a Clínica.** 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
2. NETTER, F. **Atlas de Anatomia Humana.** 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
3. ROHEN, J. W.; YOKOCHI, C.; LÜTJEN-DRECOOL. E. **Anatomia Humana: Atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional.** 7.ed. São Paulo: Manole, 2010.
4. SOBOTTA, J. **Sobotta: Atlas de Anatomia Humana.** 23.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
5. WOLF-HEIDEGGER. **Atlas de anatomia humana.** 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

AVALIAÇÃO MOTORA EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - 45 h

CH: 45 horas – 15h teóricas; 30h práticas.

Ementa

Fundamentos e objetivos da avaliação em pessoas com deficiência. Adaptações na avaliação de pessoas com deficiência físico-motora. Adaptações na avaliação de pessoas com deficiência sensorial. Adaptações na avaliação de pessoas com deficiência intelectual e outros transtornos mentais. Aplicação de testes motores com diferentes objetivos para avaliar pessoas com deficiência.

Programa

1. Fundamentos e objetivos da avaliação em pessoas com deficiência.
 - 1.1 Objetivos ao se avaliar pessoas com deficiência.
 - 1.2 Anamnese, particularidades, possibilidades e cuidados.
 - 1.3 Passos da avaliação e considerações sobre segurança.
2. Adaptações para a avaliação de pessoas com diferentes tipos de deficiências (sensorial, físico-motora, intelectual e outros transtornos mentais).
 - 2.1 Deficiência sensorial (visual e auditiva).
 - 2.2 Deficiência físico-motora.
 - 2.3 Transtornos do neurodesenvolvimento; relação entre transtornos e comportamento motor.
3. Avaliação em pessoas com deficiência.
 - 3.1 Capacidade funcional e funcionalidade.
 - 3.2 Desempenho motor.
 - 3.3 Desenvolvimento motor.
 - 3.4 Aptidão física.

Bibliografia

Básica

1. GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2001.
2. GREGUOL, M.; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 3. ed. Barueri: Manole, 2013.
3. GORLA, J. I.; ARAÚJO, P. F.; RODRIGUES, J. L. **Avaliação motora em educação física adaptada: teste KTK**. 3. ed. atual. São Paulo: Phorte, 2014.

Bibliografia Complementar

1. GORLA, J. I.; ARAÚJO, P. F.; CARMINATO, R. A. Desempenho psicomotor

- em portadores de deficiência mental: avaliação e intervenção. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, n. 25, v. 3, p. 133-147, 2004.
2. RIBEIRO, A. S.; DAVID, A. C.; BARBACENA, M. M.; RODRIGUES, M. L.; FRANÇA, N. M. Teste de Coordenação Corporal para Crianças (KTK): aplicações e estudos normativos. **Motricidade**, v. 8, n. 3, p. 40-51, 2012.
 3. RIBERTO, M.; *et al.* Reprodutibilidade da versão brasileira da Medida de Independência Funcional. **Acta Fisiátrica**, v. 8, n. 1, 2001, p. 45-52.
 4. SOARES, A. M.; CAVALCANTE, NETO, J. L. Avaliação do Comportamento Motor em Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: uma Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 3, p. 445-458, 2015.
 5. TOLLE, K. A.; *et al.* Grooved Pegboard Test as a measure of executive functioning. **Applied Neuropsychology: Adult**, v. 27, n.5, p. 414-420, 2020. Disponível em [https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30734576/#:~:text=The%20Grooved%20Pegboard%20Test%20\(GPT,particularly%20attention%20and%20executive%20functioning](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30734576/#:~:text=The%20Grooved%20Pegboard%20Test%20(GPT,particularly%20attention%20and%20executive%20functioning). Acesso em 19.08.2022.

CONTROLE MOTOR - 30 h

CH: 45 horas – 30h teóricas

Ementa

Bases comportamentais, fisiológicas e psicológicas relacionadas ao controle de habilidades motoras. Estudo dos mecanismos sensório-motores envolvidos no planejamento e na regulação motora.

Programa

1. Conceituação de Controle Motor
2. Contribuição sensorial ao controle motor
 - 2.1 Sensação e percepção
 - 2.2 O papel da visão
 - 2.3 O papel da propriocepção
3. Contribuição central ao controle motor
 - 3.1 Programas motores e planos de ação
4. Aspectos cognitivos envolvidos no controle motor
 - 4.1 Memória
 - 4.2 Tomada de decisão

4.3 Atenção

5. Controle manual, equilíbrio e locomoção

5.1 Apontamento, alcance e preensão

5.2 Controle do equilíbrio e da locomoção

6. Transferência inter-membros

7. Aspectos biológicos e comportamentais da Lateralidade

8. Análise anátomo-funcional das estruturas e circuitos cerebrais envolvidos no controle motor

9. Controle motor atípico: apontamento, alcance e preensão manual; equilíbrio; locomoção

10. Modulação do desempenho motor

Bibliografia Básica

1. MAGILL, R. **Aprendizagem Motora: conceitos e aplicações**. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.
2. LENT, R. **Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, c2010.
3. TANI, G. **Comportamento motor conceitos, estudos e aplicações**. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2016.

Bibliografia Complementar

1. FERNANDES, L. A. et al. Modulation of cortices motor on manual asymmetries. **Kinesiology**, v.54, n. 1, p.15-24, 2022.
2. FITTS P. M. The information capacity of the human motor system in controlling the amplitude of movement. **Journal of Experimental Psychology**, v.47, p.381-391, 1954. 4.
3. KANDEL, E. R. **Princípios de neurociências**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
4. LAGE, G.M ; Apolinário-Souza, Tércio ; NOGUEIRA, N. G. H. M. ; FERREIRA, B. P. ; FERNANDES, L. A. . **Comportamento Motor e Neuropsicologia**. 1. ed. Belo Horizonte: Ampla Editora, 2022. v. 1.
Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/363383710_Comportamento_Motor_e_Neuropsicologia acessado em 14/06/2023
5. LAGE, G.M.; MALLOY-DINIZ, L.F.; NEVES, S.F.; GALLO, L.G.; VALENTINI, A.S.; CORRÊA, H. A kinematic analysis of manual aiming control on euthymic bipolar disorder. **Psychiatry Research**, 2012. doi:10.1016/j.psychres.2012.09.046.

EMPREENDEDORISMO E MARKETING ESPORTIVO - 60 h

CH: 60 horas – 60h teóricas.

Ementa

Conceitos Gerais, Origem, Razões do Empreendedorismo. As partes envolvidas, Características e Caminhos do Empreendedor, Elementos do Negócio, Planejamento e Plano de Negócio. Princípios de Gestão de Qualidade, Ferramentas para a Gestão de Qualidade e Ferramentas Gráficas. A Indústria do Esporte, Fatores de Crescimento da Indústria do Esporte. Teoria do Marketing e do Marketing Esportivo, Estudos relacionados com o Marketing.

Programa

1. Introdução ao empreendedorismo.
 - 1.1 Conceitos;
 - 1.2 Diversidade de aplicação.
2. A prática empreendedora.
 - 2.1 Perfil do(a) empreendedor(a) e validação de uma ideia;
 - 2.2 Construção da visão e projeção da organização de uma empresa;
 - 2.3 Impactos do empreendedorismo na vida pessoal;
 - 2.4 Construção de redes de suporte;
 - 2.5 Busca de recursos;
 - 2.6 Consolidação da empresa.
3. A construção de um plano de negócios.
 - 3.1 Plano de marketing;
 - 3.2 Estratégia de marketing;
 - 3.3 Preparação do empreendedor;
 - 3.4 Plano financeiro.
4. Atuação profissional com a gestão e o empreendedorismo ligados ao esporte.
 - 4.1 Atuação profissional nos ramos de saúde e fitness;

4.2 Atuação profissional com marketing no esporte.

Bibliografia Básica

1. DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 4.ed. Rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
2. KOTLER, P.; HAYES, T.; BLOOM, P. N. **Marketing de serviços profissionais**: estratégias inovadoras para impulsionar sua atividade. São Paulo: Manole, 2002.
3. ROCCO, J. R.; ARY, J. **Marketing e Gestão do Esporte**. São Paulo: ATLAS, 2012.

Bibliografia Complementar

1. BORGES, D. A. H.; CAPPELLE, M. C. A. **Ações Empreendedoras e Políticas Públicas**: Uma Articulação para Promover o Esporte. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 9, n. 4, p. 589-616, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7610406.pdf> Acesso em: 06 set. 2022.
2. CAMPOS, T. M.; MORAES, M. B.; LIMA, E. **Rede de relação e empreendedorismo na realização de corridas de rua**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS (EGEPE), VIII, 2014, Goiânia. Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/216.pdf> Acesso em: 06 set. 2022.
3. KOTLER, P; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 15ª ed. Editora Pearson 2019.
4. NETO, E. V. M.; MARTINS, A. F. H. **Marketing de relacionamento na gestão do futebol**: identificação e comparação das ações em quatro clubes brasileiros. PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review, v. 9, n. 1, p. 93-116, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/14512/pdf> Acesso em: 06 set. 2022.
5. TROTT, P. J. **Gestão da Inovação e Desenvolvimento de Novos Produtos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

EPIDEMIOLOGIA- 45 h

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

Conceitos básicos da Epidemiologia: bases conceituais, história e usos da epidemiologia. Modelos de determinação do processo saúde-doença. Indicadores de saúde. Sistemas de informação em saúde. Epidemiologia descritiva: bases, usos e aplicações. Transição demográfica, epidemiológica e nutricional. Vigilância

epidemiológica. Fundamentos da pesquisa epidemiológica. Introdução aos estudos de validação de testes diagnósticos.

Programa

1. Conceitos básicos da Epidemiologia: bases conceituais, histórias e usos da epidemiologia.
2. Modelos de determinação do processo saúde-doença.
3. Indicadores de saúde.
4. Sistemas de informação em saúde.
5. Epidemiologia descritiva: bases, usos e aplicações.
6. Transição demográfica, epidemiológica e nutricional.
7. Vigilância epidemiológica.
8. Fundamentos da pesquisa epidemiológica.
9. Introdução aos estudos de validação de testes diagnósticos.

Bibliografia Básica

1. ALMEIDA-FILHO, N.; BARRETO, M. L. **Epidemiologia e saúde: fundamentos, métodos, aplicações**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
2. MEDRONHO, R. A (Ed.). **Epidemiologia**. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2009.
3. ROUQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. G. C. **Epidemiologia e Saúde**. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.

Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA-FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução a epidemiologia**. 4ed. Guanabara Koogan, 2006.
2. ESCOREL, S. et al. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. 2ed. Fiocruz, 2013.
3. FLETCHER, R. H.; FLETCHER, S.W.; WAGNER, E. H. **Epidemiologia Clínica: elementos essenciais**. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
4. GIOVANELLA, L (Org.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
5. GORDIS, L. **Epidemiologia**. 4ed. Rio de Janeiro, Revinter, 2010.

ESPORTES NÃO CONVENCIONAIS - 60 h

CH: 60 horas – 30h teóricas; 30h práticas.

Ementa

Teoria e prática de esportes não convencionais, como esportes de raquete, esportes de mesa e de precisão. Esportes não convencionais de quadra, pista, campo, areia e aquático. Esportes olímpicos não convencionais. Esportes eletrônicos. Conteúdos esportivos emergentes, regionais ou indicados pelo corpo discente visando atender as demandas de esportes não convencionais.

Programa

1. Esportes de raquete
2. Esportes de mesa.
3. Esportes de precisão
4. Esportes não convencionais de quadra
5. Esportes não convencionais de pista e campo
6. Esportes não convencionais de areia
7. Esportes não convencionais aquáticos
8. Esportes olímpicos não convencionais
9. Esportes eletrônicos
10. Esportes automobilísticos
11. Conteúdos esportivos emergentes, regionais ou indicados pelo corpo discente visando atender as demandas de esportes não convencionais.

Bibliografia Básica

1. CALVE, T. **Esportes de campo e taco: ensino – aprendizagem – treinamento.** Curitiba: Contentus 2020.
2. DA SILVA, M. R.; DE ALMEIDA, B. S.; MICALISKI, E. L. **Esportes complementares.** Curitiba: Editora InterSaberes 2019.
3. ROTH, K.; MEMMERT, D.; SCHUBERT, R.; GRECO, P. J.; LOPES, M. C. **Jogos de arremesso.** São Paulo: Phorte, 2016

Bibliografia Complementar

1. BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e do esporte.** 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Manole, 2011

2. CAVALLARI, G. **Manual de mountain bike & cicloturismo: conceitos, equipamentos e técnicas**. Sao Paulo: Kalapalo, 2012.
3. OSHIRO, M. K. I. **League of Legends: do esporte ritual ao esporte eletrônico**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
4. MESQUITA, A. L. **Pedagogia do ensino de arco e flecha**. Várzea Paulista: Fontoura Editora 2019
5. MICALISKI, E. L.; PONTES, M. T. A. **O futebol e suas modalidades associadas**. Editora Curitiba: Intersaberes 2020.
- 6.

ESTUDOS AVANÇADOS EM NATAÇÃO - 45 h

CH: 45 horas – 15h teóricas; 30h práticas.

Ementa

Regras oficiais de natação e noções básicas de arbitragem. Análise crítica de trabalhos científicos envolvendo respostas psicobiológicas do desempenho humano no meio aquático. Prática profissional no campo da natação para populações típicas e pessoas com deficiência.

Programa

1. Regras oficiais dos nados
 2. Arbitragem na natação
 3. Aspectos psicobiológicos dos atletas Olímpicos
 4. Aspectos psicobiológicos dos atletas Paralímpicos
 5. Prática profissional
1. O mercado de trabalho
 2. A exigência do profissional
 3. As diferentes possibilidades de atuação e intervenção profissional

Bibliografia Básica

1. FARTO, E. R. **Treinamento da natação competitiva: uma abordagem metodológica**. São Paulo: Phorte, 1ed., 2010.
2. MAGLISCHO, E. W. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo: Manole, 3ed., 2010.
3. SILVA, M. C. da. **Aspectos pedagógicos das atividades aquáticas**. Editora Intersaberes, 1.ed, 2020.

Bibliografia Complementar

1. BARBOSA, T.M. et al. **Manual de referência FPN par ao ensino e aperfeiçoamento técnico em natação**. Federação Portuguesa de Natação 2015. Disponível em: https://fpnatacao.pt/uploads/Manual_Completo_V10.pdf acessado em: 14/06/2023.
2. COSTA, P. H. L. da. **Natação e atividades aquáticas: subsídios para o ensino**. Barueri, SP: Manole, c2010.
3. FERNANDES, J. R. P.; COSTA, P. H. L. D. Pedagogia da natação: um mergulho para além dos quatro estilos. **Revista Brasileira De Educação Física e Esporte**, v. 20, n. 1, p. 5-14, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16609>. Acesso em: 08 mar. 2023.
4. LIMA, W. U. de. **Ensinando natação**. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2009.
5. STAGER, J. M.; TANNER, D. A. **Natação: manual de medicina e ciência do esporte**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2008. x, 173 p. ISBN 9788520425275.

ESTUDOS OLÍMPICOS - 45 h

CH: 45 horas – 45h teóricas.

Ementa

História: periodização, símbolos, modalidades e edições. Olimpismo: valores e Carta Olímpica. Entidades representativas: COI e COB. Jogos Olímpicos e diversidade: gênero, mulher e relações étnico-raciais. Jogos Olímpicos e interfaces: heróis olímpicos, política, arte, mídia e dopagem. Agendas. Jogos Olímpicos de Inverno. Jogos Paralímpicos e Paralímpicos de Inverno. Legados do megaevento. Brasil e Movimento Olímpico. Estudos Olímpicos, Educação Física e atuação profissional.

Programa

1. História.
2. Olimpismo
3. Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Olímpico Brasileiro (COB).
4. Símbolos, modalidades e edições.
5. Jogos Olímpicos de Verão, Jogos Olímpicos de Inverno, Jogos Paralímpicos e Jogos Paralímpicos de Inverno.
6. Participação das mulheres.
7. Jogos Olímpicos e racismo.

8. Jogos Olímpicos, mídia e política.
9. Brasil no Movimento Olímpico.
10. Jogos Olímpicos e doping.
11. Jogos Olímpicos em tempos pandêmicos.
12. Agendas.
13. Legados.

Bibliografia Básica

1. FIRMINO, C. B.; VENTUR, M. S. A evolução histórica da participação feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna e a inclusão das mulheres no esporte de competição. **Tríade**, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, 2017, p. 247-260.
2. MARQUES, R. F. R. A contribuição dos Jogos Paralímpicos para a promoção da inclusão social: o discurso midiático como um obstáculo. **Revista USP**, São Paulo, n. 108, 2016.
3. RUBIO, K. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2010.

Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, M. B. DE, GUTIERREZ, D. M.; GUTIERREZ, G. L. O doping e os Jogos Olímpicos: diferentes dimensões do fenômeno. **Revista USP**, n. 108, p. 77-86, 2016.
2. CARNEIRO, J. S. P. O lugar da cultura nos Jogos Olímpicos: uma análise dos Jogos de Berlim (1936). **FuLiA**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 154-176, 2018.
3. MASCARENHAS, G. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. **Revista USP**, n. 108, p. 49-56, 2016.
4. MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunamis. **Movimento**, v. 18, n. 01, p. 39-67, 2012.
5. RUBIO, K. Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional. **Revista USP**, n. 108, p. 21-28, 2016.

FORMAÇÃO INTEGRADORA EM SAÚDE - 45 h

CH: 45 horas teóricas.

Ementa

Interprofissionalidade na saúde. Interprofissionalidade e práticas colaborativas no cuidado. Educação integradora em saúde.

Programa

1. Apresentação da disciplina.
2. Educação e trabalho interprofissional em saúde e no serviço
3. Modelo de atenção à saúde e redes de atenção. Teórica
4. Gestão em saúde.
5. Educação em saúde: diagnóstico local.
6. Bioética e ética interprofissional.
7. Prática baseada em evidência.
8. Educação em saúde: campo.
9. Interprofissionalidade e práticas colaborativas no cuidado
10. Interprofissionalidade e práticas colaborativas no cuidado
11. Educação em saúde: Mostra

Bibliografia Básica

1. GIOVANELLA, L.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C. (Org.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.
2. PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. **Saúde Coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Medbook, 2014.
3. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa**. Disponível em: http://www.who.int/hrh/nursing_midwifery/en/.2010. Acesso em: 18.ago.2015.

Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA FILHO, N. de; BARRETO, M. L. **Epidemiologia & Saúde: fundamentos, métodos, aplicações**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2012.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. 8. ed. Brasília: 2014.

3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.
4. PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. 8. ed. Rio de Janeiro: CEPESC,IMS/UERJ, Abrasco, 2009. Disponível em: <https://lappis.org.br/site/os-sentidos-da-integralidade-na-atencao-e-no-cuidado-saude/4604>. Acesso em: 21 jul. 2022.
5. HALEY E. Methods to help communities investigate environmental health issues. Pimatisiwin: **A Journal of Aboriginal and Indigenous Community Health**, v. 3, n. 1, p. 34-58, 2005. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.469.470&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

FUTSAL - 60 h

CH: 60 horas – 30h teóricas, 30 práticas.

Ementa

História do Futsal. Regras oficiais. Bases motoras, estruturais e funcionais do Futsal. Metodologias de intervenção no Futsal. Treinamento e análise dos fundamentos técnicos e táticos dos jogadores. Capacidades condicionantes. Ensino do Futsal para diferentes populações.

Programa

1. A história do futsal.
2. Bases do treinamento de futsal.
3. Treinamento e análise técnico-tática no futsal.
4. O futsal para diferentes populações.

Bibliografia Básica

1. KROGER, Christian; ROTH, Klaus. **Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos**. 2 ed. Sao Paulo: Phorte, 2006.
2. NAVARRO, A. C.; DE ALMEIDA, R.; DE SANTANA, W. C. **Pedagogia do esporte: jogos esportivos coletivos**. São Paulo: Phorte, 2010.
3. VOSER, R. C.; GUSTI, J. G. M. **O futsal e a escola: uma perspectiva pedagógica**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2015.

Bibliografia Complementar

1. ARRUDA, M.; HESPANHOL, J. E. **Treinamento de força em futebolistas**. São Paulo: Phorte, 2009.
2. COSTA, I. T.; GARGANTA, J.; GRECO, J. P.; MESQUITA, I. Proposta de avaliação do comportamento tático de jogadores de Futebol baseada em princípios fundamentais do jogo. **Motriz**, v. 17, p. 511-524, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/M8CWpR4z8JxgQxQvtKS8LJn/?lang=pt&format=html> Acessado em 14 de jul. 2022.
3. GOMES, A. C., SOUZA, J. **Futebol: Treinamento desportivo de alto rendimento**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. MILISTETD, M.; GALATTI, L. R.; COLLET, C.; TOZETTO, A. B.; DO NASCIMENTO, J. V. Formação de treinadores esportivos: orientações para a

organização das práticas pedagógicas como componente curricular. **Journal of Physical Education**, v. 28, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/33533> Acessado em 14 de jul. 2022.

5. PAES, R. **Pedagogia do Esporte: contextos e perspectivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GINÁSTICA LABORAL - 30 h

CH: 30 horas - 15 teóricas; 15 práticas

Ementa

Histórico da ergonomia. Lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT). Dinâmica e implantação da ginástica laboral. Abordagem dos aspectos ergonômicos na empresa. Identificação dos itens aplicáveis nas atividades laborais.

Programa

1. Histórico da ergonomia
 - 1.1 Implicações da ginástica laboral no ambiente de trabalho
 - 1.2 Benefícios da ginástica laboral para o trabalhador
 - 1.3 Absenteísmo e promoção da qualidade de vida na empresa
 - 1.4 Condução do diário de segurança (DDS)

2. Lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionadas com o trabalho (LER/DORT)
 - 2.1 Origem da LER /DORT
 - 2.2 Noções da norma regulamentadora (NR17)
 - 2.3 Principais causas e implicações das LER/DORT

3. Dinâmicas e implantação da ginástica laboral
 - 3.1 Atuação em ginástica laboral na empresa
 - 3.2 Divulgação de programa de ginástica laboral na empresa
 - 3.3 Implicações da ginástica laboral na prevenção de doenças ocupacionais
 - 3.4 Dinâmicas em grupo
 - 3.5 Benefícios da ginástica laboral para a empresa

3. Abordagem dos aspectos ergonômicos na empresa
 - 3.1 Noções ergonômicas no ambiente do trabalho

3.2 Registro de equipamentos e mobiliário na empresa

4. Identificação dos itens aplicáveis nas atividades laborais

4.1 Avaliação do profissional no ambiente de trabalho

4.2 Análise relacionada dos aspectos posturais na realização da tarefa.

4.3 Apresentação dos resultados para empresa

Bibliografia Básica

1. BRANCO, Antonio Eduardo. Ginástica Laboral: Prerrogativa do profissional de educação. Rio de Janeiro: Confef, 2015. 60 p.
2. LIMA, Valquíria. Ginástica laboral: atividade física no ambiente de trabalho. Phorte Editora 2018, 432 p.
3. TANIL, Andréa S. Frangakis. Dinâmicas lúdicas para os programas de ginástica laboral - + 7 dicas especiais de como preparar suas próprias dinâmicas. Editora Vozes 2013, 99.

Bibliografia Complementar

1. MENDES, Ricardo Alves. **Ginástica laboral princípios e aplicações práticas**. 3.ed Barueri Manole 2012.
2. MORAES, Márcia Vilma Gonçalves de. **Princípios ergonômicos**. São Paulo Erica 2014 1 recurso online.
3. PEREIRA, Cynara Cristina Domingues Alves. **Excelência técnica dos programas de ginástica laboral: uma abordagem didático-pedagógica**. Phorte Editora 2009 168 p ISBN 9788576554813
4. SANTOS, Josenei Braga. **Ginástica laboral: Estratégia para a promoção da qualidade de vida do trabalhador**. Phorte Editora 2010, 176 p.
5. ZAT, Fabiane Maria. **Ginástica Laboral: Valorização humana e gestão de resultados**. Phorte Editora 2010, 160 p.

GINÁSTICA PARA TODOS - 45 h

CH: 45 horas – 15h teóricas; 30h práticas

Ementa

Aspectos históricos e evolução da Ginástica para Todos (GPT). Fundamentos da GPT. GPT nas diferentes etapas da vida. Interfaces entre a GPT e a promoção da saúde. Trabalho individual e coletivo na GPT. Utilização de materiais tradicionais e alternativos na GPT. Atividades circenses na GPT. Composição coreográfica em GPT.

Programa

1. Revisão histórica: origem e evolução da GPT.
2. Fundamentos que caracterizam a prática da GPT.
3. Interfaces entre a GPT e a promoção da saúde nas diferentes etapas da vida.
4. Estratégias pedagógicas para o aperfeiçoamento de elementos: trabalho individual e em pequenos grupos.
5. Construção e/ou utilização de materiais tradicionais e alternativos na GPT.
6. Práticas circenses em GPT.
7. Elaboração de composições coreográficas de GPT.

Bibliografia Básica

1. 1. MIRANDA, R. C. F.; EHRENBURG, M. C.; BRATIFISCHE, S. A. **Temas emergentes em ginástica para todos**. Várzea Paulista: Fontoura, 2016. 183 p. ISBN 9788583340355.
2. NUNOMURA, M. (Org.). **Fundamentos das ginásticas**. 2. ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2016. 255 p. ISBN 978-8583340270.
3. SANTOS, J. C. E. dos. **Ginástica para todos: elaboração de coreografias e organização de festivais**. 3ª edição. Jundiaí, SP: Fontoura, 2017. ISBN 978-8587114587.

Bibliografia Complementar

1. BENTO-SOARES, D. et al. **Formação de treinadores (as) de Ginástica para Todos no mundo: uma análise de programas de federações nacionais**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: [s.n.], 2019.

2. CARBINATTO, M. V.; FURTADO, L. N. R. Choreographic Process In Gymnastics For All. **Science of Gymnastics Journal**. v. 11, n. 3, p. 343-353, 2019.
3. MENEGALDO, F. R.; BORTOLETO, M. A. C. Ginástica para todos e coletividade: nos meandros da literatura científica. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. 01-17, 2020.
4. PATRÍCIO, T. L.; BORTOLETO, M. A. C.; CARBINATTO, M. V. Festivais de ginástica no mundo e no Brasil: reflexões gerais. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 30, n. 1, p. 199-216, 2016.
5. BENTO-SOARES, D.; SCHIAVON, L. M. Gymnastics For All: Different Cultures, Different Perspectives. **Science of Gymnastics Journal**, v. 12, n. 1, p. 5-18, 2020.

HIDROGINÁSTICA - 30 H

CH: 30 horas – 15h teóricas; 15h práticas.

Ementa

Histórico e introdução à Hidroginástica. Alterações fisiológicas aplicadas à Hidroginástica. Técnica (movimentos específicos da modalidade e suas aplicações nas aulas). Estratégias, materiais e elaboração de planos de aulas para pessoas típicas e com deficiência. Métodos de treinamento e modalidades de aulas aplicadas às diversas faixas etárias e contextos.

Programa

1.Hidroginástica:

1.1. Histórico, Definição e introdução à modalidade;

1.2. Objetivos e aplicabilidade da hidroginástica;

1.3. Possibilidades, adaptações e público alvo;

2.Materiais utilizados nas aulas;

3.Técnicas da hidroginástica (movimentos específicos da modalidade e suas aplicações nas aulas)

4. Métodos de treinamento aplicados a Hidroginástica: aulas aeróbias, circuitadas, localizadas e intervaladas.

5.Modalidades de aulas de hidroginástica e estruturação das mesmas.

- 5.1. Hidro Boxe
 - 5.2. Hidro Axé
 - 5.3. Hidro spinning
 - 5.4. Hidro Jump
 - 5.5. Hidro Power
 - 5.6. Aulas temáticas
6. Noções de salvamento e primeiros socorros no ambiente líquido.

Bibliografia Básica

1. DI MASI, F. **A ciência aplicada à hidroginástica**. Rio de Janeiro: Sprint, c2006. 86 p. ISBN 9788573322460.
2. BAUN, M. P. **Exercícios de hidroginástica: exercícios e rotinas para tonificação, condicionamento físico e saúde**. 2. ed. São Paulo: Manole, c2008. xii, 268 p. ISBN 9788520429143.
3. SANTOS, R. dos; CRISTIANINI, S. **Hidro 1000 exercícios**. 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, c1997. 461 p. ISBN 9788573320282..

Bibliografia Complementar

1. COSTA, P. H. L. da. **Natação e atividades aquáticas: subsídios para o ensino**. Barueri, SP: Manole, c2010. xii, 170 p. ISBN 9788520429396.
2. KRUEL, L. F. M.; *et al.* Treinamento de força no meio aquático: uma revisão sobre os aspectos históricos, fisiológicos e metodológicos. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, p. 176-185, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-948815>. Acesso em: 25 ago. 2022
3. PENDERGAST, D. R.; *et al.* Human physiology in an aquatic environment. **Comprehensive Physiology**, v. 5, n. 4, p. 1705-50, 2015. Disponível: https://www.researchgate.net/profile/Paola-Zamparo/publication/282362173_Human_Physiology_in_an_Aquatic_Environment/links/564c75ed08ae020ae9fa5ec2/Human-Physiology-in-an-Aquatic-Environment.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022
4. PINTO, S. S.; *et al.* Correlação entre índice de esforço percebido e respostas cardiopulmonares em exercício de hidroginástica com equipamento. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 18, n. 4, p. 475-475, 2013.

Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e21d/32b1360d09beb88dac8d1f050da0f292269e.pdf> Acesso em: 25 ago. 2022

5. WALLER, B.; *et al.* The effect of aquatic exercise on physical functioning in the older adult: a systematic review with meta-analysis. **Age and ageing**, v. 45, n. 5, p. 593-601, 2016. Disponível em: <https://academic.oup.com/ageing/article/45/5/593/1712889?login=false> Acesso: 25 ago. 2022.

LESÕES DESPORTIVAS - 30 H

CH: 30 horas; 15 teóricas e 15 práticas

Ementa

Identificação dos principais tipos de lesões nos esportes. Comportamento dos segmentos anatômicos nos esportes. Abordagem de testes e análises ortopédicas. Estratégias de intervenção em lesões esportivas. Prevenção de lesões nos esportes.

Programa

1. Identificação dos principais tipos de lesões nos esportes

- 1.1 Lesões em esportes individuais
- 1.2 Principais lesões em esportes coletivos
- 1.3 Lesões em esportes de contato
- 1.4 Implicações das lesões na coluna vertebral

2. Comportamento dos segmentos anatômicos nos esportes

- 2.1 Análise do segmento corporal - coluna vertebral
- 2.2 Análise do segmento corporal - Ombro e cotovelo
- 2.3 Análise do segmento corporal - Quadril
- 2.4 Análise do segmento corporal - Joelho
- 2.5 Análise do segmento corporal - Tornozelo

3. Abordagem de testes e análises ortopédicas

- 3.1 Testes ortopédicos do membro superior
- 3.2 Testes ortopédicos do membro inferior
- 3.3 Testes complexo do tronco

4. Estratégias de intervenção em lesões esportivas

- 4.1 Crioterapia em implicações nos esportes
- 4.2 Utilização do calor em lesões esportivas

4.3 Implicações dos exercícios terapêuticos frente às lesões esportivas

5. Prevenção de lesões nos esportes

5.1 Prevenção de lesões nos esportes individuais

5.2 Prevenção de lesões nos esportes coletivos

Bibliografia Básica

1. DUTTON, Mark. **Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
2. HOUGLUM, Peggy A. **Exercícios terapêuticos para lesões musculoesqueléticas**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, c2010.
3. KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Manole, c2013.

Bibliografia Complementar

1. BATES, Andrea; HANSON, Norm. **Exercícios aquáticos terapêuticos**. São Paulo: Manole, 1998.
2. BRODY, Lori Thein. **Exercício terapêutico**. 4. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2019 1 recurso online.
3. VOIGHT, Michael L. **Técnicas de exercícios terapêuticos, estratégias de intervenção musculoesquelética**. Barueri Manole, 2014 1 recurso online.
4. WALKER, Brad. **Lesões no esporte: uma abordagem anatômica**. Barueri, Manole, 2011 1 recurso online.
5. WEINECK, Jurgen. **Anatomia aplicada ao esporte**. 18 Barueri Manole, 2013 1 recurso online.

LIBRAS E EDUCAÇÃO PARA SURDOS - 60 h

CH: 60 horas – 30h teóricas; 30h práticas;

Ementa

Desenvolvimento, em nível básico, das habilidades de compreensão e expressão necessárias à comunicação com surdos sinalizantes da Língua de Sinais Brasileira (Libras). Introdução ao estudo das visões sobre a surdez e sobre a Educação de Surdos. Conhecimentos básicos sobre os fundamentos linguísticos da Libras. Estudo de aspectos culturais dos surdos brasileiros e suas implicações educacionais. Estudo das políticas linguísticas e educacionais na área da Surdez.

Programa

1. Conhecer as concepções sobre surdez, história e a constituição do sujeito Surdo;
2. Conscientizar sobre a importância de conhecer o Surdo e a sua língua, visando a promoção da cidadania e equalização dos direitos;
3. Identificar os conceitos básicos relacionados a LIBRAS: estrutura e linguística;
4. Reconhecer a importância da utilização da LIBRAS no atendimento ao Surdo;
5. Utilizar a Língua Brasileira de Sinais, nos seus aspectos teóricos e práticos, de modo que os alunos tenham noções básicas de comunicação, contribuindo para eficácia no atendimento e a inclusão efetiva do sujeito surdo.

Bibliografia Básica

1. E, T. A.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em Contexto: Curso Básico**. 5.ed. ver. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2004.
2. GESSER, A. **Libras? Que Língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.
3. KARNOPP, L. B.; QUADROS, R. M. de. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed,2004.

Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, W. G., org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015.

2. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D; MAURICIO, A. L. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: EDUSP, v.1, v.2, 2013.
3. COLEÇÃO UFSCAR. **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**: Uma introdução. Coleção UAB–UFSCar, Pedagogia. SãoCarlos: [S.n.], 2011.
4. LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos Cedes**, XIX, n. 46, p.68-80. Set. 1998.

NUTRIÇÃO APLICADA À ATIVIDADE FÍSICA - 45 h

CH: 45h teóricas.

Ementa

Conhecimento do metabolismo de macronutrientes e micronutrientes. Estudo dos aspectos nutricionais fundamentais aplicados à Educação Física e ao Esporte em condições basais, de repouso e durante diferentes tipos de exercício físico. Tópicos básicos em suplementação esportiva.

Programa

1. Introdução e conceitos fundamentais sobre a nutrição esportiva.
2. Histórico e objetivos da nutrição esportiva.
3. Conceitos em suplementação e bioenergética
4. Micronutrientes e sua importância para o exercício.
5. Termorregulação e reposição hidroenergética.
6. Suplementação voltada à perda de peso.
7. Riscos à saúde associados ao consumo de termogênicos.
8. Vitamina D saúde e exercício.
9. Suplementação voltada à hipertrofia.

Bibliografia Básica

1. LANCHETA JUNIOR, A. H.; LANCHETA, L. O. P. **Nutrição e metabolismo aplicados à atividade motora**. São Paulo: Atheneu, 2ª ed., 2012.
2. SOUZA JR, T. P.; PEREIRA, B. **Suplementação esportiva: auxílios ergogênicos nutricionais no esporte e exercício**. São Paulo: Phorte Editora, 1ª ed., 2012.

3. LANCHA JR, A. H.; CAMPOS-FERRAZ, P. L.; ROGERI, P. S. **Suplementação nutricional no esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1 ed., 2009.

Bibliografia Complementar

1. MCARDLE, W. D.; KATCH, Frank I.; KATCH, V. L. **Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
2. TIRAPEGUI, J.; RIBEIRO, S. M. L. **Avaliação nutricional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1ª ed., 2009.
3. ANGELIS, R. C.; TIRAPEGUI TOLEDO, J. O. **Fisiologia da nutrição humana: aspectos básicos, aplicados e funcionais**. São Paulo: Atheneu, 2ª ed., 2007.
4. MARINS, J. C. B. **Hidratação na atividade física e no esporte: equilíbrio hidromineral**. Várzea Paulista: Fontoura, 2011.
5. McARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. **Nutrição Para o Esporte e o Exercício**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3.ed., 2011.

PRÁTICA PROFISSIONAL BASEADA EM EVIDÊNCIAS - 45 H

CH: 45 horas - 45 teóricas

Ementa

Conceitos e aplicações da prática profissional baseada em evidências; elaboração de perguntas de pesquisa direcionadas para a prática clínica; busca sistematizada em bases de evidências; tipos de estudos epidemiológicos e suas aplicações; tipos de vieses em estudos epidemiológicos e as ferramentas utilizadas para estas avaliações; análise crítica de artigos científicos voltada à prática clínica.

Programa

- Prática profissional baseada em evidências;
Conceitos e aplicações;
- Como elaborar uma pergunta de pesquisa;
Estratégia PICO (População, Intervenção, Comparação e Desfecho)

- Busca sistematizada nas bases de evidências;
Uso dos operadores booleanos e busca nas bases Pubmed, Cochrane e Scielo
- Tipos de estudos epidemiológicos e suas aplicações;
Estudo experimentais (Estudos quase-experimentais e Estudos randomizados controlados) e estudos observacionais (Estudos transversais, Coorte e Estudos de Caso-controle)
- Tipos e ferramentas para avaliação de vieses em estudos epidemiológicos;
Risco de viés em estudos individuais e Risco de viés em nível de resultado
- Análise crítica de artigos científicos

Bibliografia Básica

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e meta-análise de ensaios clínicos randomizados [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Recurso online https://rebrats.saude.gov.br/phocadownload/diretrizes/20210622_Diretriz_Revisao_Sistematica_2021.pdf acesso em 27/10/2022
2. EL DIB, Regina et al. Guia prático de medicina baseada em evidências. **Coleção PROEX Digital (UNESP)**, 2014. Recurso online <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126244> acesso em 27/10/2022
3. GORDON, Guyatt et al. Diretrizes para a utilização da literatura médica: manual para a prática clínica da medicina baseada em evidências. In: **Diretrizes para a utilização da literatura médica: manual para a prática clínica da medicina baseada em evidências**. 2011. p. 704-704. recurso online ISBN 9788536324753.

Bibliografia Complementar

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Diretrizes metodológicas: Sistema GRADE – Manual de graduação da qualidade da evidência e força de recomendação para tomada de decisão em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 72 p. Recurso online https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_metodologicas_sistema_grade.pdf acesso em 27/10/2022

2. DUTRA, Herica Silva; DOS REIS, Valesca Nunes. Desenhos de estudos experimentais e quase-experimentais: definições e desafios na pesquisa em enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 10, n. 6, p. 2230-2241, 2016. Recurso online <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11238> acesso em 27/10/2022
3. FARIA, Lina; OLIVEIRA-LIMA, José Antonio de; ALMEIDA-FILHO, Naomar. Medicina baseada em evidências: breve aporte histórico sobre marcos conceituais e objetivos práticos do cuidado. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, p. 59-78, 2021. Recurso online <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/R8z4HdFLyXTRWk6dmxBgvkK/abstract/?lang=pt#:~:text=A%20medicina%20baseada%20em%20evid%C3%Aancias,a%20aplicabilidade%20social%20das%20conclus%C3%B5es>. acesso em 27/10/2022
4. FLETCHER, Grant S. **Epidemiologia clínica elementos essenciais**. 6. Porto Alegre ArtMed 2021 1 recurso online ISBN 9786558820161.
5. SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, p. 508-511, 2007. Recurso online <https://www.scielo.br/j/rlae/a/CfKNnz8mvSqVjZ37Z77pFsy/?lang=pt> acesso em 27/10/2022

PSICOLOGIA DO EXERCÍCIO E DA ATIVIDADE FÍSICA - 45 h

CH: 45 horas – 45h teóricas.

Ementa

Histórico. Conceitos gerais. Psicologia do exercício e psicologia da atividade física. Exercício Físico, Atividade física e saúde mental durante a vida. Atividade Física e Qualidade de Vida. Motivação para o Exercício Físico. Modelos de comportamento humano relacionados ao exercício físico. Aspectos psicobiológicos aplicados ao exercício físico. Competências e habilidades necessárias ao profissional de Educação Física para a aplicação do Exercício Físico nos diferentes contextos.

Programa

- 1. Histórico: Da higiene à Psicologia do Exercício.**
- 2. Conceitos gerais**
- 3. Psicologia do exercício e psicologia da atividade física.**
- 4. Atividade Física e saúde mental durante a vida.**
 - 4.1 Atividade Física e saúde mental da criança e do adolescente.
 - 4.2 Atividade Física e saúde mental do adulto.
 - 4.3 Atividade Física e saúde mental do idoso.
- 5. Atividade Física e Qualidade de Vida**
 - 5.1 Avaliando a Qualidade de Vida e o Bem-estar
- 6. Motivação para o Exercício Físico**
 - 6.1 Adesão e Aderência.
 - 6.2 Objetivos com o Exercício Físico
 - 6.3 Motivação Autodeterminada.
- 7. Modelos de comportamento humano relacionados ao exercício físico:**
 - 7.1 Modelo Transteórico
 - 7.2 Modelo da autoeficácia
 - 7.3 Modelo da Roda de Comportamento
- 8. Aspectos psicobiológicos aplicados ao exercício físico.**
 - 8.1 Exercício Físico e Sono
 - 8.2 Exercício Físico e Estresse

8.3 Exercício Físico e Humor

8.4 Exercício Físico e Cognição

8.5 Dependência do Exercício.

9. Competências e habilidades necessárias ao profissional de Educação Física para o ensino do Exercício Físico nos diferentes contextos.

9.1 Comunicação e Liderança

9.2 Inteligência Emocional.

9.3 Habilidades interpessoais.

Bibliografia Básica

1. ARAÚJO, Saulo de Freitas. **Psicologia e neurociência: uma avaliação da perspectiva materialista no estudo dos fenômenos mentais**. 2. ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. 94 p. ISBN 9788576721116.

2. BRANDAO, Maria Regina Ferreira; MACHADO, Afonso Antônio. **Coleção psicologia do esporte e do exercício: aspectos psicológicos do rendimento esportivo**. São Paulo: Atheneu, c2009.

3. STRAUB, Richard O. **Psicologia da saúde: uma abordagem biopsicossocial**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. xiv, 509 p. ISBN 9788582710531.

Bibliografia Complementar

1. BENTO, Gisele et al. **Motivação para a prática de atividades físicas e esportivas de crianças: uma revisão sistemática**. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 22, n. 1, p. 13-23, 2017. Disponível em: <https://rbafs.org.br/rbafs/article/view/8147>
Acesso em: 14 jul. 2022.

2. MELLO, Marco Túlio de et al. O exercício físico e os aspectos psicobiológicos. **Revista brasileira de medicina do esporte**, v. 11, p. 203-207, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/nmsrxHqN5yFqTv8GLdYLM6n/?lang=pt&stop=next&format=html> Acesso em: 14 jul. 2022.

3. MIRANDA, R. **Reflexões do esporte para o desempenho humano**. Curitiba: CRV, 2013.

4. NAHAS, Markus Vinicius; DE BARROS, Mauro VG; FRANCALACCI, Vanessa. **O pentágono do bem-estar-base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos**. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 5, n. 2, p. 48-59, 2000. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1002/1156>
Acesso em: 14 jul. 2022.

5. SILVA, Jaqueline; SILVA, Kelly. **Estágios de mudança de comportamento para atividade física em adolescentes**: revisão sistemática. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 20, n. 3, p. 214-214, 2015.
Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/4613>. Acesso em: 06 mai. 2023.

TERAPIAS MANUAIS APLICADAS À EDUCAÇÃO FÍSICA - 30 h

CH: 30 horas; 15 teóricas e 15 práticas

Ementa

Histórico das terapias manuais. Implicações da massoterapia no corpo humano. Conhecimento dos princípios terapêuticos oriundos da massagem. Abordagem da massagem em diferentes grupos. Sistematização de movimentos terapêuticos.

Programa

1. Histórico das terapias manuais e implicações da massagem no corpo humano
 - 1.1 História da massagem
 - 1.2 Contextualização da massagem na Educação Física
 - 1.3 Identificação de pontos anatômicos peculiares a massagem
 - 1.4 Características relaxante no aparelho locomotor
 - 1.5 Implicações da dor ósteomioarticular no corpo humano

2. Conhecimento dos princípios terapêuticos oriundos da massagem
 - 2.1 Implicações do calor no corpo humano
 - 2.2 Crioterapia e indicações em quadros patológicos
 - 2.3 Pressão manual e implicações no corpo humano
 - 2.4 Utilização de instrumentos externos na aplicação da massagem

3. Abordagem da massagem em diferentes grupos
 - 3.1 Massagem para sedentários
 - 3.2 Massagem para atletas
 - 3.2 Massagem para idosos
 - 3.3 Massagem para grupos especiais

4. Sistematização de movimentos terapêuticos
 - 4.1 Sistema de movimentos de fricção

- 4.2 Sistema de amassamento e implicações no corpo humano
- 4.3 Aplicação de movimentos de compressão e técnicas orientais
- 4.4 Liberação Miofascial.

Bibliografia Básica

1. ALLEN, Laura. Massoterapia clínica integrando anatomia e tratamento. 3ed. Barueri Manole, 2022. Recurso online.
2. ANDRADE, Carla-Krystin; CLIFFORD, Paul. Massagem: técnicas e resultados. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
3. NESSI, André; DELGADO, Jaques; ARANTES, Pamela; PEREIRA, Maria de Fátima Lima Pereira. Massagem na prática. Editora Difusão 2021, 384p.

Bibliografia Complementar

1. BORGES, Fábio dos Santos; SCORZA, Flávia Acedo. Terapêutica em estética: conceitos e técnicas. Phorte Editora, 2016, 584 p.
2. CALVI, Eliziane Nitz de Carvalho; Rodrigues, Paula Andreotti; Gusmão, Daniela Fernandes. Pedras quentes. Editora Yendis 2016, 160 p.
3. ELLSWORTH, Abigail. Massagem anatomia ilustrada: guia completo de técnicas básicas de massagem. Barueri Manole, 2012.
4. SIMÃO, Daniele *et. al.* Massoterapia estética e relaxante. Porto Alegre, SAGAH 2019 1 recurso online.
5. VERSAGI, Charlotte Michael. Protocolos terapêuticos de massoterapia técnicas passo a passo para diversas condições clínicas. Barueri Manole, 2015 1 recurso online.

**TÓPICOS ESPECIAIS DO CONTROLE DE CARGA DE TREINAMENTO
ESPORTIVO - 30 h**

CH: 30 horas – 30h teóricas.

Ementa

Quantificação e controle da carga de treinamento. Métricas psicométricas, bioquímicas, fisiológicas e biomecânicas. Overreaching, overtraining e saúde atlética. Tecnologias de monitorização. Estudo de casos e elaboração de projetos.

Programa

1. Quantificação da carga interna e externa de treinamento.
2. Fundamentos teóricos e usabilidade de métricas psicométricas, bioquímicas, fisiológicas e biomecânicas.
3. Gestão da carga de treinamento, overreaching, overtraining e saúde atlética.
4. Apresentação de tecnologias e ferramentas-conceito de monitorização contemporâneas.
5. Estudo de caso em gestão e controle da carga de treinamento.
6. Visão integrativa-sistêmica em regulação processual no treinamento esportivo.
7. Elaboração de projetos em controle da carga de treinamento esportivo.

Bibliografia Básica

1. MAUGHAN, R.; GLEESON, M.; GREENHAFF, P. L. **Bioquímica do Exercício e do Treinamento**. 1ª ed. Barueri: Manole, 2000.
2. McARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. **Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 7ª ed., 2011.
3. PLATONOV, V. N. **Tratado geral de treinamento desportivo**. São Paulo: Phorte, 2008.

Bibliografia Complementar

1. AQUINO, R.; GONÇALVES, L. G. **Observação, análise e interpretação do desempenho em treino e jogo no futebol: um matrimônio entre a ciência e a prática**. Curitiba: CRV, 2019.
2. BOMPA, T. O. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento**. SP: Phorte, 5ª ed., 2012.
3. BORIN, J. P.; GOMES, A. C.; DOS SANTOS LEITE, G. **Preparação desportiva:**

aspectos do controle da carga de treinamento nos jogos coletivos. **Journal of Physical Education**, v. 18, n. 1, p. 97-105, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3321> Acessado em 14 de jul. 2022.

4. KRAEMER, W. J.; FLECK, S. J.; DESCHENES, M. **Fisiologia do Exercício: Teoria e Prática**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
5. RIBEIRO, M. F. C. **Avaliação e Controle de Treino: Intervenção na prevenção de lesões numa equipa Profissional de Futebol**. Dissertação (Mestrado em Treino de Alto Rendimento) – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Porto, p. 123, 2018. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/117388/2/302365.pdf> Acesso em 14 de jul. 2022.

TREINAMENTOS DE ESPORTES CÍCLICOS DE RESISTÊNCIA - 45 h

CH: 45 horas – 30h teóricas, 15h práticas.

Ementa

Aspectos fisiológicos do treinamento aeróbio e anaeróbio. Meios e métodos de treinamento utilizados nos esportes cíclicos de resistência. Treinamento e competição em ambientes extremos (altitude, calor e frio). Controle da carga de treinamento. Modelos de periodização. Treinamento personalizado e assessorias esportivas de esportes de resistência.

Programa

1. Aspectos fisiológicos do treinamento aeróbio e anaeróbio dos esportes de resistência.
2. Meios e métodos de treinamento.
3. Periodização e controle da carga de treinamento nos esportes de resistência.
4. Assessorias esportivas e treinamento personalizado.

Bibliografia Básica

1. FORTEZA DE LA ROSA, A.; FARTO, E. R. **Treinamento desportivo: do ortodoxo ao contemporâneo**. São Paulo: Phorte, 2007. 273 p. ISBN 9788576551133
2. PLATONOV, K. K. **Tratado geral de treinamento desportivo**. São Paulo: Phorte, 2008. 887 p. ISBN 9788576551331.
3. USA Triathlon. **Guia completo de Triatlo**. Phorte 2017.

Bibliografia Complementar

1. DANTAS, E. H. M. **A prática da preparação física**. 6. ed. São Paulo: Roca, c2014. 429 p. ISBN 9788541203944.
2. ISSURIN, V. Block periodization versus traditional training theory: a review. **Journal of Sports Medicine and Physical Fitness**, v. 48, n. 1, p. 65, 2008.
3. ISSURIN, V. B. New horizons for the methodology and physiology of training periodization. **Sports Medicine**, v. 40, n. 3, p. 189-206, 2010.
4. GOMES, A. C. **Treinamento desportivo: estruturação e periodização**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, c2009. 276 p. ISBN 9788536319483.
5. NEGRAO, C. E.; BARRETTO, A. C. P. **Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata**. 3. ed. rev. ampl. Barueri, SP: Manole, 2010. 725 p. ISBN 9788520430750.

APÊNDICE B. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA | UFJF/GV

Aprovado pelo Conselho Departamental do Curso de Bacharelado em Educação Física,
UFJF/GV,

em reunião do dia 15 de dezembro de 2022

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA
FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA | UFJF/GV**

I. – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este regulamento, sendo parte das normas disciplinadoras do currículo pleno de graduação, e em consonância com o Regulamento Acadêmico de Graduação (RAG) - aprovado pela Resolução nº 23/2016 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) -, e proposições da Resolução 584/2018 - Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Educação Física -, dispõe sobre o regime de Atividades Complementares (ACs) próprias do curso de Bacharelado em Educação Física da UFJF, Campus de Governador Valadares, e estabelece a sua forma de realização e posterior validação pela coordenação de curso.

Art. 2º. Compreendem-se como ACs aquelas atividades desenvolvidas pelos discentes com objetivo de adquirir conhecimentos de forma autônoma que enriqueçam a formação do bacharel em Educação Física e que não se confundem com as atividades acadêmicas similares de caráter obrigatório, exigida para integralização da carga horária do curso.

Art. 3º. As ACs devem atender, em geral, os objetivos do ensino, da pesquisa, extensão e suas interfaces, podendo as mesmas serem cumpridas pelo aluno sob as várias formas à sua escolha, de acordo com o planejamento executivo orientado no Projeto Pedagógico de Curso, e em conformidade ao estabelecido pelo RAG, DCNs e particularidades do presente regimento.

Art. 4º. A escolha e a validação das ACs deverão objetivar a flexibilização do currículo pleno e a contextualização do ensino e aprendizagem, propiciando ao aluno a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica.

II. DO ÓRGÃO GESTOR

Art. 5º. A Comissão de ACs do curso é o órgão corresponsável, juntamente à Coordenação de curso, pela análise destas atividades e pela observância das normas regimentais e regulamentares aplicáveis, cabendo-lhe análise técnica da documentação das atividades realizadas e entregues pelo discente para os efeitos curriculares.

Art. 6º. Cabe a esta Comissão fomentar, junto ao corpo docente e discente, ações que viabilizem o cumprimento da regimentalidade e amplo conhecimento do procedimento operacional padrão acerca das ACs.

Art. 7º. A Comissão de ACs será constituída por no mínimo três membros, e partir disso, por número ímpar, todos docentes efetivos, lotados no Departamento de Educação Física do curso de Bacharelado em Educação Física da UFJF, Campus Governador Valadares.

Art. 8º. Será competente, para a indicação de seus membros, o Conselho Departamental e, para sua nomeação, o Conselho de Unidade. Considerar-se-á no ato de indicação a designação de quem atuará como presidente.

Art. 9º. O mandato dos membros da Comissão de ACs será de no mínimo 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

§ 1º. O prazo do mandato poderá ser abreviado a qualquer tempo em caso de afastamento do servidor para capacitação ou por motivo de saúde, desde que solicitado e aprovado pelo Conselho Departamental.

§ 2º. Pedidos de desligamento da Comissão de ACs que não se enquadram no artigo anterior devem ser encaminhados ao Conselho Departamental para análise, e posterior aprovação pelo Conselho de Unidade.

III. DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 10º. Serão consideradas válidas todas as atividades realizadas pelo discente e, oferecidas pela UFJF ou outras instituições públicas ou privadas, desde que se adequem à regimentalidade. Através de procedimento operacional padrão, o/a discente interessado compreenderá como instruirá seu pedido através de processo próprio. Estas atividades serão analisadas pela Comissão, com posterior e definitiva validação pela Coordenação de Curso.

§1º. A validação será requerida pelo discente interessado, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação.

§2º. Este processo de requerimento da validação e comprovação da atividade complementar será destinado à Coordenação de Curso, que poderá enviar à Comissão de ACs para a análise da documentação apresentada pelo discente.

I. A validação das ACs desenvolvidas deverá ser feita no início do último período em que o discente se caracteriza como formando, sendo observado:

a) o/a discente deverá observar o procedimento operacional padrão, fazer juntada documental, instruir através de formulário de requerimento próprio e protocolar seu pedido de análise de ACs na Secretaria do Curso, juntamente com:

1. O requerimento das ACs através do Guia das ACs previamente preenchido;
2. Documento original de comprovação de realização da atividade e uma cópia do documento;
3. O relatório circunstanciado sobre a experiência/vivência realizada, quando houver;
4. Preenchimento da Tabela de Validação de ACs para Flexibilização Curricular.

b) após todos os procedimentos de reconhecimento documental pela secretaria, haverá abertura de processo e pedido de seguimento, os quais serão encaminhados à Coordenação de curso para análise e validação.

c) A Coordenação de curso dará seguimento ao processo, reencaminhando à Comissão de ACs para análises.

d) Após análise da Comissão de ACs, a Coordenação de curso emitirá o parecer, providenciará comunicação de resultados, e, então, submissão para os devidos registros acadêmicos.

II. A Coordenação de Curso e Comissão de Atividade Complementares do Curso de Educação Física elaborarão calendário de solicitação, análise e validação das ACs, com ampla divulgação para a comunidade acadêmica.

§3º. Caso a Comissão julgue necessário, dependendo do tipo de atividade desenvolvida pelo discente, poderá solicitar para fins de validação, um relatório circunstanciado sobre a experiência/vivência realizada.

§4º O/a discente poderá consultar previamente à realização de alguma atividade na Comissão de ACs, certificando-se sobre a pertinência da atividade que pretenda desenvolver.

§5º Cabe ao discente verificar se a atividade pretendida é oferecida por Instituições de Ensino Superior (IES) reconhecidas pelo MEC, ou por empresas ou entidades regulamentadas, e se são desenvolvidas por profissionais habilitados. Estas condições são fundamentais para validação de certificados e outros documentos comprobatórios, sendo necessário constar nestes a denominação da instituição promotora da atividade, sua carga horária e período de realização. No caso de empresas e órgãos privados, é importante constar o CNPJ, e no caso de declaração de profissionais, deverá constar o registro no órgão de classe a que se vincula.

§6º. É vedada a validação de qualquer modalidade de atividade complementar realizada anteriormente ao ingresso do aluno no respectivo curso de graduação ministrado pela UFJF, ou instituição de origem, em se tratando de transferido.

§7º. É vedada a validação em período em que o discente esteve com sua matrícula trancada.

IV. DAS ATIVIDADES VALIDADAS, SUAS CATEGORIAS, CARGA HORÁRIA MÁXIMA E COMPROVAÇÕES

Art. 11º. As ACs a serem validadas estão organizadas em Ensino, Pesquisa e Extensão. A sistematização visa que cada discente cumpra carga horária em pelo menos duas categorias (8 horas cada, total de 24 horas), além da obrigatoriedade do cumprimento de 36 horas em experiências que articule atividades acadêmicas integradoras, computando-se, assim, o total de 60 horas.

Art. 12º. Esta organização considerou o que está vigente no RAG e outras designações legais (DCNs), sistematizando-as através de atividades e vivências que poderão ser validadas.

Art.13º. Cada categoria e suas modalidades de atividades estão descritas abaixo e organizadas em documento próprio (Tabela de Validação de ACs para Flexibilização Curricular do Curso de Bacharelado em Educação Física do Campus de Governador Valadares/UFJF), amplamente divulgado e disponibilizado para a comunidade acadêmica.

I. – Ensino

- a) Estágio não obrigatório ou estágio obrigatório, em suas horas excedentes conforme orientação institucional:

Participação em estágio não obrigatório realizado conforme disciplinado pelo Regulamento de Estágio do Curso de Bacharelado de Educação Física, Campus de Governador Valadares, através de contrato ou documento comprobatório pertinente. Aproveitar-se-ão horas excedentes do Estágio Obrigatório desde que tenham sido cumpridas conforme as orientações desta atividade curricular. Em ambos os casos poderão ser aproveitadas até 4,8 horas.

- b) Programa de educação tutorial ou de monitoria em disciplinas do curso ou áreas afins:

Participação enquanto monitor ou tutor em programas institucionalizados pela UFJF para apoio didático de disciplinas. Poderão ser validadas até 4,8 horas, comprovadas por certificado ou documento comprobatório emitido pela Pró-Reitoria de Graduação ou docente responsável.

- c) Disciplinas cursadas na área de conhecimento ou áreas afins em outros cursos ou Instituições de Educação Superior públicas ou privadas, durante o período acadêmico:

Aprovação em disciplina(s) de domínios conexos, considerando-se áreas afins da Educação Física como *Educação, Recreação, Lazer, Treinamento Esportivo, Reabilitação, Políticas Públicas, Gestão Social, Esportes, Danças, Ginásticas, Capoeira e Saúde*, não prevista(s) na grade curricular obrigatória, oferecida(s) pela UFJF ou instituição congênera. Será validada a carga horária da disciplina em até 4,8 horas. O discente deverá comprovar carga horária através do plano de ensino da disciplina cursada e aprovada no histórico escolar.

- d) Curso de Língua Estrangeira:

Participação em cursos especiais e programas de aprendizagem e aperfeiçoamento de idiomas estrangeiros sob orientação docente, no âmbito da UFJF, ou outras instituições de ensino. Serão validadas até 4,8 horas através de declaração ou documentação comprobatória.

- e) Certificação de Língua Estrangeira:

Só são validadas as certificações de língua estrangeira reconhecidas internacionalmente. Serão validadas até 4,8 horas através de declaração ou documentação comprobatória.

f) Curso, oficina, workshop na área ou em áreas afins:

Desenvolver ou participar de atividades acadêmicas relacionadas ao tópico, sob orientação docente, considerando-se áreas afins da Educação Física: *Educação, Recreação, Lazer, Treinamento Esportivo, Reabilitação, Políticas Públicas, Gestão Social, Esportes, Danças, Ginásticas, Capoeira, Saúde*. Serão validadas até 4,8 horas cursadas e comprovadas através de certificados ou documentos comprobatórios.

g) Palestra ou outras atividades similares à docência:

Proferir palestra promovida por instituições públicas ou privadas. Confere-se 1,2 horas por palestra, comprovado através de certificado ou documento comprobatório emitido pela instituição promotora, contendo título da atividade, data e duração. A carga horária a ser validada é de até 4,8 horas.

II. – Pesquisa

a) Projeto de Pesquisa/Iniciação científica – participação como bolsista ou voluntário:

Atividades relacionadas à produção do conhecimento científico, através de estudos específicos, que visam desenvolver no discente o interesse e a aptidão para a investigação científica. Tais projetos podem ser desenvolvidos em convênio com órgãos financiadores de pesquisa ou de forma voluntária, estritamente sob a orientação docente, sistematizados pela metodologia do trabalho científico. Para validação é necessário certificado ou documento comprobatório emitido pela Pró-Reitoria de Pesquisa ou docente responsável pelo projeto. Serão validadas até 4,8 horas.

b) Participação em Atividades Científicas como *Jornadas, Encontros, Seminários, Semanas Acadêmicas, Fóruns, Conferências, Congressos*, entre outras:

São atividades relacionadas à participação dos alunos em eventos científicos e profissionais, que visem ampliar e/ou aprofundar os conhecimentos relacionados à Educação Física e outras áreas de conhecimento. A carga horária validada é proporcional à atividade, limitando-se a 1,2 horas para cada evento, por período letivo, comprovada através de certificado ou documento comprobatório emitido pela instituição promotora. A carga horária a ser validada é de até 4,8 horas.

c) Publicação em eventos científicos:

Publicações em anais de eventos científicos nos formatos de resumo e texto completo. Confere-se 1,2 horas por título publicado, comprovado através de certificado ou documento comprobatório emitido pela instituição promotora, contendo título do trabalho e nome dos autores, ou ainda, através da cópia de parte dos anais do evento que se referem ao texto. A carga horária a ser validada é de até 4,8 horas.

d) Apresentação em eventos científicos:

Atividades relacionadas com as apresentações de trabalhos em eventos científicos, nos formatos de apresentação oral, pôster, ou outros formatos. Confere-se 1,2 horas por trabalho apresentado, comprovado através de certificado ou documento comprobatório emitido pela instituição promotora, contendo título do trabalho e nome dos autores. A carga horária a ser validada é de até 4,8 horas.

e) Publicação de livro, capítulos de livro, relatórios técnicos ou artigos em periódicos científicos:

Atividades que visam incentivar a produção e publicação de trabalhos científicos em periódicos no campo da educação física e áreas afins, ou ainda, como livro, capítulo de livro ou relatórios técnicos. Confere-se 2,4 horas por título publicado, comprovado através da cópia do texto juntamente com sumário e ficha catalográfica. A carga horária a ser validada é de até 4,8 horas.

f) Participação como membro de comissão organizadora de eventos científicos:

Atividades ligadas à organização, gestão e avaliação de eventos científicos no campo da Educação Física ou de áreas afins. A carga horária validada é de até 1,2 horas para cada evento, por período letivo, comprovada com certificado ou documento comprobatório emitido pela instituição promotora do evento, contendo período de realização da atividade e outros dados informativos sobre o evento (título, local, carga horária). A carga horária a ser validada é de até 4,8 horas.

g) Grupo de estudo e pesquisa:

Atividades relacionadas à participação dos alunos em grupos institucionais de estudo e pesquisa, como bolsista ou voluntário, comprovada por certificado emitido pela Pró-Reitoria de Pesquisa ou docente responsável pelo grupo, contendo número de horas e período de participação. A carga horária a ser validada é de até 4,8 horas limitando-se a 1,2 horas por período letivo.

III. – Extensão

a) Organização de eventos de extensão da UFJF:

Participação como organizador de eventos de extensão promovidos pela UFJF. A carga horária máxima a ser validada para esta atividade é de 1,6 horas, podendo ser cumprida em uma ou mais atividades. O certificado ou declaração comprobatória deve ser emitido pela Pró-Reitoria de Extensão ou pelo docente responsável pelo evento.

b) Programas e projetos de extensão da UFJF:

Participação em projetos ou programas de extensão e suas interfaces na área do curso ou áreas afins, como bolsista ou voluntário, comprovada via certificados ou documentos comprobatórios emitidos pela Pró-Reitoria de Extensão ou docente responsável pela atividade. A carga horária a ser validada é de até 4,8 horas.

c) Empresa Júnior:

Participação como bolsista ou voluntário de Empresa Júnior institucionalizada na UFJF, podendo ser validada até 4,8 horas. O certificado ou declaração comprobatória deve ser emitido pelo docente responsável pela Empresa Júnior.

d) Treinamento Profissional:

Participação como bolsista ou voluntário em programas da UFJF de Treinamento Profissional (TP) Acadêmico ou de Gestão ou afins, podendo ser validada até 4,8 horas. O certificado ou declaração comprobatória deve ser emitido pela Pró-Reitoria de Graduação ou pelo docente responsável pelo projeto ao qual o discente está vinculado.

e) Ação Social:

Atuação como bolsista, voluntário, monitor ou tutor em eventos com finalidade educativa e cidadã, caracterizados como campanhas de ações sociais, por exemplo: *Dia do Voluntariado*, *Dia do Profissional de Educação Física*, *Dia Nacional da Saúde*, entre outros. Tais eventos devem ser promovidos pela UFJF e/ou por entidades públicas ou privadas. O documento comprobatório desta atuação deve ser emitido pela entidade promotora do evento, podendo ser validada a carga horária de cada evento em até 2,4 horas.

f) Representação Estudantil:

Representação e participação como *representante de turma ou Colegiado de Curso, membro de Centro Acadêmico (CA) de Curso ou Diretório Central de Estudantes (DCE)*, Comissões e afins, bem como outras entidades externas à UFJF e relacionadas à Educação Física, como a *Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF)*. No caso de representação de turma, *Colegiado de Curso* ou *CA*, o documento comprobatório deve ser emitido pela Coordenação de Curso. No caso de atividades comissionadas, o documento comprobatório deve ser emitido pelo presidente ou portaria de designação. No caso de representação de *DCE* e de entidades externas à UFJF, o documento comprobatório deve ser emitido pelo gestor da entidade. Serão validadas 1,2 horas por período letivo, podendo ser validadas até 2,4 horas.

g) Atuação em eventos artísticos e/ou culturais:

Atuação em eventos artísticos e/ou culturais de *performance* corporal, como espetáculos de dança, teatro ou festivais não esportivos. Tais eventos podem ser realizados institucionalmente pela UFJF e/ou por entidades públicas ou privadas. O documento comprobatório desta atuação deve ser emitido pela entidade promotora do evento. Serão validadas 0,8 hora para cada evento, podendo ser validadas até 2,4 horas.

h) Atuação em eventos esportivos:

Atuação em eventos de diferentes modalidades esportivas como *atleta, aluno, organizador ou comissão julgadora ou de arbitragem*. Tais eventos podem ser realizados institucionalmente pela UFJF e/ou por entidades públicas ou privadas. O documento comprobatório desta atuação deve ser emitido pela entidade promotora do evento. Serão validadas 0,8 hora por cada evento, podendo ser validadas até 2,4 horas.

IV. – Atividades acadêmicas integradoras de acolhimento dos ingressantes:

Participação em eventos de recepção e/ou acolhimento estudantil (aulas inaugurais, oficinas, palestras, workshops, gincanas integrativas, etc.) que proporcione melhor

adaptabilidade e interação ao meio acadêmico, seus espaços e a comunidade universitária. O discente deverá cumprir o cômputo de 36 horas.

Art.14º. Os casos omissos serão avaliados pela Coordenação de Curso e pela Comissão de ACs para Flexibilização Curricular.

Tabela de Validação das Atividades Complementares | Curso de Bacharelado em Educação Física | UFJF/GV*

Categoria	Carga Horária Máxima Categori	Item	Carga Horária Máxima Item	Observações
Ensino	8h	Estágio não obrigatório conforme orientação institucional	4,8	Contrato e certificado ou atestado com o número de horas e a descrição das atividades desenvolvidas.
		Programa de educação tutorial ou monitoria em disciplinas do curso ou áreas afins	4,8	Atestado emitido pela Pró-Reitoria de Graduação ou docente responsável pelo Grupo PET ou projeto de
		Disciplinas cursadas na área de conhecimento ou áreas afins ¹ em outros cursos ou Instituições	4,8	Válido apenas para disciplinas não aproveitadas em processo de aproveitamento de disciplina. Entrega do
		Curso de Língua Estrangeira	4,8	Serão aceitos se realizados em escolas regularizadas e habilitadas para oferecer estes cursos.
		Certificação de Língua Estrangeira	4,8	Só são validadas as certificações de língua estrangeira reconhecidas internacionalmente.
		Curso, palestra, oficina, workshop na área ou em áreas afins	4,8	Apresentar certificado com o número de horas, o local e o período de realização do evento, instituição promotora.
		Palestra ou outras atividades similares à docência	4,8	Confere-se 1,2 horas por palestra, comprovado através de certificado emitido pela instituição promotora,
Pesquisa	8h	Projeto de Pesquisa/Iniciação científica	4,8	Certificado emitido pela Pró-Reitoria de Pesquisa ou docente responsável pelo projeto.
		Participação em Atividades Científicas como <i>Jornadas, Encontros, Seminários, Semanas</i>	4,8	A carga horária computada é proporcional à atividade, limitando-se a 1,2 horas para cada evento por período
		Publicação em eventos científicos	4,8	Confere-se 1,2 horas por título publicado. Certificado emitido pela instituição promotora do evento com título
		Apresentação em eventos científicos	4,8	Confere-se 1,2 horas por trabalho apresentado. Certificado emitido pela instituição promotora, contendo título do trabalho e nome dos autores
		Publicação de livro, capítulos de livro, relatórios técnicos ou artigos em periódicos científicos	4,8	Confere-se 2,4 horas por título publicado. Entrega do texto impresso juntamente com sumário do periódico e ficha catalográfica
		Participação como membro de comissão organizadora de eventos científicos	4,8	A carga horária computada é de 1,2 horas para cada evento por período letivo. Certificado com o número de horas, o local e o período de realização do evento
		Grupo de estudo e pesquisa	4,8	Certificado emitido pelo docente responsável pelo grupo com o número de horas e período de participação limitados a 1,2 horas por período letivo
Extensão	8h	Organização de evento de extensão da UFJF	1,6	Certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão ou docente responsável pelo evento, com o número de horas e local e período de realização do evento
		Projetos ou programas de Extensão da UFJF	4,8	Certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão ou docente responsável pelo projeto ou programa, com o número de horas e período da atividade
		Empresa Júnior	4,8	Certificado emitido pelo docente responsável pelo projeto, com número de horas e o período de participação.
		Treinamento profissional ou administrativo	4,8	Certificado emitido pelo docente responsável pelo projeto, com número de horas e o período de participação.
		Ação Social	2,4	Certificado emitido pela instituição promotora, com o número de horas e o período de participação
		Representação estudantil	2,4	Serão computadas 1,2 horas por período letivo em representação. Verifique certificação no Regulamento de Atividades Complementares do Curso.
		Atuação em eventos artísticos e/ou culturais	2,4	Serão computadas 0,8 horas por período letivo em representação. Certificado emitido pela instituição promotora, com período de realização do evento.
		Atuação em eventos esportivos	2,4	Serão computadas 0,8 horas por período letivo em representação. Certificado emitido pela instituição promotora, com período de realização do evento.
AAI	36h	Atividades acadêmicas integradoras de acolhimento dos ingressantes	36	Serão computadas 36 horas através da participação em eventos de recepção e/ou acolhimento estudantil (aulas inaugurais, oficinas, palestras, workshops, gincanas

* PPC | 2023¹ Considera-se áreas afins da Educação Física: Educação, Recreação, Lazer, Treinamento Esportivo, Reabilitação, Políticas Públicas, Gestão Social, Esportes, Danças, Ginásticas, Capoeira, Saúde. AAI, Atividades Acadêmicas Integradoras.

**APÊNDICE C. DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO**



Curso de Graduação em Educação Física

**DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO**

COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIO - COE

Governador Valadares 2021

CAPÍTULO I – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Art 1º. As presentes diretrizes têm como objetivo normatizar o estágio supervisionado obrigatório do Curso de Graduação em Educação Física do Instituto de Ciências da Vida, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares (UFJF/GV).

Art 2º. A Comissão Orientadora de Estágio seguiu as determinações da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e as normas constantes no Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) aprovado pela Resolução 23/2016 do Conselho Setorial de Graduação, com a atribuição de programar, supervisionar e avaliar os estágios obrigatórios e não obrigatórios. Também foi utilizada para fundamentar as diretrizes a Resolução nº 7 de 2004 do CNE/CES e as Diretrizes Curriculares (Resolução CNE/CP nº. 6, de 18 de dezembro de 2018). Além disso, a presente comissão respeitou as recomendações previstas na Nota Técnica do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) nº 003/2012 e na Lei nº 9.696 de 1º de setembro de 1998, a qual dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física.

Art 3º. Entende-se por estágio o ato educativo supervisionado, desenvolvido em campos de atuação relacionados à área de formação em questão, dentro ou fora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Essa etapa da formação visa à preparação do estudante para o trabalho, ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do discente para a vida cidadã e para o trabalho, nos termos da legislação em vigor. Nesse contexto, a Comissão de Orientação de Estágio (COE) tem como objetivo promover a consolidação das normas e diretrizes dos estágios curriculares do Curso de Graduação em Educação Física da UFJF, campus Governador Valadares.

Art 4º. De acordo com a Lei nº. 11.788 de 25 de setembro de 2008, os estágios curriculares devem ser considerados como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica; devem ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários das instituições ligadas à promoção e prática de esporte, atividade física, lazer e saúde, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso (Lei 11.788 de 25/09/2008).

CAPÍTULO II – DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIO

Art 5º. A COE do Curso de Graduação em Educação Física da UFJF, Campus Governador Valadares, será constituída pelos seguintes membros:

I. No mínimo 05 (cinco) docentes do Curso de Graduação em Educação Física da UFJF – Campus Avançado Governador Valadares;

II. O coordenador do Curso de Graduação em Educação Física da UFJF – Campus Avançado Governador Valadares;

III. Um discente titular e um suplente que estejam cursando, no mínimo, o 5º período do curso, e que, obrigatoriamente, estejam realizando estágio.

IV. O Presidente e o Vice-Presidente da COE serão eleitos pelos membros da comissão, para um mandato com período de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período, por meio de reeleição;

§ 1º - Os demais membros docentes também terão sua representação com período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais dois anos. Eles serão definidos em reunião do Departamento de Educação Física da UFJF – Campus Avançado

Governador Valadares;

§ 2º - O representante discente e seu suplente serão designados pelo Diretório Acadêmico, para um mandato com período máximo de 02 (dois) anos.

Art 6º. A COE se reunirá ordinariamente, com periodicidade definida pelo seu Presidente, podendo reunir-se extraordinariamente por convocação do mesmo ou pela maioria dos membros que a compõem.

CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIOS

Art 7º. São atribuições da comissão orientadora de estágio:

- I. Elaborar normas complementares para o estágio curricular obrigatório;
- II. Mediar os trâmites documentais dos convênios entre a UFJF e os locais de estágio;
- III. Auxiliar o professor orientador do estágio na definição de instrumentos de avaliação para o estágio obrigatório;
- IV. Fixar as atribuições dos professores orientadores e demais instruções necessárias ao bom desenvolvimento dos estágios;
- V. Zelar pelo acompanhamento dos estágios, orientando o estudante para outro campo em caso de descumprimento das cláusulas e condições pactuadas nos documentos regulatórios do estágio;
- VI. Comunicar, por escrito, quando solicitado pelo estagiário, à parte concedente do estágio, as datas de realização das avaliações acadêmicas;
- VII. Comunicar por escrito à Coordenação de Curso as situações de alunos desistentes ou infrequentes nos estágios obrigatórios;
- VIII. Indicar, quando necessário, professor orientador para o estágio obrigatório dos

discentes, respeitando as áreas afins e tendendo à homogeneidade em relação ao número de orientandos por orientador;

IX. Oficiar à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) sobre o resultado das eleições e período de mandato do Presidente e Vice-Presidente da COE, bem como a relação nominal de seus participantes a cada novo mandato.

X. Receber e arquivar a avaliação dos supervisores e dos orientadores e o relatório final das atividades de estágio.

XI. Lançar as notas finais dos estagiários no sistema de gestão acadêmica.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA COE

Art 8º. Compete ao presidente da COE:

I. Representar a COE nos diversos Órgãos da UFJF;

II. Convocar e presidir reuniões da COE ordinárias e extraordinárias;

III. Realizar encaminhamentos e solicitações necessários ao desenvolvimento dos estágios;

IV. Receber os encaminhamentos e recursos dos docentes orientadores e/ou discentes encaminhando-os para apreciação da COE;

V. Resolver os casos emergenciais, *ad referendum*, quando não houver tempo hábil para a convocação de uma reunião de COE.

Art 9º. Compete ao vice-presidente da COE:

I. Substituir o Presidente da comissão em caso de ausência justificada e em períodos de férias;

II. Auxiliar na coordenação geral da COE.

CAPÍTULO V – DAS ATRIBUIÇÕES DO DOCENTE ORIENTADOR

PELO ESTÁGIO

Art 10. A orientação do estágio é exercida, obrigatoriamente, por docente da UFJF com formação superior em educação física, sendo o docente o responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas do estagiário.

Art 11. A avaliação dos estagiários será realizada pelo professor orientador do estágio, de acordo com as normas elaboradas pela COE do curso e com o Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) vigente.

Art 12. A orientação de estágio obrigatório deve ser entendida como efetivo acompanhamento sistemático e processual do desenvolvimento e avaliação das atividades do estagiário.

Art 13. São atribuições do docente orientador responsável pelo estágio:

- I. Informar por escrito a COE quaisquer intercorrências relativas ao estágio;
- II. Orientar a confecção do Plano de Atividades do Estágio do discente (ANEXO 1), antes que ele seja enviado à PROGRAD;
- III. Planejar (conteúdo, objetivos, metodologia e avaliação), acompanhar e orientar as atividades de estágio dos alunos sob sua responsabilidade, considerando a área definida;
- IV. Assinar e responsabilizar-se pelos documentos que normatizam o estágio;
- V. Realizar visitas sistemáticas ao campo de estágio para acompanhamento presencial das atividades desenvolvidas;
- VI. Realizar reuniões pedagógicas com os estagiários sob sua supervisão. Essas reuniões devem compor 10% da carga horária total do estágio. Ela deverá constar no Plano de Atividades do Estágio e no relatório final;

VII. Garantir a conduta adequada dos alunos no campo de estágio, tomando as providências cabíveis no caso da não observância das normas estabelecidas pelo profissional responsável pelo local de estágio;

VIII. Gerenciar os documentos do estágio e acompanhar as atividades didáticas (planejamento, exercício da atividade no campo de atuação e avaliação);

IX. Analisar a frequência, atribuir a nota final e enviar para COE.

CAPÍTULO VI – DAS ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art 14. São atribuições do Supervisor de Estágio Obrigatório:

- I. Orientar a confecção do Plano de Atividades do Estágio pelo discente;
- II. Acompanhar, presencialmente, os estagiários em suas atividades na instituição concedente, observando-os e auxiliando-os quanto ao planejamento e execução das mesmas quando necessário;
- III. Supervisionar a frequência (ANEXO 2), a pontualidade e o cumprimento das atividades do estagiário durante na instituição;
- IV. Comunicar ao professor orientador e/ou a COE, eventuais problemas que ocorram em relação aos aspectos contidos em I e II;
- V. Realizar a avaliação do estagiário por meio de questionário (ANEXO 3);
- VI. Por ocasião do desligamento ou fim da atividade do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, carga horária cumprida e avaliação de desempenho.

CAPÍTULO VII – DAS ATRIBUIÇÕES DOS DISCENTES

Art 15. O aluno deve regularizar os trâmites documentais para início do estágio junto à Coordenação de Estágio da PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação/UFJF), os procedimentos encontram-se disponíveis na página da Comissão Orientadora de

Estágio.

- I. Confeccionar, com auxílio do professor orientador e do supervisor do estágio, o plano de atividades do estágio;
- II. Apresentar conduta compatível com a atividade e ambiente no qual realizará o estágio;
- III. Cumprir o planejamento estabelecido em conjunto com professor orientador do DEPFI- GV, o qual incluirá reuniões pedagógicas para orientação e avaliação das atividades teóricas e práticas previstas e executadas durante o estágio;
- IV. Cumprir todas as tarefas e avaliações exigidas pelo professor orientador;
- V. Ao final do período destinado para realização do estágio, 5 (cinco) dias antes da data limite estabelecida para o término, o discente deverá enviar para o orientador a ficha de acompanhamento avaliação do supervisor, e o relatório final do estágio (ANEXO 4);
- VI. Relatar, por escrito, ao orientador e quando necessário à COE, qualquer problema ocorrido no local de estágio;

CAPÍTULO VIII - DAS DIRETRIZES GERAIS DO ESTÁGIO

Art 16. O **estágio obrigatório** deverá ser cumprido a partir do 5º período, na etapa específica do curso de Graduação em Educação Física (Resolução CNE/CP nº. 6, de 18 de dezembro de 2018), quando o aluno já concluiu a primeira metade do curso. A realização do estágio representa um momento crucial na trajetória acadêmica, objetivando a consolidação de conhecimentos e sua aplicação. **As condições mínimas para que o estágio ocorra são:**

- I. A orientação de um docente do Departamento de Educação Física-GV (DEP EF);
- II. A supervisão de um profissional graduado em Educação Física (bacharelado), registrado e em dia com o Conselho Federal de Educação Física em instituição receptora regularizada;
- III. A existência de um convênio entre a UFJF e a instituição receptora devidamente

registrada no CREF, exceto estabelecimentos submetidos a outros conselhos ou órgãos reguladores (hospitais, clínicas, prefeituras, secretarias, entre outros). O convênio deverá ser estabelecido via Pró-reitoria de Graduação, como competência da Gerência de Convênios.

§ único – a concedente deve indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário e com registro no Conselho Federal de Educação Física para supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.

CAPÍTULO IX – DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art 17. A carga horária total de estágio obrigatório prevista no Plano Pedagógico do Curso é de

660 horas, divididas em:

ÁREA	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
ESTÁGIO EM SAÚDE 5º período	165 h	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fisiologia do Exercício ▪ Educação Física Adaptada ▪ Introdução à Saúde coletiva ▪ Educação física saúde e envelhecimento ▪ Esporte, exercício físico e saúde na infância e adolescência ▪ Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência*
ESTÁGIO EM ESPORTE 6º período	165 h	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia do Esporte ▪ Práticas pedagógicas dos esportes coletivos ▪ Medidas e Avaliação ▪ Aprendizagem Motora ▪ Fisiologia do Exercício ▪ Educação Física Adaptada ▪ Treinamento Esportivo ▪ Disciplinas de esporte obrigatórias** ▪ Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência*
ESTÁGIO EM CONDICIONAMENTO FÍSICO 7º período	165 h	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fisiologia do exercício ▪ Medidas e Avaliação ▪ Educação Física Adaptada ▪ Musculação ▪ Treinamento Esportivo ▪ Ginásticas de condicionamento físico ▪ Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência*
ESTÁGIO EM CULTURA E LAZER 8º período	165 h	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Práticas corporais de Aventura ▪ Educação Física Adaptada ▪ Estudos do Lazer ▪ Dança ▪ Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência*

§ 1º É obrigatória a realização de pelo menos 65 h de estágios com o público

pessoas com deficiência, em uma das quatro áreas. A COE irá fornecer uma declaração comprovando que o aluno realizou essa carga horária.

§ 2º * Para cursar o estágio com o *público pessoas com deficiência*, além dos pré-requisitos da área escolhida, o aluno, deverá estar matriculado (co-requisito) ou ter cursado (pré-requisito) a disciplina de *Prescrição de atividades físicas esportivas para pessoas com deficiência*.

§ 3º ** Para cursar o **Estágio na área de Esporte**, em modalidades ofertadas como disciplinas obrigatórias do curso, o aluno deverá ter cursado as disciplinas pré-requisitos da área, e ainda, estar matriculado (co-requisito) ou ter cursado (pré-requisito) na respectiva disciplina de esporte. A disciplina de Atletismo I será co-requisito para o estágio na modalidade Atletismo.

§ 4º Os esportes que não possuem disciplinas ofertadas no curso, terão como pré-requisitos as disciplinas da área do esporte sem demarcações com asteriscos.

§ 5º A COE deverá analisar o comprovante de matrícula do aluno, para deferir ou indeferir a solicitação do estágio em esportes específicos ofertados na matriz curricular do curso, e nos estágios para o público pessoas com deficiência.

Art 18. Os alunos poderão realizar os estágios em no máximo 02 (duas) concedentes por área, desde que com a anuência do orientador.

Art 19. As ações características do estágio devem ser necessariamente: **observação, participação e intervenção** (nesta ordem), ações estas que devem estar detalhadas no plano de atividades de estágio, a ser construído pelo professor orientador em conjunto com o aluno e o supervisor de estágio (professor da instituição receptora), com deferimento do COE.

Art 20. O estágio poderá ser realizado fora do período letivo, no entanto, os alunos

terão até seis meses para concluir o estágio na área escolhida (165 h).

Art 21. Serão reprovados os alunos que não cumprirem as obrigações acordadas no plano de atividades (carga horária estipulada, relatórios, participação em reuniões, etc).

Art 22. As cargas horárias de atividades de extensão, iniciação científica, treinamento profissional, monitoria não deverão ser computadas como carga horária de estágio, ou seja, o discente não poderá acumular duas ou mais atividades para o cômputo da mesma carga horária.

Art 23. Os projetos e programas de extensão e de iniciação científica do DEP EF poderão ser campos de estágio para qualquer aluno do curso. No entanto, se o aluno for bolsista ou voluntário da ação que desejar estagiar, o coordenador do projeto/programa deverá certificar que a carga horária do estágio não sobrepõe a da atuação como bolsista ou voluntário.

Art 24. Conforme previsto na Lei 11.788/2008, os estágios não devem ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais.

§ único – ainda conforme a Lei 11.788/2008, sugere-se que, nos períodos em que não estão previstas aulas presenciais, o estagiário possa cumprir entre 6 (seis) e 8 (oito) horas diárias entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 25. Os casos omissos serão resolvidos pela COE e encaminhados para consulta ao Conselho Departamental e, se necessário, para posterior aprovação no Conselho de Unidade.

Art 26. O presente Regimento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado do Departamento de Educação Física da UFJF (Campus Governador Valadares) e do Conselho de Unidade.

Aprovado no Colegiado de Educação Física em 16/12/2021.

Presidente da COE

Aprovado em reunião do Conselho departamental em 17/12/2021.

Chefe de Departamento

ANEXO 1 – PLANO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO

Concedente do Estágio: Endereço: Telefone : Email: () Governador Valadares () outro: _____	
Nº MATRÍCULA UFJF: (X) Estágio Obrigatório () Estágio Não Obrigatório	CURSO: Educação Física Disciplina: Área:
Responsável pela Supervisão do Estagiário na Concedente Nome: Cargo/Função: Formação: Nº Registro Profissional:	
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS Organização do estágio - carga horária das visitas técnicas do docente e reuniões. Campo de estágio – descrição da carga horária de observação, participação e intervenção.	

ANEXO 3 – AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR

 <p style="text-align: center;">DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIO</p>		
AVALIAÇÃO DO ALUNO PELO PROFESSOR SUPERVISOR		
Estagiário (a):		
Supervisor (a):		
<p>Prezado Supervisor (a),</p> <p>Avalie o desempenho do seu aluno-estagiário no desenvolvimento de suas atividades na instituição, atribuindo valores de 0 a 5, segundo a escala abaixo, para cada um dos itens relacionados. Se julgar necessário, justifique o valor atribuído utilizando a coluna à direita.</p> <p>0 = péssimo / 1 = ruim / 2 = regular / 3 = bom / 4 = ótimo / 5 = excelente</p>		
ITEM AVALIADO	PONTOS	JUSTIFICATIVA
1. Assiduidade e pontualidade (o estagiário compareceu à instituição nos dias previstos e cumpriu os horários estabelecidos para o estágio?)		
2. Postura e atitudes (o estagiário agiu e se comportou de forma responsável, compromissada e respeitosa, atendendo aos preceitos da instituição?)		
3. Cumprimento das atividades (o estagiário cumpriu as atividades previstas para o seu estágio?)		
4. Planejamento e preparação (o estagiário apresentou um plano para o desenvolvimento das suas atividades e demonstrou se preparar cotidianamente para desempenhá-las?)		

<p>5. Reflexão, autoavaliação e disponibilidade/capacidade de mudança (o estagiário demonstrou refletir criticamente sobre a sua atuação e disponibilizando-se a melhorá-la?)</p>		
<p>6. Desenvolvimento de potencialidades profissionais (o estagiário demonstrou desenvolvimento das competências associadas à sua atuação ao longo do processo de estágio?)</p>		
<p>7. Técnicas e/ou estratégias didático-metodológicas (o estagiário utilizou técnicas e/ou estratégias e recursos adequados para o desenvolvimento de sua proposta e/ou procurou adequá-los no decorrer de sua intervenção?)</p>		

ANEXO 4 – RELATÓRIO FINAL DO ESTÁGIO FORMATAÇÃO

- Conter capa e folha de rosto
- Utilizar folha tamanho A4
- Digitado no Word
- Margem superior e esquerda: 3 cm - Margem inferior e direita: 2 cm
- Tipo de letra: Arial - Tamanho: 12
- Texto justificado – Espaçamento 1,5
- Colocar números em todas as páginas, no rodapé do lado direito.

SEÇÕES

1- INFORMAÇÕES SOBRE O LOCAL DE ESTÁGIO

LOCAL DE ESTÁGIO			
NOME DO ALUNO			
MATRÍCULA		PERÍODO NO CURSO:	
LOCAL DE ESTÁGIO			
ENDEREÇO			
CEP	CIDADE	ESTADO	EMAIL
PROFESSOR SUPERVISOR			
Telefone:			
E-mail			
INÍCIO DO ESTÁGIO ____/____/____	TÉRMINO DO ESTÁGIO ____/____/____	TOTAL DE HORAS REALIZADAS	
PROFESSOR ORIENTADOR	ASSINATURA:		DATA ____/____/____
TELEFONE ()	E-mail:		

2. DESENVOLVIMENTO

Deverá ser redigido em forma de texto, deverá contemplar os itens citados abaixo ou outros que julgar oportuno.

1ª parte

- Descrição detalhada do campo de estágio (estrutura física, recursos humanos, público, relação com a comunidade local, dinâmica de funcionamento, tempo

de existência e sua história);

- Registros realizados durante o estágio (diário de campo, registro fotográfico, outros);
- Descrição reflexiva das etapas do estágio (observação, participação e intervenção);
- Subsídios teóricos que nortearam o estágio (como foi fornecido).

2ª parte – percepção crítica no contexto do estágio

- Como o professor supervisor do estágio colaborou para a realização do mesmo.
- Dificuldades encontradas durante a realização do estágio e potencial de colaboração com o campo de estágio.
- De que modo o professor orientador do DEP EF GV colaborou durante o estágio.
- Cumprimento das atividades conforme o planejamento.
- Relacione os conhecimentos adquiridos no estágio com as disciplinas do curso que possuem ligação direta com essa temática.

3ª parte - Considerações finais

3. REFERÊNCIAS

ANEXO 5 - ORIENTAÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DE CONCEITO

Ao final do período de estágio, o orientador deve preencher o formulário abaixo e encaminhá-lo para a Comissão Orientadora de Estágio (COE) que fará o lançamento do conceito e da frequência no siga.

INFORMAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO		
NOME DO ALUNO(a)		
MATRÍCULA	() Estágio em Saúde () Estágio Condicionamento Físico Pessoa com deficiência	
	() Estágio em Esporte () Estágio Cultura e Lazer () sim () não	
LOCAL DE ESTÁGIO		
PROFESSOR SUPERVISOR		
INÍCIO DO ESTÁGIO ____/____/____	TÉRMINO DO ESTÁGIO ____/____/____	TOTAL DE HORAS REALIZADAS
PROFESSOR ORIENTADOR		DATA: ____/____/____

Quadro para atribuição das notas

Quesito	Pontuação	Nota atribuída
Formatação do Relatório <i>(Avaliar se o relatório respeita as normas de formatação vigentes)</i>	0 a 10 pontos	
Ortografia e Estruturação de Frases <i>(Avaliar se as palavras estão escritas corretamente, se as frases estão estruturalmente corretas e a utilização de pontuação)</i>	0 a 10 pontos	
Descrição do campo de estágio <i>(Avaliar se foi descritos os aspectos: estrutura física, recursos humanos, público, relação com a comunidade local, dinâmica de funcionamento, tempo de existência e sua história)</i>	0 a 20 pontos	

Desenvolvimento das atividades <i>(Avaliar a coerência do conteúdo das atividades relatadas e as atividades que ocorrem no estágio, baseado também no relatório do supervisor).</i>	0 a 30 pontos	
Conhecimento Acadêmico Específico <i>(Avaliar se o nível de conhecimento na área temática: fundamentação e argumentação de ideias, resolução de problemas com base nos conteúdos envolvidos no decorrer do estágio, relações entre o estágio e as disciplinas cursadas durante a graduação).</i>	0 a 20 pontos	
Registros realizados durante o estágio <i>(Avaliar se houve registros durante o estágio, como: diário de campo, registro fotográfico, outros)</i>	0 a 10 pontos	
Conceito Final	0 a 100 pontos	

O conceito final do aluno será a soma dos conceitos atribuídos por cada orientador corrigido pela carga horária de estágio cursada com o respectivo orientador.

APÊNDICE D. REGIMENTO DA COMISSÃO ORIENTADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGIMENTO DA COMISSÃO ORIENTADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, CAMPUS GOVERNADOR VALADARES.

Dispõe sobre normas e procedimentos relativos à elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Educação Física, Departamento de Educação Física, Instituto de Ciências da Vida, Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regimento normatiza as atividades acadêmicas de elaboração e defesa de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Educação Física, Departamento de Educação Física, Instituto de Ciências da Vida, Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares (ICV – UFJF/GV).

Art. 2º O TCC de que trata o Art. 1º consiste na produção, sistematização, registro e apresentação de conhecimentos, de caráter original, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, em conformidade com categorizações da Portaria nº 01/2015 da Pró-Reitoria de Extensão da UFJF^{1,2}, a ser elaborado individualmente pelo discente do Curso de Graduação em Educação Física, ICV – UFJF/GV, sob a orientação de um

docente da instituição, conforme disposições da Resolução nº 23/2016 do Conselho Setorial de Graduação da UFJF (CONGRAD/UFJF).

¹ Produtos acadêmicos conforme categorias previstas na Portaria nº 01/2015: Livro, Capítulo de Livro, Anais, Comunicação, Manual, Jornal, Revista, Artigo, Relatório Técnico, Produto Audiovisual-Filme, Produto Audiovisual- Vídeo, Produto Audiovisual-CD ROM, Produto Audiovisual-DVD, Produto Audiovisual-Outros, Programa de Rádio, Programa de TV, Software, Jogo Educativo e Produto Artístico.

² O aluno que optar pela elaboração de revisão da literatura deverá realizá-la na forma de revisão sistemática ou metanálise (Verificar regra mais atual do PRISMA Statement em <http://www.prisma-statement.org/Default.aspx> ou <https://osf.io/2v7mk/>).

Art. 3º A elaboração, apresentação e entrega da versão final do TCC é condição obrigatória para a integralização curricular do Curso de Graduação em Educação Física, ICV – UFJF/GV.

§ 1º Em consonância com a Portaria nº 1349 do Ministério da Educação (Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior) que homologa o Parecer CNE/CES nº 584/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 03 de outubro de 2018, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física e dá outras providências, os discentes deverão elaborar TCC específico para cada modalidade (Licenciatura ou Bacharelado), respeitando a escolha da formação feita ao final do 4º (quarto) semestre de curso.

§ 2º Caso o discente opte por reingresso no Curso de Graduação em Educação Física para obtenção de título em outra modalidade, deverá este realizar e apresentar novo TCC, respeitando todas as diretrizes e passos descritos neste Regimento.

Art. 4º Visando consolidar o perfil de egresso que consta no PPC do Curso de Graduação em Educação Física, ICV – UFJF/GV, a produção do TCC tem os seguintes objetivos:

- I. Contribuir para a formação do discente estimulando-o e habilitando-o para contribuir com a sua área de conhecimento específica;
- II. Possibilitar ao discente o aprofundamento e a utilização de seus conhecimentos sobre referenciais teóricos, perspectivas, procedimentos e técnicas metodológicas,

bem como o desenvolvimento de competências acadêmico-profissionais;

- III. Possibilitar o conhecimento e execução das estratégias e formas da comunicação técnico-científica para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica oriundas do seu trabalho.

CAPÍTULO II – DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ORIENTADORA DE TCC

Art. 5º A Comissão Orientadora é responsável pela elaboração e revisão das normas relativas a todas as etapas de construção dos TCC dos discentes do Curso de Graduação de Educação Física, ICV – UFJF/GV, bem como por zelar pelo cumprimento às exigências deste regimento.

Art. 6º Compete à Comissão Orientadora de TCC:

- I. Acompanhar o desenvolvimento dos projetos de TCC conforme normas previstas neste regimento;
- II. Elaborar o cronograma de todas as atividades relacionadas aos TCC, respeitando o calendário acadêmico vigente à época e, divulgá-los a todos os professores-orientadores e discentes;
- III. Elaborar e disponibilizar aos discentes e docentes os formulários e documentos pertinentes à formalização do processo de orientação, elaboração e apresentação pública do TCC;
- IV. Divulgar a composição das bancas examinadoras dos TCC em consonância com o disposto neste regimento;
- V. Zelar pelo cumprimento das normas previstas neste regimento.

CAPÍTULO III – DO REGISTRO

Art. 8º Somente o (a) discente do Curso de Graduação em Educação Física (ICV – UFJF/GV), regularmente matriculado no curso, pode solicitar junto à Comissão de TCC o registro no TCC do referido curso.

Art. 9º O TCC é dividido em duas etapas de caráter obrigatório:

- I. Elaboração de projeto (primeira etapa);
- II. Desenvolvimento do projeto e defesa pública do TCC (segunda etapa).

§ 1º A primeira etapa consta da elaboração do projeto de pesquisa sob atividades previstas pelo orientador e/ou coorientador.

§ 2º A segunda etapa consta do desenvolvimento do projeto e, finalmente, da realização de banca examinadora de defesa de TCC.

Art. 10º É sugerido que o (a) discente realize a segunda etapa do TCC no período de conclusão do curso.

§ 1º O (a) discente poderá realizar a segunda etapa em período anterior ao semestre de conclusão de curso desde que tenha cumprido a primeira etapa e possua concordância do orientador.

§ 2º Em casos excepcionais o (a) discente poderá realizar, concomitantemente, a primeira e a segunda etapa do TCC sendo observado o Regimento Acadêmico de Graduação

(RAG) da UFJF e disposições emanadas pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFJF que tratem especificamente dos TCC.

Art. 11º Caso o (a) discente receba conceito “Inapto” na primeira etapa ou “Reprovação” na segunda etapa, poderá repetir quaisquer etapas em período acadêmico subsequente.

CAPÍTULO IV – DO ORIENTADOR

Art. 12º O (A) orientador (a) deve ser professor (a) vinculado (a) à UFJF, conforme Capítulo VIII, Artigo 53 do RAG da UFJF.

Art. 13º Orientador e discente poderão indicar um coorientador, pertencente ou não ao quadro de servidores da UFJF, em comum acordo.

§ Único A coorientação do trabalho por docente externo à UFJF necessita de autorização expressa da Comissão Orientadora de TCC e, portanto, deve ser solicitada pelo orientador do trabalho em conjunto com o orientando.

Art. 14º Cada docente poderá orientar, a seu critério, no máximo 5 (cinco) TCC de discentes do Curso de Graduação em Educação Física (ICV – UFJF/GV) por semestre.

§ Único Em caso excepcional, o docente poderá orientar número maior do que cinco trabalhos por semestres, desde que o pedido seja avaliado pela Comissão Orientadora de TCC, devidamente justificado e assegurada a viabilidade de tal orientação.

Art. 15º Professores orientadores que estejam em afastamento total, parcial ou em licença oficiais durante as atividades das disciplinas de TCC, deverão, obrigatoriamente, designar previamente ao seu afastamento, um coorientador para acompanhar presencialmente o desenvolvimento das atividades propostas.

§ Único No caso supracitado, o coorientador deve assegurar o correto desenvolvimento e acompanhamento do plano de trabalho apresentado pelo orientador e discente, sem possibilidade de modificação substancial do trabalho em andamento.

Art. 16º Docentes do Departamento de Educação Física (ICV – UFJF/GV) podem ser coorientadores de diversos TCC. Contudo, tal coorientação não poderá contabilizar horas em seu Plano Individual de Trabalho (PIT), ficando a cargo do docente o aceite ou não à coorientação.

Art. 17º O orientador tem os seguintes deveres específicos.

- I. Seguir as normas presentes neste regimento e orientar o desenvolvimento do TCC em todas as etapas do trabalho, de acordo com os cronogramas estabelecidos pela Comissão Orientadora de TCC;
- II. Acompanhar individualmente os orientados incluindo-se a indicação de literatura pertinente, metodologia, submissão ao Comitê de Ética (quando necessário), e realizar correções, etc.;
- III. Compor e presidir as bancas examinadoras do TCC de seus orientados e integrar as demais bancas quando convidado;
- IV. Incentivar a apresentação das pesquisas do TCC em eventos e meios de comunicação científicos;
- V. Zelar para que os TCC sob sua orientação sejam desenvolvidos conforme calendário divulgado pela Comissão Orientadora de TCC;
- VI. Autorizar ou não a defesa do TCC do seu orientando via preenchimento de formulário próprio disponibilizado pela Comissão Orientadora de TCC, tendo por base

avaliação criteriosa do desempenho do aluno, identificação de plágios (totais ou parciais)³;

VII. Registrar, em até 30 dias após a defesa do trabalho, a versão final do TCC no Repositório Institucional da UFJF, conforme as orientações da própria instituição <<http://www.ufjf.br/biblioteca/servicos/repositorioinstitucional/>>.

Art. 18º Qualquer caso de descumprimento de deveres e problemas de afinidade, julgada inicialmente pelo orientador, e que prejudique a qualidade e cronologia dos prazos poderá ser comunicada à Comissão Orientadora de TCC pelo formulário próprio com os devidos termos assinados por orientador e orientado.

CAPÍTULO V – DOS ORIENTADOS

Art. 19º O (a) discente registrado em TCC é responsável por consultar e convidar um docente a orientar a elaboração do seu trabalho, apresentando à Comissão Orientadora de TCC, a carta de aceite de orientação para formalizar o processo.

Art. 20º Considera-se orientado, o aluno registrado em TCC do Curso de Graduação em Educação Física (ICV – UFJF/GV) que formalizar o processo de orientação apresentando à Comissão Orientadora de TCC, nos prazos estabelecidos pela mesma, a carta de aceite assinada por um professor da UFJF.

Art. 21º A intenção e solicitação de mudança de orientador deverá ser apresentada pelo discente, por escrito, com justificativa, à Comissão Orientadora de TCC, responsável por analisar e autorizar tal solicitação.

³ Será considerado plágio o uso indevido de transcrições literais de obras ou referências bibliográficas que, de forma direta ou indireta, deixem de ser referenciadas. Código Penal: Crime contra o Direito Autoral, previsto nos Artigos 7, 22, 24, 33, 101 a 110, e 184 a 186 (Direitos do Autor formulados pela Lei 9.610/1998) e 299 (falsidade ideológica).

§ Único A mudança de orientador só poderá ocorrer até 4 (quatro) meses antes da data programada pela Comissão Orientadora de TCC para as defesas públicas de TCC do período corrente. Em casos de desligamentos ou afastamento do docente orientador no decorrer de qualquer uma das etapas de TCC, na existência de coorientador, o mesmo assumirá a orientação e, na ausência deste, a Comissão Orientadora de TCC deliberará a respeito em caráter de urgência.

Art. 22º O aluno em fase de realização do TCC tem os seguintes deveres específicos:

- I. Informar-se sobre as normas e regulamentos do TCC e cumpri-las;
- II. Preencher os formulários necessários aos atos inerentes para o desenvolvimento do TCC;
- III. Desenvolver o plano de trabalho referente à elaboração e desenvolvimento do seu projeto com base nas orientações do seu professor-orientador;
- IV. Entregar o trabalho a ser defendido para cada membro da banca examinadora com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data da defesa pública;
- V. Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC;
- VI. Cumprir o calendário divulgado pela Comissão Orientadora de TCC.

CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 23º A avaliação do TCC será realizada em dois momentos distintos. O primeiro ocorrendo ao final da Elaboração de projeto (primeira etapa) e o segundo logo após a realização de defesa pública de TCC.

§ 1º A primeira etapa constará da avaliação do orientador, seguindo formulário disponibilizado pela Comissão Orientadora de TCC, sobre o desempenho do (a) discente orientado (a), na qual deve constar um dos seguintes conceitos: *Apto (a)* ou *Inapto (a)*.

§ 2º A avaliação da primeira etapa será realizada considerando os seguintes critérios de avaliação, que se aplicam ao processo de construção do projeto e ao projeto em si, apresentado ao orientador ao final desta etapa:

- I. Instrumentação científica;
- II. Conhecimento e domínio de busca de evidências;
- III. Uso adequado das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para trabalhos acadêmicos;
- IV. Projeto de pesquisa;
- V. Introdução: Apresenta boa capacidade de redação, à luz do conhecimento atual sobre o assunto e apresenta o texto sequência lógica apresentando claramente as justificativas e lacunas do projeto?
- VI. Objetivos: Apresenta os objetivos de maneira clara e coerente com o método proposto?
- VII. Métodos: Reconhece a aplicabilidade dos tipos de estudo e os critérios de inclusão e exclusão adequadamente?
- VIII. Métodos: Reconhece a necessidade de aspectos éticos e morais de respeito à utilização de animais ou seres humanos?
- IX. Métodos: Domina as técnicas e métodos utilizados no estudo?
- X. Métodos: Apresenta conhecimento sobre análise de dados aplicada à Educação Física?

Art. 24º A sistematização, registro e apresentação de conhecimentos, na forma de publicação ou outro produto acadêmico seguirá a formatação constante no “Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos” publicado pela editora UFJF, disponível no sítio oficial da UFJF, Biblioteca, Normalização.

§ 1º É de responsabilidade dos orientadores e discentes a verificação da versão mais atual da norma de apresentação de trabalhos acadêmicos da UFJF, devendo para tanto, utilizar sempre esta.

§ 2º Será aceita apresentação da versão final do TCC no formato de artigo científico, desde que o trabalho tenha sido produzido e concluído durante o período da referida graduação.

- I. Neste caso, o (a) discente deverá ser o (a) primeiro (a) autor (a) do trabalho;
- II. O formato deverá seguir o template da UFJF (elementos pré-textuais e pós-textuais) e na parte referente à Introdução, Desenvolvimento e Conclusão (elementos textuais) será inserido o artigo nas normas de formatação da revista à qual o mesmo foi/será submetido;
- III. Juntamente a versão final do TCC (formato artigo), deverão ser anexadas as “Instruções aos autores”, ou seja, as regras de formatação de artigo da revista científica na qual o trabalho foi publicado, submetido, ou que será submetido.

Art. 25º As pesquisas que envolverem direta ou indiretamente seres humanos ou material biológico deverão, obrigatoriamente, serem aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Resolução Conselho Nacional de Saúde 466/2012),

disponível

em:

<<http://www.ufjf.br/comitedeetica/files/2008/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-466-12.pdf>>.

Art. 26º As pesquisas que envolverem direta ou indiretamente seres humanos em Ciências Humanas e Sociais deverão, obrigatoriamente, serem aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Resolução Conselho Nacional de Saúde 510/2016),

disponível

em:

<<http://www.ufjf.br/comitedeetica/files/2016/06/Reso510.pdf>>.

Art. 27º A realização de experimentos que envolvem animais devem seguir resoluções específicas: Lei nº 11.794, de 8 de Outubro de 2008

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111794.htm), Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm) e, Resolução nº 39/2002 do Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa da UFJF (<http://www.ufjf.br/ceua/files/2014/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-2002-39-%C3%89tica-Animal.pdf>).

Art. 28º A segunda etapa do TCC será avaliada por Banca Examinadora, presidida pelo orientador e composta por mais dois docentes, sendo permitido que um dos membros seja externo à UFJF, desde que este apresente titulação mínima de graduação em Educação Física ou áreas afins, com a ciência e autorização da Comissão Orientadora de TCC.

§1º Os membros da Banca Examinadora serão designados pelo professor orientador em conjunto com o discente orientado.

§2º Não será designado recurso para transporte ou acomodação para membros externos da Banca Examinadora.

§3º Há possibilidade de realização a defesa pública de TCC por videoconferência seguindo orientações específicas da Comissão Orientadora de TCC e resoluções especificamente emanadas pela PROGRAD/UFJF sobre esse tema, desde que o discente esteja de acordo com a realização da defesa pública neste formato e apresente documentação assinada sobre sua concordância.

§4º Defesas por videoconferência serão coordenadas pelo professor orientador, devendo este assumir a responsabilidade sobre todos os atos prévios e posteriores a realização da sessão de defesa pública.

§5º Em se tratando de defesa pública de TCC por videoconferência o orientador deve fazer constar na Ata de defesa de TCC o seguinte dizer: “Todos os membros da banca e o discente participaram remotamente da sessão de defesa e a acompanharam na sua integralidade”.

§6º Caso necessário, as assinaturas nos documentos referentes à defesa serão feitas pelo professor orientador, em nome do avaliador que realizou a atividade à distância, devendo constar na Ata de defesa de TCC a seguinte expressão: “O discente e os membros da banca deram a anuência para que o(a) Presidente da Banca assinasse por eles”.

Art. 29º A avaliação da defesa pública (segunda etapa do TCC) será efetuada com base no trabalho escrito e na defesa oral. Cada membro da banca examinadora atribuirá uma nota (zero a 100 pontos), sendo esta dividida em: nota ao trabalho escrito (zero a 60 pontos) e nota à apresentação oral do trabalho (zero a 40 pontos). A nota final do TCC será a média aritmética das notas atribuídas por cada membro da banca examinadora.

Art. 30º A nota final do “Desenvolvimento do projeto e defesa pública do TCC” deverá vir acompanhada das seguintes classificações atribuída pela banca examinadora:

I. *Aprovado*: quando o discente obtiver nota igual ou superior a 60 pontos;

I. *Aprovado com ressalvas*: quando o discente não obtiver nota igual ou superior a 60 pontos, mas a avaliação indicar possibilidade de correções para posterior análise do trabalho escrito;

II. *Reprovado*: quando o discente obtiver nota inferior a 60 pontos e o trabalho escrito não apresenta condições mínimas de recuperação de nota.

§ **Único** Em caso de aprovação com ressalvas, o discente deverá entregar nova versão do trabalho escrito, em até 15 dias após a data da banca examinadora, atendendo todas as

solicitações realizadas pelos membros da banca. Esta versão será reexaminada a fim de avaliar o atendimento pleno ao solicitado, condição na qual o discente poderá obter a aprovação final do trabalho.

Art. 31º A avaliação da versão final do TCC será realizada considerando os seguintes critérios de avaliação:

- I. Atualidade, relevância e justificativa do tema;
- II. Alcance dos objetivos propostos e resolução do problema;
- III. Fundamentação teórica adequada e consistente;
- IV. Adequação e coerência metodológica;
- V. Adequação às normas e aos procedimentos de produção científica e ou tecnológica;
- VI. Lógica e coerência nas argumentações, descrições, análises e sínteses;
- VII. Qualidade dos resultados obtidos e consistência nas análises e discussões;
- VIII. Domínio e fluência na apresentação oral;
- IX. Segurança e consistência das respostas na arguição.

§ Único Deverá ser usado formulário próprio, aprovado pelo Departamento de Educação Física, no qual cada membro da banca emite sua nota separadamente.

Art. 32º A defesa do TCC será feita em data e horário estabelecidos em cronograma a ser divulgado pela Comissão Orientadora de TCC. Em casos específicos, mediante comprovação, a possível alteração da data e horário será analisada por esta comissão.

Art. 33° Cada componente da banca examinadora receberá uma cópia do trabalho para leitura e avaliação, com antecedência mínima de 15 dias da data marcada para a defesa.

Art. 34° Na defesa oral do TCC, o acadêmico terá, no mínimo, 15 (quinze) minutos e, no máximo, vinte (20) minutos para expor seu trabalho à banca examinadora. Cada membro da banca examinadora terá o mesmo tempo para arguição do discente.

Art. 35° O aluno que não se apresentar para defesa oral do TCC poderá, por motivo justificado, realizar a segunda chamada em prazo estabelecido no cronograma pela Comissão Orientadora de TCC.

Art. 36° O aluno que não entregar o TCC nos prazos estabelecidos e/ou não comparecer à defesa pública do TCC, sem motivo justificado, terá a nota zero na avaliação final do TCC, sendo assim reprovado.

Art. 37° Será considerado reprovado o discente que utilizar-se de plágio em seu trabalho escrito.

§ 1° Caso algum membro da banca examinadora identifique plágio na leitura prévia a realização da defesa pública do TCC, este deve informar ao orientador do trabalho, que por sua vez tem o dever de cancelar a realização da defesa de TCC.

§ 2° Caso não seja possível comunicar a identificação de plágio anteriormente a instalação da banca de defesa de TCC, o orientador deve ser comunicado no início dos trabalhos e em seguida informar ao aluno de sua reprovação, não permitindo apresentação oral do trabalho.

§ 3º Aluno reprovado por plágio não pode ser aprovado com ressalvas, devendo ser reprovado no TCC, garantido o direito de realizá-lo novamente no período letivo subsequente.

CAPÍTULO VII – DA CERTIFICAÇÃO

Art. 38º Os discentes, docentes orientadores e membros componentes de Banca Examinadora receberão certificados emitidos e assinados por um representante da Comissão Orientadora de TCC.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39º Os casos omissos deste regimento serão resolvidos em conjunto pela Comissão Orientadora de TCC e Colegiados do Curso e de Departamento de Educação Física (ICV – UFJF/GV).

Art. 40º Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso de Graduação em Educação Física em
21 de janeiro de 2021.

Meirele Rodrigues Gonçalves
Presidente do Colegiado de Curso

Aprovado em reunião de Departamento de Curso de Graduação em Educação Física

em 29 de janeiro de 2021.

Luís Fernando Deresz

Chefe em exercício do Departamento de Educação Física

Comissão Orientadora de TCC

Pedro Henrique Berbert de Carvalho

Luís Fernando Deresz

APÊNDICE E. REGIMENTO INTERNO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACEs) E DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (CAEX)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA**

REGIMENTO INTERNO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACEs) E DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (CAEX) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFJF / CAMPUS GOVERNADOR VALADARES / INSTITUTO CIÊNCIA DAS VIDA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regimento dispõe sobre as normas que regulamentam as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) e a Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) do Curso de Graduação em Educação Física do Instituto Ciências da Vida, órgão suplementar da estrutura da Coordenação deste Curso, no que se refere às atividades de extensão como parte do currículo de graduação do curso.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DA CAEX

Art. 2º São atribuições da CAEX, ressalvadas as competências e respeitadas as normas e diretrizes dos Conselhos Superiores:

I. Assegurar a observância do conceito, das diretrizes e dos princípios fundantes da política de extensão da UFJF, no que se refere às atividades de extensão como parte do currículo de graduação do curso, conforme a resolução Nº 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura (CONEXC);

- II. Atuar como elemento articulador entre a Pró-Reitoria de Extensão e o curso de Graduação em Educação Física;
- III. Integrar-se e colaborar com as demais unidades acadêmicas e administrativas da UFJF, no que tange às ações de extensão desenvolvidas por docentes e técnicos-administrativos em educação vinculados ao curso de Graduação em Educação Física;
- IV. Assessorar docentes, técnicos-administrativos em educação e discentes no encaminhamento dos programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços de extensão;
- V. Contribuir para a viabilização das ações de extensão por meio da organização de banco de dados de interessados em serem beneficiários e parceiros;
- VI. Garantir um ambiente que promova a integração dos docentes, técnicos-administrativos em Educação e discentes no desenvolvimento de ações de extensão;
- VII. Analisar a oferta das atividades de extensão e o percurso dos(as) discentes na integralização das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- VIII. Atender ao Art. 6º da Resolução Nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) – segundo o qual as ACE serão registradas no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), para fins de registro no Histórico Escolar dos(as) discentes de graduação, após a validação da CAEX, quando necessário;
- IX. Atender ao Art. 9º, §4º, da Resolução Nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) – segundo o qual as ACE desenvolvidas como disciplinas devem estar vinculadas a um programa ou projeto previamente aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), ser avaliadas previamente pela CAEX, registradas em Plano Departamental e encaminhadas para registro junto à PROEX a cada novo oferecimento;
- X. Validar as atividades acadêmicas a serem consideradas como Programas especiais com interface extensionista, propiciando uma compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos, conforme previsto no Art. 9º, inciso II, da Resolução Nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD);
- XI. Definir, fundamentada no PPC e na política institucional de extensão da UFJF, os critérios para aceitação de atividades extensionistas desenvolvidas em outras Unidades Acadêmicas e Instituições de Ensino no Brasil e no exterior, bem como o percentual mínimo e máximo de carga horária passível de ser computada para fins de integralização de cada ACE no PPC;
- XII. Conduzir e ministrar as disciplinas extensionistas obrigatórias com carga horária independente constantes na estrutura curricular do PPC (Atividades Curriculares de Extensão I e Atividades Curriculares de Extensão II), sendo que, cada disciplina terá dois docentes da CAEX como ministrantes;
- XIII. Fornecer à PROEX e à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), quando solicitado, informações acerca das ACE desenvolvidas pelo curso.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO, ESTRUTURA E ELEGIBILIDADE DA CAEX

Art. 3º A CAEX será composta por no mínimo de cinco membros, sendo:

- I. Quatro membros titulares docentes efetivos do Departamento de Educação Física/ICV/UFJF/GV, envolvidos na formação acadêmica do curso, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por mais dois anos;
- II. Um membro discente como titular e um membro discente suplente, com mandato de um ano, podendo ser reconduzidos por mais um ano.

Art. 4º A CAEX compreende a seguinte estrutura:

- I. Presidência;
- II. Membros.

§1º - São considerados aptos para o exercício de presidência os membros docentes eleitos pela própria CAEX.

§2º - Compete ao presidente representar a CAEX no Fórum das CAEX, coordenado pela PROEX, bem como nas demais instâncias universitárias, quando solicitado.

Art. 5º Em conformidade com a Resolução nº 75/2022 do CONGRAD, Art.5º - parágrafo único, o Colegiado de Curso ou o Conselho de Unidade deverá aprovar a composição da CAEX.

§1º - A Direção de Unidade deverá providenciar portaria de designação de seus membros, eleitos e/ou indicados conforme composição descrita neste Regimento.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DA CAEX

Art. 6º Em reuniões da CAEX poderá haver convite a assessores externos que possam subsidiar as discussões.

§1º - Os assessores de que se trata esse artigo poderão ser convidados pela presidência ou pelos membros efetivos da CAEX.

§2º - A participação desses assessores nas reuniões deverá ser previamente solicitada ao presidente, aprovada pelos membros da CAEX e ocorrerá apenas durante a discussão do assunto que originou o convite aos mesmos.

Art. 7º As reuniões da CAEX somente se instalam com maioria simples de seus membros.

§1º - As deliberações serão tomadas por maioria simples dos seus membros presentes.

§2º - Em caso de empate, o Presidente da CAEX terá o voto de qualidade.

CAPÍTULO V

DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO E EQUIVALÊNCIAS

Art. 8º Entende-se por Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) o componente curricular que é parte integrante dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), tendo como objetivos:

I. Proporcionar a expansão e o alicerce da prática da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de forma a propiciar a relevância acadêmica da extensão na formação dos(as) discentes;

II. Estabelecer o diálogo e a troca de saberes entre o conhecimento popular e o conhecimento científico por meio da aproximação da Universidade e outros setores da sociedade;

III. Propiciar a participação ativa e o protagonismo dos(as) discentes na realização das ações previstas;

IV. Estimular a ampliação da inserção de docentes e técnico-administrativos(as) com formação de nível superior em educação na coordenação de ações que visem à formação humanista e cidadã dos(as) discentes e à produção do conhecimento de forma interprofissional e interdisciplinar;

V. Desenvolver atividades de caráter técnico-operativo que atendam às questões provenientes da comunidade externa ou àquelas consideradas importantes a serem levadas à comunidade, de forma a ampliar as possibilidades de relação entre a UFJF e os segmentos sociais envolvidos.

Art. 9º São consideradas atividades curriculares de extensão as seguintes ações:

I. Programa de Extensão: conjunto articulado de projetos que integre, preferencialmente, as atividades de pesquisa e ensino às ações de extensão.

a. Os programas terão caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, preferencialmente interdisciplinar, sendo desenvolvidos a médio e longo prazo.

b. Os programas podem incluir, além dos programas institucionais da UFJF, aqueles de natureza governamental, referentes às políticas municipais, regionais, estaduais e nacionais, a partir do devido registro na UFJF.

II. Projeto de Extensão: ação processual de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.

a. Os projetos podem ser vinculados a um programa, quando fizerem parte de uma nucleação de ações, ou isolados.

III. Cursos e Oficinas: ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com prazo e critérios de avaliação definidos e destinada à comunidade externa (cabendo, embora não exclusivamente, a participação da comunidade interna), sem pré-requisitos de formação acadêmica específica, preferencialmente.

IV. Eventos: ação que implica a apresentação e/ou exibição pública do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela UFJF; ação que se caracteriza como festival esportivo, cultural e de lazer; ação em campanhas de conscientização e prevenção à saúde, como Outubro Rosa, Feiras de Saúde, dentre outras similares. Todas estas ações devem ser direcionadas à comunidade externa, cabendo, embora não exclusivamente, a participação da comunidade interna da Universidade.

V. Prestação de serviços: ação extensionista, produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e/ou artístico da Extensão, que se constitui a parte e sobre a realidade objetiva, sem fins lucrativos, produzindo conhecimentos que visem à transformação social, com o objetivo de assessoria e/ou assistência técnica e científica, e demandadas por entes de caráter público, organizações sociais ou não governamentais, pessoa física cuja renda individual seja limitada em até três salários mínimos e microempreendedores individuais conforme estabelecido no artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar 128, de 19 de dezembro/2008.

VII. Programas especiais com interface extensionista: conjunto de atividades acadêmicas de caráter teórico-prático, com intervenção junto à comunidade externa, desenvolvido por meio dos programas de graduação que envolvem um processo de formação integral (Monitoria, desde que relacionada à disciplina com caráter extensionista, Programa ou Grupo de Educação Tutorial, Programa de Iniciação à Docência, Programas de Iniciação Artística, Programas de Iniciação Científica, Programas de Inovação, desde que em atividades especificamente extensionistas), propiciando uma compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos.

CAPÍTULO VI

DA DISTRIBUIÇÃO E EXECUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)

Art. 10º A carga horária mínima de Atividades Curriculares de Extensão (ACE) a ser realizada pelos discentes no decorrer do Curso de Educação Física é de 330 horas, equivalente a 10% da carga horária total do curso.

§1º - Será utilizada 50% da carga horária prevista para a Prática como Componente Curricular (PCC) com a finalidade de cumprimento das ACE, ou seja, 165 horas.

Art. 11º As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) estão distribuídas no decorrer da estrutura curricular em duas categorias:

A) Disciplinas extensionistas obrigatórias com parte da sua carga horária destinada à atividades acadêmicas de extensão;

B) Disciplinas extensionistas obrigatórias e independentes puras, ou seja, com toda a sua carga horária destinada à atividades de extensão.

§1º - Tais disciplinas consistem naquelas que tenham atividade acadêmica de extensão, com conteúdo programático composto por objetivos e resultados esperados, metodologia e avaliação próprias à atividade extensionista, colocados em plano específico, a ser desenvolvida em um período letivo, de acordo com a quantidade de horas propostas.

§2º - As disciplinas desenvolvidas com caráter extensionista devem ser realizadas considerando o princípio da formação interdisciplinar e dialógica, propiciando a troca de saberes, articulando e promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão e incorporando os princípios do protagonismo discente de forma a ampliar as possibilidades de relação entre a UFJF e os segmentos sociais.

Art. 12º As disciplinas extensionistas obrigatórias com parte da sua carga horária destinada às Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ou seja, disciplinas extensionistas de forma associada com outros componentes curriculares teóricos, teórico-práticos ou práticas como componente curricular, desde que envolva a comunidade externa como beneficiária direta, consiste em:

DISCIPLINA	PERÍODO	CH de ACE
Expressão Rítmica e Corporal	1º	15
Saberes Tradicionais, Práticas Corporais e Sustentabilidade	1º	10
Práticas Pedagógicas dos Esportes Coletivos	2º	15
Educação Física Adaptada	3º	15
Ginásticas de Condicionamento Físico	3º	15
Educação Física, Saúde e Envelhecimento	4º	15
Socorros de Urgência na Educação Física	4º	6
Atletismo I	5º	15
Dança	5º	15
Natação	5º	10
Prescrição de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência	5º	15
Educação Física para grupos Especiais	6º	6
Ginásticas de Competição	6º	15
Práticas Corporais de Aventura	6º	12

Gestão Esportiva	7º	10
Saúde Coletiva e Educação Física	7º	6

§1º - Todas as atividades extensionistas a serem desenvolvidas durante as disciplinas obrigatórias descritas acima deverão estar registradas junto ao Programa de Extensão de Geral do Curso de Educação Física, intitulado “**Ações gerais de extensão do Curso de Educação Física da UFJF-GV**”. Esse Programa de Extensão estará previsto nos planos de ensino e de curso dessas disciplinas e terá como equipe todos os docentes efetivos do departamento de Educação Física. No Programa de Extensão estarão descritas e contempladas diversas ações extensionistas para serem vinculadas às disciplinas acima relacionadas (eventos, cursos, oficinas, prestação de serviços e atividades vinculadas a projetos de extensão).

§2º - É opcional ao docente responsável pela disciplina também registrar junto a PROEX ações de extensão sob sua coordenação, mesmo que essa ação já esteja prevista dentro do Programa de Extensão de Geral do Curso de Educação Física.

Art. 13º São disciplinas extensionistas obrigatórias com carga horária independentes:

DISCIPLINA	PERÍODO	CH de ACE
Disciplina de Extensão I	2º	60
Disciplina de Extensão II	4º	60
Seminário em Saúde e Educação Física - Integração Ensino-serviço-comunidade	7º	15

§1º - Nestas disciplinas poderão ser validadas a carga horária de atividades de extensão já realizadas pelos discentes previamente junto à Programas, Projetos, Eventos, Cursos, Oficinas, Prestação de Serviços e/ ou Programas Especiais com Interface Extensionista, mediante a apresentação de certificado e/ou declaração no início do período letivo para análise de validação pelos membros da CAEX responsáveis pela disciplina.

§2º - Os discentes matriculados nessas disciplinas e que não realizaram atividades de extensão previamente, participarão de aula introdutória, planejamento e encaminhamento para a realização de atividades de extensão vinculadas aos Programas e Projetos vigentes no semestre de matrícula da disciplina.

§3º - Os Programas e Projetos vigentes e validados pela CAEX, bem como o número de vagas disponíveis, serão divulgados no site do Departamento de Educação Física no início de cada semestre letivo.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º Os casos omissos serão resolvidos pela CAEX e, se necessário, encaminhados para consulta e aprovação no Colegiado de Curso.

Art. 15º Este Regimento entra em vigor a partir da data da sua aprovação no Colegiado do Curso de Educação Física ou no Conselho de Unidade do Instituto de Ciências da Vida da UFJF/GV.

**REGIMENTO APROVADO EM REUNIÃO DO COLEGIADO DO
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM 08/12/2022.**